

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Louise Ariane da Campo

Nomear gênero, disputar sentidos: entre reconhecimento, pertencimento e regulação de
identidades dissidentes de gênero no TikTok

Porto Alegre

2026

Louise Ariane da Campo

Nomear gênero, disputar sentidos: entre reconhecimento, pertencimento e regulação de identidades dissidentes de gênero no TikTok

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do grau de doutora em Comunicação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alessandra Teixeira Primo

Porto Alegre

2026

CIP - Catalogação na Publicação

da Campo, Louise Ariane
Nomear gênero, disputar sentidos: entre
reconhecimento, pertencimento e regulação de
identidades dissidentes de gênero no TikTok / Louise
Ariane da Campo. -- 2026.

220 f.

Orientadora: Dr^a. Alessandra Teixeira Primo.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de
Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, BR-RS, 2026.

1. Mídias Sociais. 2. Gênero. 3. TikTok. 4.
Dissidência. 5. Crítica Queer de Cor. I. Teixeira
Primo, Dr^a. Alessandra, (II. Título.

Louise Ariane da Campo

Nomear gênero, disputar sentidos: entre reconhecimento, pertencimento e regulação de identidades dissidentes de gênero no TikTok

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de doutora em Comunicação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alessandra Teixeira Primo

Aprovada em: Porto Alegre, 30 de março de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Alessandra Teixeira Primo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dra. Bruna Andrade Irineu

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Dr. André Iribure Rodrigues

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dr. Fernando Seffner

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dedico este trabalho a Ivo Rodrigues, criada em Uruguaiana como eu, uma das primeiras pessoas trans documentadas no Rio Grande do Sul. A ela, a quem tantas vezes recorri em pensamento e em fê, e que, à sua maneira, sempre respondeu aos meus pedidos.

AGRADECIMENTOS

Eu sempre quis ser doutora. Desde o momento em que entendi o que a palavra significava, não me recordo exatamente como ou quem me explicou, mas depois disso lembro de sempre falar: *“não importa o que eu faça, vou querer ser doutora nisso”*. Penso que o que me atraía era o quanto parecia incrível ser doutora em algo. Essa trajetória foi uma das grandes alegrias da minha vida. Nos dias em que colegas compartilhavam o quão difícil era fazer doutorado, eu ficava em silêncio; não por achar que é fácil, mas porque, para mim, pesquisar sempre foi uma das coisas mais divertidas que eu poderia fazer.

Foi isso que me levou a tantos lugares, da América Latina à Europa, e me apresentou a tantas culturas, tantas pessoas, tantos jeitos de viver. Aos 15 anos, escrevi no meu diário que queria ver o mundo e que queria ser doutora. Eram esses os meus dois pedidos da adolescência, e chegar até aqui me faz pensar que completei os dois únicos desejos que minha versão adolescente teve.

Os agradecimentos existem por motivos vários. Em outras etapas da minha vida acadêmica, eu achava que não precisava citar o nome de todas as pessoas. Mas parece irônico que, em uma pesquisa na qual tanto falo sobre a importância de nomear, eu não trouxesse esses nomes. Agradeço, primeiramente, aos meus pais, que me ensinaram a enxergar a vida com resiliência e possibilidade, que as coisas podem sempre acontecer, mesmo quando parecem improváveis, e que não há limites para o que se quer conquistar. À minha família, Luigi, Fernanda, Rafael e Pedro, que me divertiram na maioria dos domingos destes últimos anos.

À Juju, que, apesar de eu ter conhecido no último ano desta pesquisa, me ajudou de maneiras inimagináveis, desde os dias em que chorei de estresse até nas coisas mais simples, como formatar uma tabela. Você representa todas as melhores coisas que existem no mundo.

Às amigas que tive ao longo da vida, que não só me fizeram rir, mas me apoiaram, compartilharam comigo suas vidas e seus sonhos, e me ensinam que amizade é a maior comunidade que pode ser criada: Dari, Julia, Thais, Thalita, Mariana, Juliana, Taylor, Tammi, Yasmin, Thainan, Leonardo, Bruno, Jardene, Rachel, Alice, Perséfone, Nicole, Alexia, Thainá, Adélia, Vanderlei. Em especial, meu grande e querido amigo Miranda, que me ensina tanto sobre vida, sobre amizade, sobre conexão e sobre construir a vila que a gente tanto acredita.

Às tantas pessoas com quem já trabalhei nessa busca por atuar com impacto social, tive a sorte de sempre estar em ambientes que valorizavam este doutorado. Agradeço a todas essas pessoas, em especial, Jolie e Caio.

Às alunas e aos alunos que tive nas três turmas em que lecionei como estagiária, e nos workshops e oficinas que ministrei, muito obrigada por me mostrarem o quanto amo lecionar. E às alunas e aos alunos que ainda vou ter, e para quem trilho esse caminho pensando no dia em que vou conhecê-los. Estou ansiosa.

À minha orientadora, Alessandra Teixeira Primo, que me ensinou não só a ser pesquisadora e futura professora, mas me ensinou muito sobre coragem. À banca composta pela Dra. Bruna Andrade Irineu, pelo Dr. André Iribure Rodrigues e pelo Dr. Fernando Seffner, é uma honra contar com profissionais que admiro nesta etapa da minha vida acadêmica. Muito obrigada.

À Dra. Gemma Cobb, minha orientadora no mestrado em Gênero e Mídia da University of Sussex, que me recebeu novamente em fevereiro de 2025 e me apresentou a tantas pessoas e lugares, para que eu pudesse aprofundar esta pesquisa.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por me proporcionar tantas coisas boas, e a todas as universidades federais onde estudei, que orgulho do que a gente constrói. À Capes, que financiou meus estudos e minha visita de pesquisa de doutorado. Ao Programa Chevening do Reino Unido, que financiou um dos meus mestrados, e à Peter Drucker Society, que financiou minha visita à Áustria. A todas as instituições que acreditaram no meu potencial.

A Ivo Rodrigues, que inspirou tantas das minhas pesquisas acadêmicas. Tenho orgulho de compartilharmos a mesma terra. Obrigada por responder a todos os pedidos que já fiz no altar que construí para ti.

Um dia, brincando com meu sobrinho Rafael, de cinco anos, em um parquinho, ele não queria descer de um escorregador muito alto. Lá embaixo, eu gritava: “desce, desce”. Em um ímpeto de coragem, ele desceu e, assim que saiu do escorregador, disse: “*eu tenho medo, mas eu tenho coragem*”.

Eu não sei o que me espera a partir de agora e, para ser honesta, eu tenho um pouco de medo, mas eu também tenho coragem.

RESUMO

Esta tese investiga como os discursos associados às identidades dissidentes de gênero Travesti e Não Binária, em circulação no TikTok, produzem sentidos sobre reconhecimento, pertencimento e regulação identitária no contexto brasileiro contemporâneo. Parte-se do problema de pesquisa que indaga de que modo esses discursos, mediados por dinâmicas algorítmicas, performativas e mercadológicas da mídia social, participam simultaneamente da afirmação e da normatização dessas identidades. O objetivo geral consiste em analisar tais processos discursivos, articulando-os às disputas políticas e simbólicas que marcam o debate público sobre gênero e sexualidade no Brasil, especialmente diante de tensionamentos como as acusações de “identitarismo” e os movimentos de exclusão do “T” da sigla LGBTQIAP+. Como procedimentos teórico-metodológicos, a pesquisa mobiliza as teorias *queer*, com ênfase na crítica *queer* de cor, e a Análise de Discurso Crítica (ADC), compreendida como uma abordagem capaz de articular texto, prática discursiva e prática social. O corpus é composto por vídeos coletados no TikTok a partir das *hashtags* #Travesti, #NãoBinária, #NãoBinária e #NãoBinário, organizados e codificados no *software* NVivo, com categorização orientada pelos eixos de reconhecimento, pertencimento e regulação. Os resultados indicam que o TikTok se configura como um espaço ambivalente: ao mesmo tempo em que amplia a visibilidade e fortalece comunidades dissidentes, também reproduz hierarquizações identitárias, linguísticas e estéticas, evidenciando que os processos de nomeação e afirmação de gênero operam como práticas de resistência, mas também como campos de disputa e controle social.

Palavras-chave: Mídias Sociais; Gênero; TikTok; Dissidência; Crítica *Queer* de Cor.

ABSTRACT

This thesis investigates how discourses associated with the dissident gender identities Travesti and Non-Binary, circulating on TikTok, produce meanings related to recognition, belonging, and identity regulation within the contemporary Brazilian context. It is grounded in the research problem of examining how these discourses, mediated by the algorithmic, performative, and market-driven dynamics of social media, simultaneously contribute to both the affirmation and the normalization of such identities. The overarching objective is to analyze these discursive processes by situating them within the broader political and symbolic disputes that shape public debates on gender and sexuality in Brazil, particularly in light of tensions such as accusations of “identitarianism” and movements advocating for the exclusion of the “T” from the LGBTQIAP+ acronym. From a theoretical and methodological standpoint, the study draws on queer theory, especially queer of color critique, and Critical Discourse Analysis (CDA), understood as an approach capable of articulating text, discursive practice, and social practice. The corpus consists of videos collected on TikTok through the hashtags #Travesti, #NãoBinária, #NãoBinária, and #NãoBinário. These materials were organized and coded using NVivo software, with categorization guided by the analytical axes of recognition, belonging, and regulation. The findings indicate that TikTok operates as an ambivalent space: while it expands visibility and strengthens dissident communities, it also reproduces identity-based, linguistic, and aesthetic hierarchies. This dynamic reveals that processes of gender naming and affirmation function both as practices of resistance and as arenas of dispute and social control.

Keywords: Social Media; Gender; TikTok; Dissidence; Queer of Color Critique.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Planilha digital de organização dos dados.....	91
Figura 2 – Projeto de #Travesti no Software NVivo.....	92
Quadro 1 – Categorias e subcategorias de análise.....	95
Figura 3 – Concepção tridimensional do discurso em Fairclough.....	98
Figura 4 – The Charmed Circle de Gayle Rubin (1984).....	103
Figura 5 – Página Para Você/ For You Page.....	106
Figura 6 – Lógica da replicabilidade no TikTok.....	107
Figura 7 – Organização de hashtags no TikTok.....	108
Figura 8 – Exemplo de resposta em vídeo a um comentário no TikTok.....	109
Figura 9 – Lista de reprodução temática no TikTok organizada em formato seriado.....	110
Figura 10 – Sugestão de pesquisa exibida abaixo de um vídeo no TikTok.....	111
Figura 11 – Página de resultados da pesquisa sugerida no TikTok.....	112
Figura 12 – Interface inicial TikTok para escolha de interesses.....	115
Tabela 1 – Distribuição de categorias e subcategorias de #Travesti por número de referências.....	119
Figura 13 – Nuvem de palavras mais recorrentes na subcategoria identidade.....	120
Gráfico 1 – Matriz de codificação entre Discursos de Reconhecimento e Discursos de Regulação....	123
Figura 14 – Comentários nas postagens dos vídeos 49 e 50.....	129
Tabela 2 – Número de referências codificadas em #Travesti e #MulherTrans.....	146
Tabela 3 – Distribuição de categorias e subcategorias de #NãoBinárie por número de referências.....	155
Gráfico 2 – Matriz de codificação entre Discursos de Reconhecimento e Discursos de Regulação....	164
Figura 15 – Exemplo de uso da bandeira Não Binária em vídeos de #NãoBinárie no TikTok.....	171
Figura 16 – Exemplo de categorização de gênero em postagem na plataforma X.....	179
Tabela 4 - Número de referências codificadas em #NãoBinárie, #NãoBinária e #NãoBinário.....	180
Figura 17 – E-mails recebidos após a saída do TikTok.....	199

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC – Análise de Discurso Crítica

CNLGBTQIA+ – Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

CNCD/LGBT – Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos da População LGBT

DPLGBT – Departamento de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

GLF – *Gay Liberation Front*

GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes

LGBTI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais/Transgêneros e Intersexo

LGBTQIAP – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Transsexuais/Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais/Arromânticas/Agênero e Pansexuais/Polissexuais

MBL – Movimento Brasil Livre

NB – Não Binário / Não Binária / Não Binária

NVivo – *Software* de análise qualitativa de dados

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PNE – Plano Nacional de Educação

POV – *Point of View*

FY – *For You*

FYP – *For You Page*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E PERGUNTA DE PESQUISA.....	21
1.2 JUSTIFICATIVA.....	22
1.3 OBJETIVOS.....	29
1.3.1 Objetivo Geral.....	29
1.3.2 Objetivos Específicos:.....	29
2 O CONCEITO DE IDENTIDADE: PERSPECTIVAS E TENSÕES.....	30
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS, IDENTIFICAÇÃO E ESSENCIALISMO ESTRATÉGICO.....	33
2.1.1 A identidade é uma armadilha? Reflexões sobre identitarismo e políticas identitárias.....	37
3 CONCEITUANDO GÊNERO E SEXUALIDADE.....	46
3.1 DISSIDENTE DE QUÊ? REFLEXÕES SOBRE DISSIDÊNCIA DE GÊNERO E SEXUALIDADE.....	51
3.2 ENTRE COLONIALISMO E DISSIDÊNCIA: GÊNERO, SEXUALIDADE E REGIMES DE CONTROLE.....	59
3.2.1 Raízes da dissidência de gênero e sexualidade.....	62
3.2.2 Gênero e sexualidade no Brasil Colonial e Escravocrata.....	69
4 TEORIAS QUEER: DO NORTE AO SUL.....	74
4.1 PERCORRENDO A MATRIZ TEÓRICA QUEER DO NORTE GLOBAL.....	74
4.2 TENSIONANDO A MATRIZ HEGEMÔNICA: A CRÍTICA QUEER DE COR.....	82
5 PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	86
5.1 COLETA DE DADOS NO TIKTOK.....	88
5.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE: ORGANIZAÇÃO E CODIFICAÇÃO DOS VÍDEOS NO SOFTWARE NVIVO.....	92
5.3 EIXOS DE LEITURA DO CORPUS: CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE.....	94
5.4 ANÁLISE TRIDIMENSIONAL DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA (ADC).....	97
5.4.1 Nível 1: Texto.....	99
5.4.2 Nível 2: Prática discursiva.....	100
5.4.3 Nível 3: Prática social.....	102
5.5 TIKTOK: APRESENTAÇÃO E DINÂMICAS DE FUNCIONAMENTO.....	104
5.6 ADENTRANDO O TIKTOK.....	112
6 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA DE #TRAVESTI E #NÃOBINÁRIE NO TIKTOK.....	117
6.1 RECONHECIMENTO, PERTENCIMENTO E REGULAÇÃO EM #TRAVESTI.....	117
6.1.1 Discursos de Pertencimento: comunidade, trabalho e materialidade de sobrevivência.....	126
6.1.2 Regulação Estética e Regulação Identitária.....	137
6.1.3 #MulherTrans em perspectiva comparativa.....	145
6.2 RECONHECIMENTO, PERTENCIMENTO E REGULAÇÃO EM #NÃOBINÁRIE.....	152
6.2.1 Linguagem e Regulação Identitária.....	162
6.2.2 Construindo comunidades e pertencimento em #NãoBinárie.....	169
6.2.3 Androginia como ideal estético e forma de regulação.....	173
6.2.4 #NãoBinário e #NãoBinária em perspectiva comparativa.....	178
7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	188
7.1 TRÍADE ANALÍTICA: RECONHECIMENTO, PERTENCIMENTO E REGULAÇÃO COMO CIRCUITO DINÂMICO.....	188

7.2 TRAVESTI E NÃO BINÁRIE:TEMPORALIDADES POLÍTICAS, MATERIALIDADES E DISPUTAS POR INTELIGIBILIDADE.....	190
7. 3 MUDANÇA SOCIAL, FRONTEIRAS E FUTURIDADES DISSIDENTES NO TIKTOK.	193
7.4 É POSSÍVEL O TIKTOK SER QUEER? OU MELHOR, É POSSÍVEL O TIKTOK SER DISSIDENTE DE GÊNERO?.....	198
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	203
REFERÊNCIAS.....	206

1 INTRODUÇÃO

“*A crise da identidade: então a culpa é da esquerda identitária?*”, é com essa pergunta que a jornalista brasileira Marie Declercq inicia a edição 42 da sua Newsletter Não Prometo Nada¹. O questionamento proposto parte das críticas recorrentes dirigidas à esquerda brasileira em relação às pautas identitárias, que argumentam que todas as crises políticas e sociais atuais decorrem do fato de a esquerda ter adotado o chamado “identitarismo” e, com isso, perdido o contato com a classe trabalhadora.

Essa crítica se manifesta em discursos em diferentes mídias sociais. O pesquisador brasileiro Sérgio Ferreira (2023), por exemplo, analisou as discussões sobre as eleições municipais de 2020 no Twitter (atualmente intitulado X) e identificou uma reação intensa ao que os usuários denominavam de “identitarismo.” Ferreira (2023) observou que, segundo os enunciados na mídia social, os marcadores identitários estavam se infiltrando nos partidos, minando as tradições de instituições voltadas à classe trabalhadora e influenciando o direcionamento de partidos progressistas, socialistas e marxistas. Nos discursos analisados, ficou evidente que esse fenômeno tem surpreendido e gerado desconforto em muitas pessoas, que defendem que o discurso identitário parece ter ganhado força a ponto de orientar decisões dentro dos partidos de esquerda.

Segundo a definição de Ferreira (2023), o termo “identitarismo” é utilizado como uma adjetivação que caracteriza um suposto movimento, perspectiva, partido ou ação política cuja base incorpora pautas relacionadas a minorias raciais, de gênero e sexuais. Nesse sentido, o conceito refere-se a uma orientação política que prioriza questões identitárias como parte central de sua agenda, o que, segundo críticos, desloca o foco das pautas mais amplas e tradicionais ligadas à classe trabalhadora e ao combate às desigualdades econômicas.

Trago essa reflexão sobre o identitarismo porque ela é importante para refletir sobre as críticas aos movimentos LGBTQIAP+² brasileiros, frequentemente colocados no centro de questionamentos que associam pautas identitárias à fragmentação da esquerda. Em muitos discursos, esses movimentos são apresentados como responsáveis por um suposto

¹ Disponível neste link: https://open.substack.com/pub/naoprometonada/p/nao-prometo-nada-42-a-crise-de-identidade?r=t127&utm_campaign=post&utm_medium=web. Acesso em: 31 de outubro de 2024.

² Neste trabalho, utilizo a sigla LGBTQIAP+ para me referir especificamente ao movimento de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade no Brasil. A escolha de uma sigla mais abrangente busca refletir a pluralidade de marcadores identitários presentes no contexto brasileiro e destaca a complexidade desse movimento, que vai além de categorias restritas e rígidas.

afastamento das lutas de classe³, como se suas reivindicações por reconhecimento e direitos específicos estivessem em oposição às pautas econômicas estruturais. Essa leitura, no entanto, ignora as interseccionalidades e a complexidade das vivências que articulam gênero, sexualidade, raça e classe em suas formas de resistência e organização política.

Embora o conceito de identitarismo seja frequentemente utilizado por aqueles que o enxergam como uma fragmentação das pautas políticas, especialmente as relacionadas à classe trabalhadora, defendo que as construções identitárias dissidentes de gênero e sexualidade no Brasil oferecem diferentes perspectivas para esses debates. Neste estudo, entendo por identidades dissidentes de gênero e sexualidade as existências, experiências e práticas que rompem com as normas cisheteronormativas e coloniais, desafiando a inteligibilidade imposta pelo sistema sexo/gênero binário. Essa definição é construída a partir das reflexões de Gayle Rubin (1975), que analisa como o sistema sexo/gênero delimita quais formas de existência são reconhecíveis dentro das normas sociais hegemônicas, e de Judith Butler (2004), cuja noção de inteligibilidade de gênero aponta para os regimes modernos que definem quais corpos e subjetividades são considerados legítimos ou possíveis.

Quando escrevo cisheteronormatividade nesta pesquisa, tal conceito é mobilizado a partir de contribuições de pesquisadoras como Viviane Vergueiro (2015) e Beatriz Bagagli (2021) e suas reflexões sobre cisnormatividade. Para as autoras, a cisnormatividade refere-se à norma social e epistêmica que pressupõe uma correspondência entre o sexo atribuído no nascimento e a identidade de gênero de uma pessoa. Essa normatividade, ao naturalizar a cisgeneridade como padrão, exerce efeitos de poder e regulação sobre corpos e existências que não se conformam a esse modelo.

Vergueiro (2015) compreende a cisnormatividade como uma normatividade de gênero de caráter colonial, constituída por múltiplos dispositivos de poder que produzem efeitos colonizatórios sobre identidades dissidentes de gênero. Ela propõe entendê-la como uma forma de normatividade constituída pelas colonialidades, que define quais corpos são reconhecidos como legítimos e quais são marginalizados. Bagagli (2021), por sua vez,

³ Isso pode ser exemplificado na discussão sobre a PEC que propõe o fim da escala 6x1 e a redução da jornada máxima de trabalho para 36 horas semanais (PEC 148/2015). A proposta, articulada por lideranças como a deputada Erika Hilton e o vereador Rick Azevedo, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado em dezembro de 2025, mas ainda não foi aprovada de forma definitiva pelo Congresso Nacional. Em 2026, a matéria segue para votação no plenário do Senado e, posteriormente, na Câmara dos Deputados. A PEC reflete um esforço de articulação que ultrapassa a representatividade identitária e busca atender aos interesses econômicos das classes trabalhadoras como um todo, especialmente de pessoas em condições de precarização e marginalização. A proposta demonstra uma abordagem que integra as demandas das populações marginalizadas (mulheres, pessoas pretas e LGBTQIAP+) à luta por melhores condições de trabalho.

ênfatisa que a cisheteronormatividade se manifesta também no conforto social do sujeito cisgênero de não nomear-se, revelando uma assimetria entre quem é tido como “neutro” e quem precisa justificar a própria existência.

Já a heteronormatividade designa o conjunto de práticas e instituições que legitimam e privilegiam a heterossexualidade como forma natural e desejável de expressão afetivo-sexual. Como explica Cohen (1997), trata-se de um sistema que organiza hierarquias e distribui poder entre categorias sexuais, sustentando-se em uma visão de mundo centrada em uma heterossexualidade dominante e estereotipada. Essa perspectiva está vinculada à genealogia da heterossexualidade compulsória, conceito que expõe os mecanismos pelos quais práticas não heterossexuais são invisibilizadas e marginalizadas.

Quando articuladas, cisheteronormatividade e heteronormatividade revelam o entrelaçamento das normas que regulam gênero e sexualidade, estruturando um mesmo regime de inteligibilidade social. Por isso, ao longo deste trabalho, adoto o termo cisheteronormatividade para designar esse sistema integrado de regulação, que produz e reproduz as fronteiras entre corpos legítimos e ilegítimos, orientações sexuais reconhecidas e invisibilizadas, identidades normativas e dissidentes.

A partir dessas reflexões, proponho, nesta pesquisa, analisar como os discursos mobilizados a partir das identidades dissidentes de gênero **Travesti e Não Binário** no TikTok produzem sentidos sobre reconhecimento, pertencimento e regulação identitária. Entendo a mídia social como mediadora desses processos, um espaço cujas lógicas algorítmicas, formatos de interação e mecanismos de visibilidade participam ativamente da produção, circulação e contestação de discursos identitários.

Além disso, a proposta deste trabalho também envolve investigar de que forma esses discursos, atravessados por experiências interseccionais de raça e classe, negociam dinâmicas identitárias e tensionam concepções hegemônicas de gênero e também de sexualidade formuladas a partir de perspectivas do Norte Global, situando-se em um contexto cultural e político brasileiro.

Entendo que em vez de representarem uma fragmentação das lutas políticas, como a crítica ao identitarismo aponta, as identidades dissidentes de gênero e sexualidade no Brasil oferecem outras perspectivas de enfrentamento, desestabilizando os modos dominantes de construção da subjetividade e ampliando os horizontes de quem pode ser legitimamente reconhecido como parte do coletivo. Mais do que uma questão de identidade fixa, essas construções identitárias subvertem normas hegemônicas de gênero ao afirmarem modos

plurais de existência. Elas abrem espaço para vivências que reivindicam reconhecimento e pertencimento, articulando formas de agência política e inserção social que desafiam as fronteiras do que é considerado legítimo na ordem vigente.

Essa perspectiva permite problematizar o identitarismo não apenas como ferramenta de reconhecimento, mas também como estratégia discursiva que pode operar na manutenção da regulação e do controle, sustentada por hegemonias construídas socio-historicamente. Se, por um lado, as políticas identitárias de afirmação de gênero e sexualidade, que emergiram com maior força a partir dos anos 1960, configuraram-se, conforme observa Weeks (1995), como formas de resistência à invisibilidade e à marginalização das dissidências sexuais e de gênero, por outro, sua institucionalização e estabilização produziram novos regimes de legibilidade, delimitando fronteiras no que é entendido como identidade.

É nesse contexto que essas pautas, à medida que conquistaram visibilidade, passaram também a ser enquadradas por novos mecanismos de regulação simbólica, expressos, por exemplo, na apropriação do sufixo “-ismo” como ferramenta de desqualificação e patologização. Bourdieu (1998) aponta que tal sufixo carrega uma marca ideológica que associa determinados discursos a exagero ou desvio, enquanto Rios (2006) destaca como o uso persistente do termo homossexualismo reforça uma lógica de regulação moral e médica das sexualidades dissidentes.

Essa mesma lógica simbólica se atualiza, no contexto contemporâneo, no emprego do termo identitarismo por lideranças políticas e religiosas, que passam a utilizá-lo como instrumento de deslegitimação das lutas por reconhecimento e emancipação, projetando sobre elas a ideia de um suposto radicalismo ou fundamentalismo. Trata-se, portanto, de uma estratégia discursiva que reinscreve hierarquias, desloca demandas por direitos para o campo do “excesso” ou da “ameaça” e enfraquece sua legitimidade pública.

Compreender esses deslocamentos discursivos exige uma abordagem transversal, capaz de apreender como gênero e sexualidade, enquanto dimensões identitárias, se entrelaçam a dinâmicas políticas, econômicas e culturais mais amplas. Essa perspectiva é fundamental para evitar um esvaziamento político das pautas identitárias, especialmente no contexto das lutas de classe, e para evidenciar como os discursos sobre identidade operam simultaneamente como formas de resistência e de regulação. É nesse horizonte analítico que se inserem as escolhas teórico-metodológicas deste trabalho.

Esta pesquisa se fundamenta nas teorias *queer*, com ênfase na crítica *queer* de cor, por reconhecer que analisar identidades dissidentes de gênero no Brasil exige uma abordagem

situada, atenta às intersecções de raça e classe. Embora fundamentais, as formulações tradicionais do pensamento *queer* originadas no Norte Global muitas vezes não contemplem a complexidade das experiências e dos marcadores locais que atravessam esses termos e seus usos.

Desenvolvidas nos Estados Unidos a partir dos anos 1990, as teorias *queer* propõem uma crítica à normatividade sexual e de gênero, problematizando categorias identitárias fixas e os regimes de poder que as mantêm. No entanto, muitas dessas abordagens desconsideram marcadores como raça, classe e colonialidade. A crítica *queer* de cor, por sua vez, surge como uma resposta a essas lacunas, articulando gênero e sexualidade com interseccionalidades raciais, econômicas, sociais e culturais, especialmente em contextos historicamente marcados pela colonização e pela desigualdade estrutural, como é o caso do Brasil. Ela emerge da confluência entre teoria *queer*, teoria crítica da raça, feminismo negro e materialismo histórico. Portanto, incorporo essa abordagem à pesquisa por seu potencial de revelar como essas categorias se articulam na construção de subjetividades e experiências marginalizadas. Mais adiante, aprofundarei essa discussão, explorando suas implicações conceituais e metodológicas.

Além disso, por se tratar de um estudo centrado em práticas discursivas, adoto a Análise de Discurso Crítica (ADC) tanto como método quanto como referencial teórico. Desenvolvida pelo linguista britânico Norman Fairclough, a ADC é uma vertente dos estudos do discurso que busca compreender como os discursos estão imbricados em relações de poder, ideologias e dominação social. A ADC parte do princípio de que o discurso constitui a realidade, sendo, portanto, também uma prática social que participa ativamente da construção de significados, identidades e estruturas sociais. Neste estudo, a Análise de Discurso Crítica (ADC) não será empregada apenas como um conjunto de procedimentos metodológicos, mas como uma lente teórico-analítica fundamental para examinar os discursos que envolvem as identidades dissidentes de gênero, Travesti e Não Binária.

Além das referências internacionais dos estudos de ADC, este trabalho também se inspira nas contribuições de pesquisadoras brasileiras⁴ que têm mobilizado essa vertente discursiva em diferentes áreas do conhecimento. Entre elas, destaca-se Izabel Magalhães, pioneira na consolidação dessa abordagem no Brasil, cuja atuação foi decisiva para o

⁴ Também reconheço os estudos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Análise de Discurso Crítica (GPADC), da Universidade Estadual do Ceará, sob a liderança do pesquisador Lucineudo Irineu — grupo que me acolheu durante o percurso desta tese e no qual tive a oportunidade de realizar valiosas trocas acadêmicas e estruturar parte significativa desta pesquisa.

desenvolvimento de um campo de estudos voltado às relações entre linguagem, ideologia e poder. Desde a publicação de seu artigo “Por uma Abordagem Crítica e Explanatória do Discurso” (1986), Magalhães contribuiu para instituir uma tradição de pesquisa em ADC, especialmente a partir do Grupo de Pesquisa em Linguagem e Ideologia da Universidade de Brasília, fortalecendo um diálogo entre perspectivas críticas e a realidade social brasileira.

É também por essa trajetória que escolho utilizar “Análise de Discurso Crítica”, e não “Análise Crítica do Discurso”. Como explica Magalhães (2005), essa escolha não se limita a uma questão terminológica, mas reflete a inserção da ADC em uma tradição nacional consolidada de estudos do discurso, cujas bases remontam a obras como “A Linguagem e seu Funcionamento” de Eni Orlandi (1983). No Brasil, o campo da análise de discurso já possui um percurso teórico sólido, e a formulação “Análise de Discurso Crítica” reconhece essa filiação, articulando a vertente crítica internacional com o contexto histórico, político e epistemológico das pesquisas em linguagem desenvolvidas no país.

Para fundamentar as reflexões que se seguem, explico a seguir o meu entendimento sobre dissidência de gênero e dissidência de sexualidade⁵. Para Judith Butler (2008), a noção de gênero é performativa, ou seja, construída socialmente através de ações repetidas que dão a ilusão de uma essência fixa. Butler (2008) sugere que as identidades de gênero são múltiplas e que essa multiplicidade abre espaço para dissidências, ao mostrar que os indivíduos não são necessariamente vinculados a categorias rígidas de “homem” ou “mulher”, por exemplo. Nesse sentido, entendo a dissidência de gênero como a recusa ou deslocamento das normas que organizam esse sistema binário de gênero, evidenciando que essas categorias não são naturais, mas produzidas e reiteradas socialmente. Neste trabalho, abordo a dissidência de gênero como um campo de possibilidade política, onde identidades não conformes a noções binárias afirmam sua existência e reivindicam reconhecimento, pertencimento e legitimidade social.

Já Michel Foucault (1988) em *A História da Sexualidade: A vontade de Saber* discute como a sexualidade é moldada e regulada pelo poder social, demonstrando que as normas que

⁵ Embora esta pesquisa tenha como foco central as dissidências de gênero, o termo “dissidência de sexualidade” é mobilizado em alguns momentos de forma complementar. Essa escolha se justifica porque, nos contextos analisados, especialmente no TikTok, gênero e sexualidade aparecem frequentemente de maneira imbricada, tanto nos discursos quanto nos processos de identificação e pertencimento. Assim, as performances de gênero, os regimes de visibilidade e as formas de reconhecimento observadas nas análises são atravessados também por marcadores de sexualidade, que operam conjuntamente na produção de sentidos, na organização das comunidades e na circulação de discursos. Portanto, a referência à dissidência de sexualidade não desloca o eixo analítico da pesquisa, mas permite compreender de forma mais situada e relacional as dinâmicas discursivas observadas.

definem o “normal” e o “desviante” são construções históricas. Para ele, o controle sobre o corpo e a sexualidade opera como uma forma de exercer poder, e a dissidência sexual representa uma resistência a esses mecanismos de normatização. A partir dessa abordagem, entendo a dissidência de sexualidade como a recusa das normas que regulam os corpos e as práticas afetivo-sexuais dentro de uma lógica de controle social. Inspirada na análise de Foucault (1988), neste trabalho compreendo a dissidência sexual como a expressão de subjetividades que escapam às classificações do que é “normal” e que, ao fazê-lo, tensionam os mecanismos de poder que moldam o que é socialmente aceitável.

No entanto, é relevante destacar que compreender as dissidências de gênero e sexualidade apenas sob a ótica da normatização sexual e de gênero pode resultar na desconsideração de outras estruturas de opressão igualmente determinantes, como raça e classe. Por isso, é fundamental ampliar esse olhar a partir de perspectivas que consideram a intersecção entre essas múltiplas dimensões. Pessoas pesquisadoras filiadas à crítica *queer* de cor, como Audre Lorde (1984) e Gloria Anzaldúa (1987), destacam como a experiência das pessoas racializadas influencia suas expressões de gênero e sexualidade de maneiras que não são capturadas por categorias eurocêntricas e universais. Nesse sentido, as dissidências de gênero e sexualidade também se configuram como um posicionamento político, social e cultural, onde raça, etnia, classe e contexto social configuram formas de resistência às opressões múltiplas.

Diante dessas reflexões sobre a identidade como ferramenta de pertencimento, reconhecimento e resistência nas margens, é fundamental também considerar como o próprio conceito de identidade pode ser pensado para além de uma essência. Stuart Hall (1996, p. 2) propõe uma leitura não essencialista da identidade, compreendendo-a como construção discursiva e histórica. Para ele, as identidades não são fixas ou determinadas *a priori*; ao contrário, elas emergem na intersecção de discursos e práticas sociais, sendo constantemente reformuladas em diferentes contextos históricos e culturais.

No Brasil, as identidades dissidentes de gênero e sexualidade se estruturam a partir de processos históricos, culturais e políticos que diferem significativamente das trajetórias observadas em países do Norte Global. Ao longo das últimas décadas, o termo “Travesti”, por exemplo, consolidou-se como marcador identitário que transcende designações individuais, constituindo-se como categoria política de resistência e reconhecimento social no país, enquanto, mais recentemente, “Não Binária” emerge em um processo ainda em curso de afirmação e consolidação nesse mesmo campo.

A emergência dessas construções identitárias no Brasil está diretamente ligada à trajetória dos movimentos sociais e às dinâmicas de exclusão e violência que historicamente marcaram as populações LGBTQIAP+. As identidades dissidentes de gênero, como as citadas acima, não apenas revelam a diversidade e a complexidade das experiências de gênero no país, mas também expõem como essas categorias são atravessadas por disputas discursivas estrategicamente articuladas por hegemonias que buscam preservar relações de poder. Nesse contexto, termos como “ideologia de gênero” e “identitarismo” emergem como dispositivos políticos e morais de controle, que tentam deslegitimar e rebaixar as lutas por reconhecimento e direitos.

Tais reflexões me levaram a pensar sobre como práticas e manifestações de identidades dissidentes de gênero no Brasil têm se articulado no contexto digital, especificamente na mídia social TikTok. Compreender esses processos identitários na atualidade implica reconhecer o papel central que as tecnologias digitais exercem na constituição, visibilidade e disputa de sentidos em torno das identidades. Mídias sociais como o TikTok não são apenas espaços de expressão, mas também instâncias de mediação simbólica, onde discursos circulam e são negociados e regulados. Por esta razão, entendo as mídias digitais como dimensões fundamentais para refletir sobre as construções identitárias contemporâneas e as formas de pertencimento, reconhecimento e regulação que emergem a partir delas.

O TikTok, amplamente conhecido por sua diversidade de conteúdos e pelo protagonismo de usuários jovens, tem sido utilizado por pessoas dissidentes de gênero e sexualidade para abordar, questionar e ressignificar normas de gênero e sexualidade de múltiplas formas (SKINNER, 2023; JENNINGS, 2021; TURETSKY, 2021). Durante a pandemia de Covid-19, por exemplo, observou-se um aumento significativo de conteúdos voltados a essas temáticas, produzidos e consumidos por pessoas que exploravam suas identidades em meio ao isolamento social e à intensificação do uso das mídias sociais (VISNACK, 2021).

Diante desse cenário de intensa produção, circulação e disputa de sentidos em torno das dissidências de gênero e sexualidade, o TikTok foi escolhido como campo empírico desta pesquisa em razão de sua ampla abrangência, elevado nível de engajamento e diversidade de públicos. Desde seu lançamento, em 2017, a plataforma consolidou-se como uma das principais mídias sociais de vídeos no mundo, reunindo, no contexto brasileiro, mais de 91 milhões de usuários ativos (STATISTA, 2025), o que a configura como um espaço

privilegiado para a observação das dinâmicas contemporâneas de visibilidade, reconhecimento e regulação identitária.

Diferentemente de outras mídias sociais baseadas em textos ou imagens estáticas, o TikTok se estrutura a partir de uma linguagem híbrida e dinâmica, que combina som, imagem, movimento e edição rápida, favorecendo performances curtas e altamente imitáveis. Como observam Zulli e Zulli (2020), essa lógica mimética e repetitiva da plataforma cria modos específicos de sociabilidade e circulação de sentidos, nos quais a repetição e o *remix* se tornam formas de expressão e negociação identitária. Tais características tornam o TikTok um espaço privilegiado para analisar como identidades dissidentes de gênero são mobilizadas, apropriadas, tensionadas e contestadas por meio de discursos, práticas discursivas e práticas sociais.

Nesse contexto, analisar os discursos, as práticas discursivas e as práticas sociais de pessoas Travestis e Não Binárias no TikTok possibilita compreender não apenas formas contemporâneas de afirmação identitária, mas também os mecanismos de visibilidade, regulação e negociação de sentidos que atravessam essas existências no espaço digital. Ao articular debates sobre identidade, dissidência de gênero e sexualidade e mediação tecnológica, esta pesquisa busca evidenciar como as identidades dissidentes de gênero são simultaneamente produzidas como espaços de resistência e atravessadas por dinâmicas de poder, reconhecimento e controle. A partir desse percurso, esta pesquisa analisa como essas disputas discursivas se estruturam em um ambiente atravessado por lógicas algorítmicas, performativas e mercadológicas, que participam da produção de reconhecimento, pertencimento e hierarquização social.

A seguir, apresento a delimitação do tema e a pergunta de pesquisa que orientam este projeto, com o intuito de explicitar os recortes teóricos e empíricos que fundamentam a investigação.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E PERGUNTA DE PESQUISA

Em contextos marcados por desigualdades históricas e disputas simbólicas, como o brasileiro, identidades dissidentes de gênero assumem um papel central na produção de sentidos sobre reconhecimento, pertencimento e regulação. Neste trabalho, a análise se concentra nas identidades Travesti e Não Binária, compreendidas como campos atravessados

por disputas políticas, sociais e institucionais, que mobilizam debates sobre legitimidade, visibilidade e regulação identitária.

Diante das discussões apresentadas sobre identidade, dissidência de gênero e sexualidade, esta pesquisa articula as contribuições das teorias *queer*, especialmente, da crítica *queer* de cor à Análise de Discurso Crítica (ADC), entendendo o discurso como prática social constitutiva de sentidos, posições e relações de poder. A partir desse enquadramento teórico-metodológico, torna-se possível investigar como essas disputas identitárias são mobilizadas, tensionadas e negociadas no contexto brasileiro contemporâneo.

Considerando as reflexões e questões já levantadas, a problemática abordada nesta pesquisa consiste em: **Como os discursos associados às identidades Travesti e Não Binária em circulação no TikTok produzem sentidos sobre reconhecimento, pertencimento e regulação identitária no contexto brasileiro?**

1.2 JUSTIFICATIVA

Para traçar um panorama de como eu chego até essa temática de pesquisa, considero importante voltar no tempo. Em 2022, eu fui contemplada com uma bolsa de estudos do Governo Britânico chamada Chevening e me mudei para Brighton na Inglaterra (considerada a capital LGBTI+ do Reino Unido), onde passei um ano estudando no mestrado em Gênero e Mídia da University of Sussex. Em pouco tempo convivendo nesse novo espaço, alguns estranhamentos tomaram conta da minha vida pessoal e, conseqüentemente, das minhas pesquisas; o principal deles girava em torno de um termo que me era novo: “*queer*”. Para mim, uma pessoa brasileira, era muito difícil entender o que esse *queer* significava e o porquê de tantas pessoas se apresentarem como *queer* nessa nova cidade. Afinal, o que era *queer*? O que significava “*ser*” *queer*? Por que essa palavra era mencionada tantas vezes nas minhas aulas e também fora delas? E, acima de tudo, o que isso significava no Brasil? Foi assim que eu tive a ideia de criar o Projeto Cuíer,⁶ para ser apresentado como trabalho final na disciplina de Prática de Mídia Ativista do meu mestrado. Nesse projeto, que foi publicado em inglês e português, eu refleti sobre as implicações de *queer* na língua, cultura e política brasileira.

O Projeto Cuíer transformou meus interesses acadêmicos e inspirou o tema da minha dissertação de conclusão do mestrado intitulada: *Cuíer: Articulating queer in Brazilian Media*⁷ (DA CAMPO, 2023), onde investiguei como *queer* era enquadrado, representado e

⁶ O Projeto Cuíer pode ser acessado neste link: medium.com/projeto-cuier.

⁷ *Cuíer: Articulando queer na mídia brasileira* (tradução minha).

compreendido no contexto da mídia brasileira. Um dos principais achados desta pesquisa resultou no que denominei de "*práticas queer*". Minhas análises revelaram que, embora existissem muitas referências a *queer* em diferentes mídias brasileiras, o termo raramente é compreendido como uma identidade e *queer* era frequentemente colocado como algo externo, como "o outro", "o estrangeiro".

Contudo, identifiquei também a existência de práticas que desafiavam e rompiam com as concepções normativas e tradicionais de gênero e sexualidade que chamei de "práticas *queer*". Embora o termo *queer* não seja amplamente utilizado no Brasil, a pesquisa demonstrou que isso não implicava a ausência de práticas e expressões que desafiavam normas heteronormativas e cisgêneras. No Norte Global, essas práticas e expressões são frequentemente agrupadas sob o termo guarda-chuva *queer*. No Brasil e em outros países do Sul Global, no entanto, tais práticas e expressões não necessariamente se organizam ou se nomeiam da mesma forma. Aqui, as vivências dissidentes de gênero e sexualidade podem existir sem um rótulo uniforme e, muitas vezes, não há uma terminologia única que capture essa diversidade.

Essas pesquisas e reflexões me levaram a afunilar o olhar para a dissidência de gênero no Brasil, deslocando o interesse inicial em um conjunto amplo de expressões identitárias para uma investigação mais específica sobre como certas identidades se constituem, se politizam e tensionam normas sociais. Ao longo desse percurso, deparei-me com uma pluralidade significativa de experiências e identificações que fogem às categorias convencionais de gênero e sexualidade no país. Um exemplo disso está no *Glossário de (des)identidades sexuais*, publicado em 2023 e organizado por Moisés Lino e Silva e Guillermo Vega Sanabria, que reuniu 29 perfis de identificações não normativas, evidenciando um cenário identitário brasileiro diverso, em disputa e em contínua formulação.

Esse panorama reforçou a necessidade de estabelecer um recorte analítico capaz de dialogar com a complexidade brasileira sem tentar abarcá-la integralmente. Assim, optei por centrar a análise nas identidades Travesti e Não Binária, entendendo que elas permitem observar simultaneamente uma trajetória histórica consolidada e um processo emergente de articulação identitária, sem perder de vista as disputas políticas e simbólicas que atravessam a produção de sentidos sobre gênero no país. A escolha por essas identidades parte de um duplo movimento. Por um lado, Travesti constitui uma categoria identitária histórica e politicamente consolidada no país, com trajetória reconhecida no campo dos direitos humanos, da mobilização social e da produção de conhecimento. Por outro, Não Binária emerge como um

marcador em disputa, associado à formação recente de vocabulários, práticas culturais e reivindicações sociais que tensionam a própria estrutura binária do gênero.

Ao colocar essas duas identidades em diálogo, busco compreender como um eixo consolidado, marcado pela historicidade das travestilidades brasileiras, contrasta e, ao mesmo tempo, se articula com um campo identitário em processo de consolidação e sedimentação social. Essa perspectiva também responde a um ponto metodológico: ao manter o recorte na sigla “T”, investigo tanto a continuidade histórica de um movimento político já estabelecido quanto os modos contemporâneos de criação identitária que ampliam essa mesma sigla.

Além desse recorte teórico-metodológico, a escolha por Travesti e Não Binária também responde a um marcador de temporalidade e conjuntura política. Em setembro de 2025, foi lançado um movimento denominado *LGB International*⁸, uma federação de coletivos de lésbicas, gays e bissexuais que se dissociaram das organizações LGBTI+ tradicionais e passaram a reivindicar uma independência das pautas de identidade de gênero, alegando que a inclusão de pessoas trans prejudicaria a defesa dos direitos ligados à orientação sexual. Essa reorganização declarou explicitamente a intenção de agir sem engajamento com questões de identidade de gênero, recusando a autodeterminação de gênero e criticando a inclusão trans nas agendas de direitos, o que tem sido interpretado como expressão de uma nova face da transfobia interna ao movimento e um esforço por deslocar o foco político para uma oposição específica ao “T”.

Uma pesquisa centrada nas identidades Travesti e Não Binária se justifica, portanto, não apenas pela cisão recente impulsionada por iniciativas como “LGB sem T”, mas pelo conjunto mais amplo de tensões que vêm marcando o debate brasileiro sobre dissidência de gênero — e também sobre dissidência de sexualidade. Nos últimos anos, questões envolvendo reconhecimento jurídico, acesso a políticas públicas, segurança, linguagem, saúde, participação esportiva, visibilidade digital e disputas morais tornaram-se objetos de conflito constante, tanto no campo acadêmico quanto na mídia, na política institucional, nos espaços sociais e no cotidiano das mídias sociais. É nesse terreno de controvérsias sucessivas e de tentativas de regulação de corpos, direitos e modos de existir que Travesti e Não Binária aparecem como pontos críticos para observar como o país disputa, negocia e controla a legitimidade das identidades dissidentes.

⁸ Disponível em: <https://diplomatie.org.br/lgb-sem-t-a-nova-face-da-transfobia-em-movimento/> Acesso em: 19 de dezembro de 2025.

Por isso, considero importante apresentar um breve panorama dos últimos dez anos sobre a temática, a fim de evidenciar esses tensionamentos e os impactos sociais que eles trazem. As eleições de 2014, por exemplo, foram marcadas pela polarização entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, e pelas constantes negociações com a bancada evangélica no Congresso Nacional. Esse grupo, em especial, resistia e continua resistindo ativamente a avanços nas discussões sobre gênero e sexualidade, como evidenciado pela retirada das menções ao conceito de gênero do Plano Nacional de Educação (2014)⁹, que estabelecia as diretrizes e metas para a educação para os 10 anos seguintes. O argumento principal da bancada religiosa foi de que tais menções representavam uma "ideologia de gênero", um argumento utilizado inúmeras vezes em diferentes momentos.

Posteriormente, no governo de Michel Temer (2016-2019), houve uma continuidade do esvaziamento da noção de gênero, um exemplo foi a exclusão das menções ao combate à discriminação de gênero da Base Nacional Comum Curricular, como noticiado pela Folha de São Paulo em 2017¹⁰. Com essa decisão, as concepções de gênero e sexualidade, portanto, acabaram sendo incluídas como parte dos temas trabalhados na disciplina de ensino religioso, algo que foi amplamente criticado por pessoas educadoras e pesquisadoras.

O pânico moral, ou seja, as reações exageradas e emocionais do público sobre questões percebidas como ameaças à ordem social (COHEN, 2011), criado em torno da noção de "ideologia de gênero" resultou na estigmatização de qualquer menção aos termos referentes às identidades dissidentes de gênero e sexualidade brasileiras e também ao termo *queer*. Em 2017, a palavra *queer* ganhou mais força nas manchetes jornalísticas brasileiras e nas conversações em mídias sociais devido à visita ao Brasil de Judith Butler, pessoa¹¹ pesquisadora reconhecida pelos seus estudos nas áreas de gênero, política e teorias *queer*. Segundo o Jornal O Globo¹², uma petição em protesto a essa visita no site *CitizenGo* recebeu mais de 350 mil assinaturas e se referia a Butler como "[pessoa] idealizadora" e "[pessoa] promotora nefasta" da "ideologia de gênero" e que seus livros "querem nos fazer crer que a identidade é variável e fruto da cultura".

⁹ O Plano Nacional de Educação (PNE) pode ser acessado neste link: <https://pne.mec.gov.br/>.

¹⁰ Link para a reportagem disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/12/1940989-governo-temer-esvazia-genero-na-base-curricular-e-mistura-tema-com-religiao.shtml>. Acesso em: 24 de junho de 2024.

¹¹ Utilizo a palavra "pessoa" ao me referir a Judith Butler, pois Butler é uma pessoa não-binária que utiliza pronomes *they/them* em inglês, não se identificando com pronomes femininos. Esta escolha visa neutralizar linguisticamente no português, uma vez que nossa língua possui uma estrutura binária de gênero.

¹² Link para a reportagem disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/polemicas-cercam-segunda-vinda-de-judith-butler-ao-brasil-22032441>. Acesso em: 24 de junho de 2024.

No mesmo ano, a exposição “*Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*”, em cartaz no Santander Cultural em Porto Alegre no Rio Grande do Sul, foi cancelada após protestos promovidos pelo Movimento Brasil Livre (MBL) alegando que as obras promoviam blasfêmia contra símbolos religiosos e apologia ao estupro, zoofilia e pedofilia.

Outro caso que também ganhou bastante repercussão foi a iniciativa “Escola sem Homofobia”, conhecida majoritariamente e erroneamente como “kit gay”, uma iniciativa não-governamental proposta em 2004 para compor o Programa Brasil sem Homofobia¹³ do Governo Federal Brasileiro e utilizado como artefato político (TROTTI E LOWENKRON, 2023) nas eleições de 2018 por Jair Bolsonaro.

Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), sucedeu uma continuidade das discursividades ao redor da ideia de “ideologia de gênero” (MIGUEL, 2021) e uma estigmatização de identidades dissidentes de gênero e sexualidade. Em 2021, no último ano de governo, o Departamento de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (DPLGBT) foi extinto através do Decreto nº 10.883, de 6 de dezembro de 2021¹⁴. O órgão coordenava iniciativas direcionadas a essas populações no âmbito do Governo Federal e estava subordinado ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, sob a liderança de Damares Alves.

Com o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência (2023-presente), em uma campanha focada principalmente nas ideias de reconstrução e união foi lançado o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras (CNLGBTQIA+). O termo *queer*, por exemplo, foi incluído pela primeira vez em um órgão público brasileiro em abril de 2023 junto a muitas outras identidades. Essa inclusão de inúmeras identidades simbolizou um reconhecimento político significativo para uma ampla diversidade de identidades dissidentes de gênero e sexualidade, incluindo *queer*, que, nesse contexto, acabou sendo legitimado como uma identidade válida, destacando a relevância dos marcadores identitários no contexto brasileiro.

¹³ É importante ressaltar que o Programa Brasil sem Homofobia representou um marco nas políticas públicas voltadas à promoção dos direitos da população LGBTQIAP+ no país, ao buscar incluir a diversidade sexual e de gênero nas ações governamentais, especialmente no campo da educação. Sua implementação foi acompanhada de resistências de grupos conservadores, que transformaram iniciativas como o projeto Escola sem Homofobia em alvos de disputas morais e políticas, evidenciando a tensão entre esforços de inclusão e estratégias de manutenção de hegemonias excludentes.

¹⁴ O Decreto pode ser lido em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10883.htm. Acesso em: 24 de junho de 2024.

Os exemplos acima das tensões em torno de identidades dissidentes de gênero e sexualidade no Brasil demonstram que, historicamente, elas têm sido alvo de controvérsias e resistências. Esses desafios são exemplificados pela polarização política, negociações complexas, difusão de desinformação, questionamentos identitários e questões de legitimidade política. Diante disso, entendo que tal discussão não pode ser negligenciada nos debates acadêmicos-científicos do Sul Global, demandando uma ampliação e aprofundamento também no campo da comunicação. É por meio de uma pesquisa conduzida de maneira responsável, rigorosa e embasada em arcabouços teóricos, analíticos e metodológicos que se torna possível avançar no entendimento de questões específicas, suas causas e potenciais caminhos.

Para o linguista Norman Fairclough (2001), analisar questões discursivas (entendidas aqui para além do texto) exige considerar os contextos sociais em que os discursos circulam, pois é a partir deles que se definem os níveis de interpretação e compreensão. Assim, esta pesquisa, também fundamentada na Análise de Discurso Crítica (ADC), se justifica pela necessidade de ultrapassar a superfície textual, investigando conexões e causas subjacentes. A ADC não apenas orienta o processo analítico, mas também permite uma compreensão crítica das dinâmicas de poder e das disputas por sentido presentes nos discursos em circulação.

Por se tratar de um estudo em comunicação, inserido na linha de pesquisa *Linguagens e Tecnologias da Comunicação*, opto por realizar a análise em um ambiente digital onde as interações discursivas se desenvolvem: o TikTok. Essa mídia social desempenha um papel significativo na construção e circulação de discursos identitários, tornando-se um espaço para compreender como as dinâmicas discursivas operam na expressão e regulação de identidades dissidentes de gênero no Brasil.

Ademais, a escolha do TikTok como campo empírico não se justifica apenas por sua dimensão quantitativa, mas pela centralidade que a mídia social ocupa na circulação contemporânea de discursos identitários. Em 2025, o TikTok contabilizou 91,7 milhões de usuários ativos no Brasil, posicionando o país como o terceiro maior mercado, atrás apenas dos Estados Unidos (136 milhões) e da Indonésia (108 milhões) (DATAREPORTAL, 2025). Para além desses indicadores, o TikTok consolidou-se como um espaço privilegiado para observar a emergência dinâmica de discursos associados às identidades dissidentes de gênero, desempenhando um papel relevante na construção, negociação e circulação de discursos identitários.

A escolha do TikTok também se justifica pela necessidade de analisar mídias sociais que não estejam diretamente vinculadas ao ecossistema da Meta, cuja atuação mais recente tem apontado para um movimento de desmonte das políticas de moderação e proteção a grupos vulnerabilizados¹⁵. Assim, ao centralizar a análise no TikTok, esta pesquisa busca compreender como as identidades Travesti e Não Binária são mobilizadas e ressignificadas em um espaço digital atravessado tanto por possibilidades de visibilidade e resistência quanto por desafios impostos pelas dinâmicas algorítmicas. Além disso, a natureza interativa e multimídia do TikTok oferece uma rica fonte de dados para investigar as complexas interações sociais e identitárias que permeiam essas comunidades.

No contexto das discussões sobre gênero e sexualidade, o TikTok tem se tornado um espaço para a produção e circulação de discursos de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, onde usuários não apenas compartilham experiências pessoais, mas também constroem e negociam coletivamente novas formas de identificação e pertencimento. Estudos recentes indicam que o TikTok é mais do que uma mídia social de vídeos; para muitas pessoas dissidentes de gênero e sexualidade ele funciona como um espaço de expressão, visibilidade e construção comunitária. Duguay (2023, p.1-3) destaca o “potencial *queer*” da mídia social; enquanto Paciente & Woolard (2023) mostram que usuários dissidentes de gênero e sexualidade a utilizam para autoafirmação e conexão.

Dessa forma, os dispositivos algorítmicos, a valorização da performance audiovisual e os mecanismos de circulação e engajamento próprios do TikTok não apenas influenciam a visibilidade de conteúdos dissidentes de gênero e sexualidade, mas participam ativamente da produção, hierarquização e regulação dos sentidos atribuídos às identidades. Analisar essas dinâmicas permite compreender como discursos sobre Travesti e Não Binária são simultaneamente afirmados, tensionados e enquadrados nesse espaço digital, destacando o papel da mídia social na configuração das disputas por reconhecimento, pertencimento e legitimidade social.

¹⁵ Este tema será retomado em outro momento do trabalho e discutido com maior profundidade.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar como os discursos associados às identidades dissidentes de gênero brasileiras, em circulação no TikTok, participam da construção de sentidos sobre reconhecimento, pertencimento e regulação identitária.

1.3.2 Objetivos Específicos:

- a) Investigar as estratégias discursivas mobilizadas nos vídeos do TikTok associados às identidades dissidentes de gênero brasileiras (Travesti e Não Binária), considerando as dimensões do texto, da prática discursiva e da prática social na construção do reconhecimento, do pertencimento e da regulação identitária;
- b) Examinar como os discursos sobre identidades dissidentes de gênero brasileiras no TikTok se articulam ao contexto social, político e institucional do país, evidenciando disputas em torno de reconhecimento, legitimidade e pertencimento;
- c) Identificar como identidades dissidentes de gênero brasileiras, em circulação no TikTok, tensionam, reconfiguram e desafiam concepções de *queer* formuladas no Norte Global, em um contexto discursivo e culturalmente situado.

2 O CONCEITO DE IDENTIDADE: PERSPECTIVAS E TENSÕES

Na madrugada de 27 de fevereiro de 1987, em São Paulo, a polícia deflagrou a chamada Operação Tarântula, que se estenderia até 10 de março daquele ano. A justificativa oficial era o combate à propagação do vírus HIV, mas, na prática, a operação se baseava na criminalização do trabalho sexual de travestis e mulheres trans. Na primeira noite, mais de 50 travestis foram presas, muitas submetidas a violência física e psicológica, numa das ações mais cruéis e emblemáticas de repressão contra travestis e pessoas trans no Brasil.

Nesse período, identidades dissidentes de gênero eram sistematicamente deslegitimadas como formas legítimas de existência, sendo interpretadas como “ameaças” à ordem pública e à moral social, o que as tornava passíveis de controle policial. Na Operação Tarântula, o alvo principal foram travestis e mulheres trans em situação de marginalização, que já enfrentavam múltiplas camadas de exclusão: transfobia, pobreza, racismo e precarização das condições de trabalho e de vida. A memória desse momento, portanto, ajuda a compreender que a disputa por reconhecimento das identidades de gênero no Brasil emerge em um cenário de criminalização sistemática e de resistência coletiva contra práticas de extermínio social.

A identidade, como Stuart Hall (2003) discute, não é um dado fixo, mas um processo. Ela é construída historicamente, marcada por disputas, deslocamentos e reivindicações. Nesse processo de construção identitária, episódios como a Operação Tarântula não apenas expuseram a violência estrutural contra pessoas dissidentes de gênero, mas também inscreveram essas identidades em uma luta política por reconhecimento. A resistência das travestis diante da criminalização e da repressão estatal desafiou os limites do que era considerado legítimo ou visível no espaço público. Como explica Hall (2003, p. 51), as identidades diaspóricas são forjadas no deslocamento e na resistência. Não há identidade sem conflito, sem disputa, sem luta contra as estruturas que tentam silenciar e marginalizar determinados corpos.

Historicamente, coletivos e movimentos LGBTQIAP+ no Brasil têm articulado suas trajetórias e formas de existência como práticas de resistência e ação política. Nesse processo, as identidades deixam de ser compreendidas apenas como vivências individuais e passam a se constituir como posicionamentos coletivos e históricos, voltados à ampliação da visibilidade e do reconhecimento social. Dessa forma, tais práticas dialogam com a perspectiva de Hall

(1996), que enfatiza não existir um “eu” fixo e essencial, mas sim uma identidade em permanente construção, moldada no confronto com as estruturas sociais (HALL, 1996, p. 4).

Nesta pesquisa, portanto, entendo que identidade não é uma essência fixa, mas um processo histórico e discursivo, marcado por relações de poder e pelas normatividades impostas pelas estruturas sociais. Como argumenta Hall (1996), a identidade é um posicionamento, constantemente negociado e redefinido a partir das interações entre sujeito e contexto sociocultural. No caso das identidades dissidentes de gênero e sexualidade, essa construção ocorre em um cenário de tensão com padrões hegemônicos de gênero e sexualidade, que buscam normatizar e excluir determinadas experiências.

Hall (1996, p. 4), portanto, rejeita a concepção iluminista de um sujeito centrado e coeso, propondo, em vez disso, a identidade como um processo contingente e em fluxo, marcado por deslocamentos e posicionamentos estratégicos. Assim, ele sugere que a identidade deve ser compreendida como uma construção relacional, definida não por uma essência, mas pelo jogo das diferenças dentro das formações discursivas.

As contribuições de Fairclough (2001) nas mobilizações da Análise de Discurso Crítica (ADC) contribuem para essa perspectiva ao enfatizar que a identidade é construída discursivamente e desempenha um papel central na reprodução e transformação das relações sociais. Assim como Hall (1996), ele argumenta que a identidade não é fixa, mas é formada na intersecção entre discursos e práticas sociais. Fairclough (2001) destaca que as formas de definição e categorizações identitárias estão diretamente ligadas às estruturas de poder e ideologia. O discurso, portanto, constitui as identidades ao articular significados que delimitam quem pode ser reconhecido e sob quais condições. Essa compreensão possibilita analisar as identidades dissidentes de gênero e sexualidade não como categorias estáveis, mas como efeitos de discursos, práticas discursivas e práticas sociais que operam em contextos históricos específicos, sendo continuamente negociadas, contestadas e ressignificadas.

De acordo com Fairclough (2001), o discurso ativamente constrói identidades, relações e sistemas de conhecimento. Dentro da função ideacional, ele explica que o discurso participa da formação de ideologias ao representar o mundo a partir da perspectiva do falante. Já na dimensão identitária, o discurso desempenha um papel central na constituição de identidades individuais e coletivas, enquanto na função relacional contribui para a construção das interações sociais. Assim sendo, a função textual diz respeito à organização e estruturação do discurso, demonstrando como as escolhas linguísticas operam na manutenção, transformação ou contestação de identidades e relações sociais.

A ênfase na função identitária, destacada por Fairclough (2001), decorre do fato de que a identidade é um elemento discursivo fundamental para as transformações culturais e sociais. Para o autor, a construção discursiva das identidades revela a relevância da função identitária na linguagem, pois as formas de definição e categorização de identidades em uma sociedade refletem seu funcionamento em relação às relações de poder, à reprodução de normas e à mudança social.

Nessa conjuntura, a globalização e os deslocamentos transnacionais intensificam o caráter dinâmico das identidades. Para Hall (1997, p. 28), os processos globais desestabilizam concepções tradicionais de identidade nacional, produzindo novas subjetividades fragmentadas e híbridas. Para ele, a homogeneização cultural promovida pela globalização convive paradoxalmente com a reafirmação de identidades locais e comunitárias, levando a um cenário de tensões e recomposições identitárias. Dessa forma, a identidade não apenas se desloca em resposta às transformações globais, mas também se reinscreve em novas formas de pertencimento e resistência.

Hall (1992) também discute como a modernidade tardia intensificou a fragmentação identitária, deslocando o sujeito de uma posição fixa para uma rede de identificações múltiplas e provisórias. Esse processo tem implicações diretas para as identidades dissidentes de gênero e sexualidade, uma vez que desafia modelos essencialistas que, historicamente, buscaram fixar identidades em categorias binárias e normativas. Se, como argumenta Hall (1992), a identidade cultural deve ser entendida como um conjunto de representações em disputa dentro de sistemas de significação, as identidades dissidentes de gênero e sexualidade são constantemente negociadas e redefinidas a partir das tensões entre discursos hegemônicos e contra-hegemônicos.

As identidades sociais, incluindo aquelas relacionadas a gênero, sexualidade, raça, nacionalidade e classe, são construções históricas e culturais que emergem a partir de múltiplas interpelações sociais. Como explica Guacira Louro (2000), os sujeitos não possuem uma identidade única e fixa, mas são constantemente atravessados por diferentes pertencimentos e afiliações, que podem, inclusive, entrar em conflito entre si.

Assim, o reconhecimento em determinada identidade ocorre por meio de processos de identificação e resposta a essas interpelações, estabelecendo laços com grupos e comunidades de referência. No entanto, essa relação não é estável ou definitiva, pois os sentidos de identidade são constantemente renegociados. Como Louro (2000) explica, algumas

identificações podem ser passageiras, atraentes em um momento e descartáveis em outro, demonstrando a existência de um caráter fluido e transitório das identidades.

Logo, as identidades de gênero e sexualidade, como todas as demais, não são naturais nem imutáveis, mas estão marcadas pela instabilidade, pela historicidade e pela pluralidade, sendo continuamente reformuladas de acordo com os contextos sociais, culturais, linguísticos e políticos em que se inscrevem. Compreender as identidades como construções históricas, plurais e em constante reformulação permite avançar na reflexão sobre os modos como elas são mobilizadas em diferentes contextos.

A partir dessa perspectiva, torna-se possível discutir como determinadas formas de identificação são acionadas estrategicamente em políticas públicas e movimentos sociais, especialmente quando a visibilidade e o reconhecimento se tornam condições fundamentais para a conquista de direitos, questão que será aprofundada na próxima seção, dedicada à relação entre identificação, políticas públicas e essencialismo estratégico.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS, IDENTIFICAÇÃO E ESSENCIALISMO ESTRATÉGICO

A compreensão das identidades como processos discursivos e históricos encontra um paradoxo quando observada a partir das práticas institucionais e das políticas públicas contemporâneas. No Brasil, políticas voltadas para populações LGBTQIAP+ (assim como para outros grupos minorizados) frequentemente exigem a nomeação explícita da identidade como condição para o acesso a direitos, benefícios e/ou proteções. O Estado, ao demandar a autodeclaração de pertencimento a determinadas categorias identitárias, atua simultaneamente como agente de reconhecimento e de regulação, delimitando quem pode ser legitimado como sujeito de direitos.

Essa exigência, embora fundamental para a formulação de políticas afirmativas e para o avanço de pautas históricas de reconhecimento, também produz efeitos de fixação identitária. Ao transformar categorias políticas em marcadores burocráticos, o Estado tende a cristalizar identidades que, na experiência vivida, são múltiplas, contraditórias e em constante negociação. Essa tensão entre reconhecimento e regulação pode ser analisada com base na noção de poder e governamentalidade proposta por Foucault (1988; 2008). Para o autor, o poder moderno não opera apenas pela repressão ou proibição, mas pela produção de sujeitos, agindo positivamente, criando categorias, normas e saberes que os tornam legíveis e

administráveis. Ao mesmo tempo em que reconhece, o Estado também define e circunscreve as formas de vida que podem ser reconhecidas.

As políticas públicas que exigem a autodeclaração de identidades de gênero, raça e/ou sexualidade participam dessa lógica. Elas funcionam como dispositivos de governamentalidade, isto é, como mecanismos que articulam saber e poder para gerir populações. Quando o Estado demanda que os sujeitos nomeiem suas identidades para acessar direitos, ele os insere em um campo de visibilidade regulada: só é possível ser protegido se for possível ser classificado. Essa classificação, contudo, produz identidades normatizadas, pois delimita o que é reconhecível e, portanto, o que pode existir social e juridicamente. Ao mesmo tempo em que concede existência política a certos sujeitos, o Estado também produz exclusões, pois aqueles que não se encaixam nas nomenclaturas oficiais permanecem à margem da proteção e da legibilidade institucional.

Assim, o que parece ser um avanço em termos de reconhecimento pode também funcionar como uma nova camada de controle normativo, onde a multiplicidade das experiências dissidentes de gênero e sexualidade é reduzida àquilo que pode ser descrito e contabilizado. Foucault (1988) demonstra que os discursos sobre sexualidade e, por extensão, sobre gênero e identidade emergem historicamente não como libertação, mas como formas de administração da vida, atravessadas por interesses políticos, jurídicos e científicos. A exigência de nomeação identitária, em razão disso, é parte dessa racionalidade governamental moderna que transforma o sujeito em objeto de saber e intervenção.

Essa relação entre reconhecimento e regulação também se manifesta de forma desigual quando observamos os contrastes entre o Norte e o Sul Global. Nos países centrais, especialmente naqueles que consolidaram o Estado de bem-estar social ao longo do século XX, parte das políticas de inclusão social foram formuladas a partir de princípios universalistas, vinculando o acesso a direitos à condição de cidadania, e não à comprovação individual de pertencimento identitário. Conforme analisa Fraser (2003), os regimes de bem-estar social buscaram promover a igualdade por meio de políticas redistributivas que desafiavam distinções de *status*, partindo da premissa de que todos os cidadãos deveriam ter acesso a um padrão mínimo de segurança e participação social.

Entretanto, o próprio ideal universalista desses regimes não impediu que novas formas de desigualdade e exclusão emergissem no interior dessas sociedades. À medida que questões de gênero, sexualidade e raça ganharam centralidade nos debates públicos, as promessas de

igualdade abstrata revelaram seus limites: a cidadania formal nem sempre se traduziu em reconhecimento das diferenças.

Nessas circunstâncias, observa-se, nas últimas décadas, uma reação conservadora intensa contra as políticas de gênero e diversidade nesses mesmos contextos. O caso do Reino Unido é emblemático; sob a retórica de “proteção às mulheres” e “defesa da liberdade de expressão”, multiplicam-se propostas de restrição a direitos de pessoas trans, sobretudo em relação ao reconhecimento legal do gênero e ao acesso a espaços públicos, direitos e serviços de saúde. Esse cenário evidencia que, mesmo onde as estruturas institucionais pareciam mais estáveis, a legitimidade das identidades dissidentes de gênero e sexualidade permanece vulnerável diante de ofensivas morais e políticas que buscam reestabelecer fronteiras rígidas entre os corpos.

Em abril de 2025, por exemplo, a Suprema Corte do Reino Unido decidiu por unanimidade no caso *For Women Scotland Ltd v The Scottish Ministers*¹⁶, uma ação movida pelo grupo ativista *For Women Scotland*, que contestava diretrizes do governo escocês sobre o reconhecimento legal de pessoas trans. O tribunal entendeu que os termos “mulher”, “homem” e “sexo”, conforme previstos na *Equality Act 2010* (legislação britânica que estabelece as bases para a proteção contra discriminação), devem ser interpretados estritamente com base na ideia de sexo biológico. Com essa decisão, a definição legal de “mulher” passou a excluir as mulheres trans, mesmo aquelas que possuem um *Gender Recognition Certificate (GRC)*¹⁷, documento oficial que reconhece juridicamente a mudança de gênero no Reino Unido.

A Corte argumentou que a inclusão de mulheres trans nas definições legais poderia comprometer a coerência da aplicação da lei e dos “espaços exclusivos por sexo”, como vestiários, presídios e serviços de saúde. Ainda que o tribunal tenha ressaltado que a *Equality Act* continua garantindo proteção contra discriminação com base na identidade de gênero, a decisão foi interpretada por diversas instituições de direitos humanos como um retrocesso nos direitos das pessoas trans, por reafirmar uma noção biológica e binária de sexo em detrimento das identidades de gênero socialmente reconhecidas.

No Brasil, por sua vez, onde o modelo de bem-estar social nunca foi plenamente implementado, o reconhecimento estatal tende a ser condicional e burocraticamente vinculado a identidades fixas, exigindo comprovações, diagnósticos ou autodeclarações formais para o

¹⁶ *For Women Scotland Ltd* contra Ministros Escoceses.

¹⁷ Certificado de Reconhecimento de Gênero.

acesso a políticas públicas. Essa dinâmica reforça o que Spivak (1988, p. 205) denomina de “essencialismo estratégico”, uma tática política em que grupos subalternizados mobilizam categorias identitárias fixas para reivindicar direitos dentro de sistemas que só reconhecem sujeitos previamente nomeados. Assim, ainda que, no contexto brasileiro, os movimentos dissidentes de gênero e sexualidade busquem tensionar categorias fixas e afirmar a fluidez das experiências, eles se veem, de modo semelhante ao que ocorre em outros países, compelidos a negociar com normas estatais e jurídicas que demandam formas estabilizadas de reconhecimento.

No Brasil e em grande parte da América Latina, o reconhecimento das identidades dissidentes de gênero e sexualidade se constrói em um cenário marcado por profundas desigualdades históricas e por processos incompletos de universalização de direitos sociais. Embora o país tenha alcançado avanços importantes em determinados campos — como, por exemplo, nos mecanismos legais de retificação de documentos —, o reconhecimento estatal permanece, em muitos casos, condicionado, burocrático e seletivo, exigindo que sujeitos e coletivos se enquadrem em categorias identitárias fixas para serem legitimados. Nesse quadro, convivem, de forma tensionada, conquistas institucionais e a persistência de estruturas de exclusão, o que é fundamental para compreender as dinâmicas contemporâneas de regulação e resistência das identidades dissidentes de gênero e sexualidade no Brasil.

A exigência de “marcar uma caixinha”, em expressão popular, isto é, de definir a própria identidade em categorias pré-estabelecidas, interfere diretamente nas formas contemporâneas de organização política, ativismo e militância. A necessidade de nomear e comprovar identidades específicas como condição para acessar editais, recursos públicos e espaços de representação política produz uma forma de burocratização da diferença, na qual o pertencimento se torna uma categoria administrativa. Organizações e coletivos passam, assim, a estruturar suas pautas em torno daquilo que é reconhecível e mensurável pelo Estado e por instituições financiadoras, o que tende a limitar a amplitude de suas estratégias de transformação social. Como observa Fraser (2003), quando a luta por reconhecimento é incorporada às estruturas institucionais, ela pode ser neutralizada por formas de gestão que traduzem demandas emancipatórias em categorias estáveis, administráveis e “seguras” para o sistema.

Esse processo se traduz em uma tensão persistente entre o ideal de universalização dos direitos e a prática de políticas identitárias que dependem do reconhecimento estatal. Embora alguns partidos e movimentos progressistas reivindiquem ampliação das políticas públicas e

da cidadania, muitas vezes o fazem dentro da mesma lógica classificatória que desejariam superar, reproduzindo o que Foucault (1978) chamaria de “racionalidade governamental”, uma forma de poder que integra a diferença em vez de transformá-la. Essa contradição revela um impasse central do presente: a luta por visibilidade e reconhecimento é indispensável para garantir existência política, mas, ao mesmo tempo, pode reforçar fronteiras identitárias e hierarquias internas quando mediada por instituições que operam sob critérios de legibilidade e controle.

As tensões entre reconhecimento, políticas públicas e regulação identitária revelam que a noção de identidade opera tanto como instrumento de emancipação quanto como categoria de controle. Para compreender seus desdobramentos políticos, é necessário observar como o debate sobre identidade se transforma em campo de disputa, especialmente a partir das críticas ao chamado “identitarismo”. A próxima seção aborda essas críticas, situando-as no interior das tradições de esquerda e examinando como gênero e sexualidade foram historicamente tratados (ou silenciados) nas lutas políticas.

2.1.1 A identidade é uma armadilha? Reflexões sobre identitarismo e políticas identitárias

Em 13 de junho de 2025, um vídeo amplamente compartilhado na mídia social Instagram¹⁸ condensava em poucos segundos o tom das críticas contemporâneas ao chamado “identitarismo”:

“A pessoa tem uma caixa de isopor nas costas e uma bicicleta para trabalhar e você quer que ela adivinhe seu gênero que não está explícito no seu jeito descontraído de se vestir e, ainda mais, você quer que ela use linguagem neutra pra falar com você? [...] O problema da esquerda é que agora há uma luta de classes dentro dela mesma. Uma elite que luta por pautas de identidade e uma população pobre, precarizada, que ainda não tem o básico. [...] você, esquerda cirandeira, ajudou a criar a direita reacionária.” (OLIVEIRA, 2025)

Entre os comentários publicados no vídeo, um deles questionava diretamente o argumento: “Por que o entregador seria incapaz de entender o conceito de gênero neutro? Por que você supõe que ele é um ignorante? Por que você supõe que esse mesmo entregador não é LGBT?”. Essa troca sintetiza um ponto central da crítica ao identitarismo: a construção de um antagonismo entre a concepção de “trabalhadores reais” e de “minorias identitárias”, como se gênero e sexualidade não atravessassem também a experiência da classe trabalhadora. O vídeo

¹⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DK17yc9OLAp/>. Acesso em: 16 de outubro de 2025.

e sua recepção ilustram, portanto, a maneira como o debate público simplifica tensões históricas mais complexas, reduzindo-as a oposições entre “material” e “cultural”, “classe” e “identidade”.

Esse tipo de oposição entre classe e identidade não é exclusiva do debate brasileiro, nem restrita a grupos conservadores. O cientista político estadunidense Yascha Mounk, autor de *A armadilha da identidade: uma história das ideias e do poder em nosso tempo* (2024), é frequentemente citado como uma das referências para sustentar esse tipo de argumento. Em sua análise, Mounk (2024, p. 32) associa o que ele chama de uma “nova ideologia” das identidades a uma mudança na orientação política da esquerda, que, segundo ele, teria se afastado do “universalismo” (princípio que, historicamente, buscaria afirmar direitos iguais independentemente de marcadores como raça, gênero ou orientação sexual) em direção a uma valorização excessiva das diferenças. O autor sugere ainda que, desde as décadas de 1960 e 1970, setores progressistas passaram a questionar o universalismo como insuficiente, o que, em sua visão, teria levado a um deslocamento de foco das pautas de classe para as pautas identitárias.

Mais do que um diagnóstico isolado, esse tipo de leitura tem sido amplamente mobilizada em debates públicos e acadêmicos para afirmar que as agendas de gênero e sexualidade (e também as agendas de raça) desviaram a esquerda de seu compromisso com a classe trabalhadora. Essa perspectiva, ao mesmo tempo em que se apresenta como uma crítica à fragmentação política, reforça a ideia de que as lutas identitárias e as lutas materiais seriam campos distintos: uma oposição que ignora como gênero, raça e sexualidade atravessam também a experiência de classe.

É nesse contexto que, no Brasil, o termo “identitarismo” ganha força, empregado de modo pejorativo para deslegitimar movimentos que se organizam a partir de marcadores de gênero, sexualidade e raça, defendendo que os mesmos promovem divisões internas e enfraquecem projetos coletivos mais amplos. Durante meu período de visita de pesquisa na *University of Sussex*, em Brighton, no Reino Unido, em fevereiro de 2025, realizei diversas conversas com outras pessoas pesquisadoras, nas quais tentei explicar o uso e o sentido do termo “identitarismo” no contexto brasileiro.

Nessas discussões, descobri que, na língua inglesa, não há uma palavra equivalente que abarque o mesmo campo semântico e político do termo tal como é mobilizado no Brasil. Em resumo, não há um termo para esse processo na língua inglesa, apesar de também presente nas discussões sociais, políticas e acadêmicas. O próprio Mounk (2024), pesquisador citado

anteriormente, reconhece essa ausência lexical e propõe a expressão “síntese das identidades” como uma tentativa de nomear o fenômeno; termo que, segundo ele, poderia ser usado tanto pelos críticos quanto por defensores das políticas de identidade. No Brasil, entretanto, o surgimento do termo identitarismo se dá de modo distinto: trata-se de uma designação pejorativa, empregada para desqualificar movimentos e políticas que colocam questões de gênero, raça e sexualidade nos debates políticos e sociais. Esse contraste revela não apenas diferenças linguísticas, mas também dinâmicas específicas de disputa simbólica e ideológica, nas quais o vocabulário político se torna parte constitutiva dos próprios embates sobre o significado e a legitimidade das identidades.

No livro *O que é identitarismo?*, o pesquisador Douglas Barros (2024) propõe uma compreensão crítico-dialética do termo, articulando identidade, colonialidade e capitalismo. Para o autor, o identitarismo não é sinônimo de política identitária, mas sim um sintoma social e histórico do modo de produção capitalista, que transforma a identidade, antes experiência de resistência, em mecanismo de regulação, gestão e valorização do capital.

Desenvolvendo essa formulação, Barros (2024) demonstra que o neoliberalismo atualiza esse processo ao mercantilizar as identidades, convertendo-as em marcas, nichos de consumo e instrumentos de gestão política. Assim, o identitarismo se torna um modo de governar a diferença, operando tanto na esquerda progressista, quando a visibilidade e a representatividade substituem a transformação material, quanto na direita reacionária, que usa o essencialismo como armas simbólicas.

Embora Fraser (2019) não utilize um termo como “identitarismo”, suas reflexões sobre as políticas de identidade e de reconhecimento me parecem fundamentais para compreender o modo como o termo tem sido empregado criticamente nas discussões contemporâneas. A autora argumenta que, sob o neoliberalismo, as políticas de identidade sofreram um uso restrito e individualizante, transformando lutas emancipatórias em demandas por reconhecimento pessoal compatíveis com a lógica de mercado. Esse deslocamento produziu o que Fraser denomina de progressismo neoliberal, isto é, uma forma de política que legitima desigualdades estruturais ao mesmo tempo em que promove discursos simbólicos de inclusão. Segundo Fraser (2019), esse processo resultou em uma política de reconhecimento dissociada das demandas por redistribuição, que acaba por reforçar o individualismo neoliberal e obscurecer as desigualdades estruturais.

No entanto, é relevante demonstrar que essa tensão trazida pelas críticas ao identitarismo não são inéditas da contemporaneidade: questões sobre sexualidade e gênero

foram frequentemente criticadas e relegadas à esfera do privado nas discussões políticas, tanto de movimentos de direita quanto de movimentos de esquerda, e o padrão de subordinação dessas dimensões reaparece em novos formatos no discurso contemporâneo. Nesse sentido, como observam Alves e Alkmin (2021), a apropriação da identidade como elemento de aglutinação política não é exclusiva de minorias ou grupos historicamente subalternizados, mas também se manifesta em setores conservadores e de extrema direita, em defesa, por exemplo, de uma identidade nacional homogênea ou até mesmo de projetos de supremacia racial. Essa leitura múltipla amplia o alcance da crítica ao identitarismo e permite compreender que o embate em torno da identidade atravessa diferentes espectros políticos, ainda que com sentidos e objetivos radicalmente distintos.

Em outubro de 2025, por exemplo, o Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais, Nikolas Ferreira, e a Deputada Estadual de Santa Catarina, Ana Caroline Campagnolo lançaram dois livros infantis intitulados: *Ele é ele e Ela é ela*. Eles afirmaram, em vídeo publicado no Instagram no dia 3 de outubro de 2025¹⁹, que os livros foram criados com o propósito de reafirmar as identidade das crianças a partir de uma perspectiva cristã. Segundo os mesmos, cada página foi concebida para transmitir valores de forma poética e visualmente atrativa, mas também com base em princípios bíblicos.

A iniciativa, de acordo com os mesmos, busca responder a um contexto em que “o que antes era óbvio precisa ser ensinado”, funcionando como uma forma de proteção moral e espiritual diante de um mundo que, em suas palavras, difunde “mentiras”. Assim, defendem que pais, educadores e líderes religiosos devem utilizar a obra como instrumento para ensinar “a verdade” e preservar os valores que consideram fundamentais na formação infantil.

A divulgação dos livros evidencia o quanto a pauta da identidade é recorrente e central no discurso defendido:

“Essa geração de crianças está sendo atacada, confusão de identidade, sexualização precoce, inversão de valores e, o pior, isso está entrando pela escola, pela internet e até pelos livros infantis. Hoje, uma criança de cinco anos aprende na escola que pode ser qualquer coisa, menos aquilo que Deus a criou para ser. Isso não é educação, isso é desorientação, isso é destruição da identidade desde cedo.” (FERREIRA E CAMPAGNOLO, 2025)

É possível perceber, no discurso do vídeo, uma forma particular de mobilização da pauta da identidade em discursos políticos associados à direita. Ainda que frequentemente esses discursos critiquem o chamado “identitarismo”, eles também se constroem a partir de

¹⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DPWfSBUDkfi/>. Acesso em: 13 de outubro de 2025.

uma defesa intensa da noção de identidade. Neste caso, de uma identidade entendida como fixa, binária e ancorada em valores religiosos. Ao apresentar-se como resposta a uma suposta “ameaça” à identidade das crianças, o discurso dos autores reafirma a necessidade de delimitar o que é ser “menino” e o que é ser “menina”, evidenciando como a noção de identidade, mesmo quando usada como instrumento de crítica, permanece central nas disputas contemporâneas sobre gênero, sexualidade e moralidade.

Compreender essa crítica exige situá-la historicamente. Embora atualmente ela circule com intensidade nas mídias sociais, a acusação de que marcadores de gênero e sexualidade desviam o foco da luta principal, ou seja, a luta de classes, já fazia parte do repertório de partidos e lideranças de esquerda em momentos anteriores. O que se observa no presente é a atualização dessa tradição em um contexto em que a identidade se tornou central para o movimento LGBTQIAP+ brasileiro, tanto pela exigência de reconhecimento estatal quanto pelo modo como os sujeitos constroem suas autoapresentações em espaços digitais. O resultado é um embate constante entre a centralidade da identidade e a crítica ao identitarismo, que reflete não apenas disputas teóricas, mas também a herança de silenciamentos históricos que atravessam a trajetória das vertentes de esquerda.

Por isso, ainda que o objetivo deste trabalho não seja realizar uma explicação das obras fundacionais do marxismo, é importante recuperar brevemente como autores como Karl Marx (2013 [1867]) e Friedrich Engels (2019 [1884]) trataram, ou deixaram de tratar, as questões ligadas à sexualidade e gênero. Esse retorno não pretende aprofundar teoricamente tais autores (tarefa que extrapolaria os limites e objetivos desta pesquisa), mas antes sinalizar que o rebaixamento das pautas sexuais e de gênero em nome da luta de classes não surge apenas no presente, sendo parte de um padrão histórico de silenciamentos e hierarquizações.

Nas temáticas centrais nos debates da esquerda no século XIX, a sexualidade raramente aparecia com foco. Em linhas gerais, pode-se dizer que ela era compreendida sobretudo como assunto da esfera moral privada, não como dimensão estrutural da organização social. No entanto, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels (2019 [1884]) dedicou-se a discutir a instituição da família e a monogamia como elementos constitutivos do modo de produção capitalista. Ele analisava a transição das formas comunitárias para a família monogâmica, entendendo-a como mecanismo de transmissão da propriedade privada e de controle da mulher. Apesar de sua relevância para a crítica feminista posterior, a obra praticamente não se detém sobre a diversidade sexual ou sobre identidades

de gênero dissidentes, permanecendo restrita a uma leitura cisheteronormativa da instituição familiar.

Ao mesmo tempo em que esse texto fundamental para a esquerda reconhece a opressão de gênero vinculada ao desenvolvimento histórico das sociedades de classes, não abre espaço para pensar a sexualidade como dimensão política em si mesma. Isso contribuiu para sedimentar um imaginário no qual a luta de classes deveria ocupar o centro absoluto, relegando gênero e sexualidade a um plano secundário, se não mesmo irrelevante.

Já em *O capital*, Karl Marx (2013 [1867]) dedica-se a analisar o funcionamento do modo de produção capitalista, com ênfase no processo de exploração da força de trabalho, na mais-valia²⁰ e nas engrenagens que sustentam a reprodução do capital. Nesse esforço, a questão da família aparece apenas como um espaço funcional de reprodução da força de trabalho, isto é, como local em que se garante a continuidade da mão de obra necessária ao sistema. Ele observa, por exemplo, que a pessoa trabalhadora “reproduz a si mesma” enquanto força de trabalho no processo de consumo cotidiano. Entretanto, esse tratamento é marcadamente instrumental: a família é discutida em sua função econômica, sem um exame das relações de gênero ou das dinâmicas sexuais que atravessam essa instituição.

Ao priorizar a luta de classes como eixo absoluto, questões sobre gênero e sexualidade acabaram sendo delegadas à esfera do privado, tratadas como elementos secundários diante do antagonismo capital-trabalho. Em um contexto histórico e social no qual a análise do trabalho e do capital era a urgência fundamental para compreender e transformar as estruturas sociais, é de certa forma compreensível que essas obras basilares não tenham desenvolvido reflexões mais amplas sobre a diversidade sexual e de gênero. O ponto aqui é outro: evidenciar que a redução das questões de gênero e sexualidade à esfera do privado não é um fenômeno recente, mas parte de uma história longa do movimento.

No entanto, esse enquadramento inicial contribuiu para moldar a formação dos movimentos de esquerda como são atualmente, estabelecendo uma hierarquia de prioridades que deixou em segundo plano outras formas de opressão. Apenas nas últimas décadas essas dimensões vêm sendo incorporadas de modo mais consistente ao debate político, o que ajuda a entender a relutância de muitos setores progressistas em abraçá-las. Assim, mais do que criticar essas obras por “não terem visto” tais questões, interessa reconhecer que esse silêncio histórico faz parte da herança que conforma as tensões atuais.

²⁰ Conceito da teoria marxista que define a diferença entre o valor que o trabalhador produz e o salário que ele recebe, sendo a parte do trabalho não paga que é apropriada pelo capitalista como lucro.

Se, nas origens do marxismo, gênero e sexualidade foram relegados à esfera privada, as décadas posteriores revelaram novas arenas de disputa. A partir dos anos 1960, em especial nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, os movimentos de liberação sexual emergiram em diálogo, mas também em tensão, com partidos comunistas e socialistas. O surgimento do *Gay Liberation Front* (GLF), fundado em 1969, que buscava articular uma crítica radical às normas sexuais, conectando a repressão da homossexualidade às estruturas do capitalismo e do patriarcado marcou um momento de ruptura, no qual as demandas por reconhecimento e liberdade sexual confrontaram a tendência histórica da esquerda de priorizar exclusivamente as lutas de classes.

Esse movimento, entretanto, logo se viu em conflito com os partidos comunistas e socialistas tradicionais. Muitas dessas organizações, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, sustentavam a posição de que as pautas ligadas à sexualidade eram “particulares” e ameaçavam fragmentar a unidade necessária para a luta de classes. O GLF, ao contrário, defendia que a opressão sexual não era um desvio ou questão moral privada, mas um elemento constitutivo das formas de dominação social. Como observa Weeks (1981), a crítica à heteronormatividade e a defesa da libertação sexual funcionavam como estratégias de questionamento do próprio modelo de sociedade capitalista.

Esse embate logo se estendeu para a América Latina, onde, no caso brasileiro, a repressão da ditadura militar invisibilizou ainda mais essas pautas no interior dos partidos de esquerda. Apenas no final dos anos 1970 e início da década de 1980 começou a se consolidar uma resistência mais articulada, com coletivos e movimentos que buscavam inscrever gênero e sexualidade como dimensões legítimas das lutas políticas.

Como demonstra Trevisan (2000), a homossexualidade no Brasil foi sistematicamente reprimida tanto pelo aparato estatal quanto pelos discursos morais dominantes, associada a práticas de desvio e degeneração. A repressão policial contra espaços de sociabilidade homossexual, como bares e boates, exemplifica esse controle, que operava em conjunto com a censura e o silenciamento cultural. Nesse contexto, os partidos e movimentos progressistas raramente incorporaram de forma explícita as demandas ligadas à diversidade sexual, priorizando a luta contra o autoritarismo e o retorno da democracia. A ausência decorre de uma estrutura política que herdava a tradição de relegar gênero e sexualidade como pautas “menores” diante da urgência da resistência ao regime.

Green (2000) acrescenta a essa análise a dimensão política das articulações entre o movimento homossexual nascente e setores da esquerda. A partir do final da década de 1970,

grupos como “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual” surgiram em São Paulo, dialogando com movimentos feministas e de trabalhadores, mas também enfrentando resistência dentro da própria esquerda. Green (2000) mostra como as intersecções entre política e sexualidade no Brasil foram atravessadas por ambivalências: de um lado, a necessidade de alianças estratégicas contra a ditadura; de outro, a dificuldade de partidos comunistas e socialistas em reconhecer a legitimidade das pautas de gênero e sexualidade. Esse cenário produziu tensões que marcaram o início de uma militância mais articulada, ao mesmo tempo em que evidenciou os limites de uma tradição política que, historicamente, relegara a diversidade sexual e de gênero a um lugar marginal.

Se antes as tensões sobre gênero e sexualidade se desenrolavam nos corredores partidários, em sindicatos ou coletivos de base, atualmente é nos ambientes digitais que esses embates encontram terreno fértil. Mídias sociais não apenas reproduzem hierarquias históricas, mas também as intensificam, criando novas arenas de disputa onde a visibilidade se converte em poder simbólico. A crítica ao chamado “identitarismo” aparece de modo recorrente em diferentes espectros políticos, sustentada pela ideia de que pautas de gênero e sexualidade atuam como forças fragmentárias diante da necessidade de unidade em torno de causas consideradas maiores.

Esse tipo de crítica reproduz, em linguagem atualizada, a hierarquia histórica que relega tais dimensões à condição de secundárias ou acessórias. Nas mídias sociais, esse tensionamento não se manifesta prioritariamente por meio de debates diretos sobre o termo “identitarismo”, mas emerge como reação a conteúdos que têm a identidade como eixo central, similar ao discurso dos vídeos citados no início desta seção. Entretanto, quando sujeitos LGBTQIAP+ utilizam as mídias sociais para compartilhar vivências, refletir sobre os significados de suas identidades ou reivindicar pautas políticas vinculadas a gênero e sexualidade, seus discursos passam a ser frequentemente enquadrados, por atores políticos, midiáticos e por setores conservadores e progressistas críticos às políticas identitárias, como “excessivamente identitários”.

Nesse processo, a crítica ao identitarismo ganha força não pelo uso do conceito em si, mas pela forma como conteúdos de afirmação identitária são interpretados e contestados no espaço público digital. Inspirando-me em Butler (1990), penso que o TikTok intensifica a dimensão performativa das identidades: *hashtags*, marcadores visuais e narrativas pessoais não apenas descrevem quem são esses sujeitos, mas reiteram continuamente sua presença, ao mesmo tempo em que se tornam alvo de disputas. Dessa forma, ainda que a crítica ao

identitarismo não seja tematizada diretamente, ela aparece como efeito do confronto entre práticas de visibilidade identitária e discursos que acusam tais práticas de fragmentarem o campo político. Questões que serão ampliadas e discutidas nas análises desta pesquisa.

O termo “identitarismo” cristaliza, assim, boa parte dessas tensões históricas. Mais do que uma simples crítica política, ele funciona como uma forma contemporânea de rechaço, cujas raízes podem ser rastreadas nos silenciamentos de décadas anteriores. A atual crítica ao identitarismo não representa uma novidade em si, mas a continuidade de um padrão histórico que subordinou gênero e sexualidade à luta de classes. O que muda, no entanto, é a velocidade e a intensidade com que essas disputas circulam e se transformam em arenas digitais, moldando percepções, legitimidades e hierarquias dentro dos próprios movimentos progressistas.

Encerrando este capítulo, vale destacar que as reflexões sobre identidade aqui desenvolvidas não constituem um bloco isolado, mas um ponto de partida para a discussão que se seguirá. A partir das tensões entre reconhecimento, pertencimento, performatividade e enquadramentos normativos, o capítulo seguinte avançará para a contextualização conceitual de gênero e sexualidade, explicitando como essas categorias são construídas, reguladas e disputadas histórica e discursivamente.

Esse deslocamento é fundamental porque permite compreender as dissidências de gênero e de sexualidade não como exceções ou desvios identitários, mas como efeito de regimes sociais que produzem inteligibilidades e exclusões. Assim, o próximo passo será delinear os sentidos teóricos, sociais e políticos atribuídos a gênero, sexualidade e dissidências, elementos que sustentarão as análises empíricas posteriores.

3 CONCEITUANDO GÊNERO E SEXUALIDADE

Refletir sobre dissidência de gênero e sexualidade exige uma compreensão do que significam os próprios conceitos de sexualidade e gênero. Essas conceituações, muitas vezes tomadas como evidentes, são, na realidade, atravessadas por construções culturais, sociais, históricas e linguísticas que determinam como são compreendidas, articuladas e vivenciadas. Ainda que o foco analítico central desta pesquisa seja a dissidência de gênero, observada, neste caso, a partir da circulação das *hashtags* Travesti e Não Binária no TikTok, torna-se necessário incorporar, neste bloco, referências à dissidência de sexualidade.

Essa ampliação não constitui um desvio de objeto, mas uma consequência das próprias discursividades mobilizadas pelas pessoas criadoras de conteúdo nos vídeos analisados, que, ao narrar suas vivências, não separam gênero e sexualidade como áreas isoladas. Ao contrário, os discursos também articulam formas de identificação de gênero a experiências com a sexualidade, práticas afetivo-sexuais e regimes de reconhecimento vinculados à homossexualidade, bissexualidade, pansexualidade ou outras expressões dissidentes de sexualidade. Assim, incluir a dimensão sexual neste momento da tese fornece elementos interpretativos relevantes para as análises posteriores, especialmente porque o material empírico demonstra que os marcadores de gênero emergem, no TikTok, em estreita relação com discursos sobre sexualidade.

Para sustentar essa ampliação analítica, é preciso esclarecer o que se entende por sexualidade no âmbito desta pesquisa, dada a polissemia do termo e seu atravessamento por debates sociais, culturais, biomédicos e discursivos. A palavra sexualidade, por exemplo, tem uma variedade de significados. Pode estar atrelada à ideia de sexo, tanto no sentido da prática sexual quanto como uma questão anatômica. No entanto, como destaca Richardson, Smith e Werndly (2013), essas definições não são tão fixas ou evidentes quanto se costuma imaginar. O sexo pode ser entendido como o corpo sexuado, ou seja, um corpo socialmente classificado como masculino ou feminino, mas também pode se referir à relação sexual, ao ato de fazer sexo. Essas duas noções, como apontam os autores, contudo, são frequentemente atravessadas por construções sociais e culturais que tornam suas fronteiras mais complexas do que parecem à primeira vista.

Ao considerar o corpo sexuado, é preciso reconhecer que a própria noção de sexo masculino e sexo feminino é uma construção social binária, e que essa classificação não dá conta das diversidades das características sexuais existentes, como no caso de corpos

intersexo. Além disso, o que se costuma compreender como “sexo de uma pessoa”, em muitos casos, se refere mais propriamente ao gênero, ou seja, ao modo como um corpo performa características associadas ao masculino ou ao feminino. Seguindo essa lógica, como explicam Richardson, Smith e Werndly (2013), alguém com um corpo socialmente lido como masculino é ensinado a agir de maneira condizente com a masculinidade, assim como alguém com um corpo identificado como feminino aprende a desempenhar a feminilidade. Isso demonstra que muitas das percepções sobre o que é sexo são, na realidade, interpretações culturais sobre gênero.

Essa distinção entre sexo e gênero tem implicações diretas para a compreensão da sexualidade. Se o que nos atrai em um corpo é, muitas vezes, a maneira como ele performa o gênero e não simplesmente sua constituição anatômica, então a sexualidade não pode ser considerada fixa ou rigidamente definida (RICHARDSON, SMITH E WERNDLY, 2013).

A obra *A História Sexualidade: A Vontade do Saber* (já mencionada aqui), de Michel Foucault (1988), é considerada um trabalho bastante importante para teoria *queer* contemporânea, além de ser um dos grandes pilares para os estudos sobre sexualidade de maneira mais ampla (RICHARDSON, SMITH E WERNDLY, 2013). Isso ressalta a profundidade do impacto do pensamento foucaultiano na forma como compreendemos a sexualidade não como uma essência fixa ou biológica, mas como um conjunto de práticas discursivas atravessadas pelo poder.

Ao demonstrar que a sexualidade é construída historicamente por meio de discursos médicos, jurídicos, religiosos e sociais, Foucault (1988) abriu caminhos para que outras abordagens, como as das teorias *queer*, questionassem normas e categorias identitárias estabelecidas. Dessa forma, sua obra não apenas reformulou os estudos sobre sexualidade, mas também forneceu ferramentas críticas para investigar como certas identidades e desejos são produzidos, regulados e subvertidos ao longo do tempo.

Ao entender que essas percepções mudam de acordo com o tempo e o contexto social, percebemos que a sexualidade é uma experiência plural, moldada por interações, expectativas e interpretações que rompem com definições simplistas ou essencialistas. Para Foucault (1988), sexualidade não é uma característica “natural” ou “biológica” dos indivíduos, mas um dispositivo histórico e social que regula corpos, desejos e comportamentos.

De acordo com Foucault (1988), a partir do século XVIII, houve uma intensificação do controle sobre os discursos acerca da sexualidade, principalmente por meio da ciência, da medicina e de instituições sociais como a família e a escola. Em oposição a um simples tabu,

a sexualidade passou a ser examinada, classificada e normatizada, estabelecendo categorias como "normal" e "desviante". Esse processo levou à criação de identidades sexuais como, por exemplo, a figura da pessoa homossexual enquanto um tipo específico de sujeito, definido pelo desejo.

Assim, para o autor (1988), a sexualidade não pode ser entendida como um instinto natural ou uma verdade fixa sobre o indivíduo, mas como um campo de disputa onde normas são estabelecidas e reforçadas. A sexualidade, nesse sentido, é regulada pelo que o autor chama de biopolítica, um conjunto de estratégias de poder que administra os corpos e populações, definindo o que é permitido, reprimido ou patologizado. Dessa forma, a sexualidade não é apenas sobre desejo ou reprodução, mas sobre como o poder opera para moldar subjetividades e controlar os indivíduos.

Foucault (1988) demonstrou de forma muito interessante e relevante para essa pesquisa como a literatura médica e psiquiátrica europeia e americana do século XIX tratava a diversidade sexual, revelando que as categorias que usamos hoje para definir identidades, como heterossexual e homossexual, são, na verdade, construções históricas. Segundo o pesquisador, essas identidades só fazem sentido dentro de um contexto cultural específico, pois estão ancoradas em pressupostos e estruturas conceituais que moldam argumentos, diagnósticos e interpretações sobre comportamentos e práticas sexuais. Em outras palavras, ele defendia uma perspectiva construcionista da sexualidade, na qual os significados atribuídos ao desejo e à identidade são gerados a partir das formas como pensamos e falamos sobre o sexo.

As distinções entre gênero e sexualidade são temas de intenso debate em diversas esferas sociais e continuam gerando dúvidas. Frequentemente, me deparo com matérias jornalísticas que confundem conceitos relacionados à sexualidade com questões de gênero, por exemplo. Da mesma forma, nas mídias sociais, marcadores identitários de gênero são recorrentemente interpretados de maneira equivocada como expressões de sexualidade. Esse cenário revela que, embora essa diferenciação possa parecer básica dentro dos estudos de gênero e das teorias *queer*, ela continua sendo relevante, inclusive fora do âmbito acadêmico.

Assim como Foucault define a sexualidade como uma construção social, Judith Butler (1990, 1993) argumenta que a categoria de gênero também é construída socialmente, acrescentando a essa concepção a noção de performatividade. Para Butler (1990, 1993), gênero não possui uma essência fixa ou natural, ou seja, não é uma identidade estável, mas um conjunto de práticas repetidas que criam a ilusão de coerência e de fixidez. Em *Problemas*

de Gênero, por exemplo, Butler (1990) afirma que o gênero não é algo que uma pessoa é, mas algo que uma pessoa faz repetidamente, seguindo normas sociais e culturais. No entanto, essas performances reiteradas acabam gerando a percepção de que o gênero seria algo fixo e natural.

Se o gênero é uma construção social performativa, como argumenta Butler (1990, 1993), sua legitimidade dentro da sociedade depende de normas que determinam quais identidades são inteligíveis e quais são excluídas. A inteligibilidade de gênero, conforme discutida por Butler (2004), está diretamente ligada à heteronormatividade, que regula quais identidades são reconhecidas como legítimas. Para que um indivíduo seja socialmente compreendido como sujeito, sua identidade de gênero precisa se alinhar a expectativas normativas que pressupõem uma correspondência entre sexo, gênero e desejo heterossexual. Aquelas pessoas que não se encaixam nesse modelo, como pessoas dissidentes de gênero, frequentemente enfrentam processos de marginalização, sendo consideradas incoerentes, ininteligíveis ou, até mesmo, inexistentes dentro das estruturas normativas. Dessa forma, a performatividade de gênero não opera isoladamente, mas dentro de um sistema que impõe limites ao reconhecimento e à legitimidade das identidades dissidentes.

Por conseguinte, embora as categorias de gênero e sexualidade sejam fundamentais para a compreensão das identidades dissidentes, é necessário considerar como essas noções são moldadas por contextos sociais, históricos e geográficos específicos. Assim como Foucault (1988) enfatiza o papel dos dispositivos de poder e dos discursos na construção da sexualidade, e Butler (1990, 1993) destaca a influência dos contextos sociais na constituição do gênero, a dimensão geográfica também se mostra importante para a reflexão proposta neste trabalho.

As experiências de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade não podem ser separadas das intersecções com raça, classe e localização geográfica, pois são atravessadas por processos históricos específicos de colonialidade, marginalização e resistência. Nesse sentido, trago as contribuições de Anzaldúa (1987, 2015), para refletir sobre como gênero e sexualidade operam em espaços de fronteira (uma conceituação proposta pela autora), não apenas no sentido territorial, mas também simbólico e identitário. Para ela, a proposta de “fronteira” (*borderlands*) surge como um espaço de interseção onde identidades e práticas não conformistas se entrelaçam. A “fronteira” representa, assim, um espaço de cruzamento e hibridismo cultural. Ao pensar a fronteira nesse cenário, Anzaldúa (1987) observa que, para

muitas comunidades do Sul Global, a identidade é uma ferramenta de sobrevivência e resistência diante das tentativas históricas de apagamento cultural, racial e sexual.

A partir das conceituações de Anzaldúa (1987), entendo que a noção de gênero deve ser compreendida como um espaço liminar e fluido, assim como a própria noção de fronteira proposta por ela. A autora (1987) argumenta que as fronteiras não são apenas divisões geográficas, mas também construções que definem pertencimentos e exclusões, inclusive no campo da identidade de gênero e da sexualidade. Assim como a identidade étnico-racial, a identidade de gênero não é fixa, mas um processo contínuo de negociação e transformação.

A crítica de Anzaldúa (1987) ao patriarcado e à heteronormatividade ilustra como as expectativas de gênero não são apenas construções abstratas, mas dispositivos de controle, especialmente em contextos marcados por colonialidade e interseccionalidades de raça e classe. No contexto latino-americano, por exemplo, essas normas não operam isoladamente, mas se articulam com dinâmicas históricas de opressão, reforçando desigualdades e delimitando os modos de existência possíveis. Assim, mais do que denunciar a imposição de categorias de gênero rígidas, a partir do trabalho de Anzaldúa (1987, 2015) é possível pensar como esses sistemas de poder moldam subjetividades e restringem possibilidades de dissidência de gênero e sexualidade, ao mesmo tempo em que evidenciam espaços de resistência e reinvenção.

Em suas reflexões, ela evidencia como mulheres e pessoas dissidentes de gênero e sexualidade são frequentemente marginalizadas dentro de suas próprias culturas por desafiam normas de gênero e sexualidade (ANZALDÚA, 1987). No entanto, sua abordagem não se limita a uma crítica estrutural; ela também aponta a espiritualidade como uma ferramenta de resistência e transformação. Diferente da perspectiva materialista de Butler, a autora incorpora elementos espirituais na compreensão da identidade, sugerindo que as transformações de gênero e sexualidade passam por processos culturais e espirituais que permitem a emergência de novas formas de existência. Essa dimensão é especialmente relevante para pensar experiências dissidentes no Sul Global, onde espiritualidade, ancestralidade e práticas comunitárias desempenham um papel central na construção de marcadores identitários.

Viver na fronteira, como explica a pesquisadora, significa habitar um espaço intermediário, onde novas formas de existência e pertencimento são constantemente criadas e negociadas (ANZALDÚA, 1987). Esse conceito permite pensar gênero e sexualidade não como categorias estagnadas, mas como territórios contestados, nos quais a subversão das

normas pode dar origem a novas formas de ser e estar no mundo. Ao incorporar as perspectivas de Anzaldúa (1987), argumento que a compreensão de gênero e sexualidade deve considerar não apenas as fronteiras identitárias como construções impostas, mas também como espaços de resignificação e reinvenção por aqueles que as atravessam.

Retornando a Foucault (1988), a noção de que identidades sexuais e de gênero são construções históricas tem implicações diretas para a compreensão do que significa dissidência de gênero e sexualidade. Se categorias como heterossexualidade e homossexualidade, assim como as próprias normas de gênero, são produtos de discursos específicos de determinada época e contexto cultural, então aquilo que é considerado "dissidente" ou "desviantes" não é intrínseco a determinados corpos ou práticas, mas sim o resultado de um processo de normatização que define o que é aceitável e o que deve ser marginalizado.

Dissidência, nesse sentido, não se refere apenas a indivíduos que se afastam de padrões dominantes relacionados a gênero e sexualidade. O que é visto como "fora da norma" só pode existir porque há uma norma previamente estabelecida. Assim, a dissidência de gênero e sexualidade não surge de uma oposição essencial entre identidades normativas e não normativas, mas da maneira como certos corpos e desejos são produzidos como ilegítimos dentro das estruturas discursivas e institucionais. Com base nessas reflexões, a próxima seção se dedica a explorar mais profundamente o que significa ser dissidente de gênero e sexualidade, interrogando os regimes normativos que produzem certas existências como desviantes.

3.1 DISSIDENTE DE QUÊ? REFLEXÕES SOBRE DISSIDÊNCIA DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Em outubro de 2024, eu fui selecionada pelo Programa Institucional de Internacionalização Capes PrInt para realizar uma visita de pesquisa durante o mês de fevereiro de 2025 no Programa de Doutorado em *Digital Media* da University of Sussex, em Brighton, Inglaterra. Essa é a mesma universidade onde, em 2023, obtive meu título de mestre em Gênero e Mídia, financiado pelo programa Chevening do Governo Britânico.

Foi em Brighton onde iniciei meus estudos em Teorias *Queer* e expandi minha compreensão sobre a diversidade de identidades existentes nas comunidades LGBTQIAP+. No entanto, foi também nesse contexto, marcado por referências identitárias locais do Norte

Global, que me deparei, pela primeira vez, com termos e concepções que nunca havia encontrado antes. Essa experiência despertou em mim questionamentos mais profundos sobre como identidades dissidentes de gênero e sexualidade se manifestam no Brasil. Morando em Brighton por mais de um ano, eu percebi o quanto fazia sentido aquela ideia popular de que, às vezes, é preciso sair do próprio país para enxergá-lo melhor.

Eu nasci e cresci em Uruguaiana, uma cidade no interior do Rio Grande do Sul, e algo que me marcou profundamente foi a figura de uma pessoa em particular, sempre presente nos diálogos que ecoavam pela minha rua. Havia um certo mistério e fascínio em torno dela, e eu não compreendia exatamente de quem falavam. Às vezes, era mencionada no feminino; outras (e na maioria delas), no masculino.

Na minha infância, debates sobre transgeneridade e não binariedade eram inexistentes. O desconhecimento sobre como nomear o que fugia das normas era evidente e com Ivo Rodrigues não foi diferente. Ivo foi uma figura popular entre as décadas de 1940 e 1950 na cidade, sendo reconhecida como uma das primeiras personalidades trans do Rio Grande do Sul²¹.

Ivo era proprietária de um bordel no centro da cidade, que se tornou um dos pontos de encontro mais conhecidos da região. Além da fama do estabelecimento, Ivo ficou conhecida por suas ações de caridade. Com frequência, reunia as mulheres que trabalhavam em seu estabelecimento e saía pelas ruas distribuindo roupas, alimentos e brinquedos. Seu apreço pela moda também marcava o local, que exibia referências sofisticadas e tendências que dificilmente chegavam ao interior do Rio Grande do Sul, mas que ela conseguia trazer, tornando o bordel um espaço de destaque não apenas pela sua função, mas também por uma estética marcada pelo exagero e pela invenção; traços que evocam o caráter artístico e libertário do *queer*, ancorado no *camp*²² como estratégia de performance. Nesse contexto, compreendo o estilo de Ivo como uma forma de criação e subversão: uma cópia hiperbólica dos códigos de elegância e feminilidade que, ao reproduzi-los em excesso, construía alternativas simbólicas às normas que buscavam contê-la.

²¹ Isso não significa que pessoas trans não existissem no Rio Grande do Sul antes de Ivo Rodrigues. No entanto, trata-se de uma das primeiras figuras sobre as quais há ampla documentação, incluindo registros fotográficos e textos. Por essa razão, é reconhecida como uma das primeiras personalidades trans documentadas no Rio Grande do Sul.

²² O termo *camp* foi sistematizado no ensaio *Notes on "Camp"* (1964) de Susan Sontag, no qual a autora define *camp* como uma "sensibilidade" caracterizada pelo amor ao artificial, ao exagero e à estilização. Sontag (1964) argumenta que *camp* valoriza o estilo em detrimento do conteúdo, e opera através de ironia, teatralidade, conversão de gênero e ambiguidade. Segundo essa leitura, *camp* não é apenas um estilo decorativo, mas uma estratégia estética e política que suspende julgamentos morais tradicionais e permite a reinvenção de identidades e modos de viver.

Ivo Rodrigues representa um exemplo marcante de dissidência de gênero e sexualidade, especialmente em um contexto profundamente marcado pelo conservadorismo, como no interior do Rio Grande do Sul. Sua trajetória desafiou não apenas as normas de gênero e os padrões sociais da época, mas também expôs as contradições e ambiguidades presentes na maneira como identidades dissidentes de gênero foram e ainda são percebidas.

Ao administrar um bordel e transformar o espaço em um dos pontos de encontro mais conhecidos da região, Ivo subverteu expectativas sobre comportamento e sobre espaços destinados ao feminino e ao masculino. Sua figura transitava entre categorias rigidamente impostas, tornando-se um enigma para muitos e um símbolo de resistência para outros. O fato de que sua identidade era nomeada de maneiras diferentes, ora no feminino, ora no masculino, evidencia como a linguagem e o reconhecimento social da diversidade de gênero ainda eram (e seguem sendo) tensionados por normatividades que buscam encaixar experiências plurais em moldes binários.

Partindo da história de Ivo Rodrigues, esta seção propõe discutir o que significa dissidência de gênero e sexualidade. Afinal, quando falamos de pessoas dissidentes, precisamos perguntar: dissidentes de quê? O que está sendo contestado, subvertido ou deslocado? A história de Ivo nos convida a refletir sobre os marcadores sociais e históricos que definem os limites do aceitável e do reconhecível, e como certas existências rompem com essas fronteiras, abrindo espaço para novas possibilidades de ser e estar no mundo.

A antropóloga cultural norte-americana Gayle Rubin inicia seu texto *Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality*²³, publicado originalmente em 1984 com o parágrafo:

"Chegou a hora de pensar sobre sexo. Para algumas pessoas, a sexualidade pode parecer um tema sem importância, uma distração frívola diante de problemas mais críticos, como pobreza, guerra, doença, racismo, fome ou aniquilação nuclear. Mas é justamente em tempos como estes, quando vivemos sob a possibilidade de uma destruição impensável, que as pessoas tendem a ficar perigosamente obcecadas com a sexualidade." (RUBIN, 1984, p. 143, tradução minha)

Apesar de escrito há décadas, o trecho continua relevante na atualidade. Como Rubin (1984) aponta, a sexualidade é centro de muitos debates e se torna um foco de controle e repressão justamente em períodos de crise, quando governos e setores conservadores intensificam suas investidas contra direitos sexuais e de gênero. No entanto, esse padrão que parece antigo tem se reafirmado nos últimos anos, em alguns exemplos marcantes, como o

²³ Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade.

retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em 2025 e as novas diretrizes antigênero e sexualidade adotadas pelo conglomerado Meta no mesmo ano.

Após um primeiro mandato (2017-2021) marcado por políticas que desconsideravam questões de gênero e sexualidade, Donald Trump retornou ao poder com uma agenda política marcada por essas investidas. Logo nos primeiros dias de gestão, uma ordem executiva determinou a exclusão de termos como gay, lésbica, transgênero e bissexual, assim como menções a HIV/Aids dos sites da Casa Branca e de agências federais²⁴. A medida consolidava uma visão governamental que reconhecia apenas as concepções de masculino e feminino como categorias de gênero, negando a existência de pessoas trans e apagando suas identidades das políticas públicas e da esfera institucional.

Esse movimento conservador, no entanto, não se limitou apenas à esfera estatal. Grandes corporações, especialmente aquelas que operam no espaço digital, têm desempenhado um papel central na normalização da exclusão de identidades dissidentes de gênero e sexualidade. A Meta, conglomerado responsável pelo *Facebook*, *Instagram*, *Threads* e *WhatsApp*, exemplificou essa dinâmica ao adotar políticas que favorecem a desinformação e o discurso de ódio contra pessoas dissidentes de gênero e sexualidade.

Em janeiro de 2025, Mark Zuckerberg, um dos principais fundadores do conglomerado, anunciou uma reestruturação completa das diretrizes de conteúdo da empresa, eliminando verificações de fatos, reduzindo esforços de moderação e desmantelando a política de conduta de ódio²⁵. As novas regras permitem expressamente discursos de ódio contra pessoas LGBTQIAP+, ao mesmo tempo em que mantêm proteções para outros grupos. Além disso, a empresa encerrou suas iniciativas de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI), sinalizando um afastamento definitivo de qualquer compromisso com essas áreas.

A postura da Meta não é um caso isolado, mas um reflexo de um movimento mais amplo de repressão às identidades dissidentes de gênero e sexualidade. Em anos anteriores, a organização já havia sido criticada por restringir o alcance de conteúdos políticos e por práticas de *shadowbanning*²⁶ que afetavam desproporcionalmente criadores dissidentes de

²⁴ Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2025/01/23/trump-remove-terminos-como-gay-lesbica-transgenero-bissexual-e-lgbtq-dos-sites-da-casa-branca-e-de-agencias-federais.ghtml>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2025.

²⁵ A política de conduta de ódio define e regula conteúdos que incitam ou promovem violência, discriminação ou desumanização com base em características como raça, etnia, identidade de gênero, orientação sexual, religião e deficiência. Essa política busca remover discursos que reforcem ódio ou intolerância e orientar o uso seguro das plataformas do conglomerado Meta, como *Facebook* e *Instagram*.

²⁶ Segundo o Dicionário de Cambridge, *shadowbanning* é quando uma empresa de mídia social limita quem pode ver as postagens de alguém, geralmente sem que a pessoa que as publicou saiba.

gênero e sexualidade. Após as mudanças implementadas pelo conglomerado, como por exemplo a permissão explícita para que usuários associem identidades LGBTQIAP+ a transtornos mentais e argumentem pela sua exclusão de espaços públicos e profissionais, a Meta alterou sua abordagem em relação a conteúdos discriminatórios, permitindo enunciados que antes eram passíveis de moderação.

A mídia social, que historicamente também foi utilizada como espaço de mobilização e articulação política, como na campanha pela igualdade no casamento em 2013, passou por um processo de transformação em suas diretrizes de moderação, permitindo a circulação de discursos anti-LGBTQIAP+ sob a justificativa de liberdade de expressão. Essas mudanças, ainda em estágio inicial e de difícil mensuração, podem ter implicações significativas para a participação da população LGBTQIAP+ em ambientes digitais. No entanto, dado o curto intervalo desde sua implementação, ainda não é possível avaliar de forma conclusiva seus efeitos. A flexibilização das normas contra discurso de ódio e desinformação tem levantado questionamentos sobre possíveis impactos no engajamento de usuários LGBTQIAP+, incluindo a possibilidade de autocensura ou afastamento de plataformas percebidas como menos seguras.

As transformações nas políticas de moderação das mídias sociais, como as promovidas pela Meta, não afetam apenas os contextos políticos e sociais dos países do Norte Global, mas têm repercussões diretas no Sul Global, onde espaços digitais muitas vezes funcionam como ambientes cruciais para articulação política e acesso a informações sobre direitos LGBTQIAP+. Paralelamente, políticas adotadas pelo governo dos Estados Unidos também contribuem para o enfraquecimento de iniciativas em países que dependem de financiamento internacional para a manutenção de projetos voltados a gênero e sexualidade. Também em janeiro de 2025, a administração de Donald Trump determinou a suspensão da liberação de trilhões de dólares destinados a programas de assistência social e organizações não governamentais, incluindo aqueles voltados para a diversidade, equidade e inclusão²⁷.

Essa medida impactou diretamente diversas organizações brasileiras que trabalham com direitos LGBTQIAP+, resultando na perda de financiamentos fundamentais para suas operações. O esvaziamento dessas iniciativas, somado à redução do alcance de conteúdos LGBTQIAP+ nas redes sociais e à permissão explícita para discursos de ódio nessas mídias

²⁷ Fonte: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/01/28/trump-suspende-liberacao-de-trilhoes-de-dolares-para-programas-de-assistencia-social-e-ongs.ghtml>> Acesso em: 13 de fevereiro de 2025.

sociais, reforça a atualidade das reflexões trazidas por Rubin (1984), que já nos anos 1980 analisava como a sexualidade se torna um alvo de controle e repressão em momentos de crise.

Assim como observado por Rubin (1984), políticas institucionais, sejam elas estatais ou corporativas, continuam a desempenhar um papel crucial na normalização da exclusão e na supressão de direitos de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, demonstrando que as disputas em torno da regulação da sexualidade permanecem no cerne das dinâmicas políticas contemporâneas. No entanto, essa repressão não se dá de forma homogênea; ela incide de maneira mais intensa sobre aqueles que desafiam normatividades de gênero e sexualidade.

O conceito de dissidência de gênero e sexualidade, nesse contexto exposto, não se refere apenas à recusa de uma identidade imposta, mas também à condição de existir fora dos limites estabelecidos pelo Estado, pelo mercado e pelas estruturas sociais dominantes. É justamente diante desse cenário que se torna fundamental compreender quem são essas pessoas dissidentes de gênero e sexualidade e de que maneira suas existências continuam a tensionar e desafiar os regimes normativos contemporâneos. Diante disso, passarei agora a delinear a forma como os conceitos de dissidência de gênero e sexualidade serão trabalhados ao longo desta pesquisa.

Entendo a dissidência de gênero e sexualidade a partir da análise de Rubin (1984), na qual ela examina como diferentes identidades e práticas sexuais são estruturadas dentro de um sistema hierárquico que define quais são socialmente aceitas e quais são marginalizadas. Rubin (1984) explica que a sociedade estabelece o que ela chama de um “círculo mágico da sexualidade”, dentro do qual certas expressões e comportamentos são considerados legítimos, enquanto outras são deslocadas para um espaço de desvio e repressão. Essa organização moral e política da sexualidade, portanto, define quem pode existir plenamente na esfera pública e quem está sujeito à vigilância, punição e exclusão. Assim, a dissidência de gênero e sexualidade se refere, sobretudo, às identidades e práticas que ocupam esse espaço fora da normatividade, desafiando as categorias impostas pelo Estado, pelas instituições e pelo discurso hegemônico sobre o corpo e o desejo.

Além disso, em *The Traffic in Women* (1975), Rubin desenvolve o conceito de sistema sexo/gênero para explicar como diferentes sociedades impõem normas sobre corpos sexuados, naturalizando desigualdades e restringindo as possibilidades de existência. Esse sistema não apenas regula as relações de gênero, mas também determina quais identidades e formas de expressão são inteligíveis dentro da ordem social. Assim, entendo, a partir de Rubin (1975), que a dissidência de gênero e sexualidade não funciona apenas como um ato de resistência

consciente, mas uma posição estrutural dentro de um modelo que constantemente regula e disciplina os corpos e subjetividades que escapam à lógica binária e cisheteronormativa. Pessoas trans, não binárias, lésbicas, gays, bissexuais e pessoas cujas práticas sexuais e expressões de gênero não se conformam às normas dominantes são alvos dessa estrutura de controle, que se manifesta em dispositivos legais, discursos científicos, políticas institucionais, representações e práticas midiáticas.

Como discutido anteriormente, períodos de crise e instabilidade tendem a intensificar o controle sobre sexualidade e gênero, reforçando normatividades e apagando existências dissidentes. A exclusão sistemática de identidades dissidentes de gênero e sexualidade das políticas públicas, a normalização da desinformação e do discurso de ódio em mídias sociais e o corte de financiamentos para organizações que atuam na promoção de direitos sexuais e de gênero são exemplos atuais dessa dinâmica. A dissidência de gênero e sexualidade, nesse cenário, não apenas desafia os limites da normatividade, mas se torna um ponto de disputa política, sendo alvo de projetos de exclusão que buscam reafirmar os regimes normativos e reduzir a legitimidade de outras formas de existir e desejar.

Ao longo da história, as dissidências de gênero e sexualidade têm ocupado um lugar recorrente nas disputas políticas, ainda que os vocabulários, os enquadramentos e as formas de repressão se transformem ao longo do tempo. O “círculo mágico”, de que fala Rubin (1984) está relacionado a um limite simbólico que separa as sexualidades socialmente aceitáveis daquelas que são marginalizadas e reprimidas. Estar fora desse círculo significa, segundo a pesquisadora, ocupar um espaço de constante vigilância e exclusão, onde o desejo e a identidade se tornam não apenas alvos de condenação moral, mas também de políticas institucionais que regulam quem pode existir na esfera pública.

Ao formular o conceito de sistema sexo/gênero, Rubin (1975) demonstra como as sociedades impõem normas de gênero sobre os corpos e naturalizam hierarquias que restringem as formas legítimas de existência. Esse sistema não apenas define como homens e mulheres cisgênero devem se comportar, mas também regula quais expressões de gênero e sexualidade podem ser inteligíveis dentro da ordem social. Dessa forma, a dissidência de gênero e sexualidade se torna estrutural: pessoas trans, não binárias, gays, lésbicas, bissexuais, pansexuais e assexuais não apenas desafiam as normas impostas, mas frequentemente vivem sob um regime de marginalização que se manifesta em diferentes esferas, da política às mídias sociais, da economia às relações interpessoais.

A partir do que já foi trazido até aqui, entendo dissidência de gênero e sexualidade como as identidades, experiências e práticas que rompem com as normas hegemônicas estabelecidas historicamente por regimes patriarcais, coloniais e cisheteronormativos sobre gênero e sexualidade. Esses conceitos não se restringem apenas a uma resistência consciente ou a uma identidade específica, mas abrangem um conjunto de existências que desafiam a inteligibilidade imposta pelo sistema sexo/gênero binário (RUBIN, 1975) e pelas normas da sexualidade reguladas pelo Estado, pela ciência e pelas instituições sociais (FOUCAULT, 1988). As dissidências de gênero e sexualidade, portanto, emergem como posições relacionais dentro de uma estrutura que disciplina corpos e subjetividades, operando por meio de políticas de exclusão e reconhecimento diferencial.

Ainda, a partir das contribuições já trazidas aqui e me inserindo nos estudos da crítica *queer* de cor, entendo embasada nas teorizações de pessoas pesquisadoras do Sul Global como María Lugones (2020) e Gloria Anzaldúa (1987) a dissidência de gênero e sexualidade não como fenômenos isolados, mas como categorias produzidas e tensionadas dentro das estruturas coloniais e raciais que as moldaram.

Tal perspectiva é importante para pensar identidades dissidentes de gênero e sexualidade no Brasil, porque como demonstra Lugones (2020), o colonialismo não apenas impôs uma ordem racializada aos corpos, mas também naturalizou um sistema de gênero binário e heterossexual como ferramenta de dominação. Assim, a dissidência de gênero e sexualidade deve ser pensada em relação a esse legado colonial, reconhecendo que identidades que hoje chamamos de trans, não binárias ou, até mesmo, *queer* já existiam em diversas culturas antes da imposição da matriz ocidental de gênero e sexualidade.

Anzaldúa (1987), por sua vez, propõe a noção de fronteira (já apresentada aqui) como um espaço de negociação e reinvenção identitária, permitindo compreender as vivências dissidentes como experiências que se situam entre múltiplos sistemas normativos, ora sendo marginalizadas, ora subvertendo as categorias que as restringem.

Baseada nessas perspectivas, entendo que as dissidências de gênero e sexualidade não podem ser reduzidas a um desvio ou a uma oposição ao normativo, mas como um campo de disputas políticas e epistemológicas, onde formas de existir que escapam à normatividade colonial e cisheteropatriarcal emergem como resistência e possibilidade de novos futuros.

A colonialidade, nesse sentido, não apenas classificou as populações colonizadas a partir de uma lógica racializante, mas também impôs um modelo binário e hierarquizado de gênero, distinto das diversas formas de organização de gênero existentes nas sociedades

indígenas e africanas. Como argumenta Lugones em *Colonialidade e Gênero* (2020), o sistema moderno/colonial de gênero operou de forma a dismantelar essas formas de existência, substituindo-as por uma estrutura rígida que subordinava mulheres cisgênero e pessoas dissidentes de gênero e sexualidade sob um patriarcado europeu.

Esse processo não foi meramente uma imposição externa, mas uma transformação profunda das relações sociais, na qual gênero e raça tornaram-se categorias indissociáveis. Assim, discutir as identidades dissidentes de gênero e sexualidade no Brasil exige compreender como essas categorias são atravessadas por um histórico de violência colonial que segue operando na contemporaneidade, redefinindo corpos, identidades e possibilidades de existência.

A imposição do sistema moderno colonial de gênero foi uma estratégia fundamental do projeto colonial de dominação, transformando radicalmente as relações de gênero e sexualidade para servir à exploração e ao controle das populações colonizadas (LUGONES, 2020). Esse processo não apenas instituiu uma hierarquia patriarcal europeia, mas também apagou, marginalizou ou demonizou formas diversas de organização de gênero e sexualidade que eram comuns antes da invasão europeia, como aprofundarei no próximo bloco.

Desse modo, o colonialismo operou através da destruição epistemológica e da imposição de um modelo binário de gênero, no qual qualquer experiência que escapasse dessa norma passou a ser vista como desviante, anômala ou patológica. Assim, a modernidade eurocentrada, ao reconfigurar corpos e subjetividades de acordo com sua lógica de dominação, construiu um regime de inteligibilidade de gênero (BUTLER, 2004) no qual o reconhecimento da existência de pessoas cujas vivências ultrapassam o binário de gênero tornou-se inviável ou indesejável dentro da ordem colonial.

Na próxima seção, explorarei as formas de dissidência de gênero e sexualidade presentes no Brasil antes e durante a chegada dos colonizadores, analisando como a invasão colonial impactou a construção dessas categorias e redefiniu as relações de gênero e sexualidade na formação sociocultural do país.

3.2 ENTRE COLONIALISMO E DISSIDÊNCIA: GÊNERO, SEXUALIDADE E REGIMES DE CONTROLE

Identificar as primeiras manifestações dissidentes de gênero e sexualidade em território brasileiro é um desafio complexo, pois envolve entender os modos de vida

pré-coloniais e o impacto do colonialismo sobre as culturas nativas. As primeiras manifestações de identidades dissidentes de gênero e sexualidade no Brasil remontam a figuras indígenas e africanas que, dentro de suas culturas, manifestavam práticas e expressões de gênero e sexualidade fora dos padrões que, mais tarde, seriam impostos pelos colonizadores.

Pensar sobre isso me transportou ao cenário descrito em uma reportagem da Agência Brasil de 2023²⁸, que resgatava o primeiro registro de assassinato motivado por homofobia no Brasil, no qual a vítima era uma pessoa indígena. A história ocorreu no Maranhão, embora a data exata seja incerta; acredita-se que tenha sido entre 1613 e 1614. Segundo a reportagem, a vítima era uma pessoa indígena Tibira (termo tupinambá que se refere à homossexualidade²⁹) que foi acusada de sodomia pelos missionários franceses no Maranhão e, como punição, amarrada à boca de um canhão. Esse episódio foi documentado no livro *História das Coisas Mais Memoráveis Acontecidas no Maranhão nos Anos de 1613-1614*, escrito pelo capuchinho Frei Yves D'Évreux, superior dos missionários franceses no Brasil. Nos registros, ele deixa claro que não apenas orquestrou o crime, mas também o detalhou minuciosamente em seus escritos.

A proposta de estudar dissidência de gênero no Brasil nessa pesquisa requer também refletir sobre a complexidade das construções identitárias do país, enraizadas em séculos de colonialismo e escravidão que deixaram marcas profundas nas manifestações sociais e culturais das identidades locais. A imposição colonial e o tráfico transatlântico de pessoas africanas não apenas estabeleceram estruturas econômicas e de exploração, mas também moldaram as normas culturais, os valores religiosos e as ideologias que ainda hoje influenciam a compreensão de gênero e sexualidade. Essas influências moldaram o imaginário social, criando parâmetros rígidos para as expressões de identidade, que frequentemente invisibilizam ou marginalizam identidades dissidentes de gênero e sexualidade, especialmente aquelas que desafiam o binarismo de gênero e as normas cisheteronormativas.

No contexto brasileiro, essa herança colonial se manifesta de maneira particularmente multifacetada, pois o país ocupa um espaço singular na América Latina, não apenas por ser o único a ter o português como língua oficial, mas também por carregar um processo de

²⁸ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/quem-foi-o-indigena-tibira-o-1o-assassinado-pela-lgbtobia-no-brasil>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

²⁹ Nas próximas páginas ampliarei a discussão sobre o termo Tibira, pois seus sentidos vão além da noção de homossexualidade e também se estendem para concepções referentes a questões de gênero.

colonização distinto, que uniu influências europeias, africanas e indígenas. A miscigenação forçada, a violência racial e a imposição de valores cristãos trouxeram um ambiente no qual a identidade local é marcada por ambivalências. Segundo Rodriguez (2003), muitos latino-americanos enfrentam desafios para reconhecer e compreender suas próprias identidades locais, o que é ainda mais evidente no Brasil, onde as raízes coloniais se misturam com questões raciais e de classe, complicando o processo de construção identitária.

A análise das experiências de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade no Brasil revela que muitas das barreiras e violências enfrentadas têm suas origens nas estruturas coloniais e escravocratas. Por essa razão, este pano de fundo histórico fornece uma base teórica e analítica para compreender como o colonialismo moldou as relações de poder e estabeleceu normas sociais e culturais que perpetuam discriminações e preconceitos. Sem esse entendimento, corre-se o risco de negligenciar a profundidade e complexidade das manifestações identitárias de gênero e também de sexualidade no país, ignorando as formas como esses processos históricos impactam diretamente a vida e as lutas dessas pessoas.

Por se tratar de uma pesquisa fundamentada também na crítica *queer* de cor, torna-se importante esse direcionamento do olhar para os efeitos históricos do colonialismo, da escravidão e das dinâmicas de poder no Brasil. Tal enfoque amplia a compreensão de atravessamentos que vão além das questões de gênero e sexualidade, envolvendo também as complexas intersecções de classe e raça.

Nesse sentido, torna-se necessário articular essas reflexões sobre colonialismo, escravidão e dinâmicas de poder a abordagens teóricas que problematizam a universalização das experiências dissidentes produzidas no Norte Global. Ao destacar que a formação *queer* diaspórica desafia a naturalização da identidade “gay” como modelo universal, Gopinath (2005) argumenta que o referencial sexual euro-americano reproduz narrativas coloniais de progresso e desenvolvimento, subordinando e hierarquizando outras culturas, comunidades e práticas sexuais.

Inspirada nesta perspectiva, busco não apenas explorar as dissidências de gênero (e também de sexualidade) no Brasil, mas também situar esses processos em suas condições históricas, sociais e políticas específicas, evidenciando como se articulam as relações de raça, classe e colonialidade. Ao incorporar a crítica *queer* de cor, esta pesquisa procura compreender as experiências identitárias brasileiras em sua complexidade própria, tensionando modelos teóricos universalizantes e valorizando os modos locais de existência, resistência e produção de sentido.

3.2.1 Raízes da dissidência de gênero e sexualidade

Reconstruir historicamente as identidades dissidentes de gênero e sexualidade brasileiras anteriores ao período de colonização é um desafio marcado pela escassez de registros, por uma visão enviesada dos colonizadores (principais responsáveis por documentar as práticas locais) e pelo longo período em que as vozes dos povos originários foram silenciadas, sem espaço para narrativas próprias e protagonismo. No entanto, é possível afirmar através dos poucos registros encontrados que, antes da chegada dos colonizadores, as populações indígenas no Brasil e na América Latina já demonstravam uma rica diversidade de dissidência de gênero e sexualidade que não seguiam normas binárias, como ilustram alguns exemplos que apresentarei a seguir.

Registros do sacerdote salesiano Padre Alcionílio Brüzzi Alves da Silva (1903-1987) sobre os povos Uaupés, que habitavam as margens do Rio Uaupés e seus afluentes, na região entre Brasil e Colômbia, indicam que esses povos praticavam tanto a masturbação quanto o que foi chamado de “homossexualismo³⁰ masculino e feminino” (MELO, 1973). Os escritos mencionam que existiam até palavras específicas em línguas indígenas para descrever essas práticas e identidades, embora eu não tenha encontrado a fonte original desses termos.

O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, em “Tristes Trópicos” (1996), registrou práticas homossexuais entre os Nambiquaras, um povo indígena do oeste do Mato Grosso, evidenciando como essas práticas faziam parte da diversidade das relações nas comunidades indígenas, ainda que suas observações não adentrem profundamente o tema.

Uma outra referência histórica relevante para esta discussão é a do historiador e cronista português Pero de Magalhães Gândavo, que, em 1576, escreveu:

“Índias há que não conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem o consentirão ainda que por isso as matem. Estas deixam todo o exercício de mulheres e imitam os homens e seguem seus ofícios, como se não fossem fêmeas. Trazem os cabelos cortados da mesma maneira que os machos e vão à guerra e à caça com seus arcos e flechas, perseverando sempre na companhia dos homens, e cada uma tem

³⁰ O termo “homossexualismo”, utilizado por Melo (1973), carrega uma conotação patologizante e é hoje considerado preconceituoso, pois sugere que a homossexualidade seria uma doença ou desvio. Eu o uso aqui para manter a fidelidade aos termos empregados pelo autor ao resgatar os registros feitos pelo padre, de modo a ilustrar como a visão preconceituosa sobre a homossexualidade perdurou ao longo do tempo. Mesmo na reprodução desses registros históricos, ainda se observam marcas desse olhar discriminatório.

mulher que a serve, com quem diz que é casada, e assim se comunicam e conversam como marido e mulher"³¹.

Esse registro constitui uma referência relevante para a compreensão das práticas e concepções de gênero no Brasil pré-colonial, anterior à imposição das normas europeias de gênero e sexualidade. As mulheres indígenas descritas por Gândavo (1576), que assumiam papéis e comportamentos entendidos a partir do seu olhar como “tipicamente masculinos”, demonstravam uma fluidez de gênero que destoava da rígida dicotomia sexual e de gênero vigente na Europa. A maneira com que estas mulheres indígenas viviam – caçando, guerreando e estabelecendo relações afetivas com outras mulheres – revela uma cultura onde o gênero não era limitado a uma performance binária.

Esta realidade contrasta com a visão trazida pelos colonizadores europeus, cujas normas se apoiavam em estruturas patriarcais e em um modelo de família heteronormativo. Sendo assim, a chegada dos portugueses ao Brasil não apenas trouxe novos padrões sociais, mas também uma moralidade reguladora, respaldada pelo Tribunal do Santo Ofício³², que punia severamente aqueles que desafiavam as normas europeias de gênero e sexualidade.

A Inquisição, com seu aparato de controle, não só criminalizava, mas equiparava a sodomia aos crimes mais graves contra a Coroa, impondo inclusive a pena de morte, como já relatado com o caso do primeiro assassinato por homofobia no Brasil, citado anteriormente. Com essa estrutura de vigilância e repressão, as práticas sociais e culturais indígenas começaram a ser marginalizadas e oprimidas, sendo substituídas por um código social que visava alinhar o comportamento dos habitantes desse “Novo Mundo” aos valores europeus. Essa imposição foi uma ferramenta poderosa de controle colonial, sendo um exemplo claro de como o processo de colonização não se limitou à exploração territorial, mas também buscou remodelar profundamente os modos de vida, as identidades e as relações interpessoais das populações nativas.

³¹ Este trecho é extraído do texto “História cronológica da homofobia no Brasil: Das capitânicas hereditárias ao fim da Inquisição (1532-1821)”, de Luiz Mott, destacado em um artigo da Revista Fapesp. No estudo, Mott examina documentos do Tribunal do Santo Ofício em Portugal, preservados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, para narrar as histórias dos “sodomitas” – termo usado na época para se referir àqueles que se afastavam do padrão heterossexual. Parte do material pode ser acessada no link: <https://revistapesquisa.fapesp.br/novos-recortes-buscam-expandir-o-debate-sobre-a-questao-lgbti-no-brasil/>.

³² Segundo o Arquivo Nacional do Governo Brasileiro, o Tribunal do Santo Ofício era uma instituição criada pela igreja católica de caráter “judicial”, que tinha por principal objetivo ser um órgão de investigação e repressão. Disponível em: https://historialuso.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5659:tribunal-do-santo-oficio-da-inquisicao&catid=2088&Itemid=12. Acesso em: 02 de novembro de 2024.

O termo “sodomia”, por exemplo, já mencionado algumas vezes, remonta à cidade bíblica de Sodoma, descrita nos capítulos 18 e 19 de Gênesis como uma cidade destruída devido aos pecados de seus habitantes e à falta de temor a Deus. Ao longo da Bíblia, Sodoma é frequentemente citada como um exemplo de punição divina. Contudo, no relato original de Gênesis, não há uma referência explícita a práticas sexuais no contexto da destruição da cidade, porém esse termo passou a ser atrelado a isso a partir dos discursos da igreja católica.

De acordo com Rocha (2016), até a Baixa Idade Média, no Ocidente, o termo sodomia era associado principalmente ao sexo anal, mas também abrangia outras práticas consideradas transgressoras, como a luxúria e a fornicação. A partir dos séculos XI e XII, embora o sexo anal continuasse a ocupar um papel central nas condenações morais, o conceito de sodomia se expandiu para incluir qualquer uso das genitálias que não visasse à reprodução, bem como práticas sexuais que desafiassem as normas estabelecidas.

Em 2023, o Museu da Diversidade Sexual (MDS), uma instituição da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, disponibilizou gratuitamente uma exposição online intitulada “Dando Pinta no Brasil Colônia”³³, trazendo registros de dissidência de gênero e sexualidade durante o período colonial no Brasil. A exposição teve a curadoria da pesquisadora, professora e ativista trans Amara Moira e reúne, majoritariamente, materiais históricos compostos por confissões e denúncias registradas junto à Santa Inquisição. Segundo a curadoria, esses documentos constituem as principais fontes disponíveis para evidenciar a presença de dissidências de gênero e sexualidade no Brasil.

Entre os documentos há confissões que relatam práticas dissidentes de sexualidade já na adolescência, descritas como “ajuntamento sodomítico”. Um registro de 1592 inicia com a seguinte declaração: “[...] e o ditto peccado assim alternadamente muitas vezes em diversos tempos e diferentes lugares ora em casa, ora nos mattos, ora em ribeiras [...]” (MUSEU DA DIVERSIDADE, 2023). Esse trecho revela uma narrativa de controle sobre práticas de sexualidade e dissidência de gênero que escapavam ao olhar vigilante das instituições coloniais, mesmo com o constante risco de punição.

Não apenas os locais são foco da descrição dessa confissão mas também a frequência em que ocorria, como demonstra o trecho: “[...] tendo os dittos ajuntamentos sodomíticos, consumadamente de tres em tres dias e de dous em dous dias e de semana em semana, e ás vezes em hum dia duas vezes de maneira que do numero certo não é lembrado” (MUSEU DA

³³ A exposição pode ser acessada neste link: <https://artsandculture.google.com/story/ywXxy-jvg4sUpq>. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

DIVERSIDADE, 2023). Tal passagem ilustra o quanto as práticas dissidentes de gênero e sexualidade e eram parte do cotidiano de algumas pessoas durante o período colonial, apesar da vigilância e dos riscos envolvidos. A frequência desses encontros, descrita quase com um tom de rotina, sugere não apenas uma resistência aos padrões impostos (mesmo que não fosse percebida como tal por quem as praticava), mas também uma naturalização dessas relações entre os envolvidos, uma vivência que ignorava a concepção de “pecado” ou transgressão durante a adolescência, já que essas confissões se referem a práticas realizadas na juventude, mas que, segundo o próprio confessante, haviam sido abandonadas na vida adulta.

No mesmo ano, em 1592, há confissões registradas que demonstram a existência de uma subcultura lésbica, a partir da confissão de Maria Rangel à Santa Inquisição. No documento, é possível observar um nível de detalhamento sobre a natureza das relações íntimas entre duas mulheres que explorava aspectos que ultrapassam uma simples descrição de eventos. O relato inquisitorial examinava com minúcia a posição dos corpos, o contexto físico em que o ato ocorreu e, especialmente, a ausência de qualquer “instrumento penetrante”. Essa atenção aos detalhes reflete um interesse quase curioso e voyeurístico por parte dos inquisidores, que parecem mais interessados em compreender e catalogar os elementos das práticas sexuais do que em simplesmente condená-las.

Segundo a análise de Oliveira (2018), os inquisidores não apenas registravam as falas dos acusados, mas interpretavam e ajustavam os relatos de acordo com o entendimento que tinham dos eventos. Esse processo implicava uma adaptação, onde a narrativa era simplificada para facilitar seu encaixe nos moldes de heresia, crime ou pecado que estavam sob seu julgamento. Assim, o tribunal construía uma “verdade” oficial sobre os acontecimentos. Quando a percepção dos inquisidores sobre um caso não era tão precisa, surgiam mais elementos de interação e diálogo. Já em casos em que sua compreensão era maior e mais consolidada, sua interpretação se tornava mais dominante e evidente no processo.

No registro sobre Maria Rangel, a ênfase no fato de que não havia penetração revela a dificuldade do Tribunal em encaixar essa prática em suas definições tradicionais de pecado, que costumavam girar em torno da penetração e do papel do falo como elemento central do ato sexual. Esse ponto específico desafia a visão limitada e patriarcal do que constituiria “conjunção carnal”, demonstrando que, para os inquisidores, a ausência de um falo no ato tornava mais complexa a caracterização da relação como pecado. Esse tipo de confissão expõe as limitações da visão inquisitorial sobre gênero e sexualidade, que se baseava em

definições estritas e normativas, profundamente enraizadas em uma compreensão binária e falocêntrica das relações sexuais.

Um caso emblemático apresentado pelo Museu da Diversidade (2023) e foco de estudo de alguns trabalhos brasileiros (OLIVEIRA, 2018; PINTO, 2023) é de Baltasar da Lomba, um português descrito como um cristão-velho e solteiro que veio de Portugal quando tinha cerca de 14 anos de idade e morador da capitania da Paraíba. A denúncia registrada à Santa Inquisição em 25 de fevereiro de 1595 o acusava de sodomia e sua prisão foi efetuada no mesmo dia do registro.

Baltasar é convocado a confessar seus “pecados” e a descrever detalhadamente todas as suas práticas sexuais. Este caso se destaca por se tratar de um colonizador acusado de sodomia com nativos, rompendo com as normas de gênero e com as concepções vigentes de masculinidade da época. O caso desafia ainda as expectativas sociais sobre o comportamento masculino e coloca em destaque qual era a visão sobre a passividade nas relações sexuais entre homens, expondo uma complexidade nas relações de poder e nas expressões de gênero no contexto colonial.

A curadoria do Museu da Diversidade (2023) demonstrou que, no processo inquisitorial contra Baltasar da Lomba, havia um forte foco no fato de ele ser constantemente identificado como “paciente” nas relações sexuais (termo que, no vocabulário da Inquisição, indicava uma posição passiva), especialmente em suas relações com homens indígenas. Nos registros, observa-se ainda uma recorrente menção ao termo “Tibira”, já apresentado anteriormente, que não se refere apenas à homossexualidade, mas também a representações de gênero.

Conforme aponta o antropólogo e historiador Luiz Mott (1988), o termo Tibira pode designar tanto um “sodomita paciente” quanto uma pessoa cujos traços pessoais, gestos, vestimentas e acessórios contrariavam as normas de gênero vigentes na época. No caso de Baltasar, o termo Tibira é usado frequentemente para denominá-lo, inclusive nos relatos dos nativos que o conheciam ou que haviam se relacionado com ele. Oliveira (2018) destaca que é interessante observar como, no discurso dos nativos, frequentemente marginalizados no processo de colonização, surgia uma postura que sugeria orgulho ou vanglória ao sodomizar Baltasar, um homem branco assumindo um papel entendido como feminino.

Essa associação entre passividade e feminilidade não apenas reforçava estigmas, mas também contribuía para a construção de um discurso que enquadrava determinados corpos e expressões como desviantes. Esse discurso, ao posicionar o homem passivo em um lugar

simbolicamente associado ao feminino, constituiu uma matriz interpretativa que perdura até hoje, vinculando a homossexualidade masculina a traços considerados “femininos” e reforçando estereótipos em torno do “gay afeminado” e também das travestis, por exemplo.

O uso do termo “Tibira” também indica uma compreensão mais ampla das dissidências, que não se limitava apenas à prática sexual, mas também englobava aspectos de expressão de gênero, estéticos e comportamentais. Ao identificar pessoas por suas vestimentas, gestos ou adereços que rompiam com as normas de gênero, a Inquisição demonstrava um esforço em marcar visualmente os corpos que não se alinhavam aos padrões masculinos europeus, consolidando uma construção de alteridade e controle.

Mott (2023) aponta que a homofobia foi institucionalizada no Brasil em 1534, com a criação das primeiras capitanias hereditárias. No decreto que concedia as capitanias aos donatários, o rei atribuiu a eles diversos poderes, incluindo a autoridade para condenar à morte, sem necessidade de consultá-lo, pessoas acusadas de sodomia, falsificação de moedas e colaboração com invasores.

Embora se saiba sobre a existência desses poderes concedidos pelo rei aos donatários, é difícil saber se essas penas foram colocadas em prática. Não há registros detalhados sobre esses crimes ou sobre as punições aplicadas, com exceção da execução da pessoa indígena mencionada anteriormente, acusada de sodomia e documentada pelo próprio responsável pelo crime. Mott (2023) ressalta que, apesar de o Código Penal Brasileiro de 1830, assinado por Dom Pedro I, ter deixado de incluir o crime de sodomia, isso não significou a erradicação do preconceito, que já estava profundamente enraizado na mentalidade da época.

Para ampliar a reflexão para além das questões relacionadas à sexualidade e incorporar a dimensão de gênero, torna-se relevante considerar as manifestações de não binariedade no período pré-colonial na América Latina. Nesse horizonte, destaca-se a comunidade Muxe, originária de Juchitán de Zaragoza, no sul do estado de Oaxaca, no México, cuja existência remonta ao período pré-hispânico e que é reconhecida como expressão de um terceiro gênero, desafiando as concepções ocidentais de feminino e masculino. Em 2017, a antropóloga mexicana e ativista muxe transgênero Amaranta Gómez Regalado, participou das Jornadas Internacionais de Justiça e Gênero em Buenos Aires³⁴. Nesse evento, ela discutiu como, antes da chegada dos espanhóis ao México, Muxes já ocupavam papéis e espaços sociais específicos, representando de forma significativa a noção de terceiro gênero na sociedade zapoteca.

³⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vcPv09nsuMY>. Acesso em: 02 de novembro de 2024.

Regalado (2017), considera Muxes não apenas uma identidade, mas uma categoria política que, segundo ela, envolve uma série de complexidades, pois é uma identidade intercultural que desafia as limitações das categorias de gênero binárias e se compara a outras identidades ao redor do mundo como travesti na Argentina (e, aqui acrescento o Brasil), *hijra* na Índia, *two-spirit* no Canadá, *berdache* nos Estados Unidos, *omeguid* no Panamá e *fa'afafine* na Polinésia Francesa.

Essa breve retomada de exemplos das Américas, especialmente do Brasil, não tem a pretensão de esgotar o tema, mas de ilustrar a complexidade de traçar identidades locais sem considerar os impactos do colonialismo, da escravidão, do capitalismo e das consequências dos valores ocidentais no Sul Global. Lugones (2020), em suas reflexões sobre colonialidade e gênero, enfatiza que é indispensável pensar as Américas e, em particular, a América Latina à luz das profundas marcas deixadas pelo colonialismo nessas regiões. Esses registros trazem à tona uma dimensão da vida colonial raramente abordada, onde a dissidência de gênero e sexualidade emerge não apenas como atos isolados, mas como formas de resistência cultural que afirmam a diversidade de expressões humanas em um cenário marcado pela imposição de uma moralidade europeia.

Esses fatores históricos e sociais moldaram profundamente as noções de identidade e gênero, criando dinâmicas únicas nas culturas locais e influenciando a maneira como identidades dissidentes são compreendidas e vividas. A imposição de valores ocidentais trouxe uma visão eurocêntrica de gênero e sexualidade que não se alinhava com as formas de existência e expressão já presentes nessas sociedades.

Para Lugones (2020), essa "colonialidade do gênero" não apenas alterou a estrutura social, mas impôs uma categorização rígida de gênero que invisibilizou ou subordinou identidades e papéis que não se encaixavam no binarismo europeu. Analisar identidades locais no Sul Global exige, portanto, um esforço de desconstrução dessa herança colonial que ainda condiciona os corpos e práticas sociais, impondo uma luta diária por reconhecimento e por um espaço de existência legítima para expressões de gênero fora da norma ocidental.

É importante destacar que a escassez da literatura disponível sobre identidades dissidentes de gênero e sexualidade indígenas no Brasil se dá, principalmente, por ser um tema considerado tabu. Contudo, esse tabu reflete principalmente as perspectivas das próprias pessoas pesquisadoras que analisaram essas populações, e não das comunidades indígenas em si. Em seus estudos, o pesquisador Eriki Paiva (2020), pertencente ao povo Terena residente

na Terra Indígena Taunay-Ipegue, ressalta as inúmeras lacunas nos estudos sobre gênero e sexualidade nas populações indígenas brasileiras.

Paiva (2020) argumenta que, embora a diversidade de expressões sexuais seja pouco tematizada em muitas etnias indígenas, é incorreto atribuir esse silenciamento às próprias comunidades. Segundo o autor, os tabus em torno disso são, em grande parte, introduzidos por sociedades não indígenas, que impõem classificações a práticas consideradas “diferentes”. Além disso, a historiografia tradicional frequentemente ignorou essas dimensões, priorizando aspectos culturais gerais e relegando as pessoas indígenas à condição de objetos de estudo, e não de sujeitos históricos.

Os exemplos apresentados indicam que as dissidências de gênero e sexualidade no Brasil antecedem a colonização, mas foram progressivamente submetidas a regimes de controle e normatização impostos pelas estruturas coloniais. A consolidação dessas hierarquias não se encerra nesse período, sendo presente e reconfigurada também no contexto escravocrata brasileiro, tema da próxima seção.

3.2.2 Gênero e sexualidade no Brasil Colonial e Escravocrata

Pensar a dissidência de gênero e sexualidade entre pessoas escravizadas no Brasil implica atravessar as marcas profundas deixadas pela escravidão na constituição da subjetividade preta. Como aponta Veiga (2019), a retirada forçada de pessoas africanas de suas terras, o rompimento de laços afetivos e culturais e a imposição de uma vida em um novo local estruturalmente antinegro geraram impactos profundos e devastadores.

Esse deslocamento, somado às violências físicas e psicológicas sofridas, levou a um sentimento de banimento tão intenso que afetou diretamente a percepção de identidade e de corpo. Segundo Veiga (2019), a vida sob escravidão não apenas privou os indivíduos de sua liberdade, mas também fragmentou suas consciências e referências culturais, dificultando a preservação de qualquer identidade, incluindo as expressões de gênero e sexualidade. Esse cenário revela como a diáspora africana, no contexto do Brasil escravocrata, forçou indivíduos a reconstruírem suas identidades em meio a uma constante opressão. Dessa forma, o estudo da dissidência de gênero e sexualidade nesses espaços se conecta profundamente às lutas pela sobrevivência e pela preservação de subjetividades.

A escravidão consolidou uma hierarquia social em que identidades racializadas e dissidentes eram subjugadas, criando barreiras que forçaram as expressões de gênero e

sexualidade fora da norma a se tornarem atos de resistência. O sistema escravocrata, nesse sentido, não apenas explorou corpos pretos de maneira brutal, mas também instituiu padrões rígidos de controle.

Esses corpos marginalizados, frequentemente associados a uma animalização e desumanização (DAVIS, 2016), foram posicionados em papéis que serviam à estrutura colonial, que visava controlar e explorar tanto a força de trabalho quanto às práticas sexuais. Nesse sentido, o legado escravocrata não apenas moldou uma sociedade marcada por racismo estrutural, mas também regulou formas não normativas de gênero e sexualidade, que eram vistas como ameaças à ordem social imposta.

No Brasil colonial, as pessoas escravizadas eram consideradas ferramentas para o progresso agrícola e econômico, sendo submetidas a uma vida brutal e tratadas de forma desumana e controladas através de castigos físicos severos, incluindo fome e abusos frequentes, tanto físicos quanto sexuais. O historiador James Sweet (2007), em sua obra *Recriar África: cultura, parentesco e religião no mundo Afro-Português*, apresenta diversos exemplos históricos que documentam abusos cometidos por senhores contra pessoas escravizadas.

Sweet (2007) registrou inúmeros casos de abuso cometidos por senhores contra pessoas escravizadas em diferentes regiões do país, envolvendo múltiplos proprietários que, mesmo quando denunciados, raramente sofriam consequências significativas. De acordo com o autor, as leis canônicas e civis da época, acabaram contribuindo para a objetificação sexual das pessoas escravizadas. Era comum que proprietários confessassem abusos e, ainda assim, fossem absolvidos, o que permitia que continuassem a praticar esses atos sem receio de punição.

No entanto, é importante frisar que meu foco nesta seção será nos exemplos de dissidência de gênero e sexualidade manifestados entre pessoas escravizadas. Os registros de relações entre pessoas escravizadas e seus senhores não constituem indicadores confiáveis para a análise e reflexão sobre práticas sexuais dissidentes, pois não há como assegurar o consentimento nessas interações, dada a extensa violência e abuso a que as pessoas escravizadas estavam submetidas.

Apesar das limitações impostas pelos registros históricos centrados na violência e no abuso, é possível identificar exemplos que escapam aos padrões coloniais de gênero e

sexualidade, como o caso representativo de Xica Manicongo³⁵ (MUSEU DA DIVERSIDADE, 2023), considerada a primeira travesti documentada na história do Brasil. Xica, uma pessoa escravizada denunciada em 1591 à Inquisição, é apresentada nos documentos da época como alguém que afrontava diretamente as normas colonizadoras sobre gênero e sexualidade.

Xica Manicongo foi redescoberta pelo antropólogo Luiz Mott (2024)³⁶ a partir das suas pesquisas em documentos oficiais na Torre do Tombo, em Lisboa. De acordo com Mott (2024), Xica Manicongo, originária do Reino do Congo, foi levada à Bahia como escravizada no final do século XVI. Ela foi acusada de "comportar-se como mulher em práticas proibidas" e de resistir a vestir-se de acordo com os padrões masculinos da época. A denúncia foi enviada ao Tribunal do Santo Ofício e focava não apenas na condição de Xica como pessoa escravizada, mas também na sua expressão de gênero, considerada uma afronta à moralidade europeia.

Segundo Mott (2024), Xica utilizava um pano amarrado, característico dos quimbanda do Congo e de Angola, pessoas que desempenhavam papéis sociais associados ao gênero feminino ou eram rotuladas pelos colonizadores como "sodomitas", termo depreciativo usado para descrever aqueles que desafiavam as normas sexuais e de gênero estabelecidas pela ordem colonial.

Como já mencionado, no Brasil colonial, o código penal vigente tratava a sodomia como um dos crimes mais graves e as penas eram extremas: a pessoa considerada culpada poderia ser queimada viva em praça pública, seus bens eram confiscados pela Igreja Católica, e a infâmia recaía sobre seus descendentes até a terceira geração. Segundo a pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus (2022) em texto para o site Capire³⁷, este contexto de brutal repressão explica o impacto devastador que uma condenação desse tipo tinha sobre qualquer pessoa. Xica Manicongo, acusada pejorativamente de ser quimbanda, enfrentou esse ambiente hostil. Para evitar a pena capital, foi forçada a abdicar da expressão de sua identidade e a adotar o estilo de vestimenta tradicionalmente atribuído aos homens da época. A repressão às

³⁵ No Carnaval de 2025, a escola de samba Paraíso do Tuiuti homenageou Xica Manicongo com o samba-enredo "*Quem tem medo de Xica Manicongo?*". A escolha do enredo representou um gesto político e simbólico de reconhecimento à figura de Xica, considerada a primeira travesti não-indígena registrada na história do Brasil colonial. Sua história, marcada por violências e tentativas de apagamento, é também um marco de resistência à normatividade de gênero imposta pelo regime colonial.

³⁶ Parte dessa pesquisa feita pelo pesquisador - incluindo um retrato falado de Xica Manicongo - pode ser encontrada nesse link: <https://grupogaydabahia.com.br/o-retrato-falado-de-xica-manicongo/>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

³⁷ O texto está disponível neste link: <https://capiremov.org/experiencias/xica-manicongo-a-transgeneridade-toma-a-palavra/>. Acesso em: 25 de novembro de 2024.

dissidências de gênero foi ainda reforçada com a criminalização do uso de roupas de outro gênero a partir de 1603, quando leis impuseram penas de banimento e multas àqueles que desafiavam as normas coloniais de gênero, salvo em ocasiões festivas.

O nome social de Xica Manicongo foi concedido de forma póstuma por Marjorie Marchi (1974–2016), militante Travesti negra que atuou como presidente da ASTRA-Rio (Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro). O caso de Xica Manicongo demonstra como, mesmo sob as condições extremas de exploração e controle, existiam expressões de dissidência que desafiavam as estruturas coloniais de gênero. Xica foi acusada de desafiar as normas de gênero em um contexto que não apenas desumanizava corpos racializados, mas também buscava eliminar qualquer manifestação que escapasse à binariedade de gênero imposta pelos valores cristãos europeus.

A moralidade colonizadora, reforçada por legislações eclesiásticas e civis, não apenas reprimiu expressões dissidentes de gênero, mas também as reinterpreto por meio de lentes racistas e transfóbicas, perpetuando a marginalização de pessoas como Xica. A acusação contra Xica Manicongo é representativa ao demonstrar como o sistema colonial mobilizava narrativas de transgressão para reafirmar sua autoridade e, simultaneamente, constitui uma das raras evidências de resistência ativa às normas de gênero impostas no Brasil escravocrata.

Ainda que os registros históricos sejam limitados e enviesados, o estudo de casos como o de Xica Manicongo permite dar foco às experiências dissidentes que foram invisibilizadas ao longo do tempo. Esse resgate não apenas dá voz às subjetividades trans apagadas pela história, mas também reconhece a importância de inserir a perspectiva interseccional na análise da colonialidade, considerando como raça, gênero e sexualidade se entrelaçam na estrutura de opressão, uma questão fundamental trazida pela crítica *queer* de cor, mobilizada nesta pesquisa.

Resgates históricos dessa natureza indicam que as experiências de dissidência de gênero no Brasil não constituem fenômenos recentes, mas integram processos sociais e culturais de longa duração. Desde o período colonial, corpos dissidentes tensionaram as normativas impostas pela ordem colonizadora, confrontando dispositivos institucionais voltados à sua regulação e silenciamento. Esses registros evidenciam a permanência histórica de práticas e identidades que questionaram os padrões dominantes de gênero e sexualidade, mesmo em contextos marcados por intensa violência e opressão.

As discussões desenvolvidas ao longo deste capítulo demonstram que as dissidências de gênero e sexualidade no Brasil não podem ser compreendidas de forma dissociada dos

processos históricos de colonialidade e escravização. Partindo desse reconhecimento, o capítulo seguinte desloca o debate para o campo teórico, apresentando as formulações das teorias *queer* desenvolvidas no Norte Global e, progressivamente, suas críticas e rearticulações no Sul Global, com especial atenção à crítica *queer* de cor, que permite tensionar os limites dessas teorizações a partir de experiências marcadas por raça, classe, colonialidade e desigualdade.

4 TEORIAS *QUEER*: DO NORTE AO SUL

4.1 PERCORRENDO A MATRIZ TEÓRICA *QUEER* DO NORTE GLOBAL

Mundialmente, a sigla LGBTQIAP+ passou (e continua passando) por diversas transformações para tornar-se mais inclusiva e representativa das múltiplas identidades de gênero e orientações sexuais. Na década de 1990, por exemplo, usava-se o acrônimo GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), associado a estratégias de visibilidade e consumo voltadas ao chamado “mercado GLS”³⁸. Posteriormente, a sigla foi sendo reformulada a partir de disputas políticas internas aos movimentos sociais, passando por diferentes composições como GLT, LGT e LGBT, até incorporar outras identidades de gênero e sexualidade historicamente marginalizadas. Através de debates internos no movimento e uma maior reivindicação de visibilidade por parte do movimento lésbico, a sigla foi modificada para LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans e travestis).

A partir de 2013, segundo reportagem do Jornal O Globo³⁹, versões atualizadas da sigla começaram a surgir, incluindo outras identidades e expressões de gênero não previamente reivindicadas, como o “Q” de *queer*. Uma adição que chegou em terras brasileiras tomada por controvérsias. É o caso do Conselho Nacional dos Direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, *queers*, intersexuais, assexuais e outras pessoas (CNLGBTQIA+) recriado⁴⁰ em 2023 durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, já citado anteriormente. Este conselho, composto por 38 membros representantes do governo e da sociedade civil, foi formado com o objetivo de formular e implementar políticas públicas

³⁸ As transformações das siglas vinculadas aos movimentos de dissidências sexuais e de gênero não ocorreram apenas por questões terminológicas, mas por disputas políticas em torno de reconhecimento, representação e visibilidade. O termo GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), bastante difundido no Brasil nos anos 1990, esteve associado a estratégias mercadológicas e à consolidação de um segmento de consumo conhecido como “mercado GLS”. Posteriormente, movimentos sociais passaram a criticar a presença do termo “simpatizantes”, por não representar diretamente sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade. Nesse contexto, surgiram rearranjos como GLT e LGT, marcados por reivindicações de maior visibilidade para lésbicas e pessoas trans/travestis. A inclusão do ‘B’ também decorreu de disputas políticas travadas por movimentos bissexuais, que reivindicavam reconhecimento enquanto sujeitos historicamente invisibilizados, recusando interpretações que compreendiam a bissexualidade apenas como transição ou indefinição identitária.

³⁹ A reportagem completa pode ser acessada no link: <https://oglobo.globo.com/rioshow/noticia/2023/06/de-lgbt-a-lgbtqiapn-entenda-o-que-significa-cada-letra-da-sigla-e-sua-evolucao.ghtml>. Acesso em: 26 de junho de 2024.

⁴⁰ O Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+) não surgiu originalmente em 2023, mas foi recriado. Sua origem remonta a 2010, com o Decreto nº 7.388, que instituiu o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos da População LGBT (CNCD/LGBT), destinado a formular diretrizes para combater a discriminação e promover os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e pessoas trans. Esse órgão foi extinto no início da gestão de Jair Messias Bolsonaro, em 2019. Em 2023, o Conselho foi oficialmente restabelecido como o CNLGBTQIA+, compondo-se novamente como espaço consultivo e deliberativo na formulação de políticas públicas para a população LGBTQIA+.

voltadas para a população LGBTQIAP+. Mas, o que chamou atenção nesse acontecimento foi a inserção de *queer* na sigla, principalmente, pelo fato de que algumas pessoas ativistas dissidentes de gênero e sexualidade defenderem que não há a existência de uma identidade *queer* consolidada no Brasil e que o termo não é amplamente utilizado.

A resistência ao uso do termo *queer* no contexto brasileiro manifesta-se em diferentes níveis: linguístico, político, institucional e cultural. Em primeiro lugar, trata-se de uma palavra estrangeira, sem tradução direta no português, o que produz distanciamento e certo incômodo, sobretudo por carregar um histórico teórico e militante de origem anglófona que nem sempre encontra correspondência nas experiências locais.

Além disso, há uma resistência institucional evidente: formulários, censos, editais e políticas públicas raramente incluem “*queer*” entre as categorias identitárias reconhecidas, o que indica uma dificuldade do Estado em lidar com um termo que não designa uma identidade fixa, mas uma posição crítica frente à normatividade. No campo dos movimentos sociais, parte das lideranças e militâncias de base vêem o termo com desconfiança, considerando-o distante das realidades de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade e associado a uma linguagem acadêmica ou elitizada. Culturalmente, *queer* também enfrenta barreiras de compreensão e de uso, sendo pouco empregado fora de círculos universitários ou artísticos, onde costuma aparecer como sinônimo de “estranho”, “alternativo” ou “fora do padrão”. Em síntese, o termo ainda é atravessado por tensões quanto à sua legitimidade e pertinência no Brasil, oscilando entre a promessa de uma crítica radical à norma e o risco de se tornar uma categoria deslocada das práticas e vocabulários identitários locais.

No entanto, as conversações sobre *queer*, embora ainda tímidas, se manifestam em diferentes mídias sociais no país. A pesquisa resultante da minha dissertação no mestrado em Gênero e Mídia da University of Sussex revelou que os discursos sobre *queer* na mídia social X frequentemente são marcados por uma confusão e falta de compreensão em relação aos significados do termo entre pessoas brasileiras. Essa falta de compreensão é atribuída, em grande parte, à ausência de identificação e familiaridade com o termo *queer*, o qual muitas vezes é utilizado meramente como um jargão estrangeiro para fazer referência à comunidade LGBTQIAP+ ou a algum tipo de mídia ou produto, mas raramente enquanto uma identidade possível (DA CAMPO, 2023).

Neste trabalho, contudo, reconheço e resgato a relevância das teorias *queer* por sua contribuição decisiva para a ampliação dos debates sobre gênero e sexualidade, especialmente ao desafiar os limites fixos das categorias identitárias. Antes dos anos 1990, por exemplo, os

estudos voltados à sexualidade concentravam-se sobretudo nas experiências de gays e lésbicas, sem conseguir abarcar outras vivências (DE LAURETIS, 1990), o que reforça a importância das abordagens *queer* no processo de abertura teórica. No entanto, opto por não utilizar *queer* como marcador identitário ao longo desta pesquisa. Em vez disso, recorro ao termo “dissidente de gênero” e “dissidente de sexualidade” para me referir às subjetividades que desafiam normas hegemônicas, justamente por considerar que ainda não temos, no Brasil, uma tradução ou apropriação consolidada do termo *queer* enquanto identidade. Diferente de *queer*, palavra que ainda carece de enraizamento histórico e afetivo no contexto brasileiro, essa formulação em língua portuguesa carrega consigo a possibilidade de nomear realidades locais com maior potência de reconhecimento e pertencimento.

Assim, compreendo *queer* não como uma identidade fixa, mas como um processo, como propôs o pesquisador brasileiro da área de Literaturas Africanas e Língua Portuguesa Mario Lugarinho (2023)⁴¹ em entrevista para o Projeto Cuier. Baseada em suas formulações, acredito que *queer* é uma forma de desestabilizar o que está dado como natural ou imutável. Trata-se de um ponto de vista que permite observar e tensionar categorias normativas de gênero e sexualidade, abrindo espaço para outras possibilidades de existência e reconhecimento.

Nesse sentido, *queer* opera como um olhar crítico, um deslocamento constante que desafia as estruturas que fixam identidades, funcionando mais como um verbo — *queering/queerizando* — do que como um substantivo (Lugarinho em entrevista para o Projeto Cuier, 2023). Ainda que Lugarinho (2023) se refira especificamente ao uso verbal do termo, é possível observar que *queer* também circula como adjetivo, empregado para qualificar práticas, estéticas e comportamentos que destoam da norma. Expressões como “esse filme é muito *queer*” ou “essa roupa é *queer*” exemplificam como o termo assume múltiplos sentidos, ora marcando o estranho, o desviante, ora reivindicando uma filiação às dissidências de gênero e sexualidade.

É precisamente nesse contexto que *queer*, enquanto uma categoria identitária possível, não assume no Brasil a mesma centralidade que possui em outros países, onde a língua inglesa é oficial. Isso ocorre porque, no país, há um conjunto de termos tipicamente brasileiros para designar identidades dissidentes de gênero e sexualidade, já consolidados e enraizados em processos linguísticos, históricos, culturais e com raízes nas sociabilidades

⁴¹ Disponível em: <https://medium.com/projeto-cuier/queer-e-pol%C3%ADtica-uma-rela%C3%A7%C3%A3o-poss%C3%ADvel-fla205fdf5c9>.

locais. Tais marcadores identitários se transformam continuamente, incorporando experiências e resistências que dialogam com as especificidades do território e da população brasileira. Assim, em vez de uma adesão massiva a *queer* como identidade, observa-se no Brasil a prevalência de termos e categorias que emergem a partir de dinâmicas culturais próprias, evidenciando formas distintas de vivenciar e nomear a diversidade de gênero e sexualidade.

Diante disso, como compreender o termo *queer*, se ele não se restringe a apenas uma designação da comunidade LGBTQIAP+? Apesar do termo *queer* estar bastante associado aos movimentos LGBTQIAP+, especialmente em círculos acadêmicos nos quais os estudos *queer* são integrados em departamentos e programas dedicados aos estudos sobre gênero e sexualidade (WHITTINGTON, 2012), a teoria que o fundamenta, desde sua origem em 1990 até os dias atuais, emprega esse termo como uma perspectiva destinada a desafiar normas e ideologias dominantes.

Tendo como base a abordagem teórica da pesquisadora em teorias *queer* norte-americana Eve Sedgwick (1990), nesta pesquisa entendo que *queer* transcende os limites das discussões LGBTQIAP+. A pesquisadora explica que *queer* é uma forma de questionar e desestabilizar normas estabelecidas, binarismos e hierarquias, tanto no campo das identidades de gênero e sexualidade quanto em contextos sociais e culturais mais amplos. Ela destaca o potencial do termo *queer* para desestruturar categorias fixas e incentivar uma reflexão crítica sobre as complexidades das experiências humanas. Segundo Sedgwick (1990), *queer* funciona como uma perspectiva para explorar as nuances da autoridade, do desejo e da auto-identificação, ao mesmo tempo em que desafia as pressuposições subjacentes às normas e categorizações sociais. Trata-se de uma ideia que instiga a repensar e romper limites convencionais, possibilitando o reconhecimento das múltiplas e mutáveis dimensões das vivências e manifestações humanas.

De acordo com a pesquisadora italiana em Estudos *Queer*, Teresa De Lauretis (1995), *queer* representa um modo de resistência e ruptura que desafia as construções convencionais de sexualidade, gênero e identidade. Embasada nas concepções de De Lauretis (1995), nesta pesquisa defendo *queer* como um meio de subverter não apenas as percepções tradicionais de gênero e sexualidade, mas também noções estabelecidas e expectativas sociais. Conseqüentemente, *queer* engloba uma aceitação da ambigüidade, fluidez, identidade e expressão para além das categorizações binárias.

Uma das primeiras aparições do termo “teoria *queer*” ocorreu justamente com De Lauretis em 1990, quando ela o utilizou como título de uma conferência que presidiu na Universidade

da Califórnia, onde lecionava (HALPERIN, 2008). Ela havia escutado o termo *queer* sendo empregado por ativistas e artistas dissidentes de gênero e sexualidade e considerou a combinação instigante. No entanto, muitas pessoas acadêmicas consideraram essa associação ofensiva, o que gerou certa tensão no meio.

Tais tensionamentos, por parte de pessoas acadêmicas, foram gerados pelos múltiplos significados atribuídos à palavra *queer*. De acordo com o Dicionário de Inglês de Oxford, *queer* abrange significados como "estranho, peculiar e excêntrico" e também inclui conotações como "caráter questionável" ou "suspeito, duvidoso". Nos Estados Unidos, por exemplo, *queer* era utilizado como uma forma de insultar e ofender pessoas dissidentes de gênero e sexualidade. Por essa razão, na década de 1970, segundo Whittington (2012), o dicionário de inglês de Oxford adicionou uma segunda definição de *queer* que dizia: "(gíria especialmente de homens) homossexual. Além disso, de coisas pertencentes a homossexuais, homossexualidade". O intuito de De Lauretis (1990) ao utilizar *queer* em sua apresentação era desafiar e questionar criticamente os saberes e a produção acadêmica desenvolvidos nos estudos gays e lésbicos, para a pesquisadora os mesmos não davam conta de outras identidades e a sua sugestão era a criação de uma "teoria *queer*", como ela chamou.

Portanto, enquanto no contexto anglófono *queer* emerge como uma crítica à identidade fixa e às políticas baseadas na reivindicação de direitos por categorias identitárias estáveis, no Brasil, as lutas por reconhecimento, visibilidade e sobrevivência de populações dissidentes de gênero e sexualidade passam, frequentemente, pela afirmação dessas mesmas identidades.

Isso não significa que o termo *queer* não seja mencionado ou utilizado no Brasil, mas sim que ele não é amplamente compreendido por todas as pessoas. Um exemplo dessa falta de familiaridade pode ser observado em uma notícia que circulou na imprensa brasileira em março de 2024, quando portais de notícia divulgaram a reação do apresentador e jornalista Tadeu Schmidt quando sua filha comunicou que se identificava como "*queer*". No seu relato, ele contou que agiu com naturalidade ao ouvir a declaração da filha. "*A Valentina falou: 'sou queer', e está bom, o que tem para o almoço hoje? Por que a gente tem que se importar com a orientação sexual dos outros?'*"⁴², relatou Schmidt em entrevista.

A repercussão desse fato não se limitou apenas aos portais jornalísticos, mas foi replicada em inúmeras publicações em diferentes redes sociais. A página no *Instagram*

⁴² Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/tadeu-schmidt-revela-como-reagiu-quando-filha-se-sumiu-lgbt,0dbf1593ad5591fc19421a9df5fe6c4cehcayhmmh.html>. Acesso em: 27 de março de 2024.

Fifizando⁴³, por exemplo, reproduziu o vídeo da fala de Tadeu Schmidt e a publicação figurou mais de 6.000 comentários. Grande parte desses comentários questionava “*o que é queer?*” em tons de piada e deboche, enquanto outros traziam comentários ofensivos à população LGBTQIAP+.

O questionamento sobre o significado de *queer* por pessoas brasileiras apresenta-se como uma dúvida complexa, como apontado por diversas pessoas pesquisadoras no Brasil (LUGARINHO, 2001; PELÚCIO, 2014; REA E AMANCIO, 2018). Como já mencionado, a complexidade não está apenas no fato de ser um termo estrangeiro decorrente da língua inglesa, mas nas peculiaridades sociais, culturais, linguísticas e políticas que envolvem a conceituação dessa palavra que, muitas vezes, não se aplicam ao contexto brasileiro. Na trajetória do movimento LGBTQIAP+ brasileiro e latino-americano, o termo *queer* não se constitui como um insulto, como ocorre na língua inglesa, sobretudo porque se trata de uma palavra ausente do português e do espanhol, bem como das sociabilidades históricas dessas comunidades.

Filo-queer foi o termo que Marlene Wayar, psicóloga social argentina e ativista do movimento trans e travesti, escolheu para se definir em entrevista para o pesquisador brasileiro Leandro Colling (2015). Reconhecida por sua atuação no ativismo LGBTQIAP+ argentino, Wayar desempenhou um papel fundamental na Frente pela Lei de Identidade de Gênero no país, movimento responsável pela mobilização de uma das legislações consideradas mais avançadas do mundo em matéria de identidade de gênero. Aprovada em 2012, a lei argentina permitia que qualquer pessoa solicitasse a mudança de nome e gênero diretamente em um guichê do governo, sem a necessidade de parecer médico. Contudo, durante o governo de Javier Milei⁴⁴, iniciado em 2023, a Lei de Identidade de Gênero passou a sofrer alterações, incluindo restrições ao acesso de pessoas menores de 18 anos a

⁴³ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C41lziErAyd/>. Acesso em: 27 de março de 2024.

⁴⁴ Para compreender o contexto político que antecede a chegada de Javier Milei à presidência da Argentina, é importante considerar os acontecimentos entre o fim do governo de Cristina Fernández de Kirchner e a gestão de Alberto Fernández (2019–2023). Durante o mandato de Fernández, foram implementadas políticas significativas no campo dos direitos LGBTQIA+, como o Decreto nº 476/2021, que instituiu o Documento Nacional de Identidade (DNI) com a opção “X” para marcar gênero, reconhecendo oficialmente identidades não binárias, e a inclusão, no Censo Nacional de 2022, de uma categoria para pessoas não-binárias, que registrou mais de 30 mil respostas (INDEC, 2022). Essas medidas, somadas a pronunciamentos públicos de Alberto Fernández em apoio aos direitos LGBTI+, consolidaram a imagem de um governo alinhado a pautas identitárias. No entanto, análises apontam que tais avanços ocorreram em meio a uma crise econômica persistente com inflação anual acima de 140%, aumento da pobreza e estagnação das políticas de crescimento, sem reformas estruturais capazes de reverter esse cenário (OLIVEROS E SIMISON, 2023). Esse quadro de insatisfação econômica foi identificado por pesquisadores como um dos fatores que enfraqueceram a base do kirchnerismo e favoreceram a ascensão de Milei, cuja campanha se apoiou fortemente no discurso de ruptura com o *status quo*.

tratamentos de transição e mudanças na política de alocação de pessoas trans no sistema prisional, o que demarcou um retrocesso em relação às garantias anteriormente asseguradas.

Em uma conversa com Colling (2015) sobre direitos, identidade e o termo *queer*, Marlene Wayar efine *filo-queer* da seguinte maneira:

Tem a ver com a empatia e simpatia por um movimento que se dá em outro contexto e com a ideia de que se nutre sem confundir quem sou eu. Eu estou na América Latina, sou travesti, estou na cidade autônoma de Buenos Aires... [...] As palavras me constituem, por isso não posso ser queer. [...] Somos '*filo-queer*' porque é um movimento que está mais empurrando aos limites, às fronteiras, a pensar tudo isso. Mas não podemos nos constituir. (WAYAR em entrevista para COLLING, 2015, p. 168).

Assim como na Argentina, onde o termo *queer* não possui uma tradução direta ou um equivalente preciso na língua local e passa por um processo complexo de reconhecimento como identidade, o mesmo ocorre no Brasil. Aqui, o termo enfrenta desafios semelhantes, sendo ressignificado em meio às especificidades culturais e linguísticas, ao mesmo tempo em que suscita debates sobre sua aplicação como identidade ou como posicionamento político e crítico. É nesse contexto que uma das discussões mais efervescentes sobre *queer* no Brasil emerge com força: *queer é ou não é uma identidade possível? E se é, como se manifesta? O que seria queer no Brasil?* Este é um debate constante e complexo entre pesquisadores filiados às teorias *queer* e ativistas do movimento LGBTQIAP+.

Pesquisadores e ativistas do Norte Global que defendem *queer* como uma identidade possível argumentam que este é um ato de recuperação e empoderamento. A reclamação histórica do termo *queer* é vista como uma forma de empoderar pessoas que foram marginalizadas devido às suas orientações sexuais, identidades de gênero e expressões não normativas. Nesse sentido, utilizar *queer* na língua inglesa como um marcador identitário seria uma forma de recuperar um termo que já foi usado como calúnia e transformá-lo em um símbolo de resistência, orgulho e sentimento de empoderamento (GALINSKY *et al.*, 2013).

Assim, em vez de apenas se opor às categorizações heteronormativas convencionais, o conceito de *queer* começou a simbolizar uma recusa das crenças heteronormativas e cisnormativas. A sua aplicação estava atrelada a um desejo de recuperar o termo e empregá-lo como um meio de transmitir uma posição política e defender uma ação transformadora (MILLER, TAYLOR E RUPP, 2016).

No entanto, há outras pessoas pesquisadoras que não concebem *queer* como uma identidade, porém isso não implica necessariamente que essas pessoas se oponham ao termo *queer*, mas sim que adotam uma perspectiva distinta sobre a relação entre *queer* e identidade.

Há posicionamentos críticos à utilização de *queer* como marcador identitário, sobretudo por seu enfrentamento ao essencialismo presente em determinadas concepções de identidade (Lugarinho em entrevista para o Projeto Cuíer, 2023). Esse argumento se baseia na ideia de que os rótulos de identidade podem ser restritivos e simplificadores, reduzindo experiências complexas e diversas a uma única identidade. Halperin (1995), por exemplo, concebe *queer* como uma posição, não como uma identidade, enfatizando seu potencial para desafiar estruturas normativas.

Há também questões que dizem respeito à fluidez e variabilidade das experiências humanas, ou seja, o foco de *queer* estaria nas maneiras específicas pelas quais os indivíduos expressam seus desejos, manifestam seus relacionamentos e vivem suas orientações sexuais e identidades de gênero e não como uma forma de categorizar identidades sob um único termo guarda-chuva abrangente. Nesse sentido, *queer* seria entendido como uma forma de recusa em se conformar às categorias normativas de identidade, enfatizando aspectos performativos e subversivos do termo (BERLANT, 1997). Além disso, algumas pessoas pesquisadoras e ativistas defendem que outros marcadores identitários como gay, lésbica, bissexual, etc., fornecem termos mais específicos e descritivos para experiências individuais (DIAMOND, 2008; WILCHINS, 1997).

Para Lugarinho (2001), pensar em *queer* no Brasil é pensar também nas diferenças contextuais e culturais. A palavra *queer* pode ser usada de forma diferente com base no contexto cultural e geográfico. Em algumas culturas ou sociedades, o termo pode ser mais aceito e celebrado, mas em outras ainda pode ter conotações negativas ou simplesmente não ser entendido, pois não há uma identificação com a palavra, devido a falta de carga histórica e emocional ligada a ela. Neste sentido, *queer* tem implicações políticas e sociais que vão além da identidade individual. Portanto, *queer* representa um papel importante no desafio das estruturas normativas (MUÑOZ, 2009) e na defesa da mudança social, mesmo para aqueles que não se identificam pessoalmente com o termo.

As teorias *queer* têm se expandido para além dos contextos em que foram inicialmente formuladas, atravessando fronteiras geopolíticas, linguísticas e culturais. Estes deslocamentos geraram releituras importantes, especialmente por parte de pessoas pesquisadoras que questionam as limitações das abordagens *queer* produzidas no Norte Global. A seguir, na próxima seção, trago a crítica *queer* de cor, que propõe uma leitura interseccional e anticolonial das dissidências de gênero e sexualidade.

4.2 TENSIONANDO A MATRIZ HEGEMÔNICA: A CRÍTICA *QUEER* DE COR

A transposição das teorias *queer*, incluindo seus princípios fundamentais e metodologias teóricas, do Hemisfério Norte para o Sul Global (com destaque para regiões como a América Latina e a África) tem gerado debates intensos e instigantes nos últimos anos, como apontam as pesquisadoras Caterina Rea e Izzie Amancio (2018). Esse processo resultou em um rico intercâmbio de ideias e perspectivas entre acadêmicos, ativistas e intelectuais, que analisam criticamente as implicações e adaptações dessa migração intelectual, considerando os desafios e ressignificações que emergem a partir das realidades locais.

É nesse contexto que a crítica *queer* de cor surge como uma abordagem teórica que interroga as limitações das teorias *queer* hegemônicas ao centrar as interseções entre raça, gênero, sexualidade e classe. Ela propõe uma análise que leva em conta como essas categorias se articulam para produzir diferentes formas de marginalização e resistência, especialmente entre sujeitos racializados e comunidades historicamente oprimidas. Ao deslocar o foco das experiências brancas, cis e do Norte Global, essa crítica amplia o escopo das teorias *queer*, aproximando-as de contextos marcados por desigualdades estruturais e legados coloniais.

As pessoas pesquisadoras vinculados à crítica *queer* de cor são, em sua maioria, pessoas de origem diaspórica que atuam em instituições localizadas no Norte Global. Como apontou Rea em entrevista ao Projeto Cuíer (2023), esses sujeitos compõem o que ela chamou de “sul do norte”, uma vez que suas trajetórias são atravessadas por experiências de racismo, colonialidade e opressão de classe, mesmo inseridos em contextos acadêmicos do Norte. Essa condição liminar confere à crítica *queer* de cor uma perspectiva situada, que tensiona tanto os discursos hegemônicos do Norte quanto as estruturas que invisibilizam corpos dissidentes de gênero e sexualidade racializados.

Essa crítica é derivada das teorias *queer*, do feminismo de mulheres não brancas, de análises materialistas e da teoria pós-estruturalista. Como explica o pesquisador de gênero e sexualidade Roderick A. Ferguson (2004), em sua obra *Aberrações em preto: Rumo a uma Crítica Queer de Cor*, a crítica *queer* de cor analisa como as estruturas sociais são construídas a partir das interseções entre raça, gênero, sexualidade e classe. Essa abordagem busca compreender de que maneira essas formações sociais dialogam com os ideais nacionalistas, podendo tanto reforçá-los quanto subvertê-los.

Ademais, a crítica *queer* de cor possui raízes profundas no feminismo negro e nas contribuições teóricas de intelectuais como a filósofa e ativista do movimento feminista negro Audre Lorde (1984) e a pesquisadora da teoria cultural chicana, teoria feminista e teoria *queer* Gloria Anzaldúa (1987). Lorde (1984), pesquisadora influente do feminismo negro, em seu livro *Sister Outsider* (1984), enfatizou a necessidade de reconhecer as diferenças dentro dos grupos marginalizados e de transformar essas diferenças em fonte de resistência coletiva.

De forma semelhante, Anzaldúa (1987), em *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza* discute como as fronteiras identitárias (culturais, raciais e de gênero e sexualidade) não são apenas espaços de opressão, mas também territórios de reinvenção e de resistência política. Ela destaca a interseccionalidade das opressões raciais, de gênero, de classe e sexuais, defendendo uma abordagem que dê conta dessas múltiplas camadas de marginalização de forma integrada.

Uma das principais críticas dessa perspectiva teórica é que há uma tendência de universalizar o conceito de *queer*, frequentemente centrado nas experiências e perspectivas de pessoas brancas e ocidentais, ignorando as especificidades culturais e sociais de outros contextos. A crítica *queer* de cor, por outro lado, busca reconhecer e valorizar a diversidade das experiências de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade em diferentes partes do mundo.

Ao considerar as contribuições teóricas que tensionam a universalização das experiências *queer* e propõem uma análise situada das intersecções entre raça, gênero, sexualidade e classe, é interessante observar como esses debates ganham contornos específicos em diferentes contextos nacionais. Um exemplo disso é trazido por Miskolci (2011), em um artigo que explorou as dinâmicas do contexto brasileiro em relação ao movimento LGBTI+⁴⁵ e ao movimento *queer*. Segundo o autor, há uma divisão significativa entre esses dois grupos, que pareciam ter pontos de vista distintos e até opostos, mostrando inclusive que essa divisão era mais acentuada em certas regiões do país.

De acordo com Miskolci (2011, p. 44), essa aparente dicotomia era, na verdade, uma divisão interna dentro da esfera mais ampla do movimento LGBTI+. Essa divisão, conforme o pesquisador, funcionava como um véu para uma luta de poder subjacente entre as forças estabelecidas representadas pelo movimento LGBTI+ já consolidado e os "novatos" afiliados

⁴⁵ Neste trabalho, utilizo a sigla LGBTI+ para me referir a grupos e movimentos que não reconhecem *queer* enquanto identidade. A sigla também reflete uma posição mais consolidada na sociedade civil brasileira. No Brasil, a sigla LGBTI+ é amplamente utilizada por organizações e entidades que atuam na defesa dos direitos de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, representando uma configuração reconhecida e institucionalizada.

ao movimento *queer*. Esses conflitos vinham de preocupações sobre a manutenção da hegemonia e da influência dentro do discurso e ativismo LGBTI+.

A análise de Miskolci (2011) sugere que a tensão entre esses dois grupos não se dava tanto por diferenças ideológicas fundamentais, mas sim pela manutenção ou contestação das estruturas de poder existentes. O movimento LGBTI+ estabelecido, já tendo alcançado um certo nível de reconhecimento e influência, corria o risco de potencialmente renunciar à sua posição dominante para o emergente movimento *queer*, visto como uma força capaz de perturbar a ordem estabelecida.

Para compreender as concepções e aplicações de *queer* no contexto brasileiro, é essencial analisar a trajetória desse termo até sua inserção no país. A adoção de *queer* no Brasil ocorre primariamente através da academia, influenciada pelos estudos *queer* desenvolvidos no Norte Global. No entanto, essa incorporação de *queer* nos meios acadêmicos brasileiros é alvo de críticas por parte de algumas pessoas pesquisadoras, como Lugarinho (2001), que aponta que a imediata tradução da teoria *queer* para o contexto brasileiro, sem considerar as especificidades linguísticas e culturas locais, se revelou como uma barreira à sua difusão para além dos círculos acadêmicos.

Segundo Pelúcio (2014), apesar das particularidades locais, a tendência inicial da recepção da teoria *queer* no Brasil foi de simplesmente aplicar as concepções teórico-metodológicas tal como concebidas no hemisfério norte, em vez de adaptá-las e produzir teorias próprias estabelecendo um diálogo mais sólido com os países vizinhos da América Latina.

Uma lacuna identificada na mobilização das teorias *queer* do Norte Global nos estudos desenvolvidos no Sul Global foi a baixa integração das questões raciais e de classe, dimensões fundamentais para a compreensão das especificidades sociopolíticas da região. Nesse contexto, a crítica *queer* de cor passou a ganhar força como um importante referencial teórico para a análise dessas dinâmicas.

Uma das contribuições da crítica *queer* de cor é evidenciar as limitações das narrativas convencionais do Norte Global, ao reconhecer que as identidades dissidentes de gênero e sexualidade não estão isoladas, mas frequentemente sobrepostas e atravessadas por marcadores como raça, etnia e classe. Esta concepção reconhece que pessoas dissidentes de gênero e sexualidade de minorias raciais, étnicas e de classe enfrentam desafios e formas de discriminação únicas, que são inseparáveis de seus marcadores identitários de gênero e sexualidade. As identidades raciais e sexuais e os marcadores de classe se entrelaçam e se

influenciam, moldando as formas como esses indivíduos se relacionam com o mundo, constroem comunidades e resistem às opressões.

A partir desta reflexão, é possível dizer que as particularidades distintas do Brasil exigem uma análise que aborde não apenas questões de gênero e sexualidade, mas também como elas se entrelaçam com questões raciais, étnicas e de classe. Como destacado por Irineu (2004), a formação sócio-histórica e cultural do Brasil é singular, caracterizada pelo poder oligárquico, patrimonialismo, clientelismo, temor da miscigenação, racismo e busca pela branquitude, além do estabelecimento de um modelo familiar que define padrões de masculinidade e heterossexualidade baseados em sistemas de dominação e opressão. Não há como, portanto, pensar sobre identidades dissidentes de gênero e sexualidade no Brasil sem adentrar nessas questões.

As reflexões desenvolvidas até aqui não se encerram no plano conceitual, mas ilustram o modo como esta pesquisa foi construída. Ao reconhecer as tensões entre Norte e Sul Global, bem como a centralidade das intersecções entre gênero, sexualidade, raça e classe, esta tese assume uma posição situada que orienta suas escolhas analíticas. Nesse sentido, o capítulo seguinte apresenta os procedimentos teórico-metodológicos adotados, explicitando como o referencial mobilizado se articula à constituição do *corpus* e às estratégias de análise empregadas.

5 PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Ao avançar para o escopo teórico-metodológico desta pesquisa, considero necessário explicitar como determinadas escolhas analíticas respondem às especificidades do objeto. Diante de um *corpus* que não pode ser apreendido apenas como dado linguístico ou como efeito subjetivo, mas como produção situada, atravessada por normatividades, regimes de visibilidade e disputas discursivas, este capítulo delinea o enquadramento teórico-metodológico que sustentará a investigação e as estratégias metodológicas que derivam dele.

Nesse sentido, parto de uma articulação entre estudos *queer*, especificamente a crítica *queer* de cor (entendidos aqui não apenas como campo conceitual, mas como modo de formular problemas e tensionar categorias) e procedimentos analíticos que permitam descrever as materialidades discursivas. É nesse ponto que se insere a Análise de Discurso Crítica (ADC) do linguista britânico Norman Fairclough, cuja proposta de articulação entre texto, prática discursiva e prática social oferece um caminho fértil para compreender como marcadores identitários se estabilizam, são contestados ou reconfigurados em ambientes digitais. Nas seções seguintes, apresento os fundamentos dessa articulação e justifico como ela orienta a construção dos dados, os procedimentos analíticos e o posicionamento epistemológico deste trabalho.

Como já mencionado, a noção de *queer* tem se consolidado como um conceito importante nas discussões sobre sexualidade e gênero em diversas partes do mundo. Este fenômeno, como observado por Browne e Nash (2010), não apenas demanda uma abordagem conceitual e teórico-metodológica renovada, mas também instiga uma reflexão política profunda e uma nova maneira de autoexpressão e identidade.

Um dos desafios desta investigação reside na integração do conceito de *queer* não apenas como um objeto de estudo, mas como uma parte intrínseca de toda a construção teórico-metodológica da pesquisa. Concordando com o antropólogo e pesquisador em Teorias *Queer*, Tom Boellstorff (2010), defendo a articulação entre teoria, dados e métodos, entendendo que *queer* não pode ser utilizado de forma isolada.

Dessa forma, os procedimentos de pesquisa, escrita, coleta e análise de dados serão concebidos sob a ótica de artesanato intelectual, proposta pelo cientista social Wright Mills (1982). Esta abordagem pressupõe a utilização da própria experiência de vida como ponto de partida para o trabalho de pesquisa, uma prática que eu reconheço como sendo inerentemente *queer*. Nesse sentido, esta pesquisa será desenvolvida sob uma perspectiva transmetodológica, caracterizada por um conjunto de estratégias e mobilização de métodos que visam sistematizar, compreender e resolver problemas concretos, conforme destacado por Maldonado (2013).

Assim, a demanda transmetodológica da pesquisa aponta para a adoção de um “método mestiço” (MALDONADO, 2002, p. 16), que se revela essencial para a análise e compreensão desse cenário multifacetado, pois mistura “cosmovisões, sistemas, modelos, procedimentos, lógicas, operacionalizações, tecnologias, explorações, vivências, experiências e processos de construção de conhecimento concretos”.

Dessa forma, para expandir as discussões sobre *queer* além das questões de sexualidade e gênero, e abordar também as dinâmicas de classe e raça, introduzo os referenciais teóricos da crítica *queer* de cor na construção teórico-metodológica desta investigação. A crítica *queer* de cor surge justamente no sentido de questionar a transição da teoria *queer* ocidental – desenvolvida nos Estados Unidos e na Europa do Norte – para América Latina, um questionamento trazido pela feminista decolonial Yuderkys Espinosa Miñoso (2015), por exemplo, e que continua sendo abordado na academia latino-americana. Acredito que essas escolhas metodológicas permitem a configuração do que o semiólogo argentino Walter Mignolo (2008) chama de desobediência epistêmica.

Embora esta pesquisa dialogue com os pressupostos da crítica *queer* de cor, é importante destacar que essa abordagem não se limita à tematização explícita da raça ou à presença de marcadores raciais visíveis nos materiais analisados. Como argumenta Ferguson (2004), a crítica *queer* de cor opera a partir de uma articulação complexa entre raça, gênero, sexualidade, classe e normatividade, considerando os modos sutis e estruturais pelos quais esses marcadores se entrelaçam. Assim, mesmo nos vídeos em que a questão racial não é

abordada diretamente nos discursos de pessoas criadoras de conteúdo, a análise permanece atenta aos silenciamentos e às ausências que estruturam os mesmos. Isso implica reconhecer que a baixa recorrência de referências explícitas à raça no *corpus* pode constituir, em si, um indício analiticamente relevante, na medida em que aponta para modos específicos de apagamento, deslocamento ou secundarização desta dimensão nas narrativas.

5.1 COLETA DE DADOS NO TIKTOK

Tomando como referência o *The Walkthrough Method*, desenvolvido por Ben Light, Jean Burgess e Stefanie Duguay (2018) e voltado à análise do funcionamento de aplicativos, esta pesquisa adotou alguns de seus princípios como orientação para a estruturação do processo de coleta de dados. No entanto, em vez de aplicá-lo de forma estrita, elaborei um procedimento analítico próprio, ajustado às especificidades do objeto e aos objetivos do estudo, o qual será detalhado a seguir.

O *Walkthrough Method* (LIGHT, BURGESS E DUGUAY, 2018) é uma abordagem desenvolvida para a análise crítica de aplicativos móveis, especialmente em contextos socioculturais. O método propõe que a pessoa pesquisadora percorra sistematicamente o caminho que um usuário comum seguiria ao utilizar o aplicativo, observando suas funcionalidades, fluxos de navegação e elementos visuais. A cada etapa, a pessoa pesquisadora documenta as telas, ícones, textos, fluxos de ação e possíveis limitações, prestando atenção tanto aos aspectos técnicos quanto simbólicos.

Contudo, diferentemente da proposta original, meu foco não está na análise do TikTok enquanto produto de *design*, interface ou modelo de negócios, tampouco na etapa de descontinuidade do uso. O que me interessa é acompanhar o percurso inicial que um usuário comum realizaria: criar uma conta, fazer *login* e acessar os vídeos na mídia social, a fim de compreender as formas de visibilidade, navegação e engajamento disponíveis para pessoas que se identificam como dissidentes de gênero no TikTok.

Visando minimizar o enviesamento do algoritmo e garantir que a experiência de navegação reflita o processo de um usuário acessando o aplicativo pela primeira vez, criei uma conta no TikTok exclusivamente para esta pesquisa, intitulada @PesquisandoTikTok. Para isso, utilizei um dispositivo móvel diferente do meu aparelho pessoal, sem chip e com acesso apenas ao Wi-Fi, além de realizar os acessos fora da minha residência. Essas medidas foram tomadas com o intuito de reduzir a influência de dados pré-existentes e evitar

personalizações baseadas em histórico de navegação, localização ou interações anteriores, permitindo uma análise mais próxima das dinâmicas algorítmicas e do conteúdo inicialmente sugerido pela plataforma.

Embora o principal fator de personalização esteja ligado à conta do usuário e ao dispositivo utilizado, estudos apontam que o endereço de IP e o histórico de conexões também são elementos considerados pelas plataformas para adaptar o conteúdo exibido (ZENG, ABIDIN & SCHÄFER, 2021). A própria política de privacidade do TikTok (2023) confirma que a aplicação coleta informações como endereço de IP, dados de navegação e histórico de uso para ajustar a experiência do usuário. Nesse sentido, ao utilizar uma rede diferente da habitual, busquei reduzir a influência de padrões previamente aprendidos pelo algoritmo, contribuindo para uma coleta mais neutra e alinhada aos princípios de rigor metodológico em estudos digitais (BISHOP, 2020). Esse cuidado metodológico permitiu que os conteúdos exibidos na seção *For You* refletissem, tanto quanto possível, uma experiência menos personalizada e mais próxima do que um novo usuário ou um perfil sem forte customização encontraria ao pesquisar uma determinada *hashtag*.

A criação de uma conta dedicada somente às pesquisas relacionadas a esse estudo é importante justamente pelo funcionamento do algoritmo do TikTok, que opera analisando milhares de sinais de um usuário para determinar o tipo de conteúdo que ele mais deseja ver. Esses sinais como curtidas, comentários, vídeos salvos, seguidores e o tempo gasto em um vídeo específico são usados para determinar quais vídeos aparecem na página inicial, chamada de “*Página For You/Página Para você*”.

Partindo de duas identidades dissidentes de gênero, Travesti e Não Binária, a análise foi estruturada a partir das *hashtags* associadas a essas categorias identitárias no TikTok, que orientaram a coleta dos vídeos que compõem o *corpus* da pesquisa. No TikTok, as *hashtags* funcionam como marcadores e mecanismos de indexação que articulam os discursos, organizam conteúdos e conectam usuários em torno de temas compartilhados. Seu uso permite que vídeos sejam agrupados e localizados a partir de palavras-chave precedidas do símbolo “#”, o que constitui uma forma de categorização nativa da mídia social. Como observam Da Campo e Vinhas (2023), as *hashtags* geram um arquivo digital “etiquetado” para facilitar o consumo de vídeos, atuando simultaneamente como ferramenta de busca e dispositivo de visibilidade.

Além de operarem como recurso técnico de levantamento de dados, orientando a seleção e organização dos materiais empíricos desta pesquisa, as *hashtags* também produzem

sentidos, pois instauram campos discursivos nos quais identidades e posicionamentos circulam e se reforçam mutuamente. Assim, a escolha das *hashtags* como ponto de partida metodológico não apenas orienta a coleta de vídeos, mas também permite observar como as próprias categorias identitárias são performadas, reiteradas e negociadas dentro do ambiente digital do TikTok.

Além das *hashtags* inicialmente selecionadas para a análise (#Travesti e #NãoBinária) outras marcações associadas a essas identidades foram incorporadas ao longo da pesquisa, acompanhando os desdobramentos dos discursos observados. Entre elas, está a *hashtag* #MulherTrans, cuja recorrência apareceu de forma significativa em articulação com #Travesti, o que motivou sua inclusão para observar como os discursos se organizam a partir dessa designação identitária. Da mesma forma, foram consideradas as variações de Não Binária: #NãoBinária e #NãoBinário, por corresponderem a diferentes formas de escrita e de identificação no contexto brasileiro. A incorporação dessas *hashtags* permitiu compreender como as categorias identitárias são nomeadas, mobilizadas e negociadas no ambiente digital do TikTok, sem deslocar o foco central da análise nas dissidências de gênero.

Para cada *hashtag* selecionada (#Travesti, #MulherTrans, #NãoBinária, #NãoBinária e #NãoBinário), foram coletados 50 vídeos, correspondentes aos primeiros resultados exibidos pelo TikTok no momento da busca, seguindo a lógica de ordenação da mídia social baseada em seu sistema algorítmico. Os vídeos foram salvos em pastas no próprio aplicativo, posteriormente baixados e catalogados em planilhas digitais. A organização incluiu as seguintes informações: data de postagem, transcrição do vídeo, descrição do conteúdo, legenda e *hashtags*. A transcrição contemplou integralmente as falas e os textos exibidos na tela, enquanto na descrição registrei em detalhes os acontecimentos do vídeo, bem como elementos visuais, sonoros, trilhas, efeitos e demais recursos audiovisuais. As legendas e *hashtags* utilizadas também foram integralmente transcritas.

Figura 1 – Planilha digital de organização dos dados

Nome	Data de postagem	Transcrição	Descrição	Legenda	Hashtags
VÍDEO 1	16/02/2024	Eu sou uma pessoa trans não binária e é claro que metade de vocês nem sabe o que é isso. Eu sou uma pessoa trans não binária e é claro que você olha pra mim e acha que eu sou um homem. Eu sou uma pessoa trans não binária e essa cicatriz não quer dizer nada. Eu sou uma pessoa trans não binária e eu me reconheço como agênero, um gênero neutro. E é claro que você talvez nunca tenha conhecido alguém assim. Eu sou uma pessoa transnominária. A gente não aguenta mais responder pesquisas de faculdade. Eu sou uma pessoa trans não binária. E não, eu não escolhi ser assim. Eu nasci assim. Eu sou uma pessoa trans não binária. E isso não tem nada a ver com a minha orientação sexual. Eu sou uma pessoa transnominária. E não é porque você me vê no masculino que eu quero tirar. Aquilo dali. Eu sou uma pessoa trans não binária. Não sou um homem trans. Eu sou uma pessoa trans não binária. Não sou uma mulher trans. Eu sou uma pessoa trans não binária agênero. Isso quer dizer neutro. Isso quer dizer... Você entendeu?	A pessoa criadora de con	E você, quem é? Sabia que a música de fundo foi o 1º clipe que lancei protagonizado unicamente por pessoas não binárias? [emoji coração roxo]	#eusou #iam #transgender #igbtq
VÍDEO 2	23/02/2023	[entrevistador] Quais são os pronomes de vocês? [Pessoa 1] Qualquer pronome, tanto masculino, quanto feminino, quanto neutro, serve pra mim. [pessoa 2] Eu uso o pronome ela, dela. [entrevistador] Quais são os seus pronomes? [Pessoa 3] Ele e dele, né? [entrevistador] Quais são os seus pronomes? [pessoa 4] Resiliência, gratidão, música, família, falei quatro já, é isso? [entrevistador] Quais são os seus pronomes? [pessoa 5] Ele, ela, nós. São todos? São todos. [entrevistador] Todos? [pessoa 6] Todos não. [entrevistador] Você é contra a linguagem neutra? [pessoa 5] Um país que já falando normal, ninguém consegue falar, imagina se inventar mais notas. Uma minoria que quer, pra uma maioria que não aceita isso. [entrevistador] Você é a favor da linguagem neutra? [Pessoa 1] Sim. Sim. A comunidade LGBT tem pautas que são mais importantes que essa, na minha opinião. [pessoa 2] Eu acho que tá na hora sim, tem que usar. [entrevistador] Você é a favor da linguagem neutra? [Pessoa 3] Eu sou contra. Por que que você é contra? Eu acho que x é x e x é y. [pessoa 4] Tipo assim, se a pessoa não se faz assim, ah, você é homofóbico, tem que ser cancelado. [entrevistador] Então se eu não quiser falar todES, eu não falo? É. [entrevistador] Você poderia então mudar uma frase para mim, para o Neutro? [pessoa extra] Todos devem ter acesso ao transporte público.	O vídeo consiste em uma	Compartilhe o vídeo! [Emoji de taça de vinho] [Emoji rosto de pedra]	#politica #ula #bolsonaro #todes

Fonte: Autora.

Nesta etapa, elementos como o texto da postagem, o uso de *emojis*, memes, figuras de linguagem e outros recursos visuais foram observados como características descritivas que contribuem para compreender os sentidos do vídeo. Esses elementos não constituem categorias de análise independentes, mas integram o conjunto de signos e estratégias expressivas que moldam a forma como cada identidade é representada e performada na mídia social. Assim, esses elementos ajudam a identificar padrões de estilo, tom e visualidade recorrentes nas postagens, compondo um panorama geral das práticas discursivas e visuais associadas às *hashtags* em estudo.

É importante destacar que nesta pesquisa, todos os rostos e quaisquer elementos que possam identificar diretamente as pessoas presentes nos vídeos analisados foram borrados. Isso se baseia em princípios éticos voltados à proteção da privacidade e da integridade dos sujeitos. Mesmo que o conteúdo esteja publicamente disponível na internet, é necessário adotar medidas de cuidado quando se trata do uso acadêmico de material envolvendo populações vulnerabilizadas, como é o caso de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade. De acordo com as diretrizes da Associação de Pesquisadores da Internet (*Association of Internet Researchers – AoIR*), é recomendado que imagens visuais ou outras informações identificáveis (como nomes de usuário, fotos de perfis) não sejam reproduzidas em publicações acadêmicas ou apresentações de pesquisa, a menos que tenha sido obtido consentimento informado ou que tenham sido tomadas medidas suficientes para anonimizar ou obscurecer esses dados. Essa orientação aparece no item 3.1 do documento “*Internet Research: Ethical Guidelines 3.0*”, publicado em 2020.

5.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE: ORGANIZAÇÃO E CODIFICAÇÃO DOS VÍDEOS NO *SOFTWARE* NVIVO

Neste item, descrevo o uso do *software* NVivo no tratamento analítico dos 250 vídeos selecionados a partir de cinco *hashtags*, destacando seu papel na organização e codificação do *corpus*. Em seguida, eu explico os procedimentos adotados para articulação das categorias e subcategorias de análise nos materiais audiovisuais. O NVivo, *software* desenvolvido pela QSR International, foi utilizado nesta pesquisa como ferramenta de apoio à organização e à análise do *corpus*. O programa permite reunir, sistematizar e codificar diferentes tipos de dados em um mesmo ambiente analítico, facilitando o trabalho com materiais complexos e multimodais. Na versão NVivo 15, disponibilizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e utilizada neste estudo, é possível importar e trabalhar com arquivos em formatos diversos, como textos, planilhas, imagens, áudios e vídeos.

No NVivo, o material analítico é organizado em um ambiente denominado “projeto” (Figura 2), no qual todos os arquivos da pesquisa podem ser reunidos e trabalhados de forma integrada. Optei por utilizar esse *software* para possibilitar um tratamento sistemático do *corpus*, garantindo a organização e a preservação dos dados coletados, aspecto fundamental diante do volume e da complexidade dos materiais audiovisuais analisados.

Figura 2 – Projeto de #Travesti no *Software* NVivo

Nome	Arquivos	Referências	Criado por	Criado em	Modificado por	Modificado em
Discursos de regulação	1	86	LOU	07/01/2026 09:11	LOU	07/01/2026 10:35
Regulação identitária	1	19	LOU	07/01/2026 09:11	LOU	07/01/2026 10:33
Regulação estética	1	10	LOU	07/01/2026 09:11	LOU	07/01/2026 10:33
Estratégias de visibilidade	1	65	LOU	07/01/2026 09:12	LOU	07/01/2026 10:35
Discursos de reconhecimento	1	100	LOU	07/01/2026 09:00	LOU	07/01/2026 10:45
Sexualidade	1	2	LOU	07/01/2026 09:03	LOU	07/01/2026 10:21
Raça	0	0	LOU	07/01/2026 09:01	LOU	07/01/2026 09:01
Linguagem	1	18	LOU	07/01/2026 09:01	LOU	07/01/2026 10:45
Identidade	1	89	LOU	07/01/2026 09:00	LOU	07/01/2026 10:34
Estética	1	24	LOU	07/01/2026 09:01	LOU	07/01/2026 10:33
Discursos de pertencimento	1	27	LOU	07/01/2026 09:10	LOU	07/01/2026 14:53
Trabalho	1	16	LOU	07/01/2026 09:10	LOU	07/01/2026 14:51
Práticas educativas	1	7	LOU	07/01/2026 09:11	LOU	07/01/2026 10:28
Comunidade	1	11	LOU	07/01/2026 09:10	LOU	07/01/2026 10:34
Classe	1	7	LOU	07/01/2026 09:11	LOU	07/01/2026 14:53

Fonte: NVivo.

Além de facilitar a gestão dos materiais, o programa oferece recursos que auxiliam na identificação de relações entre categorias e na observação de padrões discursivos que dificilmente seriam percebidos por meio de procedimentos manuais. Para esta pesquisa, criei um projeto no NVivo para cada *hashtag* principal (#Travesti e #NãoBinária) e importei, em cada um deles, as planilhas correspondente aos vídeos coletados. No conjunto, esse procedimento reuniu 250 vídeos analisados, considerando as cinco *hashtags* selecionadas.

O *software* possibilita a organização do material analítico por meio da criação de estruturas hierárquicas de codificação, compostas por códigos e subcódigos (que aqui chamarei de categorias e subcategorias). Tais códigos constituem o eixo organizador da análise, uma vez que orientam a identificação, a sistematização e a interpretação dos discursos presentes no *corpus*. Durante a leitura do material transcrito e descrito de cada vídeo, os excertos considerados relevantes são associados a um ou mais códigos, conforme os sentidos discursivos mobilizados. Esse procedimento permite observar não apenas a recorrência de determinados sentidos, mas também as articulações e interdependências estabelecidas entre eles. Além disso, o *software* oferece recursos para a sistematização dos resultados, possibilitando a geração de visualizações e relatórios que auxiliam na compreensão e apresentação dos achados da pesquisa.

Conforme mencionado anteriormente, os 250 vídeos referentes às cinco *hashtags* analisadas foram integralmente transcritos, descritos e organizados em planilhas digitais. Posteriormente, esses materiais foram importados para o NVivo, onde se desenvolveu o processo analítico. A análise dos materiais ocorreu de forma manual e sistemática, a partir da leitura atenta de cada vídeo e da identificação dos sentidos discursivos mobilizados nas postagens. Os trechos relevantes foram então codificados em subcategorias analíticas (denominadas subcódigos na plataforma), de acordo com o sentido discursivo identificado, permitindo a organização e a interpretação dos dados de maneira estruturada e consistente.

Embora os 250 vídeos tenham sido integralmente transcritos, descritos e codificados no *software* NVivo, nem todos serão analisados de forma aprofundada no desenvolvimento da Análise de Discurso Crítica (ADC). As discussões que serão apresentadas nas análises mobilizam exemplos selecionados de cada *hashtag* com base na densidade discursiva, na recorrência temática e na relevância para os eixos analíticos propostos. Tal procedimento não

implica descarte de material, mas constitui uma estratégia interpretativa necessária diante da extensão do *corpus*⁴⁶.

Concluída a apresentação do *software* Nvivo, apresentarei as categorias e subcategorias que estruturam o percurso analítico da pesquisa.

5.3 EIXOS DE LEITURA DO *CORPUS*: CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE

A definição das categorias e subcategorias analíticas adotadas nesta pesquisa orientou tanto o processo de codificação no *software* NVivo quanto às etapas interpretativas da Análise de Discurso Crítica (ADC). A construção das categorias analíticas não ocorreu de maneira inteiramente pré-definida, mas resultou de um movimento contínuo entre a leitura exploratória do *corpus* e o diálogo com o referencial teórico da pesquisa. Inicialmente, realizou-se uma leitura flutuante dos vídeos e comentários coletados no TikTok, buscando identificar recorrências discursivas, padrões de significação e formas de nomeação das experiências dissidentes de gênero. A partir desse primeiro contato com o material empírico, foram observadas regularidades relacionadas aos modos de afirmação identitária, às formas de construção comunitária e aos discursos voltados à normatização ou regulação das dissidências de gênero. Essas recorrências foram posteriormente sistematizadas em categorias analíticas, amparadas teoricamente pela Análise de Discurso Crítica (ADC), pela crítica *queer* de cor e pelos estudos de gênero e sexualidade mobilizados nesta pesquisa.

A análise foi organizada a partir de três categorias analíticas centrais: **Discursos de Reconhecimento, Discursos de Pertencimento e Discursos de Regulação**. A categoria dos Discursos de Reconhecimento reúne discursividades relacionadas à afirmação identitária, aos processos de autoidentificação e às formas pelas quais sujeitos dissidentes de gênero nomeiam a si mesmos, reivindicam visibilidade e legitimam suas experiências no ambiente digital. Os Discursos de Pertencimento dizem respeito à construção de vínculos simbólicos, ao compartilhamento de experiências comuns e às interações que produzem sentidos de comunidade, acolhimento e reconhecimento coletivo no interior da mídia social. Por fim, os

⁴⁶ Ao longo da análise, alguns vídeos são examinados de forma mais detida para fins de exemplificação, o que não implica qualquer descarte de material. O *corpus* é composto por 250 vídeos, todos integralmente assistidos, transcritos e codificados no *software* NVivo. Os gráficos, as matrizes de codificação, assim como as tabelas apresentados, foram elaborados a partir da totalidade do conjunto analisado. A seleção de discursos específicos no corpo do texto responde a critérios de densidade discursiva e recorrência temática, como já mencionado, funcionando como recortes representativos de movimentos identificados no *corpus*, e não como exclusão dos demais conteúdos.

Discursos de Regulação evidenciam mecanismos explícitos ou sutis de normatização das dissidências de gênero, incluindo práticas discursivas de validação, correção e/ou exclusão de corpos e performances dissidentes de gênero.

Com o intuito de apresentar a organização analítica adotada na pesquisa, o quadro a seguir sistematiza as categorias e subcategorias utilizadas na análise. Essa apresentação esquemática permite uma visão geral da estrutura de codificação, sendo que, na sequência, cada subcategoria é introduzida.

Quadro 1 – Categorias e subcategorias de análise

Discursos de Reconhecimento	Discursos de Pertencimento	Discursos de Regulação
Identidade	Comunidade	Regulação Identitária
Estética	Trabalho	Regulação Estética
Raça	Classe	Estratégias de Visibilidade
Linguagem	Práticas Educativas	–
Sexualidade	–	–

Fonte: Elaboração própria.

A seguir, são apresentadas as subcategorias analíticas que compõem a categoria de Discursos de Reconhecimento, detalhando os principais sentidos discursivos identificados no corpus e os critérios que orientaram sua codificação no processo de análise.

Identidade: reúne enunciados por meio dos quais as pessoas criadoras de conteúdo nomeiam, compreendem e afirmam suas identidades no TikTok, evidenciando processos de autoidentificação e posicionamento subjetivo.

Estética: abrange sentidos de reconhecimento mediados pela visualidade e pelo corpo, nos quais a imagem, a aparência e a projeção de si operam como recursos de afirmação identitária, visibilidade e valorização subjetiva.

Raça: são codificados os textos que mobilizam marcadores raciais e elementos discursivos associados à raça, evidenciando como o reconhecimento racial atravessa a construção identitária nos vídeos analisados.

Linguagem: contempla usos discursivos por meio dos quais o reconhecimento é buscado e reivindicado a partir da nomeação e da enunciação, como a mobilização de

pronomes, da linguagem neutra e de outras formas linguísticas que tensionam e demandam o reconhecimento da existência e da legitimidade das identidades.

Sexualidade: compreende textos que acionam referências à orientação sexual, às práticas afetivo-sexuais e aos regimes de desejo, evidenciando de que modo a sexualidade é discursivamente mobilizada na construção identitária, nos processos de reconhecimento e nas formas de posicionamento subjetivo.

Na sequência, são detalhadas as subcategorias que integram a categoria de Discursos de Pertencimento, com o objetivo de explicitar como diferentes dimensões sociais e simbólicas são mobilizadas nos vídeos analisados para a produção de vínculos, identificação coletiva e sentidos de inserção social.

Comunidade: reúne discursos que constroem e reforçam sentidos de comunidade no TikTok, mobilizando sentidos de identificação coletiva, compartilhamento de experiências e reconhecimento mútuo entre as pessoas que produzem e consomem os conteúdos⁴⁷.

Trabalho: compreende discursos que articulam o trabalho como forma de pertencimento social, evidenciando como práticas laborais, trajetórias profissionais e narrativas sobre sustento e reconhecimento são mobilizadas na construção identitária.

Classe: são codificadas discursividades que mobilizam marcadores de classe social, explicitando como condições materiais, experiências de desigualdade e pertencimento socioeconômico atravessam a produção de sentidos de pertencimento.

Práticas Educativas: abrange discursos nos quais a educação e os processos pedagógicos emergem como estratégias de construção de pertencimento e comunidade, por meio do compartilhamento de saberes, experiências e aprendizagens entre as próprias identidades dissidentes de gênero.

Abaixo, apresento as subcategorias que compõem a categoria de Discursos de Regulação, explicitando os principais mecanismos discursivos por meio dos quais normas, controles e adaptações são produzidos e mobilizados nas postagens analisadas.

⁴⁷ Embora a subcategoria de Comunidade esteja relacionada, nesta pesquisa, às dinâmicas de interação e pertencimento observadas no TikTok, reconheço que a noção de comunidade assume historicidade e densidade específicas no contexto das dissidências de gênero e sexualidade. Conforme discute Parker (2002), comunidades LGBTI+ foram historicamente constituídas a partir de redes de sociabilidade, apoio mútuo e reconhecimento coletivo produzidas em resposta a processos de exclusão social e familiar vivenciados por esses sujeitos. Nesse sentido, os discursos comunitários identificados na mídia social não são compreendidos apenas como formas de interação digital, mas também como atualizações contemporâneas de práticas históricas de pertencimento e reconhecimento entre pessoas dissidentes de gênero e sexualidade.

Regulação Identitária: reúne discursos que evidenciam processos de regulação da própria identidade e da identidade do outro, indicando como normas, expectativas e julgamentos são mobilizados discursivamente para definir formas legítimas de ser e existir.

Regulação Estética: compreende discursividades nas quais aspectos ligados à aparência, ao corpo e à apresentação de si operam como mecanismos de controle e normatização, incidindo tanto sobre o próprio corpo quanto sobre o corpo de outras pessoas.

Estratégias de Visibilidade: são codificados textos e práticas discursivas que revelam estratégias de adaptação às regras implícitas da mídia social, evidenciando negociações com o algoritmo e a adequação discursiva que regulam as possibilidades de visibilidade no TikTok.

A organização das categorias e subcategorias analíticas delinea o modo como os sentidos discursivos serão observados ao longo da pesquisa. Na seção seguinte, apresento o modelo tridimensional da ADC, permitindo explicitar como os procedimentos teórico-analíticos se desdobram nos níveis do texto, da prática discursiva e da prática social.

5.4 ANÁLISE TRIDIMENSIONAL DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA (ADC)

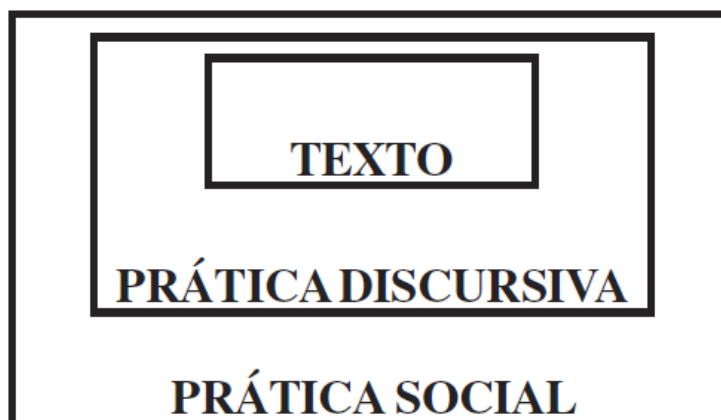
A Análise de Discurso Crítica (ADC), formulada pelo linguista britânico Norman Fairclough, compõe este trabalho não apenas como procedimento analítico, mas como uma perspectiva teórico-epistemológica que atravessa a construção do objeto, o diálogo com o referencial teórico e, posteriormente, a leitura do *corpus*. Parto do entendimento de que, na ADC, o discurso é concebido também como prática social, isto é, como algo que participa da produção, circulação e disputa de sentidos na vida coletiva, e, por isso, não pode ser mobilizado somente no momento da análise. Essa abordagem permite articular texto, processos de produção e condições sociopolíticas mais amplas, o que, neste estudo, será fundamental para compreender como discursos sobre dissidência de gênero no TikTok se relacionam com regimes de reconhecimento, normatização e regulação identitária.

No interior dessa perspectiva, recorro ao modelo desenvolvido por Fairclough (1989, 2001), referido como modelo tridimensional do discurso, que organiza a análise em três momentos principais: **texto, prática discursiva e prática social**. Esse modelo permite compreender o discurso não apenas em sua dimensão textual, mas também em suas relações com os processos de produção e com o contexto social. Esse último nível, denominado prática social, diz respeito aos aspectos ideológicos e às relações de hegemonia presentes na instância discursiva investigada e abrange as estruturas e relações sociais mais amplas que moldam e

são moldadas pelo discurso, incluindo ideologias, instituições, práticas de poder, disputas políticas e processos históricos. No caso desta pesquisa, isso envolve refletir sobre os modos como as narrativas de gênero (e também de sexualidade, em certa medida) se relacionam com questões mais amplas da sociedade brasileira, como os processos de reconhecimento, pertencimento e regulação identitária.

Sendo assim, o modelo tridimensional proposto por Fairclough em 1989 e aprimorado em 2001 compete a três níveis: 1) texto; 2) prática discursiva e; 3) prática social. A figura abaixo foi proposta por Fairclough (2001, p. 101) para ilustrar como os três níveis de análise: texto, prática discursiva e prática social se inter-relacionam.

Figura 3 – Concepção tridimensional do discurso em Fairclough



Fonte: Fairclough (2001, p.101).

De acordo com Fairclough (2001), a análise do nível textual é organizada em diferentes categorias que permitem examinar com profundidade a construção do discurso. Entre essas categorias estão: vocabulário, gramática, coesão e estrutura do texto. O vocabulário diz respeito ao uso de palavras individuais, incluindo a criação de neologismos, a escolha lexical para representar experiências específicas, e a forma como as palavras são associadas a determinados sentidos. Já a gramática refere-se à maneira como essas palavras se articulam em frases. A coesão textual envolve os mecanismos que conectam frases entre si, como o uso de pronomes, conjunções, sinônimos ou termos que compartilham o mesmo campo semântico. Por fim, a estrutura textual abrange a organização geral do texto, considerando a disposição e a sequência dos elementos que o compõem.

O nível da prática discursiva, de acordo com o autor, envolve processos cognitivos ligados à produção, circulação e recepção dos textos. No contexto desta pesquisa, o TikTok se configura como uma prática discursiva porque nele se materializam processos de produção,

distribuição e consumo de textos (FAIRCLOUGH, 2001) mediados por um ambiente digital específico, com regras próprias de visibilidade, engajamento e circulação.

Por fim, conforme Fairclough (2001), a análise da prática social busca compreender como os discursos se relacionam com estruturas ideológicas e relações de poder hegemônicas. No que se refere à ideologia, examinam-se elementos do texto que podem carregar investimentos ideológicos, como os significados atribuídos às palavras, as pressuposições implícitas, o uso de metáforas e o estilo adotado. Já a dimensão da hegemonia envolve a observação das orientações mais abrangentes da prática social, sejam elas de natureza econômica, política, cultural ou ideológica. No contexto desta pesquisa, esse nível de análise será orientado também pela crítica *queer* de cor, que permite evidenciar como as performances discursivas de gênero e sexualidade estão atravessadas por processos de racialização e de hierarquização de classe. Assim, serão observadas as formas pelas quais discursos aparentemente centrados na identidade sexual ou de gênero acionam, silenciam ou reforçam determinadas normativas raciais e socioeconômicas, revelando disputas por reconhecimento, pertencimento e visibilidade.

A seguir, explicarei como a análise será conduzida em cada um desses níveis, detalhando os procedimentos adotados e os aspectos observados em cada etapa do percurso analítico.

5.4.1 Nível 1: Texto

No modelo de análise proposto por Fairclough (2001), o nível textual é examinado por meio de diferentes categorias que permitem uma investigação detalhada da construção do discurso. Como apontado, entre essas categorias estão o vocabulário, a gramática, a coesão e a estrutura textual. O vocabulário diz respeito ao uso das palavras no texto, incluindo a criação de novos termos (neologismos), a redefinição de conceitos já existentes (relexicalização) e as relações de sentido entre os termos utilizados. A gramática, por sua vez, analisa como as palavras se organizam dentro das frases, influenciando a construção dos significados. Já a coesão trata dos elementos que conectam diferentes partes do texto, como mecanismos de referência, sinônimos, termos pertencentes ao mesmo campo semântico e o uso de conjunções. Por fim, a estrutura textual refere-se à forma como o conteúdo é organizado em uma escala mais ampla, considerando a disposição e a sequência dos elementos que compõem o discurso.

No que diz respeito à dimensão textual da análise, esta pesquisa não seguirá um exame detalhado das estruturas gramaticais, como proposto por Fairclough (2001), ou seja, não se aprofundará em uma análise gramatical. Ao invés disso, a pesquisa dará ênfase à escolha de vocabulário, especialmente no que diz respeito aos termos utilizados para designar identidades dissidentes de gênero e sexualidade.

Sendo assim, como já explicado, cada vídeo selecionado foi sistematizado em uma planilha referente a sua *hashtag* correspondente. Os materiais foram assistidos integralmente e nos casos em que houve enunciações verbais, realizei a transcrição completa das falas. Textos inseridos no próprio vídeo como legendas, sobreposições textuais, títulos ou *thumbnails*⁴⁸ adicionados pela pessoa criadora também foram transcritos.

Quando a trilha sonora, os áudios ou outros elementos audiovisuais se mostraram relevantes para a compreensão dos sentidos produzidos, esses componentes foram descritos textualmente. As legendas disponibilizadas na postagem na mídia social também foram integralmente transcritas e incorporadas à planilha de análise. Dessa forma, o nível textual foi operacionalizado a partir de um recorte analítico centrado na materialidade linguística e audiovisual dos conteúdos.

Esse procedimento permitiu identificar padrões de significação, disputas terminológicas e deslocamentos semânticos que atravessam os discursos analisados. Ao articular a transcrição minuciosa dos elementos verbais e a descrição dos componentes audiovisuais, busquei compreender como os sentidos são construídos e estabilizados na superfície do texto, constituindo a base para as etapas subsequentes da análise.

5.4.2 Nível 2: Prática discursiva

Nesta pesquisa, compreendo o TikTok como a materialização da prática discursiva, isto é, o espaço em que se concretizam os processos de produção, distribuição e consumo de textos (FAIRCLOUGH, 2001). A mídia social constitui uma instância mediadora entre o texto e a prática social, na medida em que nela os discursos são produzidos segundo determinadas condições tecnológicas, econômicas e culturais, e são simultaneamente interpretados e ressignificados pelos usuários que os consomem. Assim, o TikTok não é apenas um suporte técnico para a circulação de discursos, mas um ambiente de enunciação que organiza modos

⁴⁸ No contexto das mídias sociais, *thumbnail* refere-se à imagem de pré-visualização associada a um vídeo, geralmente exibida antes de sua reprodução, que funciona como elemento de apresentação e convite ao clique, podendo conter escolhas estéticas, textuais e simbólicas relevantes para a produção de sentidos.

específicos de “dizer, ver e interagir”, ou seja, um campo discursivo onde sentidos sobre identidade, gênero e sexualidade são continuamente negociados.

Como aponta Fairclough (2001), a prática discursiva envolve processos cognitivos e sociais que articulam produção e interpretação. No caso do TikTok, essas práticas se manifestam na criação e edição dos vídeos, na seleção de sons e efeitos e na escolha de *hashtags* e *trends*. As lógicas algorítmicas da mídia social interferem diretamente nesses processos, influenciando o que se torna mais visível ou periférico, e, portanto, participando da própria dinâmica de distribuição e consumo do discurso.

Na prática discursiva, também são considerados elementos como força, coerência, intertextualidade e interdiscursividade (FAIRCLOUGH, 2001). A força refere-se aos atos de fala e às intenções comunicativas expressas nas postagens, como instruir, provocar, afirmar identidades ou gerar pertencimento. A coerência diz respeito às relações de sentido que conectam os elementos internos de um vídeo ou postagem, apoiando-se em pressupostos ideológicos compartilhados entre criadores e audiência. Já a intertextualidade e a interdiscursividade permitem identificar como os vídeos se vinculam a outros textos e ordens de discurso, por exemplo, quando reutilizam sons, frases, memes ou tendências globais para construir novos significados no contexto local.

Dessa forma, ao analisar o TikTok como prática discursiva, busco compreender como as condições de produção (regras da plataforma, recursos técnicos, formatos visuais) e as formas de circulação (*hashtags*, *trends*) influenciam a constituição de discursos sobre identidades dissidentes de gênero e sexualidade. Essa etapa da análise possibilita observar como o formato próprio do TikTok, marcado por sua lógica de replicabilidade e visibilidade, interfere na construção de performances identitárias e nas negociações entre discursos locais e globais.

Em síntese, o TikTok, enquanto prática discursiva, atua como um mediador entre o texto e a prática social, pois nele se articulam os processos de criação, circulação e interpretação dos discursos. As dinâmicas de produção e recepção que ocorrem na mídia social deixam marcas nos textos analisados e evidenciam como os sentidos de gênero e sexualidade são moldados por estruturas sociotécnicas e culturais, contribuindo para reforçar, tensionar ou transformar representações sociais.

5.4.3 Nível 3: Prática social

O nível 3 compete à prática social e diz respeito ao contexto sociocultural e histórico em que os discursos estão inseridos. Nesse caso, se analisa como os discursos refletem e, simultaneamente, influenciam as estruturas sociais, relações de poder e ideologias predominantes. Sendo assim, investigo nesta etapa como esses discursos dialogam com questões sociais, políticas e históricas do Brasil, analisando de que maneira as narrativas observadas se relacionam com normas de gênero e sexualidade, processos de regulação da identidade e discursos hegemônicos.

Nesta ponto, me inspiro na proposta do “círculo mágico da sexualidade”, formulada por Rubin (1984), para refletir sobre os limites morais e políticos que delimitam quais expressões de gênero e sexualidade são reconhecidas como legítimas na sociedade. Rubin (1984) argumenta que existe uma organização normativa que centraliza algumas práticas tais quais sexo heterossexual, conjugal, monogâmico e reprodutivo, conferindo-lhes legitimidade social.

Em contrapartida, expressões consideradas desviantes, como a homossexualidade, os fetiches e as outras formas de sexualidade dissidentes, são empurradas para as margens, sendo frequentemente associadas à anormalidade, à ameaça e à punição. Essa lógica de centralidade e exclusão sustenta regimes de visibilidade, reconhecimento e regulação que impactam diretamente a possibilidade de existência pública de determinadas identidades e práticas.

Figura 4 – The Charmed Circle de Gayle Rubin (1984)

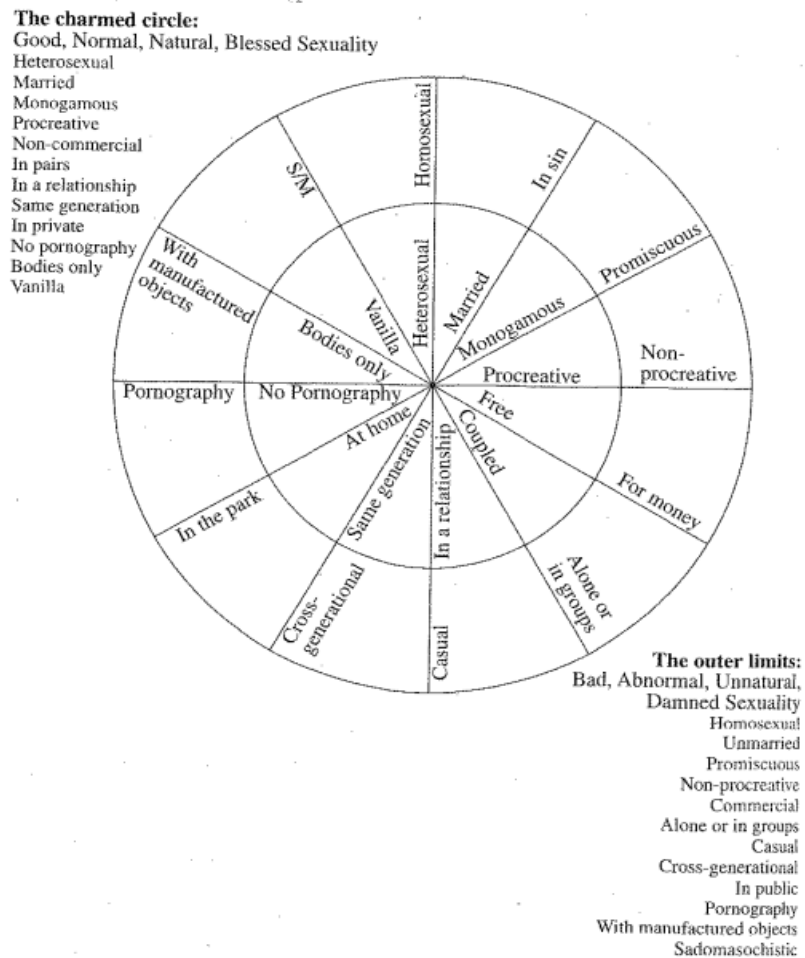


Figure 1. The sex hierarchy: the charmed circle vs. the outer limits

Fonte: Rubin (1984, p. 318).

Analiticamente, essa conceituação de círculo mágico de Rubin (1984) ajuda a compreender como as normas sexuais (e nesta pesquisa considero também as normas de gênero) operam de maneira semelhante a outros sistemas de opressão, promovendo exclusão e desigualdade com base na adesão ou transgressão aos padrões instituídos. A partir desse referencial, busco investigar como os discursos que circulam no TikTok regulam as formas de dissidência de gênero (e sexualidade, quando couber), favorecendo a visibilidade de algumas expressões enquanto mantêm outras em posições de maior regulação, silenciamento ou estigmatização. Em vez de assumir uma divisão rígida entre o que é legítimo e o que é desviante, meu intuito é analisar como essas fronteiras são negociadas, deslocadas ou reafirmadas.

Nesta pesquisa, parto da premissa de que o TikTok funciona como um espaço discursivo onde diferentes formas de dissidência de gênero e sexualidade circulam de maneira não uniforme. Ao contrário de uma estrutura binária ou linear, os sentidos atribuídos a essas

dissidências variam conforme as condições de visibilidade, recepção e legitimação que os conteúdos encontram na plataforma. Alguns discursos e performances associados a identidades dissidentes conseguem alcançar maior projeção, sendo mais reproduzidos e compartilhados. Essa visibilidade, no entanto, não equivale necessariamente a uma aceitação plena ou à legitimação social destas identidades; trata-se, antes, de uma exposição ampliada que pode coexistir com processos de normatização, vigilância ou apropriação.

Ao lado dessas formas mais visíveis, também há discursos e experiências que operam em zonas de maior instabilidade e reinvenção, espaços em que identidades dissidentes se expressam por meio de tensionamentos, ambivalências e ressignificações constantes. Essas zonas não ocupam o topo da visibilidade na mídia social, mas revelam formas criativas e críticas de existência, frequentemente articuladas a partir de atravessamentos de classe, raça, território e corporalidade. Inspirada no conceito de fronteira proposto por Anzaldúa (1987), compreendo essas zonas como territórios simbólicos marcados pelo encontro, conflito e transformação de múltiplas camadas identitárias.

De acordo com Fairclough (1997), a análise da prática social está ligada também aos aspectos ideológicos e hegemônicos presentes nos discursos. No que se refere à ideologia, a atenção se volta para elementos do texto que carregam significados ideológicos, como o uso das palavras, pressuposições, metáforas e estilo. Já a hegemonia está relacionada às influências da prática social, que podem ser de ordem econômica, política, ideológica ou cultural. O objetivo é entender de que forma o texto se insere em disputas hegemônicas, contribuindo para a construção, desconstrução ou reorganização de ideias e valores dentro de um contexto social mais amplo.

Entender os discursos como prática social no TikTok significa reconhecê-los como uma forma de ação historicamente situada que constrói e transforma as identidades dissidentes de gênero. Os discursos que circulam na mídia social não são apenas influenciados pelo contexto social, mas também desempenham um papel ativo na definição das relações sociais, na produção de sentidos sobre essas identidades e na consolidação ou contestação de sistemas de conhecimento e crença sobre gênero e sexualidade.

5.5 TIKTOK: APRESENTAÇÃO E DINÂMICAS DE FUNCIONAMENTO

Em um período de apenas 30 minutos navegando pela página inicial do TikTok, assisti a um tutorial de maquiagem para uma festa, acompanhei entrevistas de lançamento de uma

nova série LGBTI+ e ouvi o relato detalhado de alguém sobre seu primeiro término com uma mulher. Essa experiência evidencia a diversidade dos conteúdos que circulam no TikTok, abrangendo desde danças e tutoriais de culinária até resenhas de livros, dicas de compras e uma variedade de outras temáticas. Além disso, a mídia social é bastante mobilizada por pessoas dissidentes de gênero e sexualidade (JENNINGS, 2021; PACIENTE *et al.*, 2023; THE TREVOR PROJECT, 2023) como espaços de discussão, experimentação identitária e compartilhamento de experiências pessoais. Este ecossistema variado faz do TikTok um espaço dinâmico para a expressão de diferentes subculturas e comunidades.

O TikTok é propriedade da empresa chinesa de tecnologia *ByteDance* e é uma mídia social que oferece vídeos com duração máxima de 10 minutos, embora a maioria deles seja significativamente mais curta. A mídia social é estruturada em torno de um sistema de recomendação altamente responsivo, que molda a experiência do usuário com base em interações como seguir criadores, curtir vídeos e assistir conteúdos por mais tempo.

De acordo com Boeker e Urman (2022), o principal fator responsável pela personalização do conteúdo no TikTok é a chamada *For You Page*, ou *Página Para Você* (Figura 5). Trata-se da página principal do aplicativo, exibida logo ao ser aberto, no qual são apresentados vídeos selecionados pelo algoritmo com base nos interesses do usuário, em suas interações e nas *hashtags* utilizadas.

A *Página Para Você* reúne conteúdos publicados por perfis que o usuário já segue, mas também recomenda conteúdos de outras pessoas criadoras, funcionando como um espaço de descoberta. No TikTok, seguir uma conta, por exemplo, é um gesto deliberado que expressa a agência do usuário na configuração de sua experiência na mídia social. Além disso, o tempo de permanência em um vídeo e o registro de curtidas também participam desse processo de recomendação, ainda que com menor peso.

Figura 5 – Página Para Você/ *For You Page*

Fonte: TikTok.

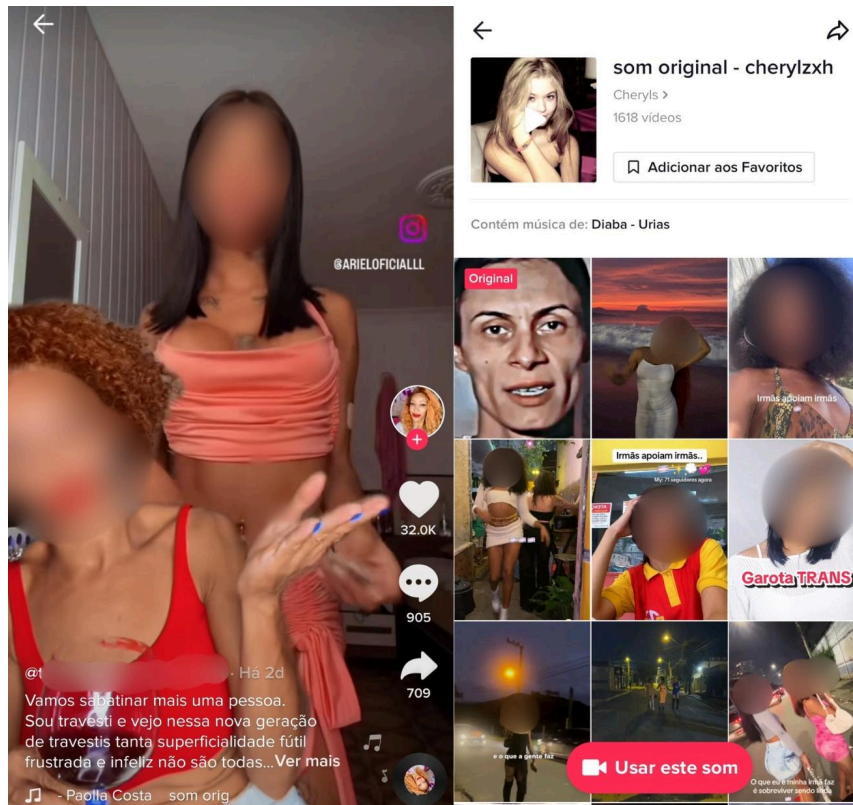
Essa lógica é potencializada pelo próprio *design* da interface, que favorece o consumo contínuo com um simples gesto de deslizar o dedo. Essa combinação entre arquitetura da plataforma e sistema de recomendação gera uma sensação de personalização e reforça padrões de comportamento e engajamento dos usuários. Ademais, o TikTok opera com base na lógica da replicabilidade: *trends*, filtros, áudios e modelos visuais são constantemente reutilizados e adaptados.

A Figura 6 apresenta exemplos da lógica da replicabilidade no TikTok. Na primeira captura de tela, observa-se uma criadora de conteúdo que cria seu vídeo a partir da reação a uma publicação de outra criadora de conteúdo. Nesse processo, ela replica trechos do vídeo original e desenvolve seu próprio conteúdo com base em uma reflexão iniciada por outra criadora. Essa ferramenta é denominada “Costura” (*Stitch*, na língua inglesa) e constitui um recurso de remediação audiovisual que permite ao usuário incorporar, no início de seu próprio vídeo, até cinco segundos de um conteúdo previamente publicado por outra conta.

Esse mecanismo opera como uma forma de engajamento responsivo, por meio da qual o sujeito pode estender, contestar, reinterpretar ou reencenar o material de origem. Já a segunda captura de tela evidencia a utilização de um mesmo áudio, sendo reutilizado por

diversas pessoas criadoras de conteúdo, demonstrando como determinados sons circulam com maior frequência na mídia social e se tornam base para múltiplas recriações.

Figura 6 – Lógica da replicabilidade no TikTok



Fonte: TikTok.

Essas ferramentas estimulam a criação de conteúdos que dialogam entre si, formando narrativas coletivas e públicos afetivos (SKINNER, 2023). Assim, o TikTok não apenas hospeda vídeos, mas também estrutura modos específicos de produção e performance, que influenciam diretamente a maneira como pessoas dissidentes de gênero e sexualidade criam seus conteúdos.

É neste contexto em que se encontram as chamadas *trends* (tendências, em tradução livre), que constituem um mecanismo sociotécnico central do TikTok, articulando dinâmicas de participação imitativa, padronização estética e amplificação algorítmica. Em um estudo de Zheng *et al.* (2021), centrado na adesão de usuários a *challenges* (desafios), as *trends* são descritas como formatos replicáveis, frequentemente associados a sons, gestos, coreografias e estruturas narrativas, que induzem comportamentos coletivos e funcionam como “gatilhos” de difusão massiva. Essa replicabilidade é potencializada pelo sistema de recomendação do

TikTok, que retroalimenta conteúdos com alto engajamento, acelerando a conversão de um formato específico em tendência.

Em outra direção, Li *et al.* (2021), ao investigar indicadores de viralidade em vídeos curtos, demonstram que aquilo que se consagra como *trend* depende menos de atributos individuais ou subjetivos das pessoas criadoras de conteúdo e mais de propriedades padronizáveis ou facilmente reconhecíveis do conteúdo como enquadramentos visuais, temporalidade, padrões sonoros e legibilidade imediata que favorecem o reconhecimento e a reprodução. Assim, no TikTok, *trend* não equivale apenas ao “popular”, mas nomeia um regime de circulação orientado à repetição performática e à escalabilidade, no qual a lógica algorítmica se torna coautora do que emerge como culturalmente relevante.

As *hashtags* (Figura 7) no TikTok funcionam como marcadores discursivos que não apenas organizam conteúdos, mas também ajudam a construir comunidades e a gerar visibilidade para determinados grupos. No contexto das dissidências de gênero e sexualidade, elas operam como espaços de reconhecimento coletivo, mas também podem ser cooptadas ou esvaziadas dependendo da forma como circulam na mídia social.

Figura 7 – Organização de *hashtags* no TikTok



Fonte: TikTok.

Além disso, o TikTok possibilita respostas direcionadas a comentários por meio de vídeo (Figura 8), o que introduz uma camada adicional de interação. Por exemplo, um comentário textual pode ser convertido em uma resposta audiovisual costurada, isso permite que pessoas criadoras de conteúdo transformem comentários recebidos em novos vídeos, aumentando o engajamento e expandindo o alcance do conteúdo. Na Figura 8, uma pessoa enviou um comentário em um vídeo em formato de pergunta: “*E também temos que questionar, o que é uma aparência não binária?*” e a resposta a esse comentário foi realizada em formato de vídeo.

Figura 8 – Exemplo de resposta em vídeo a um comentário no TikTok



Fonte: TikTok.

No TikTok, também há a funcionalidade de listas de reprodução, conhecidas como *playlists*, que operam como uma forma de organização e curadoria interna que permite a criadores de conteúdo agrupar seus vídeos públicos em coleções temáticas. Esse agrupamento favorece a organização do perfil, a navegação dos usuários e a experiência sequencial de consumo, aproximando-se do formato seriado. Ao reunir conteúdos sob categorias específicas, como tutoriais, desafios ou dicas, a *playlist* reduz a dispersão típica do *feed* contínuo e direciona o usuário para trajetórias de visualização mais lineares e coerentes, com potencial para ampliar retenção e engajamento.

A Figura 9 ilustra um exemplo dessa funcionalidade de *playlists* no TikTok, mostrando uma lista intitulada “sopa de letrinhas”, organizada em 18 partes sequenciais. Nesse caso, a pessoa criadora de conteúdo agrupa vídeos que tratam de experiências marcadas pela dissidência de gênero e sexualidade, permitindo que os usuários acompanhem o conteúdo de forma contínua. Cada segmento aparece com título, duração e número de visualizações, o que evidencia o caráter seriado e cumulativo desse recurso, o usuário é conduzido a assistir a múltiplos vídeos relacionados da mesma pessoa criadora de conteúdo.

Figura 9 – Lista de reprodução temática no TikTok organizada em formato seriado

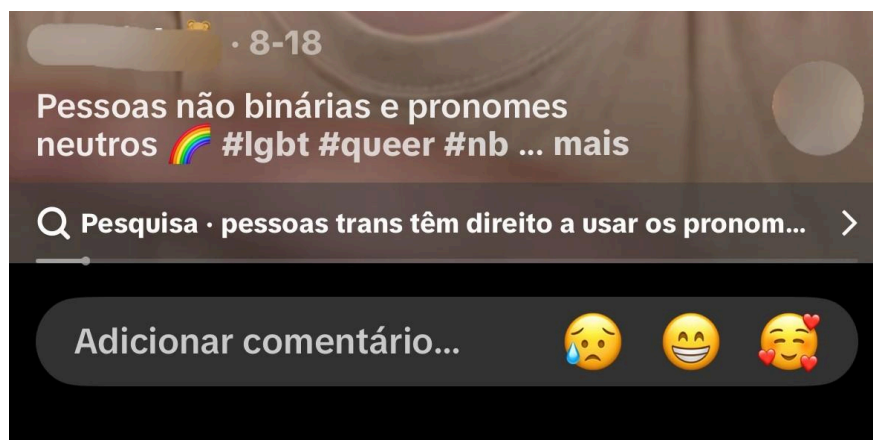


Fonte: TikTok.

Ademais, no TikTok, enquanto o usuário assiste a determinados vídeos, pode aparecer, na parte inferior da tela, um ícone de lupa acompanhado de uma sugestão de pesquisa, que permite acessar rapidamente conteúdos relacionados ao tema exibido. Esse recurso constitui um atalho de usabilidade e opera, simultaneamente, como marcador algorítmico de relevância temática, ou seja, sua aparição indica que um termo, expressão ou tópico associado ao vídeo apresenta volume significativo de consultas na mídia social, sinalizando que há um movimento ativo de busca por parte dos usuários.

Na Figura 10, é possível observar a aparição de uma sugestão de pesquisa que diz “*peças trans têm direito a usar os pronomes que querem*”, posicionada logo abaixo do vídeo analisado. Esse marcador sugere que o tema está sendo consultado com frequência e que há um volume expressivo de usuários interessados na questão de pronomes de pessoas trans e não binárias, por isso a aparição da sugestão. Cabe ressaltar que nem todos os vídeos apresentam sugestões de busca, elas são exibidas apenas quando a temática abordada apresenta elevado volume de pesquisas.

Figura 10 – Sugestão de pesquisa exibida abaixo de um vídeo no TikTok



Fonte: TikTok.

Ao clicar sobre essa sugestão, conforme demonstrado abaixo na Figura 11, o usuário é conduzido a uma página de resultados que reúne vídeos com explicações sobre o tema, configurando uma curadoria algorítmica que organiza conteúdos dispersos em torno da mesma questão. A interface não apenas facilita o acesso a informações relacionadas, mas opera como dispositivo de intensificação discursiva ao transformar uma pergunta recorrente em entrada de busca destacada.

Figura 11 – Página de resultados da pesquisa sugerida no TikTok



Fonte: TikTok.

A partir da apresentação do TikTok e de suas principais funcionalidades, esta seção estabeleceu as bases necessárias para a compreensão do funcionamento da mídia social e das dinâmicas que estruturam a produção, a circulação e a visibilidade dos conteúdos. Com esse enquadramento definido, a seção seguinte dedica-se à descrição do processo de inserção no TikTok.

5.6 ADENTRANDO O TIKTOK

Quando comecei a utilizar o TikTok, em 2022, a mídia social rapidamente me chamou a atenção por seu algoritmo altamente responsivo. Bastava curtir um conteúdo específico para

que, nos dias seguintes, esse mesmo tipo de vídeo passasse a se repetir com frequência na minha página inicial. “*Ele sabe tudo o que eu gosto*”, eu pensava, ao perceber que raramente me eram apresentados conteúdos que não despertassem meu interesse. Foi nesse momento que comecei a me questionar sobre como essa dinâmica algorítmica do TikTok, marcada por alta responsividade e personalização de conteúdos, influenciava as formas pelas quais as pessoas utilizam a mídia social para se descobrir, experimentar e construir suas identidades, uma inquietação que, sem que eu soubesse naquele instante, viria a se tornar o ponto de partida desta tese.

Pesquisando sobre essa dinâmica, encontrei um artigo da jornalista Emma Turetsky publicado no site *The Cut* em 2021, intitulado “*TikTok me fez gay*” (tradução minha)⁴⁹. No texto, a autora narra sua experiência após baixar o aplicativo e perceber um aumento significativo no tempo de uso diário, impulsionado por um fluxo contínuo de conteúdos que pareciam perfeitamente ajustados aos seus gostos, interesses e formas de humor. Segundo Turetsky (2021), a sensação era a de que os vídeos exibidos haviam sido escolhidos manualmente, tamanha a precisão com que o algoritmo parecia responder às suas interações.

No entanto, em meio a esse processo de personalização extrema, a autora identificou um deslocamento curioso: o algoritmo passou a classificá-la e interpelá-la como lésbica, direcionando-lhe conteúdos associados a essa identidade, algo que inicialmente lhe causou estranhamento. A partir dessa experiência, Turetsky (2021) descreve o algoritmo do TikTok como uma instância quase “oracular”, capaz de mapear padrões de interesse e comportamento a partir de interações mínimas e de antecipar preferências que o próprio sujeito ainda não havia reconhecido como tais.

Autores que investigam o funcionamento dos algoritmos nas mídias sociais apontam que essas plataformas produzem uma espécie de identidade digital dos usuários a partir dos rastros deixados por suas interações. Simpson, Hamann e Seamaan (2022, p.18), dialogando com Cheney-Lippold (2018), descrevem esse processo como a construção de “uma versão digital do usuário formada inteiramente por seus dados de rastro”. De acordo com os autores, os algoritmos determinam o que será exibido aos usuários com base em elementos como cliques, curtidas, comentários, tempo de visualização, formas de engajamento e perfis seguidos, sendo esses dados de rastro aquilo que revela como os usuários se comportam no aplicativo e a quais conteúdos eles respondem (SIMPSON; HAMANN; SEAMAAN, 2022).

⁴⁹ “TikTok made me gay”, no original.

Essas reflexões iniciais me permitiram compreender o TikTok como um espaço no qual dinâmicas algorítmicas não apenas organizam a circulação de discursos, mas interferem diretamente nos modos pelos quais sujeitos se veem, se reconhecem e passam a se relacionar com determinadas identidades, comunidades e narrativas. No entanto, mais do que observar processos individuais de descoberta identitária, esta pesquisa se propõe a analisar como essas dinâmicas se materializam discursivamente no TikTok, produzindo sentidos compartilhados sobre gênero e sexualidade, bem como disputas, hierarquias e formas de controle que atravessam essas experiências.

Para dar início à investigação empírica no TikTok, como já mencionado, adotei procedimentos metodológicos inspirados no *Walkthrough Method* (LIGHT, BURGUESS E DUGUAY, 2016), visando observar de forma sistemática o funcionamento da mídia social e suas dinâmicas algorítmicas. Para esse fim, eu criei um e-mail exclusivo destinado ao registro de uma nova conta no TikTok, intitulada @PesquisandoTikTok. A conta foi configurada em um dispositivo distinto do meu telefone pessoal, de modo a reduzir a interferência de interações e padrões de uso previamente associados ao meu perfil na mídia social.

As primeiras tentativas de inserção no TikTok para análise aconteceram durante meu período de visita de pesquisa na University of Sussex, no PhD em *Digital Media*, durante o mês de fevereiro de 2025. Em diálogo com a Dra. Gemma Cobb, minha orientadora no mestrado em Gênero e Mídia e professora supervisora que me recebeu na visita, surgiu a sugestão de iniciar os testes analíticos ainda no Reino Unido. O objetivo era testar as potencialidades do TikTok e observar como o algoritmo funcionaria em um contexto geográfico diferente.

Nos últimos dez dias da minha estadia na universidade, entre os dias 20 de fevereiro e 1º de março de 2025, acessei a mídia social diariamente de maneira exploratória, sem capturas de tela e apenas observando o comportamento da página inicial, ou seja, a *Página Para Você*. No entanto, percebi que a coleta dos dados não poderia ser feita no Reino Unido. Apesar de se tratar de uma pesquisa com dados online, as inúmeras incursões exploratórias realizadas no TikTok enquanto estava no Brasil me permitiram notar diferenças significativas nos resultados. A geolocalização afetava diretamente o que o algoritmo me apresentava, limitando o acesso a conteúdos relevantes para a pesquisa. Por exemplo, a palavra "Travesti" não era reconhecida e a aparição de vídeos brasileiros era escassa. Diante dessas limitações, ficou evidente que as análises precisariam ser realizadas em solo brasileiro, onde as dinâmicas algorítmicas e discursivas estariam mais alinhadas com o contexto que investigo.

Ao configurar a conta no TikTok, a primeira etapa envolveu a definição de interesses iniciais (Figura 12), um processo fundamental para a curadoria do conteúdo que seria exibido na página inicial. Selecionei seis categorias de interesse: comédia, beleza e estilo, motivação e orientação, família, vida cotidiana e ciência da informação.

Figura 12 – Interface inicial TikTok para escolha de interesses



Fonte: TikTok.

A seleção desses interesses se justifica pelo potencial que cada um deles tem de funcionar como marcador discursivo para questões identitárias, permitindo observar como diferentes narrativas e representações são construídas e disseminadas na mídia social. A categoria comédia é um espaço relevante para a expressão identitária, uma vez que memes e *trends* muitas vezes reforçam ou subvertem normas sociais, incluindo aquelas relacionadas a gênero e sexualidade.

Beleza e estilo, por sua vez, auxiliam no entendimento das construções de feminilidade, masculinidade e expressões de gênero não normativas, pois refletem padrões estéticos e discursos sobre corpo, autoimagem e pertencimento. Motivação e orientação aparecem como um campo em que discursos de superação, autenticidade e autorrealização se conectam a identidades, especialmente no que diz respeito a trajetórias de aceitação e reconhecimento social.

A escolha de família como um dos interesses se justifica pela sua importância na estruturação de identidades, uma vez que os laços familiares desempenham papel crucial tanto na aceitação quanto na rejeição de identidades dissidentes de gênero e sexualidade. Além das estruturas familiares tradicionais, considera-se também a relevância das redes de apoio e das chamadas “famílias por afinidade”, historicamente mobilizadas por pessoas dissidentes de gênero e sexualidade como formas de acolhimento, pertencimento e reconhecimento coletivo. Já a categoria de vida cotidiana permite uma visão ampla de como as pessoas performam e negociam suas identidades nos espaços do dia a dia, além de capturar como questões identitárias se manifestam em experiências corriqueiras. Por fim, ciência da informação foi incluída como um interesse estratégico para compreender como o TikTok estrutura a circulação do conhecimento e de informação, impactando a forma como determinados discursos sobre diferentes identidades dissidentes de gênero e sexualidade são legitimados ou marginalizados na mídia social.

Esses interesses iniciais não apenas orientam a curadoria algorítmica do TikTok, como também delineiam um recorte analítico consistente para investigar os processos de reconhecimento, pertencimento e regulação das identidades nesse ambiente digital. É a partir desse enquadramento que se estruturam as análises desenvolvidas no próximo capítulo, organizadas em torno de três categorias centrais e de suas respectivas subcategorias, previamente apresentadas.

6 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA DE #TRAVESTI E #NÃOBINÁRIE NO TIKTOK

6.1 RECONHECIMENTO, PERTENCIMENTO E REGULAÇÃO EM #TRAVESTI

“*Não existe algo mais brasileiro do que uma bela Travesti*” é a frase estampada em um vídeo do TikTok que também compõe um dos 50 materiais analisados nesta tese e que utilizei como exemplo em uma conversa com outras pessoas pesquisadoras durante minha visita de pesquisa no Reino Unido. Até então, eu não imaginava o quão difícil seria explicar os significados de “Travesti” no Brasil, que são bastante distintos de “*transvestite*”⁵⁰, termo que, no contexto anglófono, foi historicamente mobilizado para designar práticas de uso de vestimentas associadas ao gênero oposto e enquadrado em categorias médico-psiquiátricas, não constituindo uma identidade social e política análoga à categoria Travesti no Brasil. Essa dificuldade em explicitar o que essa identidade representa no contexto brasileiro acabou por reforçar um ponto que venho mobilizando ao longo desta pesquisa; há identidades que são especificamente brasileiras, que se diferenciam de formulações identitárias oriundas do Norte Global e que não podem ser abarcadas por termos mais generalistas, como “*queer*”.

A impossibilidade de equivalência entre os termos evidencia que Travesti não é apenas uma designação identitária, mas o resultado de uma formação histórica, política e discursiva situada. Travesti constitui uma identidade dissidente de gênero que emergiu sob a marca do estigma, mas foi progressivamente ressignificada e passou a se consolidar, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, como categoria política e identitária distinta no Brasil (CARVALHO; CARRARA, 2013). Até então, as nomenclaturas mobilizadas para designar a comunidade LGBTI+ no Brasil permaneciam fortemente ancoradas em matrizes heterossexuais e binárias. É nesse contexto que travestis passam a reivindicar inclusão e reconhecimento no interior do movimento homossexual emergente, tensionando seus limites e categorias..

A construção da identidade política travesti foi influenciada por várias disputas, incluindo a necessidade de diferenciar as experiências e identidades de travestis em relação àquelas de homossexuais e pessoas trans. Nesse contexto, como explicam as pesquisadoras e ativistas travestis Sara Wagner York, Megg Rayara Oliveira e Bruna Benevides (2020),

⁵⁰ O termo “*transvestite*” foi sistematizado por Magnus Hirschfeld (1991) e amplamente incorporado à literatura médico-psiquiátrica do século XX. Nos Estados Unidos, esteve vinculado a classificações como “*transvestic fetishism*” (APA, 1994) e não se restringe a pessoas transfemininas, podendo designar também homens cisgênero que praticam *cross-dressing*. Não constitui, portanto, categoria identitária equivalente à noção de Travesti no Brasil.

travesti carrega um significado profundo e emancipador. Como descrevem, trata-se de uma palavra que se vincula à luta, à resistência, à dignidade e a uma potencialidade política e contestatória:

Neste momento poderíamos pensar numa prática que definiu o próprio **pensamento queer**. Trata-se da subversão dos métodos, da reapropriação dos termos, do roubo criativo de ideias e da extrema antropofagia: um pensamento Travesti. (YORK, OLIVEIRA E BENEVIDES, 2020, p. 2, grifo das autoras)

Essa construção política e discursiva ressignifica a existência travesti como um marcador identitário singular e potente no contexto das dissidências de gênero no Brasil. A análise que se inicia é atravessada por esse conjunto de reflexões, que lhe conferem direção e densidade.

A coleta de dados de #Travesti no TikTok foi realizada no dia 3 de dezembro de 2025. Os resultados da análise piloto desta pesquisa, apresentados à banca de qualificação, indicaram que a *hashtag* #MulherTrans aparecia de forma recorrente e fortemente associada a conteúdos também marcados com a *hashtag* #Travesti. Diante desse achado preliminar, optei pela realização de uma coleta adicional da *hashtag* Mulher Trans, com o objetivo de compreender de que maneira os sentidos discursivos produzidos em torno dessas *hashtags* se articulam, se aproximam ou se tensionam no contexto do TikTok.

O processo de coleta e organização do *corpus* iniciou-se com a busca direta pelas *hashtags* Travesti e Mulher Trans no TikTok. Em cada uma delas, foram selecionados os 50 primeiros vídeos exibidos no momento da coleta, respeitando a ordenação apresentada pelo próprio algoritmo. Esses vídeos foram salvos individualmente e organizados em pastas digitais no computador, de modo a garantir a separação dos conjuntos de dados.

Em seguida, os vídeos coletados foram sistematizados em planilhas eletrônicas, nas quais foram registrados os seguintes dados: data de postagem, transcrição do conteúdo audiovisual, descrição do vídeo, legenda e *hashtags* associadas. Essas planilhas foram posteriormente importadas para o *software* NVivo, no qual o *corpus* foi codificado a partir das categorias e subcategorias analíticas previamente definidas e apresentadas no capítulo anterior.

A etapa de codificação permitiu identificar padrões discursivos recorrentes nos materiais analisados. A tabela a seguir apresenta os resultados referentes às codificações de #Travesti no *software* Nvivo.

Tabela 1 – Distribuição de categorias e subcategorias de #Travesti por número de referências

Categoria analítica	Subcategoria	Número de Referências
Discursos de reconhecimento	–	100
	Estética	24
	Identidade	89
	Linguagem	18
	Raça	0
	Sexualidade	2
Discursos de pertencimento	–	26
	Classe	1
	Comunidade	11
	Práticas educativas	7
	Trabalho	15
Discursos de regulação	–	86
	Estratégias de Visibilidade	65
	Regulação estética	10
	Regulação identitária	19

Fonte: Elaboração própria.

As três principais categorias analíticas apresentaram os seguintes resultados: Discursos de Reconhecimento, com 100 referências codificadas; Discursos de Regulação, com 86 referências; e Discursos de Pertencimento, com 26 referências. A categoria de Discursos de Reconhecimento concentrou o maior número de textos codificados, destacando-se, em seu interior, a subcategoria Identidade, que reuniu 89 referências. Considerando a expressividade desta subcategoria e a curiosidade para entender quais palavras mais emergiram nessas discursividades, recorri ao recurso de nuvem de palavras, disponibilizado pelo *software* NVivo, como estratégia exploratória inicial para identificar e visualizar as 20 palavras mais recorrentes associadas aos discursos codificados na subcategoria de Identidade.

Figura 13 – Nuvem de palavras mais recorrentes na subcategoria identidade



Fonte: Elaboração própria através do *software* Nvivo.

A nuvem de palavras apresentada na Figura 13 apresenta a recorrência simultânea de diferentes termos identitários nos discursos codificados na subcategoria de Identidade, como *Trans*, *Travesti*, *Mulher*, *Menina*, *#MulherTrans*, que aparecem de forma sobreposta e articulada, indicando que a marcação identitária nos vídeos analisados não se organiza de maneira estanque ou fixa.

Estes achados sugerem uma sobreposição, ou mesmo uma fusão discursiva, entre os termos identitários, que não se restringem apenas a marcações identitárias, mas também cumprem uma função estratégica. No nível do texto na ADC, um dos primeiros elementos que se destaca é o uso estratégico das *hashtags* nos vídeos analisados. Elas não apenas funcionam como mecanismos de indexação no TikTok, mas também como recursos discursivos que comunicam identidades e posicionamentos.

Assim, o que aparece na superfície como uma variação natural entre *hashtags* pode ser compreendido como parte de um processo de autoidentificação discursiva, no qual as próprias pessoas que produzem os vídeos se posicionam em relação a diferentes marcadores identitários, como *#Travesti*, *#MulherTrans*, *#Trans*, *#Transexual* e *#Transgênero*, por exemplo. Ao empregar múltiplas *hashtags* associadas a distintas categorias de gênero dissidente, essas pessoas constroem discursividades que não apenas comunicam suas identidades, mas também articulam formas específicas de pertencimento e visibilidade dentro da mídia social.

Embora todos os vídeos analisados estejam vinculados à *hashtag* Travesti, a autoidentificação mobilizada pelas criadoras de conteúdo ao longo dos vídeos não é homogênea, como a nuvem de palavras demonstra. Em diversos casos, elas se referem a si mesmas como “mulher trans” ou “transexual”, indicando que a marcação identitária utilizada na *hashtag* não corresponde necessariamente à forma como elas se nomeiam durante o vídeo, como indicam os discursos encontrados nos vídeos abaixo:

Vídeo 10: *Nós **mulheres trans** e **travestis** que paramos de ser aceitas e amadas quando usamos o termo "**sou trans**".*

Vídeo 12: *Eu sou a [nome], **garota trans**, **mulher transexual**⁵¹, tá? Pra vocês depois não ficarem me julgando.*

Vídeo 45: *Oi, gente. Eu sou a [nome] e eu sou uma **garota trans**. Bom, gente, pra quem não me conhece, eu tô no início da minha transição e eu tenho atualizações pra quem me segue e pra quem não me segue.*

Esse fenômeno aponta para a complexidade dos processos de identificação e revela como as fronteiras entre essas categorias podem ser porosas, flutuantes e estrategicamente mobilizadas. A partir da perspectiva de Fairclough (2012), é possível entender essas variações como manifestações da forma como os sujeitos, ao ocuparem posições específicas nas práticas sociais, produzem discursos distintos que modelam a vida social. Como afirma o autor, “os atores sociais posicionados diferentemente veem e representam a vida social de modo distinto, com discursos distintos” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 310). Nesse contexto, o uso simultâneo de diferentes marcadores identitários não pode ser interpretado como imprecisão, mas como uma expressão da pluralidade e da multiplicidade de sentidos que atravessam a construção identitária Travesti não só no TikTok, como também na vida social.

Em vez de uma identidade estática ou puramente delimitada por uma categoria, o que se observa são performances discursivas que revelam o caráter contingente, situado e relacional das identificações identitárias. Trata-se, portanto, de um campo discursivo no qual os sujeitos articulam a noção de pertencimento em diálogo com as regularidades do TikTok, com os públicos desejados e com os repertórios políticos, culturais e sociais de suas vivências.

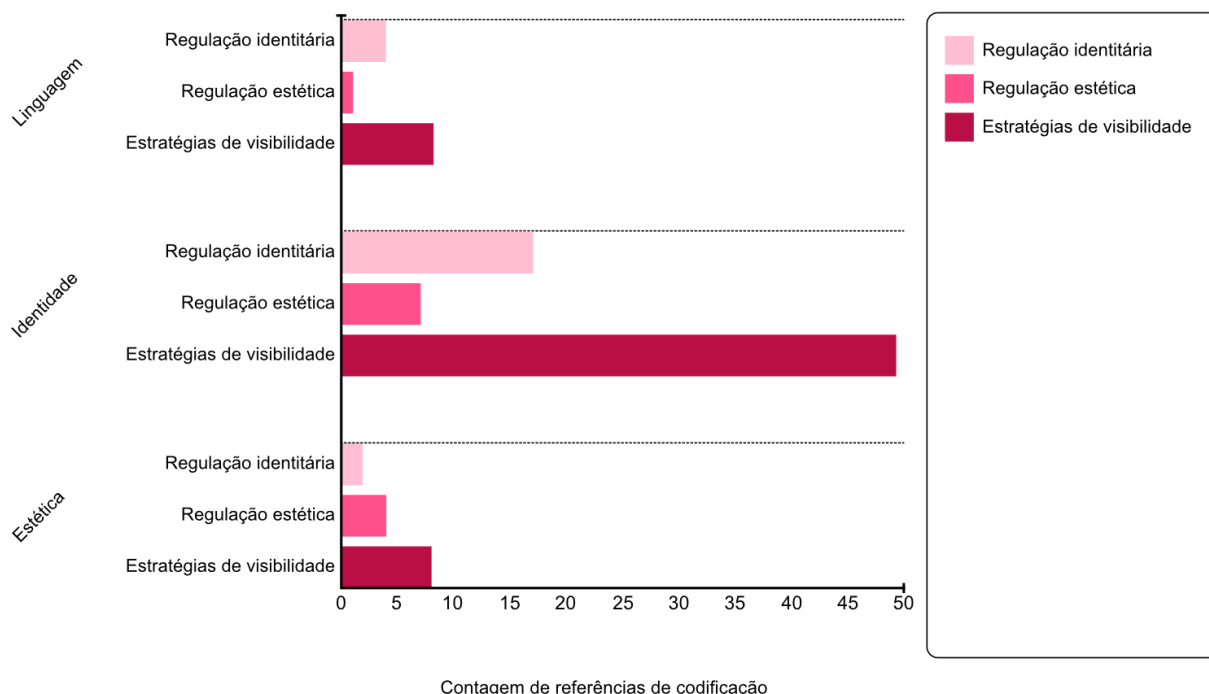
⁵¹ Os termos “mulher trans”, “garota trans”, “mulher transexual”, “travesti” e “transfeminina” integram um campo heterogêneo de autoidentificação no contexto brasileiro, atravessado por disputas históricas, políticas e geracionais. Enquanto “Travesti” constitui uma identidade social e política específica, marcada por trajetórias de resistência e estigmatização, “mulher trans” e “mulher transexual” tendem a ser mais associadas a processos de reconhecimento institucional e médico. Já “transfeminina” é frequentemente mobilizada como categoria mais ampla, que abarca diferentes experiências de feminilidade trans. O uso desses termos varia conforme contexto, trajetória individual, geração, redes de pertencimento e estratégias de visibilidade.

Essa dinâmica não se limita apenas a uma questão de reconhecimento identitário, mas articula-se também a processos voltados à ampliação da visibilidade na mídia social. A subcategoria Estratégias de Visibilidade, vinculada aos Discursos de Regulação, foi a que concentrou o maior número de discursos codificados, totalizando 65 referências. Neste conjunto, foram identificados discursos e práticas discursivas que evidenciam formas de adaptação às regras implícitas da mídia social, revelando negociações constantes com o algoritmo e processos de adequação discursiva que regulam as possibilidades de visibilidade no TikTok.

A predominância das Estratégias de Visibilidade suscitou a necessidade de examinar, de maneira mais sistemática, como tais discursos se articulam às demais dimensões analíticas mobilizadas nesta pesquisa. Buscando compreender não apenas sua frequência, mas também suas zonas de convergência com outras categorias, recorri a uma consulta de codificação em matriz no *software* NVivo, procedimento que possibilitou mapear intersecções e sobreposições entre subcategorias no interior do *corpus*. Com este propósito, analisei as intersecções entre todas as subcategorias dos Discursos de Reconhecimento e todas as subcategorias dos Discursos de Regulação.

Contudo, é importante mencionar que as subcategorias de Raça e Sexualidade, pertencentes aos Discursos de Reconhecimento, apresentaram incidência residual nas intersecções analisadas, com zero referência para Raça e apenas uma para Sexualidade, razão pela qual foram excluídas do gráfico a seguir, a fim de favorecer uma visualização mais clara das materialidades.

Gráfico 1 – Matriz de codificação entre Discursos de Reconhecimento e Discursos de Regulação



Fonte: Elaboração própria através do Nvivo.

A leitura do material evidenciou uma sobreposição significativa entre a subcategoria de Identidade e a subcategoria de Estratégias de Visibilidade. Essa aproximação não foi tratada aqui como um dado a ser mensurado quantitativamente, mas como um indício de que tais dimensões se articulam de forma recorrente no *corpus*. O interesse, portanto, não reside na contagem dessas interseções, mas na compreensão dos pontos em que esses discursos se intensificam e se entrecruzam, orientando a análise para os contextos em que tais articulações se tornam mais expressivas.

Nos textos codificados nas subcategorias de Identidade e de Estratégias de Visibilidade, observei uma recorrente marcação de *hashtags* associadas a marcadores identitários, conforme evidenciam os discursos a seguir, por exemplo:

Vídeo 2: #foryoupage #fory #mulhertrans #Travesti #passavel #mulherdepreso #fyyy

Vídeo 4: #mulhertrans #transgender #transexual #trans #transbrasil

Vídeo 7: #trans #transgirl #transgenero #Travesti #transexual #mulhertrans #school

O uso simultâneo de *hashtags* que são também marcadores identitários reflete uma tentativa de amplificar a circulação dos vídeos, acionando múltiplas entradas de busca. Além

disso, essa prática aponta para uma padronização algorítmica dos conteúdos relacionados à dissidência de gênero, em que a redundância de termos funciona como uma forma de otimizar a visibilidade e o engajamento dentro do TikTok. A presença recorrente dessas *hashtags*, portanto, indica uma negociação constante entre identidade e visibilidade na mídia social.

Nesse sentido, compreendo esse uso redundante e variado de termos identitários em formato de *hashtags* como uma estratégia de visibilidade, em que usuários disputam espaço dentro da lógica da mídia social, tentando se fazer reconhecíveis por múltiplos públicos e mecanismos. Conforme Bucher (2012, p. 1171), esse processo decorre da internalização, por parte dos usuários e da lógica algorítmica das mídias sociais, levando-os a ajustar seus comportamentos discursivos para evitar a “ameaça de invisibilidade”.

Nesse contexto, não se trata apenas de uma marcação identitária, mas da mobilização da própria identidade como recurso para ampliar a visibilidade do vídeo ou do perfil no TikTok. Essa articulação pode ser compreendida a partir das contribuições de Fairclough (2001, 2003), nas quais o discurso é entendido como prática social situada, ao mesmo tempo condicionada por estruturas sociais e capaz de produzir efeitos sobre elas. Assim, a identidade deixa de operar exclusivamente como forma de autoidentificação e passa a funcionar também como ação discursiva, orientada à circulação e ao maior alcance dos conteúdos no TikTok.

Nesta perspectiva, os modos de “agir, representar e ser” não se apresentam de forma dissociada, mas articulam-se de maneira simultânea nos textos analisados. Os marcadores identitários mobilizados por meio das *hashtags* configuram a dimensão identificacional do discurso, enquanto sua repetição, combinação e padronização respondem a uma dimensão acional, relacionada às práticas de amplificação da circulação e à adequação às lógicas de funcionamento do TikTok. Desse modo, a sobreposição entre Identidade e Estratégias de Visibilidade evidencia como escolhas discursivas vinculadas à autoidentificação se entrelaçam a processos regulados pelas dinâmicas da mídia social, revelando negociações contínuas entre reconhecimento, visibilidade e regulação algorítmica.

Além disso, nos discursos apresentados, observa-se a presença de outras *hashtags* codificadas na subcategoria de Estratégias de Visibilidade, tais como *#foryoupage*, *#fory* e *#fyyy*, que não operam como marcadores temáticos estritos, mas como recursos orientados à ampliação da circulação dos conteúdos no TikTok. Tais *hashtags* estão associadas à *For You Page* (FYP), ou *Página Para Você*, do TikTok, que se configura como o principal espaço de circulação, recomendação e descoberta de conteúdos na mídia social. A FYP, como já explicado no capítulo anterior, opera como uma página algorítmica personalizada, na qual os

vídeos são distribuídos a usuários para além de suas redes diretas de seguidores, com base em sinais como engajamento prévio, padrões de consumo, metadados e características do conteúdo.

O uso dessas *hashtags* não indica um tema específico, mas funciona como um marcador voltado à circulação e à visibilidade do conteúdo postado. Ao empregar *#foryou*, *#foryoupage*, *#fy* ou outras derivações, as pessoas criadoras de conteúdo sinalizam sua intenção de que o vídeo seja amplamente distribuído pelo algoritmo, buscando inseri-lo nos fluxos de recomendação do TikTok. A utilização dessas *hashtags* constitui uma forma de ação discursiva, por meio da qual os sujeitos ajustam suas produções às regularidades e convenções da mídia social.

Como argumenta Fairclough (2001), as práticas discursivas mantêm uma relação dialética com as estruturas sociais: são por elas condicionadas, mas também contribuem para sua reprodução ou transformação. Assim, ao mobilizarem essas *hashtags*, as criadoras de conteúdo não apenas descrevem e/ou classificam seus vídeos, mas intervêm ativamente nas dinâmicas de visibilidade do TikTok, buscando ampliar o alcance e a legibilidade de seus conteúdos. Na perspectiva de Fairclough (2001), interessa compreender como os textos circulam, são apropriados e ganham sentido em contextos socialmente situados. Nesse horizonte, o emprego dessas *hashtags* não se limita a uma função classificatória, mas compõe estratégias voltadas à inserção dos vídeos nos circuitos de circulação e visibilidade do TikTok.

Ainda que não haja evidências de que o uso isolado dessas *hashtags* garanta maior circulação, sua recorrência indica a internalização, por parte dos usuários, das lógicas algorítmicas da mídia social, bem como a adaptação de suas práticas discursivas a essas dinâmicas, em um movimento contínuo de negociação entre produção de sentido, reconhecimento e visibilidade.

Os processos de reconhecimento não se produzem apenas no plano individual, mas se articulam a formas coletivas de vínculo, troca e compartilhamento de experiências. Ao negociar visibilidade no TikTok, as criadoras de conteúdo também constroem sentidos de pertencimento ancorados em linguagens compartilhadas, experiências comuns e condições materiais de existência. É essa dimensão relacional que passa a ser examinada na seção seguinte.

6.1.1 Discursos de Pertencimento: comunidade, trabalho e materialidade de sobrevivência

Os Discursos de Pertencimento não se organizam apenas como declaração de identidade, mas como práticas que constroem vínculos, compartilhamentos e formas de reconhecimento mútuo em torno de experiências situadas. As 27 referências codificadas nesta categoria distribuem-se nas subcategorias Comunidade, Práticas educativas, Classe e Trabalho, evidenciando que o pertencimento, no TikTok, se produz tanto por meio de linguagens e repertórios compartilhados quanto pela circulação de relatos de vida e orientações que transformam experiências vividas em conhecimento coletivo. Nestas dinâmicas, o TikTok opera como um espaço de aconselhamento, compartilhamento de experiência e como um ambiente educativo, onde “ser travesti” aparece menos como marcador fixo e mais como um modo relacional de existir, sobreviver e se reconhecer socialmente.

Na subcategoria Comunidade, com 11 referências discursivas codificadas, o pertencimento se constrói sobretudo por meio de linguagens compartilhadas e formas específicas de endereçamento, que produzem reconhecimento mútuo e delimitam um “nós” coletivo. Gírias e códigos discursivos como “*aquê*”, “*mona*” e “*job*”⁵², por exemplo, operam como marcas de pertencimento e sinalizam uma comunidade discursiva que compartilha repertórios, experiências e modos de nomear o cotidiano, especialmente em torno do trabalho, da sobrevivência e da circulação na cidade. Essas dinâmicas de pertencimento podem ser observadas nos discursos encontrados a seguir:

Vídeo 6: Quando a gente vai para alguma cidade a gente nunca fala a cidade que a gente tá, a gente fala "cidade X", porque as bichas pesa babado chocoto água de sal.

Vídeo 12: Falando um pouco dos meus hormônios sendo uma garota trans.

Vídeo 39: #relatos #vivencias #job #trans #fyp

⁵² “*Aquê*”, termo do pajubá (ou bajubá) — repertório linguístico historicamente construído por travestis, pessoas trans e comunidades LGBTQIAP+ no Brasil, com forte influência de línguas de matriz africana, utilizado como forma de sociabilidade, proteção e afirmação identitária — que se refere a dinheiro ou remuneração; “*mona*”, forma de endereçamento afetiva e comunitária, amplamente utilizada entre travestis e pessoas LGBTQIAP+; e “*job*”, palavra de origem inglesa associada a trabalho, que, no contexto brasileiro e das narrativas analisadas, aparece majoritariamente vinculada à prostituição e ao trabalho sexual.

No vídeo 6, a criadora de conteúdo aparece caminhando pela rua enquanto se dirige à câmera em modo *selfie*, é um registro breve no qual apenas diz a frase transcrita acima. A escolha por se referir ao local como “cidade X”, em vez de nomeá-lo diretamente, opera como uma prática coletiva de autoproteção entre trabalhadoras do sexo. A identificação de que o discurso se insere no contexto do trabalho sexual é evidenciado pelas *hashtags* associadas ao vídeo: *#job*, *#travestis*, *#axe* e *#comedia*. Essa escolha discursiva de “cidade X” se ancora em um saber compartilhado sobre riscos, exposição e circulação no espaço urbano, especialmente no contexto de trabalho da criadora de conteúdo. É um discurso que só adquire sentido no interior da comunidade, pois pressupõe o reconhecimento mútuo das violências possíveis e a necessidade de estratégias discursivas voltadas à minimização dessas vulnerabilidades.

Já no vídeo 12, a criadora de conteúdo apresenta e explica todo o seu processo de hormonização e a construção de comunidade se dá a partir de uma prática discursiva que insere a experiência individual no campo do compartilhamento comunitário. O corpo e o processo de transição deixam de ser apenas vivências privadas e passam a operar como fonte de informação e identificação para outras pessoas trans e travestis, reforçando a noção de pertencimento por meio da troca de saberes e do reconhecimento da experiência comum.

No vídeo 39, a criadora de conteúdo compartilha, em tom de desabafo, como está sendo sua noite e o medo que sente em relação a um cliente que precisa atender, com quem já teve uma experiência negativa. Ao recorrer ao TikTok para narrar essa situação ainda em curso, ela transforma a mídia social em espaço de enunciação de vulnerabilidades e de busca por escuta coletiva. O uso articulado das *hashtags* *#relatos*, *#vivencias*, *#job* e *#trans* não apenas classifica o conteúdo, mas o insere em uma rede de experiências compartilhadas, indicando que a noção de comunidade se constrói, nesse contexto, a partir da circulação dessas narrativas situadas, especialmente no âmbito do trabalho sexual. Ao nomear essas vivências como “relatos” e “experiências”, o discurso desloca o cotidiano do trabalho para o campo do reconhecimento coletivo, produzindo vínculos entre pessoas que compartilham códigos linguísticos, repertórios afetivos e estratégias semelhantes de sobrevivência e autoproteção.

Nesse cenário de construção de noções de comunidade e pertencimento, as *trends* do TikTok se apresentam como formas de enunciação compartilhada, funcionando como textos abertos e replicáveis que articulam um senso de pertencimento coletivo. Ao participar de uma

trend, por exemplo, os usuários não apenas seguem uma moda passageira, mas se posicionam dentro de um grupo, acionando códigos comuns e anunciando quem se é e com quem se está.

No caso da #Travesti, a *trend* “irmãs apoiam irmãs”, que aparece codificada nos vídeos 49 e 50, por exemplo, mobilizou inúmeras criadoras travestis e trans. O áudio utilizado na *trend* e reproduzido em todos os vídeos inicia com a fala de Rose, uma travesti personagem do filme brasileiro “Os Primeiros Soldados”⁵³ de 2022, em um monólogo que diz: “*eles tentam nos matar desde que o mundo é mundo, é isso o que eles fazem. E o que a gente faz é sobreviver sendo linda*”. Na sequência, começa a tocar a música Diaba, de Urias, que evoca noções de resistência e orgulho de vivências travestis e trans no Brasil. A repetição desse áudio não é neutra: ela agrega sentidos e conecta as criadoras de conteúdo em uma espécie de arquivo coletivo, onde cada novo vídeo amplia o alcance e a densidade da mensagem.

A própria funcionalidade do TikTok, ao organizar os conteúdos a partir de áudios compartilhados, contribui para esse processo ao reunir todas as publicações que utilizam o mesmo som, constituindo um espaço de enunciação múltipla e reconhecível. Essa dinâmica possibilita a descoberta de outras criadoras de conteúdo travestis e trans, favorecendo as práticas de: seguir a conta, curtir e compartilhar vídeos entre si. Nesse contexto, a *trend* não opera apenas como um mecanismo de agregação comunitária, mas também como uma prática discursiva orientada à ampliação da visibilidade e da circulação do próprio perfil na mídia social.

Embora os comentários não constituam o foco de análise desta pesquisa, os considero relevantes neste caso em específico na medida em que, conforme a noção de prática discursiva em Fairclough (2001), essas interações integram os processos de circulação e consumo dos discursos que estruturam o próprio funcionamento da *trend* “irmãs apoiam irmãs”, como evidenciam os vídeos 49 e 50.

⁵³ "Os Primeiros Soldados" é um filme brasileiro que retrata o impacto da chegada da epidemia de HIV/Aids no Brasil no início dos anos 1980, a partir da perspectiva de jovens LGBTQIA+ em Vitória. A narrativa acompanha Suzano, um biólogo que começa a perceber os sintomas da doença, e sua aproximação com Rose, uma artista trans, e Humberto, um videomaker, também adoecidos. Diante do medo, da desinformação e da ausência de políticas públicas, o trio forma uma rede de afeto e resistência, tentando lidar com a incerteza e o estigma enquanto enfrentam a primeira onda da epidemia no país.

Figura 14 – Comentários nas postagens dos vídeos 49 e 50



Fonte: TikTok.

A Figura 14 ilustra como a *trend* “irmãs apoiam irmãs” extrapola os vídeos individuais e se materializa nas interações entre usuárias, indicando dinâmicas de apoio, circulação e reconhecimento mútuo. Nos comentários, observa-se a recorrência de textos que explicitam alianças, “*devemos irmãs sempre apoiar uma as outras*”, “*estou apoiando todas no meu perfil*”, assim como práticas de conexão direta entre perfis, como o compartilhamento de links de outros vídeos da *trend* e convites explícitos para seguir as contas umas das outras no TikTok.

Essas interações não apenas reforçam o sentido coletivo mobilizado pela *trend*, mas também operam como estratégias de ampliação da circulação dos conteúdos, transformando o espaço dos comentários em um dispositivo de encadeamento da *trend*. Assim, comentar, seguir, compartilhar links e declarar apoio constituem práticas discursivas que fortalecem a noção de comunidade, ao mesmo tempo em que ampliam a visibilidade recíproca das criadoras envolvidas.

O engajamento na *trend* “irmãs apoiam irmãs” não apenas inscreve as criadoras em uma lógica de pertencimento, mas também transforma essa lógica em ação política concreta: uma política da visibilidade e da presença. A repetição de áudios e estéticas cria o que Munõz (2008) chamou de horizonte utópico, no qual o futuro *queer* que ele denomina e, aqui, chamarei de futuro dissidente de gênero, se ensaia na mídia social, a partir de vínculos. Trata-se de um pertencimento que se produz performativamente, mas que ganha contornos materiais ao gerar visibilidade, engajamento e apoio entre criadoras de conteúdo travestis e trans, configurando um tipo de comunidade discursiva que resiste às formas normativas de

apagamento. Ao mesmo tempo, a funcionalidade algorítmica da mídia social não é apenas um pano de fundo tecnológico, mas participa ativamente da construção dessas redes de pertencimento e visibilidade, permitindo que o gesto de replicar um áudio se torne também um gesto de afirmação.

Se, nas subcategorias de Comunidade e Práticas Educativas, o pertencimento se configura principalmente por meio de linguagens compartilhadas, formas de endereçamento e práticas discursivas de reconhecimento mútuo, a análise da subcategoria Trabalho permite observar como esse pertencimento também se ancora em experiências materiais e condições concretas de sobrevivência. Ao deslocar o foco para a noção de trabalho, torna-se possível compreender de que modo as dinâmicas comunitárias previamente descritas se articulam a rotinas laborais, expectativas econômicas e estratégias de permanência e sobrevivência.

Na subcategoria Trabalho, composta por 16 referências discursivas codificadas, o pertencimento emerge a partir da partilha de experiências materiais de sobrevivência, da nomeação cotidiana das práticas laborais e da circulação de saberes situados sobre trabalho, renda e risco. Neste contexto, falar de trabalho é também falar de classe, de precarização, de exposição e de negociação constante entre visibilidade e proteção, revelando que o pertencimento se constrói não apenas por identificação simbólica, mas por condições materiais compartilhadas e reconhecíveis no cotidiano das criadoras de conteúdo trans e travestis no TikTok.

A análise das referências codificadas na subcategoria de Trabalho aponta para a articulação de dois eixos de produção de sentido. De um lado, emergem discursos vinculados às experiências de trabalhadoras sexuais, nos quais o TikTok é acionado como espaço de visibilização das rotinas de trabalho, de compartilhamento de vivências, riscos e estratégias de sobrevivência. De outro, observam-se discursos relacionados ao trabalho formal, atravessados por debates sobre empregabilidade trans, vínculos regidos pela lógica da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e os obstáculos estruturais enfrentados por pessoas trans e travestis na inserção e permanência no mercado de trabalho. Esses eixos não se configuram como campos estanques, mas coexistem e se tensionam, revelando como o trabalho ocupa um lugar relevante na construção de pertencimento, classe e visibilidade.

Para aprofundar a análise desse primeiro eixo, selecionei a seguir três exemplos discursivos codificados sobre trabalho sexual, que permitem refletir sobre a produção de sentidos em torno da rotina laboral, da sobrevivência e da visibilidade no TikTok:

Vídeo 13: *Oi minha gente, estou aqui, cheguei aqui na esquina. Estou aqui tentando ver se eu ganho alguma coisa. Apesar que eu fiz um programinha. Olha a esquina... Está bem movimentada hoje. Olha, minha gente. É um pouco só movimentada de carro e de gente, mas de cliente que é bom nada.*

Vídeo 24: *Mas, infelizmente é um sonho que tá muito distante pelo fato de eu ser uma pessoa trans que trabalha com fotos... Ser uma pessoa trans é algo que coloca muitos obstáculos para eu conseguir achar um parceiro. Não é todo homem que quer namorar uma mulher trans por conta das diversas consequências que isso traz em um relacionamento com uma pessoa como eu. (...) E tem meu trabalho. Infelizmente, eu sou uma pessoa extremamente exposta. Não. Não procure o meu nome na internet. E isso é muito frustrante.*

Vídeo 41: *[Legenda da postagem] Bora mais um dia de job comigo na pista?*

No vídeo 13, o texto organiza o trabalho a partir de uma geografia e de uma temporalidade muito concreta: “*cheguei aqui na esquina*”, “*ver se eu ganho alguma coisa*”, “*hoje tá movimentada*”, “*de cliente que é bom nada*”. Isso faz o trabalho aparecer como rotina e como espera; um fazer cotidiano atravessado por contingência, fluxo urbano e imprevisibilidade da renda. Esse tipo de materialidade (o lugar, o movimento, o “*ganhar alguma coisa*”, a ausência de cliente) constrói pertencimento porque aciona um repertório compartilhável de experiência: “*estar na esquina*”, “*tentar*” e “*fazer um programinha*”.

Ao narrar essa experiência, a criadora constrói um “nós” implícito entre aquelas que conhecem esse regime de trabalho, acionando o TikTok como dispositivo de enunciação e registro desse cotidiano. Esse registro do cotidiano do trabalho aproxima o vídeo de uma estética reconhecível no TikTok, associada a uma tendência/*trend* conhecida como “*A day in the life*” ou “*Um dia comigo*”. Como aponta Kartalija (2024), essa *trend* consiste na produção de vídeos que acompanham um “dia típico” na vida das pessoas criadoras de conteúdo, geralmente centrados em suas ocupações, rotinas de trabalho e atividades cotidianas, seguindo um modelo relativamente estabilizado, ainda que passível de variações criativas.

No caso analisado, embora o trabalho narrado seja o trabalho sexual, frequentemente excluído ou estigmatizado em representações hegemônicas, a estrutura do texto mobiliza a mesma lógica narrativa: deslocamento até o local de trabalho, observação do ambiente, expectativa de rendimento e relato do desenrolar do dia. Assim, ao se inscrever na lógica da *trend* “*Um dia comigo*”, o vídeo reinscreve o trabalho sexual como trabalho cotidiano, aproximando-o de outras ocupações que circulam de forma legitimada na mídia social. Esse gesto discursivo não apenas normaliza a prática de trabalho, mas também produz

pertencimento ao alinhar a experiência da “esquina”, como diz a criadora de conteúdo, a uma noção de visibilidade já reconhecida e compartilhada no TikTok.

Similar ao que ocorre no vídeo 13, no vídeo 41 a legenda da postagem “*Bora mais um dia de job comigo na pista?*” também se inscreve na lógica da *trend* “Um dia comigo”, mobilizando uma estética e um modo de endereçamento reconhecíveis no TikTok. No vídeo, a criadora se grava em modo selfie enquanto caminha pela rua durante a noite. Em alguns momentos, alterna o enquadramento da câmera para mostrar o movimento ao redor e indicar o ponto exato onde se encontra, registrando o ambiente e sua localização no espaço urbano. A expressão “*mais um dia*” contida na legenda aciona diretamente a ideia de repetição e rotina que estrutura esse tipo de conteúdo, enquanto o convite implícito ao acompanhamento “*bora comigo*” reproduz a lógica participativa característica da tendência, na qual o público é convocado a acompanhar o desenrolar do cotidiano da criadora de conteúdo.

Ambos os vídeos dialogam com uma estética consolidada no TikTok, mas a deslocam ao inscrever nesse formato experiências que costumam permanecer à margem dos enquadramentos hegemônicos da mídia social. Ao incorporar a *trend* “Um dia comigo”, as criadoras expandem os limites do que pode ser narrado como rotina profissional, reinscrevendo suas vivências no repertório de conteúdos legitimados na mídia social. Nessa chave, compreendo a apropriação da *trend* como um movimento de mudança discursiva, nos termos de Fairclough (2001), ao articular formatos estabilizados a novos conteúdos e posições de sujeito. Para o autor, os discursos não são apenas espaços de reprodução de sentidos, mas também espaços de luta e instrumentos potenciais de transformação social, na medida em que podem rearticular convenções, naturalizações e/ou relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001).

Ao reinscrever o trabalho sexual em uma noção discursiva estabilizada do TikTok, associada à rotina, à produtividade e à visibilidade do trabalho, os vídeos analisados não se limitam a representar uma experiência marginalizada, mas intervêm nos próprios critérios de inteligibilidade do que pode ser reconhecido como trabalho legítimo. Esse deslocamento, ainda que parcial e situado, evidencia como a mudança discursiva opera na reorganização de sentidos socialmente disponíveis, articulando-se a disputas mais amplas em torno de classe, reconhecimento e pertencimento. Assim, a prática discursiva observada atua simultaneamente como efeito das estruturas sociais existentes e como espaço de reconfiguração dessas estruturas, corroborando a concepção dialética de discurso e sociedade defendida por Fairclough (2001).

Já no vídeo 24, a relação entre trabalho, visibilidade e risco evidencia que a exposição pública é inseparável da prática laboral, organizando tanto as possibilidades de reconhecimento quanto as condições de vulnerabilidade. Ao afirmar “*eu trabalho com fotos*” (referência à produção e circulação de imagens íntimas como atividade laboral) e, em seguida, dizer-se “*extremamente exposta*”, a criadora de conteúdo explicita que o trabalho não se limita à geração de renda, mas envolve a produção contínua de rastros digitais associados ao corpo, passíveis de indexação, busca e circulação fora de seu controle. O pedido “*não procure o meu nome na internet*” revela a consciência dessa vulnerabilidade e a frustração associada à impossibilidade de separar trabalho, vida pessoal e reputação pública. Assim, a visibilidade assume um caráter ambíguo: opera simultaneamente como recurso de sobrevivência e como fonte de risco, impondo estratégias constantes de proteção e autocontrole.

Nos vídeos analisados, o trabalho sexual emerge como prática social indissociável de condições materiais de existência marcadas pela precarização, pela instabilidade e pela dependência de demanda. A economia do cotidiano aparece nos relatos sobre “ganhar ou não ganhar dinheiro”, “esperar”, “circular pela cidade” e “lidar com a imprevisibilidade da renda”, demonstrando um regime de trabalho atravessado por incerteza e exposição contínua. Esses elementos se articulam a marcadores de risco como a circulação de imagens íntimas, o estigma e a possibilidade de violência, que exigem a mobilização de estratégias discursivas e práticas de autoproteção.

Linguagem, *trends*, convites ao acompanhamento das experiências e modos específicos de endereçamento ao público funcionam, assim, como saberes situados, compartilhados entre quem reconhece esse regime de trabalho. Nesse sentido, o pertencimento não se constrói apenas por identificação simbólica ou afinidade identitária, mas pela partilha de condições materiais, experiências de classe e conhecimentos práticos sobre sobrevivência, visibilidade e proteção. O trabalho sexual emerge, portanto, não como tema isolado, mas como prática social que organiza formas específicas de reconhecimento, precarização e pertencimento no TikTok.

Em contraste com os discursos que articulam o trabalho sexual como prática cotidiana de sobrevivência, outro conjunto de discursividades desloca o foco para experiências, expectativas e frustrações associadas ao acesso ao trabalho institucionalizado, frequentemente nomeado como “*emprego*”, “*CLT*” ou “*carteira assinada*”. Nesses discursos, o trabalho aparece não apenas como fonte de renda, mas como promessa de reconhecimento social, segurança e ruptura com imaginários que reduzem travestis e mulheres trans a determinados

lugares sociais. É a partir desse deslocamento que analiso, a seguir, os sentidos produzidos em torno do trabalho dito formal e da empregabilidade trans no TikTok:

Vídeo 12: [...] *mas eu temo a minha vida e não quero ir de arrasta para cima ainda, porque eu ainda tenho um sonho que eu ainda vou ficar famosa pra poder fornecer uma vida melhor pra minha família e mostrar todas as minhas conquistas aqui pra vocês, pra vocês verem que mulher transexual, travesti, não é só na rua, não é só fazendo pg na rua, tá?*

Vídeo 35: *Como conseguir um emprego sendo uma pessoa trans? Então, gente, assim, realmente é uma pergunta. Como que a gente vai conseguir um emprego sendo trans? Porque mulher é, assim, ó, difícil. É muito aquele lance sobre preconceito estrutural, transfobia estrutural, onde as pessoas inconscientemente reproduzem certos preconceitos. [...] Recentemente, eu tinha conseguido um emprego, gente, estava há três meses, tinham assinado a minha carteira. E foi um choque que me demitiram, assim, do nada. E como eu trabalhava com atendimento ao público, lógico, gente, eu via vários olhares de pessoas de clientes me olhando, às vezes estranhos, me tratando de uma forma estranha. Então, de certo modo, eu acho que o patrão, né, a patroa, enfim, os chefes, eles devem ter se incomodado, né? [...]*

Vídeo 42: [escrito na tela] +1 dia de uma menina trans clt.

Embora o vídeo 12 não tenha como foco narrativo principal o trabalho, mas sim a experiência com a hormonização, a criadora de conteúdo relaciona esse processo a projetos de futuro e a expectativas de reconhecimento social, que mobilizam também noções sobre trabalho. No trecho selecionado, emerge o texto “*não é só na rua, não é só fazendo pg*”, no qual “pg” aparece como abreviação de “programa”, termo utilizado para se referir ao trabalho sexual. O trabalho surge, assim, como operador discursivo de deslocamento, acionado para tensionar estigmas e ampliar os horizontes de reconhecimento possíveis para essas existências.

Essa formulação não nega o trabalho sexual enquanto prática concreta de sobrevivência, mas responde a um imaginário social que hierarquiza formas de trabalho e associa determinados corpos a ocupações específicas. Esse deslocamento se articula diretamente à sequência “*eu ainda vou ficar famosa pra poder fornecer uma vida melhor pra minha família e mostrar todas as minhas conquistas aqui pra vocês*”, na qual o TikTok (e o trabalho com mídias sociais) emerge como horizonte de trabalho, renda e reconhecimento. A fama, nesse discurso, não aparece como valor simbólico abstrato, mas como mediação entre trabalho nas mídias sociais e melhoria das condições materiais de vida. Trabalhar no TikTok é apresentado como possibilidade de sustento familiar, ascensão social e produção de provas públicas de sucesso, reconfigurando a noção de trabalho a partir da lógica da visibilidade.

Essa concepção está relacionada também a um imaginário social mais amplo sobre o trabalho digital no Brasil. Pesquisa divulgada pela HostGator em 2024 mostrou que 75% das pessoas entrevistadas acreditam ser possível viver exclusivamente de atividades realizadas no meio digital como fonte de renda, sendo a monetização de conteúdo em redes sociais, com destaque para o TikTok, um dos modelos mais citados. Esse dado não se limita a expressar expectativas individuais, mas ilustra a consolidação de uma percepção social, na qual o trabalho digital passa a ser reconhecido como uma alternativa viável ao emprego tradicional.

Tal crença revela uma transformação na concepção de trabalho, cada vez mais associada à autoexposição, à construção de uma marca pessoal e à promessa de autonomia individual. No discurso analisado, a ideia de *“ficar famosa”* condensa valores neoliberais do chamado “empreendedorismo de si”, nos quais o sucesso é atribuído à persistência, ao talento e à capacidade de engajamento (ANDRADE E CUPELLO, 2024), enquanto as assimetrias estruturais que atravessam o trabalho em mídias sociais permanecem opacas. Além disso, ao afirmar que irá *“mostrar todas as conquistas aqui pra vocês”*, o texto explicita que o trabalho no TikTok exige não apenas a produção de conteúdo, mas a manutenção contínua de uma narrativa pública de sucesso. As conquistas precisam ser visíveis, compartilháveis e reconhecidas pela audiência, o que desloca o trabalho do âmbito da produção material para o da performance permanente.

Em contraste com a promessa de autonomia, reconhecimento e ascensão associada ao trabalho em mídias digitais, os textos do vídeo 35 deslocam a análise para a experiência concreta do emprego assalariado vivida pela criadora de conteúdo. Mesmo quando o acesso ao trabalho institucionalizado se efetiva, expresso pela assinatura da carteira de trabalho, o emprego é narrado como instável, frágil e facilmente reversível. A demissão repentina, descrita como ocorrendo *“do nada”*, evidencia a assimetria de poder que estrutura a relação de trabalho e expõe a CLT não como garantia de proteção, mas como promessa precária.

Ao nomear explicitamente o *“preconceito estrutural”* e a *“transfobia estrutural”*, a criadora de conteúdo desloca a explicação da esfera individual para o plano sistêmico, produzindo uma leitura politizada da própria experiência laboral. O ambiente de trabalho, especialmente no atendimento ao público, emerge como espaço de vigilância contínua, no qual olhares, estranhamentos e tratamentos diferenciados operam como mecanismos cotidianos de regulação dos corpos trans. A empregabilidade passa, assim, a depender da capacidade de não “causar ruído”, isto é, de tornar o corpo menos visível e mais compatível com expectativas cisheteronormativas. O pertencimento ao trabalho não se apresenta como

escolha ou mérito individual, mas como campo de disputa permanente, atravessado por normatividades de gênero, assimetrias de poder e exclusão estrutural.

As concepções desenvolvidas por Rubin (1984) para pensar a regulação da sexualidade permitem situar as experiências de empregabilidade do vídeo 35 como posições limítrofes em regimes normativos que também operam sobre o gênero, definindo quais corpos podem ser reconhecidos, tolerados ou expulsos do espaço de trabalho. O acesso ao trabalho institucionalizado não opera como simples inclusão, mas como entrada condicionada em um espaço regulado, no qual a permanência depende da proximidade com padrões considerados socialmente aceitáveis. Assim, o trabalho formal não suspende a lógica de exclusão, mas a reinscreve, convertendo a empregabilidade em experiência precária de reconhecimento, continuamente negociada e vulnerável à expulsão.

As condições estruturais que regulam o acesso e a permanência no mercado de trabalho produzem efeitos diretos sobre as trajetórias profissionais de pessoas trans e travestis, contribuindo para sua exclusão sistemática de ocupações institucionalizadas. Dados sobre empregabilidade evidenciam taxas significativamente mais baixas de inserção formal entre essas pessoas. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2025 indicou que apenas 25% da população trans estava empregada formalmente, índice 6,8 pontos percentuais inferior ao da população geral, com desigualdades ainda mais acentuadas entre mulheres trans e travestis, cuja taxa de participação é de 20,7%, frente a 31,1% entre homens trans.

Esse cenário ajuda a compreender uma das razões pelas quais a identidade emerge de forma tão central nos discursos analisados. Não se trata de uma ênfase gratuita ou excessiva, como sugerem críticas ao chamado “identitarismo”, mas de uma resposta a um regime social no qual a própria identidade opera como um dos principais eixos de discriminação, regulação e exclusão, evidenciado nas experiências relatadas nos vídeos e pelos dados institucionais. Neste contexto, falar de si, nomear-se e tornar visíveis as próprias experiências torna-se uma estratégia de enfrentamento das condições que produzem a marginalização. Essa centralidade da identidade atua como essencialismo estratégico (SPIVAK, 1988), no qual a mobilização provisória e situada de categorias identitárias funciona como ferramenta política frente a estruturas que negam reconhecimento e acesso a direitos.

É a partir dessa centralidade estratégica da identidade que o trabalho passa a ser nomeado, exibido e reiterado como signo de pertencimento, como se observa no vídeo 42. No texto “+1 dia de uma menina trans *clt*”, a criadora de conteúdo aparece filmando a si mesma

e, em seguida, posiciona o celular à sua frente para encenar um dia de trabalho: simula conversas profissionais, digita em um computador imaginário e intercala a performance com risadas, marcando um estado de animação e expectativa. A rotina laboral é apresentada não como algo banal, mas como conquista desejada e celebrada.

Neste gesto performativo, a sigla “CLT” ultrapassa a função descritiva e passa a operar como signo identitário, condensando pertencimento e reconhecimento social. O trabalho institucionalizado torna-se, assim, conteúdo e narrativa, e o “+1 dia” enfatiza que essa inserção é contada, reiterada e comemorada cotidianamente, revelando que “*ser CLT*” não se apresenta como uma normalidade dada, mas como acontecimento frágil e continuamente afirmado para pessoas trans e travestis.

As análises desta seção mostram que o pertencimento se constrói pela articulação entre linguagens compartilhadas, experiências materiais de sobrevivência e estratégias de visibilidade, nas quais identidade, comunidade, trabalho e reconhecimento se entrelaçam. Essas dinâmicas, atravessadas por relações de poder e normatividades, também se manifestam nos modos como os corpos e as performances são mobilizados e regulados no TikTok, aspecto explorado na seção seguinte.

6.1.2 Regulação Estética e Regulação Identitária

Corpos que dançam diante da câmera, filtros que emolduram rostos maquiados, *closes* em cabelos longos e corpos em movimento, montagens que justapõe imagens de antes e depois da transição, *selfies* na praia de biquíni, coreografias acompanhadas de músicas de funks virais, cirurgias registradas do pré ao pós-operatório, carrosséis de fotografias, vídeos com respostas irônicas a comentários que negam a feminilidade ou a atratividade desses corpos. Essa é uma pequena amostra dos discursos codificados na subcategoria de Estética em Discursos de Reconhecimento.

Nesta subcategoria, a visualidade opera como eixo central da construção identitária, articulando corpo, beleza, autoafirmação e pertencimento. A exibição do corpo não se limita a uma performance individual, mas configura um gesto discursivo reiterado de afirmação e reivindicação de reconhecimento, porém em diálogo direto com discursos que regulam e normatizam essa mesma estética e as identidades a ela associadas. Ao mobilizar imagens do corpo e dos processos referentes à transição de gênero, esses vídeos produzem sentidos que

tionam normas de gênero, disputam regimes de visibilidade e constroem uma estética coletiva que associa identidade e afirmação no contexto do TikTok.

Contudo, não se trata apenas de uma estética centrada no corpo individual, mas de uma estética que organiza modos de presença, circulação e reconhecimento na própria mídia social. Conforme Rocamora (2022), as estéticas digitais não se restringem à aparência, mas dizem respeito à performance de identidades por meio de códigos visuais, afetivos e sensoriais compartilháveis. No contexto do TikTok, essas estéticas funcionam como formas de mediação entre sujeitos, algoritmos e públicos, moldando tanto os modos de se mostrar quanto às possibilidades de circulação dos conteúdos.

Na subcategoria de Estética, inserida na categoria dos Discursos de Reconhecimento, foram codificadas 24 referências discursivas. A coluna de descrição, utilizada na organização das tabelas analíticas, mostrou-se fundamental para a compreensão dos sentidos discursivos mobilizados nesta subcategoria. Foi sobretudo a partir desta etapa descritiva que se tornou possível identificar de que modo funcionalidades próprias do TikTok como o uso de *hashtags*, *emojis*, filtros, enquadramentos visuais, trilhas sonoras e tendências musicais são acionadas como práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 2001), integrando os processos de construção identitária e de reconhecimento na mídia social.

Nessa fase da análise, a descrição dos vídeos foi conduzida de maneira deliberadamente minuciosa, buscando registrar não apenas o conteúdo enunciativo explícito, mas também os elementos técnicos, estéticos e sonoros que compõem cada publicação. Esse procedimento permitiu apreender como tais recursos operam de forma articulada na produção de sentidos, evidenciando que a estética não se limita à aparência visual, mas envolve um conjunto de escolhas discursivas que estruturam modos de presença e visibilidade no TikTok. A seguir, apresento quatro exemplos de referências discursivas que foram codificadas, extraídas diretamente das descrições dos vídeos analisados.

Descrição vídeo 14: *A criadora de conteúdo aparece em plano americano, vestindo roupas de academia. Ela dubla a letra da música que toca durante o vídeo, enquanto exhibe o corpo por meio de mudanças de posição diante da câmera. A criadora aparenta ser bem jovem; contudo, não é possível afirmar se se trata de uma pessoa menor de idade. Uma das hashtags anexadas no vídeo é #novinha.*

Descrição do vídeo 23: *O primeiro take do vídeo apresenta a criadora de conteúdo antes da transição de gênero, dançando uma coreografia ao som de uma música funk. Em determinado momento, ela conta até três com a mão e, ao final da contagem, a imagem é substituída por uma aparição da criadora após a transição.*

Descrição vídeo 25: *A criadora de conteúdo aparece de perfil no vídeo enquanto dança. Ao fundo, toca a música Sugar on My Tongue, de Tyler, The Creator, que se tornou uma trend no TikTok⁵⁴, sendo amplamente utilizada por diferentes pessoas criadoras de conteúdo em vídeos com performances sensuais.*

Descrição do vídeo 27: *O vídeo consiste em uma montagem com imagens de diferentes mulheres trans, que se alternam conforme a batida da música funk “Ela Vem”, de MC Livinho. Os enquadramentos variam ao longo do vídeo: em algumas cenas, as mulheres aparecem falando; em outras, dançando ou tirando selfies.*

Esses quatro exemplos ajudam a evidenciar que a subcategoria de Estética não se refere apenas à valorização da aparência, mas à produção discursiva de uma identidade visualmente performada no TikTok, em que corpo, enquadramento, trilha sonora, filtros e *hashtags* funcionam como recursos semióticos articulados. No vídeo 14, por exemplo, o plano americano e as mudanças de posição corporal diante da câmera organizam o corpo como superfície de legibilidade e valorização. Enquanto a *hashtag* “novinha” aciona um repertório cultural de juventude e erotização que reconfigura o modo como esse corpo pode ser percebido e circulado.

Já no vídeo 23, o corte entre “antes” e “depois” estrutura a transição de gênero como narrativa visual, em que a edição do vídeo opera como prova estética da transformação. Nesses casos, a estética emerge como um modo de enunciação que produz sentidos sobre gênero e identidade por meio de convenções audiovisuais próprias do TikTok, na qual se estabilizam repertórios de beleza e feminilidade, mas também se abrem brechas para resignificações e disputas.

Ao mesmo tempo, os exemplos mostram que essa construção estética é inseparável das condições de circulação e dos formatos consagrados do TikTok. As escolhas de trilhas

⁵⁴ Nesse contexto, é relevante destacar que o uso do áudio também mobiliza sentidos compartilhados entre usuários da mídia social, operando como um marcador reconhecível de sensualidade, performance corporal e participação em dinâmicas coletivas de engajamento associadas à *trend*.

sonoras nos vídeos 25 e 27 conectam o corpo a *trends* e batidas de música reconhecíveis, inserindo a identidade em um circuito de repetição e reconhecimento coletivo, no qual dançar a música da *trend* não é apenas aderir a uma moda, mas participar de um regime de visibilidade em que certos gestos, ritmos e enquadramentos tornam-se mais compartilháveis e, portanto, mais circuláveis.

No vídeo 27, a montagem com imagens de várias mulheres trans produz uma estética coletiva, um mosaico que reafirma reconhecimento e pertencimento por meio da serialização de rostos e corpos, articulando certa diversidade e unidade dentro de um mesmo repertório visual. Assim, as *hashtags*, as músicas e os modos de filmar não funcionam como adereços, mas como práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 2001) que organizam o que pode ser visto, como pode ser visto e sob quais códigos esse corpo/identidade se torna reconhecível no ambiente digital. Em conjunto, esses materiais indicam que a estética, aqui, opera como uma tecnologia de reconhecimento, ou seja, ela não apenas “mostra” a identidade, mas a produz em termos visuais próprios do TikTok, articulando autoafirmação, pertencimento e disputas por legitimidade.

A recorrência das danças, gestos corporais, enquadramentos e estéticas reiteradas insere essas práticas no campo da performatividade de gênero, conforme formulada por Butler (1990). No TikTok, o gênero se constitui por meio da repetição de gestos, performances e enquadramentos visuais que materializam a identidade e a inscrevem no campo do que se torna reconhecível e inteligível socialmente. As coreografias replicadas em *trends*, os cortes de edição que organizam narrativas de transição e a serialização de corpos em montagens coletivas funcionam como atos performativos que reiteram repertórios de feminilidade, ao mesmo tempo em que o inscreve em regimes específicos de reconhecimento.

A repetição da performatividade de gênero não apenas sustenta normas de gênero, mas evidencia que o reconhecimento identitário depende da reinscrição contínua do corpo em formas estéticas legíveis. É nesse movimento reiterativo que também se abrem brechas para deslocamentos e ressignificações, uma vez que toda repetição carrega a possibilidade de variação e disputa dos sentidos de gênero (BUTLER, 1990).

Deste modo, o uso das *hashtags*, filtros, enquadramentos e performances corporais no TikTok operam como marcadores de legibilidade, articulando dimensões técnicas e simbólicas, ao mesmo tempo em que sinalizam pertencimento a comunidades, estilos e repertórios compartilhados (GILLESPIE, 2014; BUCHER, 2012). Assim, as *hashtags* orientam processos de indexação e circulação dos conteúdos, funcionando como dispositivos

que tornam os vídeos mais inteligíveis dentro dos regimes algorítmicos da plataforma (BUCHER, 2012; CHENEY-LIPPOLD, 2011), enquanto os emojis atuam como códigos afetivos e estilísticos que modulam o tom da enunciação e favorecem alinhamentos comunitários e identitários (PAPACHARISSI, 2015). Já as performances visuais e corporais como danças e *trends* inscrevem-se em rotinas reconhecíveis de produção de sentido, nas quais a estética deixa de ser apenas aparência e passa a operar como forma de performar modos de ser no mundo digital (ROCAMORA, 2022). Mais do que estratégias instrumentais isoladas, essas práticas configuram formas cotidianas de negociação com os regimes de visibilidade do TikTok, reafirmando mais uma vez como identidade, estética e reconhecimento se produzem de maneira relacional, situada e historicamente atravessada pelas lógicas das mídias digitais (FAIRCLOUGH, 2001).

Contudo, a estética que opera como vetor de reconhecimento e pertencimento também se articula a dinâmicas de regulação. No âmbito da categoria Discursos de Regulação, as subcategorias de Regulação Identitária e de Regulação Estética apresentaram, respectivamente, 19 e 10 referências discursivas codificadas, demonstrando que os mesmos recursos estéticos que afirmam identidades também podem participar da normatização dos modos legítimos de aparecer e de ser reconhecida no TikTok.

Os discursos codificados nestas subcategorias demonstram como o reconhecimento das identidades trans e travestis no TikTok é atravessado por normas que delimitam quais formas de existir, desejar e aparecer são socialmente legitimadas. Nas discursividades, a identidade não se apresenta apenas como autoafirmação, mas como campo de negociação permanente com expectativas normativas de gênero e feminilidade. Abaixo, foram selecionados quatro vídeos codificados em ambas subcategorias:

Vídeo 2: *[escrito na tela] Eu nem te queria, mas só peguei pq tu falou que nunca ficaria com uma mina trans ksksksk | Hashtag anexada ao vídeo: #passável*

Vídeo 33: *[áudio do vídeo] Tá doida, amiga? Se os homens olham um travesti desse e olham nós, é lógico que eles vão querer o travesti. Ele tá melhor do que nós dez mil vezes. É nós que tá parecendo que é um travesti.*

Vídeo 38: *[escrito na tela] quando as pessoas descobrem que existem travestis bonitas.*

Vídeo 46: *[pergunta enviada no TikTok em formato de comentário]: "pelo menos eu sou mulher de verdade" Amiga de você olha pra mim e vê um homem, acho que você precisa se tratar.*

No vídeo 2, a regulação identitária e estética se expressa de forma condensada na articulação entre a noção de passabilidade e desejo. O texto “*eu nem te queria, mas só peguei porque tu falou que nunca ficaria com uma menina trans*”, acompanhado da hashtag “*passável*”, produz uma hierarquização interna entre corpos trans, na qual o reconhecimento e a desejabilidade são condicionados à possibilidade de leitura social como mulher cisgênero. Conforme discute Silva (2023), a passabilidade refere-se justamente à capacidade de uma pessoa trans ser percebida como cisgênero, operando historicamente como um ideal normativo que regula quem pode ser legitimado enquanto sujeito de desejo. No discurso do vídeo analisado, o desejo não aparece como escolha autônoma, mas como reação à quebra de uma expectativa negativa previamente associada às mulheres trans.

No vídeo 33, a regulação identitária e estética se manifesta a partir do uso de um áudio viral, disseminado no TikTok, cuja autoria não é identificável, mas que circula como *trend* associada a um registro humorístico. No áudio, há uma comparação entre mulheres cisgênero e travestis, sugerindo que a atratividade das travestis confundiria os olhares e deslocaria parâmetros convencionais de feminilidade. Na imagem do vídeo, duas travestis aparecem em cena apenas exibindo seus corpos, cabelos, roupas e poses corporais, enquanto o áudio opera como camada discursiva externa que organiza os sentidos atribuídos àquelas imagens.

O texto do áudio “*se os homens olham um travesti desse e olham nós, é lógico que eles vão querer o travesti*”⁵⁵ estabelece uma lógica competitiva na qual a travesti aparece como parâmetro de avaliação estética, ao mesmo tempo em que é reinscrita como exceção. A comparação não opera apenas no nível da aparência, mas articula desejo, valor e legitimidade, deslocando o reconhecimento para um campo de rivalidade que reforça normas de feminilidade. Ao afirmar que “*é nós que tá parecendo que é um travesti*”, o discurso tensiona fronteiras entre cisgeneridade e travestilidade, mas o faz a partir de um enquadramento que reafirma a feminilidade como algo a ser provado, medido e validado pelo olhar masculino. Nesse sentido, a estética funciona como dispositivo regulador que organiza hierarquias de gênero e desejo, ao mesmo tempo em que expõe a instabilidade dessas fronteiras.

Já nos vídeos 38 e 46, a regulação assume uma forma mais direta, operando pela negação e disputa explícita da legitimidade identitária. No vídeo 38, o texto “*quando as pessoas descobrem que existem travestis bonitas*” revela o caráter excepcional atribuído à

⁵⁵ No áudio mobilizado no vídeo, as travestis são referidas por meio de pronomes e flexões no masculino. Essa marcação não corresponde ao uso adequado nem respeitoso dos pronomes, mas constitui uma reinscrição literal do texto original do áudio, tal como ele circula no TikTok. A manutenção dessa forma no *corpus* analítico visa preservar o funcionamento discursivo do material, e não endossar o uso incorreto ou violento da linguagem.

beleza travesti, produzindo reconhecimento apenas como surpresa ou desvio da norma. A formulação reforça a ideia de que as travestilidades estão, *a priori*, associadas à ausência de valor estético, tornando a beleza algo que precisa ser constantemente justificado.

No vídeo 46, a regulação identitária manifesta-se, em primeiro lugar, no próprio comentário enviado para a criadora de conteúdo “*pelo menos eu sou mulher de verdade*”, que mobiliza a cisgeneridade como critério exclusivo de legitimidade e transforma a mulher trans como “não mulher”. A resposta da criadora “*amiga, se você olha pra mim e vê um homem, acho que você precisa se tratar*” expõe e a confronta, deslocando o foco para a violência contida no gesto de leitura normativa do corpo. Ainda que a resposta recorra ao vocabulário da aparência (“*ver um homem*”), ela o faz como estratégia de enfrentamento: torna visível a operação regulatória do comentário, ou seja, a tentativa de reduzir a identidade ao olhar cisnormativo e recusa sua autoridade.

A regulação estética e a regulação identitária observadas no *corpus* operam em estreita articulação com dinâmicas algorítmicas que produzem formas específicas de legibilidade e governança da visibilidade no TikTok. Conforme argumenta Cheney-Lippold (2011), as identidades produzidas em ambientes digitais não são simplesmente declaradas pelos sujeitos, mas inferidas a partir de traços comportamentais, padrões de uso e recorrências discursivas, funcionando como categorias probabilísticas e operacionais.

Nesse sentido, a estética, entendida como um conjunto de escolhas visuais, corporais e semióticas reiteradas, passa a desempenhar um papel central na constituição dessas inferências, uma vez que esses gestos, enquadramentos, filtros, *hashtags* e performances repetidas funcionam como traços interpretáveis a partir dos quais gênero, feminilidade, ideais de passabilidade e pertencimento são inferidos no ambiente do TikTok.

Essa lógica evidencia que a estética, ao mesmo tempo em que possibilita reconhecimento, também participa ativamente dos processos de normatização identitária. Ao operar por probabilidade e não por essência (CHENEY-LIPPOLD, 2011), o sistema algorítmico não exige declarações explícitas de identidade, mas responde à repetição de padrões estéticos considerados legíveis. Como resultado, a visibilidade torna-se condicionada à adequação a repertórios visuais e performativos previamente estabilizados, produzindo efeitos materiais sobre quem é visto, como é visto e com que frequência circula.

A regulação estética, portanto, não atua apenas sobre a aparência, mas incide diretamente sobre as possibilidades de reconhecimento identitário, modulando quais corpos e performances se tornam socialmente inteligíveis no TikTok. As *hashtags*, os filtros, os

enquadramentos e as performances alinhadas às lógicas da FYP não garantem visibilidade, mas operam como tentativas contínuas de negociação com um regime de reconhecimento algorítmico que governa o acesso, a circulação e a permanência dos conteúdos. Essa articulação entre regulação estética, regulação identitária e dinâmicas algorítmicas não é limitada ao funcionamento interno da mídia social, mas se inscreve em um plano mais amplo de prática social (FAIRCLOUGH, 2001), no qual os discursos digitais refletem e, simultaneamente, contribuem para a manutenção e a reconfiguração de normas sociais, relações de poder e regimes de visibilidade historicamente e socialmente situados.

Para compreender essa dinâmica, recorro à noção de ordem de discurso proposta por Fairclough (2012), que entende as práticas sociais como produtoras e organizadoras de discursos a partir de formas específicas de diferenciação semiótica. Dentro dessa perspectiva, determinadas maneiras de construir sentido se tornam predominantes em um dado contexto social, enquanto outras permanecem em posições marginalizadas ou alternativas, compondo assim uma estrutura de relações discursivas marcadas por hierarquias e disputas por legitimidade. O autor afirma que:

uma ordem de discurso é uma estruturação social da diferença semiótica [...] um aspecto dessa ordenação é a dominância: algumas maneiras de construir sentido são dominantes ou estão em voga para certas ordens de discurso; outras são marginais, subversivas, alternativas (FAIRCLOUGH, 2012, p. 311).

Assim, as formas pelas quais determinados corpos se tornam mais ou menos legíveis, desejáveis ou reconhecíveis no TikTok não podem ser dissociadas de hierarquias históricas de gênero que antecedem os ambientes digitais, mas que neles se atualizam e se reconfiguram por meio de novas mediações técnicas e estéticas.

Nesse contexto, as hierarquias morais de sexualidade descritas por Rubin (1984) operam também na organização das experiências de gênero, ainda que reconfiguradas pelas dinâmicas algorítmicas de visibilidade. As expressões dissidentes de gênero que se aproximam de repertórios estéticos socialmente legíveis tendem a ocupar posições de maior aceitabilidade simbólica, enquanto aquelas que escapam a esses parâmetros permanecem mais expostas a processos de regulação, vigilância e marginalização.

Dessa forma, os discursos analisados no TikTok explicitam como as fronteiras entre reconhecimento e exclusão não são fixas, mas continuamente negociadas, deslocadas ou reafirmadas, revelando a persistência de regimes normativos que organizam quem pode aparecer, circular e ser reconhecida socialmente.

Ao tensionar as formas pelas quais corpos e performances se tornam mais ou menos legíveis no TikTok, esta seção demonstrou que os processos de regulação estética e identitária operam por meio de hierarquias de visibilidade e aceitabilidade. Esses regimes normativos atravessam também as categorias mobilizadas pelos sujeitos, influenciando os modos como diferentes formas de nomeação e identificação são acionadas, negociadas ou disputadas no interior do *corpus*. É nesse horizonte que se insere, a seguir, a análise da *hashtag* Mulher Trans em uma perspectiva comparativa.

6.1.3 #MulherTrans em perspectiva comparativa

No processo inicial de exploração do campo empírico e nas discussões metodológicas com minha orientadora, a frequência com que o termo identitário “mulher trans” surgia em conteúdos associados à *hashtag* #Travesti motivou a ampliação do recorte analítico, passando a incluir também essa designação na análise. Confesso que, inicialmente, isso me trouxe certa apreensão, mas, conforme fui adentrando nos vídeos codificados em Travesti, passei a perceber o quanto o termo estava presente nas discursividades analisadas.

A análise de #MulherTrans não tem como objetivo alcançar a mesma extensão da análise de #Travesti, nem examinar de forma aprofundada cada uma de suas subcategorias. Trata-se, antes, de um movimento analítico de caráter comparativo, voltado a observar essa *hashtag* em relação aos resultados obtidos na análise de #Travesti, buscando identificar padrões discursivos recorrentes, divergências entre os discursos mobilizados e as subcategorias que se mostram mais ou menos frequentes em cada conjunto. A coleta dos dados de #MulherTrans foi realizada no mesmo dia de #Travesti, 3 de dezembro de 2025 e os procedimentos de organização dos dados foram os mesmos já descritos anteriormente.

A tabela a seguir apresenta o número de referências codificadas nas *hashtags* #Travesti e #MulherTrans, distribuídas pelas categorias e subcategorias analíticas. Esses dados permitem uma visualização comparativa dos padrões discursivos identificados em cada conjunto, contribuindo para a compreensão das convergências e diferenças que atravessam a construção dessas identidades no contexto do TikTok.

Tabela 2 – Número de referências codificadas em #Travesti e #MulherTrans

Categorias e Subcategorias	#Travesti	#MulherTrans
Discursos de Reconhecimento	100	77
Estética	24	9
Identidade	89	62
Linguagem	18	1
Raça	0	2
Sexualidade	2	11
Discursos de Pertencimento	26	29
Classe	1	6
Comunidade	11	15
Práticas educativas	7	9
Trabalho	15	7
Discursos de Regulação	86	74
Estratégias de visibilidade	65	43
Regulação estética	10	8
Regulação identitária	19	29

Fonte: Elaboração própria.

O primeiro aspecto que se sobressaiu no material analisado foi a predominância da categoria de reconhecimento identitário. Os dados indicaram que, tanto em #*Travesti* quanto em #*MulherTrans*, esses discursos concentraram o maior número de referências codificadas, com 100 ocorrências na primeira *hashtag* e 77 na segunda. Esse predomínio manifesta-se, sobretudo, na subcategoria de Identidade (89 em #*Travesti* e 62 em #*MulherTrans*), que reúne discursos voltados à afirmação de si, à explicitação das próprias experiências e à negociação dos sentidos atribuídos ao gênero.

Nesses espaços discursivos, a construção identitária não se apresenta como um dado estável, mas como um processo permanentemente enunciado, justificado e reafirmado diante contextos sociais que são marcados por expectativas normativas. Assim, tanto travestis quanto mulheres trans mobilizam estratégias discursivas orientadas à legitimação social de suas existências e trajetórias.

Isto aponta que, nos discursos em circulação nas duas *hashtags*, há um esforço constante de afirmar quem se é, explicar a própria identidade, legitimar a existência e disputar sentidos sobre gênero. Como explicitam os exemplos abaixo:

Exemplo codificado em #Travesti: “Não é porque eu sou travesti que eu não posso andar de dia, né, gente? [...] Não é porque eu sou travesti que eu vou te agredir [...] Não é porque eu sou travesti que eu ando vulgar...”

Exemplo codificado em #MulherTrans: “*Eu sempre deixo explícito que eu sou uma menina trans [...] porque se ele for gostar de mim, ele vai gostar de mim pelo que eu sou*”[...]

Em *#Travesti*, os discursos identitários frequentemente se organizam a partir da negação de estigmas e da contestação de representações socialmente cristalizadas, como se observa em textos que articulam repetidamente a afirmação “*eu sou travesti*” à recusa de associações com violência, vulgaridade ou criminalidade. Já em *#MulherTrans*, a construção identitária tende a se materializar por meio de narrativas autobiográficas centradas na trajetória de transição, das experiências vividas e na busca por reconhecimento, mobilizando relatos sobre processos de autoaceitação, relações afetivas e hormonização, por exemplo. Em ambos os casos, a identidade é produzida como objeto de enunciação constante, ainda que por meio de estratégias discursivas distintas.

No que se refere aos Discursos de Pertencimento, observa-se um número mais reduzido de referências tanto em *#Travesti* (26) quanto em *#MulherTrans* (29), especialmente quando comparado às categorias de Reconhecimento e Regulação. Esses resultados sugerem que, embora as experiências de vínculo, identificação coletiva e construção de laços comunitários estejam presentes nos discursos das duas *hashtags*, elas não constituem o eixo predominante das produções analisadas.

Nos discursos em circulação, a afirmação da identidade, a explicitação das próprias trajetórias e a negociação de legitimidade social tendem a ocupar um lugar prioritário, antecedendo a consolidação de sentidos mais estáveis de pertencimento. Desse modo, as interações observadas sugerem que a constituição de vínculos coletivos se desenvolve em um contexto marcado, antes, pela necessidade recorrente de existir publicamente, explicar-se e reivindicar reconhecimento em um ambiente atravessado por práticas de deslegitimação e vigilância.

Pesquisas sobre mídias sociais mostram que a autoexpressão de sujeitos LGBTQIAP+ (TALBOT *et al.*, 2021; CHARMARAMAN, HODES E RICHER, 2021; JENZEN, 2017). frequentemente se organiza em torno da produção de modos de aparecer, narrar-se e circular em públicos em rede, articulando apresentação de si, gestão de visibilidade e formação de comunidade. Nesses contextos, publicar sobre si envolve tanto afirmar e negociar a identidade diante de audiências diversas (que podem incluir pessoas dissidentes de gênero e sexualidade,

mas que, em muitos casos, permanecem atravessadas por referenciais cisheterosnormativos) quanto disputar condições de reconhecimento e pertencimento no ambiente digital.

A autoexpressão e a gestão da visibilidade não se limitam à afirmação abstrata da identidade, mas se materializam em esferas concretas da vida social, como o trabalho. No processo de construção identitária, o trabalho emerge como uma das dimensões por meio das quais pertencimento, reconhecimento e inserção social são negociados nos discursos analisados. Ao mobilizar experiências profissionais, rotinas laborais e estratégias de subsistência, as criadoras de conteúdo não apenas narram trajetórias individuais, mas também situam seus corpos e identidades em hierarquias sociais mais amplas.

Nos materiais associados à #Travesti, o trabalho aparece com maior recorrência, totalizando 15 referências, e é frequentemente articulado a experiências de informalidade e, sobretudo, ao trabalho sexual, que emerge como dimensão organizadora das trajetórias narradas, como já apontado anteriormente. Em diversos vídeos, o exercício do trabalho é apresentado em conexão direta com estratégias de sobrevivência, rotina cotidiana do trabalho sexual, sendo narrado de forma direta e compartilhada, como se observa no discurso já analisado: *“Oi minha gente, estou aqui, cheguei aqui na esquina... tentando ver se eu ganho alguma coisa... fiz um programinha [...]”* (Vídeo 13 codificado em #Travesti). Nesse caso, a experiência laboral é apresentada como parte do cotidiano, articulando vivência pessoal, circulação na rua e troca de informações com outras travestis

Além disso, as referências discursivas indicam que o trabalho é frequentemente atravessado por disputas identitárias e por experiências de transfobia como em um episódio em que uma criadora de conteúdo grava um momento em que é ofendida por uma cliente no supermercado em que trabalha e rebate *“tô aqui fazendo a minha parte, o meu trabalho”* (Vídeo 21 codificado em #Travesti), enquanto é reiteradamente deslegitimada pela cliente que insiste em tratá-la com pronomes masculinos. Nesses cenários, o trabalho torna-se também um espaço de negociação permanente de reconhecimento de gênero, evidenciando como a inserção profissional de travestis é atravessada por regimes de vigilância, estigmatização e violência cotidiana.

Paralelamente, observa-se a presença de discursos que tensionam o estereótipo da travesti vinculada exclusivamente ao trabalho sexual, como no trecho em que a criadora de conteúdo afirma que quer *“mostrar que mulher transexual, travesti, não é só na rua, não é só fazendo pg”* (Vídeo 12 codificado em #Travesti), enquanto relata sua trajetória na universidade e no mercado de trabalho. Um movimento que indica uma tentativa de

reconfigurar socialmente os sentidos associados ao trabalho, articulando escolarização, qualificação e mobilidade social como formas de ruptura com trajetórias impostas socialmente.

Já nos vídeos vinculados à #MulherTrans, o trabalho aparece em menor número, com 7 referências discursivas, e é predominantemente associado ao emprego formal, à inserção institucional e à experiência do trabalho assalariado. A recorrência da categoria “CLT” funciona como marcador simbólico de estabilidade, respeitabilidade e pertencimento social, na medida em que o modelo de trabalho formal passa a ser tematizado como conteúdo, transformando-se em formato de vídeo, como em “*um dia de uma mulher trans CLT*” (Vídeo 50 codificado em #MulherTrans), no qual a rotina de trabalho da criadora de conteúdo em uma farmácia é apresentada como uma experiência digna de registro em vídeo.

Nesses discursos, o trabalho é apresentado como parte de uma rotina organizada, previsível e institucionalizada, marcada por horários, uniformes, funções específicas e relações formais, como no relato detalhado da criadora de conteúdo do vídeo 50 codificado em #MulherTrans em que apresenta sua rotina de trabalho em uma farmácia, descrevendo como funcionam suas tarefas, seu momento de intervalo e procedimentos administrativos no seu ambiente de trabalho.

Esse tipo de narrativa, que poderia ser interpretada como banal em outros contextos, adquire relevância quando situada no cenário brasileiro, em que apenas cerca de 25% das mulheres trans e travestis possuem vínculo formal de trabalho (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, 2025). Diante disso, a transformação da experiência do emprego CLT em conteúdo e formato de vídeo pode ser compreendida como uma forma de valorização simbólica de uma conquista social restrita a uma parcela minoritária dessa população, funcionando simultaneamente como afirmação de pertencimento, estratégia de legitimação e visibilização de trajetórias historicamente marcadas por barreiras estruturais de acesso ao mercado formal.

Ainda assim, mesmo nesses contextos, a inserção profissional permanece atravessada por tensões identitárias, especialmente relacionadas à disforia e ao medo da exposição, como no trecho do vídeo 49 codificado em #MulherTrans, em que a criadora de conteúdo escreve na tela: “*você é uma trans CLT e tem disforia no trabalho sempre*”. Isso indica que, embora o trabalho formal funcione como dispositivo de legitimação social, ele não elimina os efeitos da regulação de gênero no cotidiano laboral.

De forma comparativa, os dados sugerem que, em #Travesti, o trabalho tende a ser discursivamente construído como espaço de sobrevivência, instabilidade e enfrentamento direto da marginalização, frequentemente associado à informalidade. Já em #MulherTrans, o trabalho é majoritariamente articulado à formalização, à inserção institucional e à busca por reconhecimento por meio do emprego assalariado, funcionando como marcador de pertencimento de classe e respeitabilidade social.

Outro aspecto relevante diz respeito ao fato de que, nos materiais associados à #MulherTrans, os Discursos de Pertencimento aparecem com menor recorrência, enquanto se observa, por outro lado, a intensificação de processos de regulação identitária, que passam a ocupar um lugar mais destacado nos vídeos codificados. A #MulherTrans aparece com 29 referências discursivas codificadas, em contraste com as 19 registradas em #Travesti, indicando uma presença mais intensa de discursos voltados à adequação a padrões de feminilidade, à busca pelo ideal da passabilidade e à validação de gênero..

Nestes discursos, a identidade é atravessada por preocupações relacionadas à aparência, à corporalidade, à hormonização e ao reconhecimento externo. Esses processos não operam apenas no plano individual, mas se articulam a regimes de controle e hierarquização de corpos, que passam a orientar expectativas, práticas e modos de autoavaliação. Essa dinâmica pode ser observada de forma particularmente explícita no texto transcrito do vídeo a seguir, no qual a própria criadora reflete sobre a relação entre feminilização corporal, passabilidade e proteção social:

Vídeo 9 codificado em #MulherTrans: *Hoje eu vou falar pra vocês sobre como é ser uma mulher trans passável. [...] no começo da transição, eu falava: ‘quando eu tiver meu silicone, quando eu tiver os meus hormônios [...] nunca mais transfobia’. [...] A passabilidade só te protege da transfobia até a segunda página. Depois... quando descobrem que você é trans, as coisas podem ficar as mesmas [...] Acho que, principalmente, não colocar essa expectativa que tudo vai mudar, porque você sempre vai ser uma mulher trans [...]*

No vídeo acima, a criadora de conteúdo organiza sua narrativa a partir da noção de passabilidade como horizonte inicial de reconhecimento, ao afirmar que falará “sobre como é ser uma mulher trans passável” e ao relatar a expectativa de que, após a hormonização e o silicone, a transfobia deixaria de operar em sua experiência. Sob essa ótica, o discurso revela a incorporação de um ideal normativo de feminilidade, no qual a adequação corporal é

concebida como condição para a legibilidade social e para a redução da violência. Assim, a busca por esse ideal de passabilidade atua como um dispositivo de regulação condicionado o acesso à legitimidade social, funcionando como um mecanismo de triagem simbólica entre corpos considerados aceitáveis e inaceitáveis no interior da ordem cisnormativa (SILVA, 2023).

No entanto, ao afirmar que “*a passabilidade só te protege da transfobia até a segunda página*”, a criadora de conteúdo desloca esse horizonte normativo, evidenciando os limites da assimilação como estratégia de sobrevivência social. A promessa de segurança vinculada à conformação estética e corporal é, assim, relativizada diante da permanência das hierarquias de gênero e dos mecanismos estruturais de deslegitimação.

Neste movimento, o discurso deixa de operar apenas como reprodução das normas e passa a incorporar uma dimensão reflexiva, na qual a própria lógica da passabilidade é problematizada a partir da experiência vivida, em diálogo com aquilo que Rubin (1984) descreve como a organização hierárquica das sexualidades e dos corpos (reflexões que, neste trabalho, são mobilizadas também para pensar as dinâmicas de gênero), as quais distribuem valor, legitimidade e reconhecimento de forma desigual. A crítica enunciada no discurso do vídeo evidencia, assim, a consciência dos limites impostos por esses sistemas classificatórios, nos quais a adequação às normas não garante pertencimento nem proteção duradoura.

Essa leitura comparativa dos discursos associados às *hashtags* Travesti e Mulher Trans indica que, embora ambos os conjuntos de dados compartilhem a centralidade dos discursos de reconhecimento e a necessidade recorrente de legitimação social, eles se organizam a partir de ênfases distintas na construção das experiências narradas. Em #MulherTrans, observa-se maior concentração de discursividades centradas na corporalidade, na transição e no ideal de passabilidade, bem como na negociação da identidade em arenas relacionais, como família, trabalho formal e vínculos afetivos. Esses discursos tendem a articular reconhecimento, pertencimento e respeitabilidade por meio da conformação a parâmetros normativos de feminilidade e legibilidade social.

Já em #Travesti, os materiais analisados mobilizam com maior frequência dimensões relacionadas à sobrevivência material, à circulação na rua, ao trabalho informal e à exposição cotidiana a contextos de vulnerabilidade, produzindo narrativas atravessadas por disputas por reconhecimento e por estratégias de resistência simbólica. Nesses casos, a identidade é frequentemente construída em confronto direto com estigmas históricos e formas estruturais de exclusão.

Desse modo, os discursos sugerem que as duas *hashtags* operam como espaços de produção identitária atravessados por regimes distintos de reconhecimento e regulação. Enquanto em #MulherTrans predomina um movimento em direção à estabilização identitária por meio da adequação normativa, em #Travesti a identidade tende a ser mobilizada em contextos de maior instabilidade social e simbólica, nos quais a visibilidade é continuamente negociada.

Tal diferenciação não implica uma hierarquização entre essas experiências, de forma alguma, mas evidencia como diferentes posicionamentos discursivos são produzidos em diálogo com condições materiais, sociais, históricas e políticas específicas, contribuindo para a compreensão das múltiplas formas pelas quais as dissidências de gênero se tornam inteligíveis no ambiente digital.

Concluída a análise de #Travesti e #MulherTrans, reconhecendo que os recortes aqui mobilizados não esgotam a complexidade das discursividades em circulação, a seção seguinte dedica-se à análise dos discursos associados à *hashtag* Não Binária.

6.2 RECONHECIMENTO, PERTENCIMENTO E REGULAÇÃO EM #NÃOBINÁRIE

“*Minha identidade de gênero não foi criada no Twitter*” é o título de um texto publicado na plataforma Medium⁵⁶ que tive a oportunidade de revisar e acompanhar quando atuava como coordenadora de comunicação em um negócio social voltado a pessoas artistas e empreendedoras LGBTI+. No relato, a pessoa autora descreve uma conversa em um servidor do Discord⁵⁷, na qual, ao ser questionada sobre seu gênero, afirmava se identificar como gênero fluido. Após uma explicação da identidade, que no texto é enquadrada como parte da não-binariedade, um dos interlocutores da conversa deslegitima essa experiência ao classificar a identidade como “*um daqueles gêneros de Twitter*”, associando a não-binariedade à ideia de uma identidade criada e difundida exclusivamente nas mídias sociais.

A formulação, à primeira vista despreziosa, condensa uma percepção recorrente nos discursos sobre a não-binariedade: a de que se trata de uma identidade artificial, produzida e legitimada exclusivamente pelas mídias sociais. A escolha de incluir Não Binária nesta pesquisa reflete não apenas sua relevância e complexidade na contemporaneidade, mas também seu caráter distinto em relação a outras identidades dissidentes de gênero mais

⁵⁶ O texto pode ser lido em: <https://medium.com/vale-jo/minha-identidade-de-g%C3%AAnero-n%C3%A3o-foi-criada-no-twitter-1a61df645f93>. Acesso em: 12 fev. 2026.

⁵⁷ Discord é uma plataforma digital de comunicação que permite criar servidores com canais de texto, voz e vídeo para interação em comunidades online.

consolidadas. Diferentemente de Travesti, por exemplo, que possui uma trajetória política e social mais consolidada, como já abordado, Não Binária encontra-se em processo de construção no Brasil. Trata-se de uma categoria identitária que está sendo articulada enquanto movimento social, ganhando visibilidade e força política apenas recentemente. Este processo de consolidação, ainda em desenvolvimento, torna Não Binária uma arena rica para observar práticas de mobilização, resistência e a criação de novos espaços discursivos, reafirmando sua importância enquanto objeto de estudo nesta pesquisa.

A escolha pela grafia “Não Binária”, com a vogal “e” no final, destaca o caráter situado dessa identidade no contexto brasileiro. Embora a construção identitária não binária exista em diversos países, é no Brasil que ela assume uma formulação linguística particular, como resposta à estrutura binária da língua portuguesa, que exige constantemente a marcação de gênero gramatical. Ao contrário do inglês, idioma em que o termo *non-binary* não enfrenta os mesmos obstáculos estruturais, em português o reconhecimento de uma identidade para além da lógica binária envolve não apenas disputas políticas e sociais, mas também intervenções na própria linguagem.

Neste processo de tradução do global para o local, a identidade não binária foi se estabelecendo como uma forma de resistência à normatividade de gênero, representando pessoas que não se sentem completamente alinhadas com as categorias tradicionais de gênero. Conforme Braidotti (2002, p. 10), ao mobilizar a noção de nomadismo para pensar gênero, propõe uma posição que recusa a fixidez identitária, favorecendo uma compreensão situada e culturalmente diferenciada do sujeito.

O sujeito nômade, segundo a autora, rejeita a assimilação em formas dominantes de autorrepresentação, privilegiando transições e passagens que não se orientam por destinos ou identidades pré-determinadas. De maneira semelhante, a não-binariedade descreve experiências que escapam ao espectro binário de gênero, incluindo aquelas que não se reconhecem em nenhuma categoria de gênero, que se posicionam à margem desse sistema ou que o transcendem.

Nessa direção, como argumenta Butler (2008), identidades que não são plenamente absorvidas pela matriz cultural tornam-se subversivas, configurando-se como formas móveis e transitórias de resistência que atravessam os sujeitos e produzem deslocamentos. A emergência e circulação do termo na década de 2010 podem, assim, ser compreendidas como parte de uma nova elaboração sobre identidade de gênero, menos marcada pelos estigmas associados a denominações anteriores, como *queer*.

À medida que determinadas dissidências de gênero e sexualidade, após longos percursos de luta e reivindicação, passam por processos de domesticação pela norma⁵⁸, sendo parcialmente absorvidas por discursos institucionais e regimes de legitimidade, outras configurações identitárias emergentes preservam um potencial mais desestabilizador justamente por ainda se encontrarem em fase de consolidação. Essa condição, contudo, não representa apenas abertura e possibilidade, mas também implica desafios significativos, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento e ao pertencimento social. É nesse tensionamento entre fluidez e demanda por legitimidade que a construção identitária Não Binária se insere, configurando-se como um campo analítico fértil. É a partir desse enquadramento e dessas reflexões, que dou início a análise da *hashtag* Não Binária no TikTok.

A coleta de dados de #NãoBinária foi realizada em 4 de dezembro de 2025. Além dela, também foram incluídas na coleta as *hashtags*: #NãoBinária e #NãoBinário. Essa decisão metodológica fundamenta-se na existência de diferentes grafias associadas à mesma identidade, as quais podem acionar sentidos distintos no interior da mídia social. O objetivo foi, portanto, analisar de que modo os sentidos discursivos mobilizados a partir desses termos identitários se articulam, se sobrepõem ou se diferenciam.

O processo de coleta e organização do *corpus* seguiu os mesmos procedimentos adotados nas análises das *hashtags* #Travesti e #MulherTrans, já detalhados nos procedimentos metodológicos e na seção 6.3. Deste modo, mantém-se a coerência metodológica entre as etapas da investigação, assegurando a comparabilidade dos resultados obtidos. A tabela a seguir, elaborada a partir das codificações realizadas no *software* NVivo, apresenta os resultados referentes à *hashtag* #NãoBinária, os quais constituem o ponto de partida para a análise desenvolvida nesta seção.

⁵⁸ Gostaria de registrar que a reflexão acerca dos processos de domesticação pela norma em relação às identidades LGBTQIAP+ foi inspirada nas discussões conduzidas pelo Prof. Dr. André Iribure Rodrigues e pelo Prof. Dr. Fernando Seffner durante uma aula da disciplina “*Gênero, sexualidade e população LGBTI+ na intersecção Educação e Comunicação: objetos de estudo e desafios teórico-metodológicos*”, ministrada no PPGCOM/UFRGS no primeiro semestre de 2025. Na ocasião, os professores problematizaram as disputas internas ao campo LGBTQIAP+, destacando as tensões entre identidades historicamente consolidadas, já atravessadas por processos de institucionalização e reconhecimento e aquelas que emergem como novas formas de dissidência de gênero e sexualidade. Essa reflexão foi particularmente fecunda para o desenvolvimento das análises aqui apresentadas, na medida em que ofereceu ferramentas conceituais para compreender como certos marcadores identitários passam por dinâmicas de normalização e absorção institucional, enquanto outros permanecem em zonas de maior instabilidade, negociação e contestação.

Tabela 3 – Distribuição de categorias e subcategorias de #NãoBinária por número de referências

Categoria analítica	Subcategoria	Número de Referências
Discursos de reconhecimento	–	93
	Estética	12
	Identidade	56
	Linguagem	51
	Raça	0
	Sexualidade	4
	Discursos de pertencimento	–
Discursos de regulação	Classe	5
	Comunidade	12
	Práticas educativas	17
	Trabalho	2
	–	69
Discursos de regulação	Estratégias de visibilidade	39
	Regulação estética	14
	Regulação identitária	26
	–	69

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados das codificações evidenciam uma predominância dos Discursos de Reconhecimento no *corpus*, os quais emergem como a categoria mais recorrente, somando 93 referências (similar ao que aconteceu em #Travesti e #MulherTrans). Na sequência, aparecem os Discursos de Regulação, com 69 referências, e os Discursos de Pertencimento, com 31. No âmbito dos Discursos de Reconhecimento, destaca-se a incidência das subcategorias de Identidade, com 56 referências, e de Linguagem, com 51, apontando a maior incidência desses eixos nos discursos analisados.

Inicialmente, dediquei-me à análise dos discursos codificados na subcategoria de Identidade com o objetivo de identificar a recorrência de padrões discursivos. A partir dessa observação e mobilização dos discursos, foi possível reconhecer a prevalência de três padrões principais na subcategoria: 1) autoafirmação identitária associada à nomeação reiterada; 2) didatização e explicação da não-binariedade; e 3) construção da identidade como espaço de disputa por reconhecimento no cotidiano e nas instituições.

O primeiro padrão identificado diz respeito à autoafirmação identitária por meio da repetição performativa da nomeação, especialmente estruturada pela recorrência do texto: “*eu sou*”. Em diversos trechos do *corpus*, a identidade não binária é construída a partir da enunciação repetitiva da autodefinição, por exemplo: “*eu sou uma pessoa trans não binária*”,

operando como um mecanismo discursivo de marcação de existência, no qual dizer é tornar incontestável. Essa repetição também funciona como estratégia de controle do enquadramento, antecipando e neutralizando interpretações externas que tendem a binarizar o sujeito a partir da aparência, do corpo ou da linguagem. Ao mesmo tempo, observa-se que essa forma de autoafirmação articula uma dimensão didática e defensiva, na medida em que explica a identidade enquanto a protege de invalidações recorrentes, configurando-se como uma resposta direta a contextos de deslegitimação social.

Para demonstrar esse padrão selecionei dois vídeos que foram codificados integralmente, ambos construídos a partir da mesma *trend* do TikTok, o que possibilita observar a recorrência e a variação dos sentidos produzidos a partir de um mesmo formato enunciativo.

Vídeo 1: *Eu sou uma pessoa trans não binária e é claro que metade de vocês nem sabe o que é isso. Eu sou uma pessoa trans não binária e é claro que você olha pra mim e acha que eu sou um homem. Eu sou uma pessoa trans não binária e essa cicatriz não quer dizer nada. Eu sou uma pessoa trans não binária e eu me reconheço como agênero, um gênero neutro. E é claro que você talvez nunca tenha conhecido alguém assim. Eu sou uma pessoa trans não binária e a gente não aguenta mais responder pesquisas de faculdade. Eu sou uma pessoa trans não binária e eu não escolhi ser assim, eu nasci assim. Eu sou uma pessoa trans não binária e isso não tem nada a ver com a minha orientação sexual. Eu sou uma pessoa trans não binária e não é porque você me vê no masculino que eu quero tirar “aquilo dali”. Eu sou uma pessoa trans não binária e não sou um homem trans. Eu sou uma pessoa trans não binária e não sou uma mulher trans. Eu sou uma pessoa trans não binária agênero. Isso quer dizer neutro. Você entendeu?*

Vídeo 25: *Eu sou uma pessoa não binária e é claro que as pessoas não se contentam em me ver como pessoa. Elas sempre ficam procurando peito ou barba, alguma coisa pra me ver como “ele” ou “ela”. Prazer, Elu. Eu sou uma pessoa não binária e é claro que eu já ouvi aquela piada idiota, é menino ou menina? Eu sou uma pessoa não binária e é claro que quando eu vou usar o banheiro público, as pessoas agem como se eu não soubesse ver a placa ou como se eu não soubesse ler. “Moça, mas esse banheiro é o masculino”, “moço, esse banheiro aí é o feminino” e é claro que eu sempre vou usar o banheiro feminino porque é onde eu corro menos risco de sofrer algum tipo de violência. Eu sou uma pessoa não binária*

e é claro que o meu amigo sempre vai corrigir alguém que erra o meu pronome. Detalhe, ele erra também. Eu sou uma pessoa não binária e é claro que eu não sinto abertura para conversar sobre isso com pessoas que me conhecem desde a infância ou desde a adolescência. Eu sou uma pessoa não binária e é claro que eu já ouvi muita gente caçoando da linguagem neutra. Eu sou uma pessoa não binária e é claro que já desvalidaram minha identidade.

Nos dois vídeos analisados, observa-se um padrão de autoafirmação identitária por repetição performativa, estruturado pela reiteração do texto “*eu sou uma pessoa não binária*” ou “*eu sou uma pessoa trans não binária*”, que organiza toda a progressão discursiva. A repetição funciona como articulador da construção de sentido, conferindo à identidade um caráter de enunciação insistente, na qual dizer reiteradamente é um modo de afirmar existência e legitimidade.

Ambos os vídeos se apropriam de uma *trend* do TikTok que ficou bastante conhecida que utilizava a frase “*e é claro que...*”, originalmente utilizada por pessoas criadoras de conteúdo para relatar situações recorrentes, estereótipos ou expectativas socialmente impostas relacionadas às suas identidades. Para tornar essa explicação mais clara, se eu recorresse a essa *trend* em um vídeo sobre a experiência de fazer doutorado, poderia formular, por exemplo: “*Eu faço doutorado e é claro que me perguntam se isso dá dinheiro*”.

No caso específico desses vídeos, a *trend* é ressignificada por pessoas não binárias para expor experiências cotidianas de leitura compulsoriamente binária, deslocando um formato humorístico ou irônico para um registro de tensionamento e pedagogia identitária. A cada repetição, o discurso antecipa o olhar do outro, como por exemplo: “*você olha pra mim e acha...*” (Vídeo 1), “*as pessoas não se contentam em me ver como pessoa*” (Vídeo 25) e, ao fazê-lo, assume o controle do enquadramento interpretativo, recusando classificações externas baseadas no corpo, na aparência ou na linguagem.

No vídeo 1, a repetição da autodefinição atua principalmente como estratégia de delimitação conceitual, articulando a identidade não binária a sucessivas negações de enquadramentos incorretos: “*não sou um homem trans*”, “*não sou uma mulher trans*”, “*não tem nada a ver com orientação sexual*”. Já no vídeo 25, embora a estrutura seja semelhante, a autoafirmação se entrelaça de modo mais explícito à experiência da violência simbólica e do risco, especialmente em cenas que envolvem o uso de banheiros públicos, a correção de pronomes e o silenciamento em contextos familiares e sociais. Em ambos os casos, a

repetição performativa opera simultaneamente como marcação de existência, mecanismo defensivo e recurso didático, evidenciando como a identidade não binária está sendo discursivamente construída, neste contexto, em resposta direta à sua constante colocação em dúvida.

Para além da repetição performativa da autodefinição, esses discursos podem ser analisados por meio da noção de interdiscursividade, conforme proposta por Fairclough (2001). Nessa perspectiva, a interdiscursividade não é compreendida como uma simples remissão a textos anteriores, mas como o resultado do cruzamento entre diferentes esferas da atividade humana no interior de uma prática discursiva. Segundo o autor, a “interdiscursividade é uma questão de como um tipo de discurso é constituído através de uma combinação de elementos de ordens de discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 152). Ao mobilizar a noção de “ordem do discurso”, inspirado em mobilizações foucaultianas, Fairclough (2001) destaca os modos pelos quais os discursos participam simultaneamente da reprodução e da transformação do sujeito social.

Deste modo, a interdiscursividade pode ser observada na articulação de diferentes ordens de discurso que se entrecruzam na construção da identidade não binária no TikTok. A repetição do “*eu sou*”, assim, não opera apenas como afirmação identitária individual, mas como efeito de uma prática interdiscursiva que responde à leitura compulsoriamente binária do corpo, à exigência recorrente de explicação e à demanda por legitimação social. Nesse sentido, a identidade não binária emerge como resultado de uma prática discursiva constituída na relação com outros discursos, evidenciando, como apontam Irineu, Souza e Garantizado Júnior (2018), que o discurso é sempre atravessado pela alteridade e pelas relações sociodiscursivas que o tornam possível.

O segundo padrão identificado refere-se à didatização e explicação da não-binariedade, na qual a identidade é construída discursivamente como uma categoria que precisa ser definida, explicada e tornada inteligível. Este padrão apresenta forte articulação com a subcategoria de Práticas Educativas; inclusive, os vídeos listados abaixo também foram codificados nesta subcategoria. Em um conjunto expressivo de vídeos, os textos assumem um caráter quase pedagógico, frequentemente organizados a partir de perguntas explícitas como “*o que é uma pessoa não binária?*” ou de estruturas explicativas que simulam uma aula introdutória sobre o tema. Como demonstram os discursos codificados nos vídeos 8 e 13:

Vídeo 8: *O que é uma pessoa não binária? Talvez você tenha dificuldade de entender isso porque você cresceu num mundo binário. Que é feminino e masculino. 8 ou 80. Preto ou branco. 0 ou 1. Mas entre o 0 e 1 tem vários números. Entre o preto e branco tem tons de cinza. Entre o quente e o frio tem várias temperaturas. E entre o masculino e o feminino tem várias coisas. Tem vários outros gêneros. [...]*

Vídeo 13: *Não-binariedade é o quê? É uma pessoa que não se entende nem com homem, nem com mulher, exclusivamente. Porque é um termo guarda-chuva. O que é o termo guarda-chuva? Tem várias maneiras de ser uma pessoa não-binária. Até porque não tem um jeito só, porque isso daí já seria um binarismo. [...]*

Nestes casos, a não-binariedade é apresentada como um termo guarda-chuva, que abarca uma multiplicidade de experiências e posições identitárias, tais como “agênero”, “bigênero” e “gênero fluido”, entre outras, enfatizando a impossibilidade de reduzi-la a uma definição única ou fixa. Uma formulação que dialoga com a compreensão de identidade proposta por Hall (2006), para quem a identidade não se constitui como uma unidade plenamente coerente, estável e definitiva, mas como um processo marcado pela multiplicidade de posições possíveis e por identificações contingentes, que se atualizam de maneira situada e, muitas vezes, provisória.

Esse movimento didático se materializa por meio da enumeração de identidades, do uso recorrente de metáforas explicativas como escalas, gradientes ou categorias intermediárias, como observado nos vídeos 8 e 13. A identidade, nesse padrão, deixa de aparecer apenas como vivência subjetiva e passa a ser formulada como conhecimento a ser compartilhado, mobilizando um vocabulário centrado em verbos como “explicar”, “entender”, “aprender” e “validar”. Trata-se, portanto, de uma forma de responder à ausência de repertório social sobre a não-binariedade, ao mesmo tempo em que posiciona as pessoas não binárias como produtoras de saber sobre suas próprias identidades.

Por fim, o terceiro padrão identificado diz respeito à construção da identidade como um espaço de disputa por reconhecimento no cotidiano e nas instituições. Nesse conjunto de discursos, a identidade não binária deixa de aparecer apenas como autodefinição ou objeto de explicação e passa a ser formulada a partir de situações específicas de deslegitimação e de exigência contínua de validação, que se manifestam em outras sociabilidades. As cenas mobilizadas pelos vídeos abaixo envolvem, de forma reiterada, o uso de pronomes incorretos,

a insistência no nome morto (nome que não corresponde à identidade de gênero que a pessoa adotou), a ausência de reconhecimento em documentos e formulários, bem como a organização binária de espaços institucionais como banheiros, filas e vestiários, expondo pessoas não binárias a constrangimentos e riscos.

Vídeo 5: [...] *Eu não podia deixar de pontuar que o que eu acho mais difícil na trajetória de um não binário é se entender, se encontrar e se aceitar. Arelado a isso, nós temos outras questões, aí a gente pega a questão social mesmo, do uso dos pronomes incorretos. Eu, particularmente, não tenho preferência por uso de pronome, pra mim você pode usar o ele, dele, o elu, delu e o ela, dela, eu utilizo super bem, mas existe a implicância social de forçar o uso do pronome feminino comigo, fazendo alusão como se o gênero feminino fosse o único correto na minha composição. E ainda nesse quesito, temos a questão do nome social. Me perguntam muito qual era o meu nome morto, me chamam pelo nome morto, mesmo sinalizando que eu não me identifico mais com aquele nome e isso me causa muito desconforto porque não é a forma como eu me reconheço não é a forma como eu escolhi viver não é a forma como me identifico e mesmo assim temos essa insistência a falta de reconhecimento na questão de documentação na questão de formulários de inscrição até mesmo agora temos a conquista né das escolas e faculdades estarem com essa leveza e essa preocupação com o nome social e como a pessoa se identifica na questão de gênero, mas ainda são pequenos passos em todo local, em todos os estados, em todas as cidades. Espaços segregados como homem e mulher, e aqui eu vou estar falando de dinâmicas, de roupas, de banheiros, de vestiários (...).*

Vídeo 31: [...] *Eu tinha cabelo curtinho, eu usava roupas tradicionalmente masculinas e eu acabava sofrendo muito por isso na minha escola. Então, eu lembro que, por exemplo, os meninos da minha escola falaram uma vez pra minha amiga que não gostavam de mim porque eu parecia demais com um menino. Então, quando eu menstruei eu pensei que não valia a pena o custo-benefício, não valia a pena eu ter que lidar com tudo isso, todo esse sofrimento social, pra nem conseguir ter as mudanças corporais que eu desejava, pra impedir as mudanças corporais femininas. Então, a partir daí, a partir de uns 12 anos de idade, eu comecei a tentar ser completamente feminina, esquecer essa ideia e viver minha vida como uma mulher [...].*

Vídeo 40: [...] Oi, meu nome é [nome] e eu sou uma pessoa não binária assumida em todos os meus convívios sociais. Sou assumido pela minha família, sempre fui assumido em escola, hoje em dia sou assumido e tenho o nome retificado na minha faculdade. E eu tô no processo de mudar meu nome judicialmente em todos os meus documentos. E eu posso dizer pela minha vivência que nós, pessoas não binárias, também sofremos transfobia. Pessoas não binárias sofrem transfobia tanto quanto pessoas trans binárias, tanto quanto homens trans e mulheres trans. Não tem lógica em querer segregar. A única diferença é que a gente não binário também sofre transfobia de dentro da própria comunidade trans. Da mesma forma como pessoas trans binárias ou não binárias também sofrem transfobia da própria comunidade LGBT [...]

No vídeo 5, essa disputa aparece de forma explícita na articulação entre experiência subjetiva e regulação social. Após destacar o processo de autoconhecimento como um dos aspectos mais difíceis da trajetória não binária, o discurso desloca o foco para o que é nomeado como “*questão social*”, evidenciando como o reconhecimento da identidade é constantemente tensionado por práticas normativas. A insistência no nome morto, a leitura binária dos pronomes e a dificuldade institucional de reconhecer a não-binariedade podem ser lidas como efeitos da cisnormatividade enquanto norma epistêmica, conforme discutem Vergueiro (2015) e Bagagli (2021). Nesse regime de inteligibilidade, apenas identidades cisgêneras circulam com o “conforto social” de não precisarem se nomear ou se explicar, enquanto pessoas não binárias são continuamente convocadas à validação de si.

A identidade, nesse caso, não é tensionada apenas no plano interpessoal, mas sobretudo nos mecanismos institucionais que organizam a vida social, revelando como a binariedade de gênero está incorporada às rotinas administrativas e burocráticas. A menção aos banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero reforça essa dimensão, indicando que a organização material dos espaços também opera como uma forma de regulação e exclusão.

No vídeo 31, a disputa por reconhecimento se manifesta principalmente no ambiente escolar e nas interações sociais da infância e adolescência. A leitura compulsoriamente binária do corpo e da expressão de gênero produz sanções sociais diretas, como o isolamento, a rejeição e o sofrimento no espaço escolar. A narrativa evidencia como a pressão para se adequar a expectativas normativas de gênero leva à adoção de estratégias de apagamento e conformidade, como a tentativa de performar uma feminilidade esperada.

Neste contexto, a identidade não binária aparece como algo que precisa ser silenciado para garantir a sobrevivência social, o que explicita o custo subjetivo da não conformidade de gênero em instituições que operam a partir de lógicas rigidamente binárias. O ambiente escolar, por exemplo, aparece como um espaço pedagógico de produção de gênero (LOURO, 2019), onde expressões dissidentes de gênero são punidas simbolicamente, algo presente no discurso do vídeo 31. Como aponta Louro (2019), as pedagogias do gênero operam por meio de investimentos articulados que não apenas constroem e reafirmam identidades e práticas hegemônicas, como também subordinam, marginalizam e excluem outras formas de existência e expressão, reforçando, desse modo, o quão normativas são as convenções sociais.

Assim, a identidade não binária é discursivamente produzida como algo que precisa ser negociado e reafirmado a todo momento, não apenas no plano simbólico, mas também no âmbito das rotinas institucionais e das interações cotidianas. O foco desloca-se da definição conceitual da não-binariedade para os efeitos práticos da sua não legitimação, apontando como normas administrativas e linguísticas operam como mecanismos de regulação identitária. Ao narrar experiências ligadas ao uso de banheiros públicos ou à correção constante de pronomes, os discursos contidos nos vídeos materializam a identidade como um campo de disputa atravessado por relações de poder, no qual o reconhecimento (ou sua ausência) produz consequências diretas sobre pertencimento e sobre as possibilidades de circulação social.

Diante desse conjunto de discursos, observa-se que a disputa por reconhecimento da não-binariedade não se encerra nos processos institucionais formais, mas se desdobra de maneira intensa na própria materialidade da linguagem e nas formas como os corpos são tornados visíveis.

É nesse ponto de inflexão entre nomeação, leitura social e expectativa normativa, que se concentram os mecanismos de regulação analisados a seguir, permitindo avançar para uma reflexão mais detalhada sobre o entrecruzamento entre linguagem e regulação identitária.

6.2.1 Linguagem e Regulação Identitária

Em uma conversa com uma amiga, ela relatou uma experiência vivida em um aplicativo de relacionamento. Ao comentar sobre seu trabalho, utilizou a expressão “*todas e todos*” como forma de inclusão na construção da frase. Em resposta, recebeu a seguinte mensagem: “*então tu é da galera do todes?*”, demonstrando como marcas de uma tentativa

de linguagem inclusiva são rapidamente associadas a posicionamentos identitários e políticos, mesmo quando não é o caso.

A análise da identidade Não Binária neste *corpus* aponta para um terreno de disputa que não se limita à definição conceitual da mesma, mas se organiza em torno dos modos pelos quais ela se torna legível, aceitável e/ou passível de correção. A linguagem não binária emerge, assim, como um campo tensionado por disputas de nomeação e significado, atravessado por mecanismos de regulação que operam tanto no plano discursivo quanto no identitário e estético. Tal como propõe Brevilheri (2025), trata-se de um campo inscrito nas dinâmicas da cisnormatividade, no qual a linguagem se torna alvo privilegiado de vigilância e contestação.

Essa disputa também se manifesta na própria forma como a identidade é nomeada, por meio de variações como “Não Binário”, “Não Binária” e “Não Binária”, que diferem apenas na terminação, mas produzem efeitos significativos de sentido. Essas variações não constituem escolhas meramente formais, mas expressam diferentes posicionamentos em relação à linguagem, ao gênero e à possibilidade de neutralização das marcas binárias.

Em especial, o uso de “Não Binária”, que demonstra uma apropriação situada da linguagem, marcada pelo contexto brasileiro e pela adaptação das estratégias de neutralidade às estruturas da língua portuguesa. A nomeação torna-se, assim, parte das disputas por reconhecimento, na medida em que inscreve, no próprio termo identitário, tensões entre normatividade, experimentação linguística e afirmação política. A escolha da forma de nomear-se não apenas descreve a identidade, mas participa ativamente dos processos de regulação, legitimação e contestação que atravessam a experiência não binária.

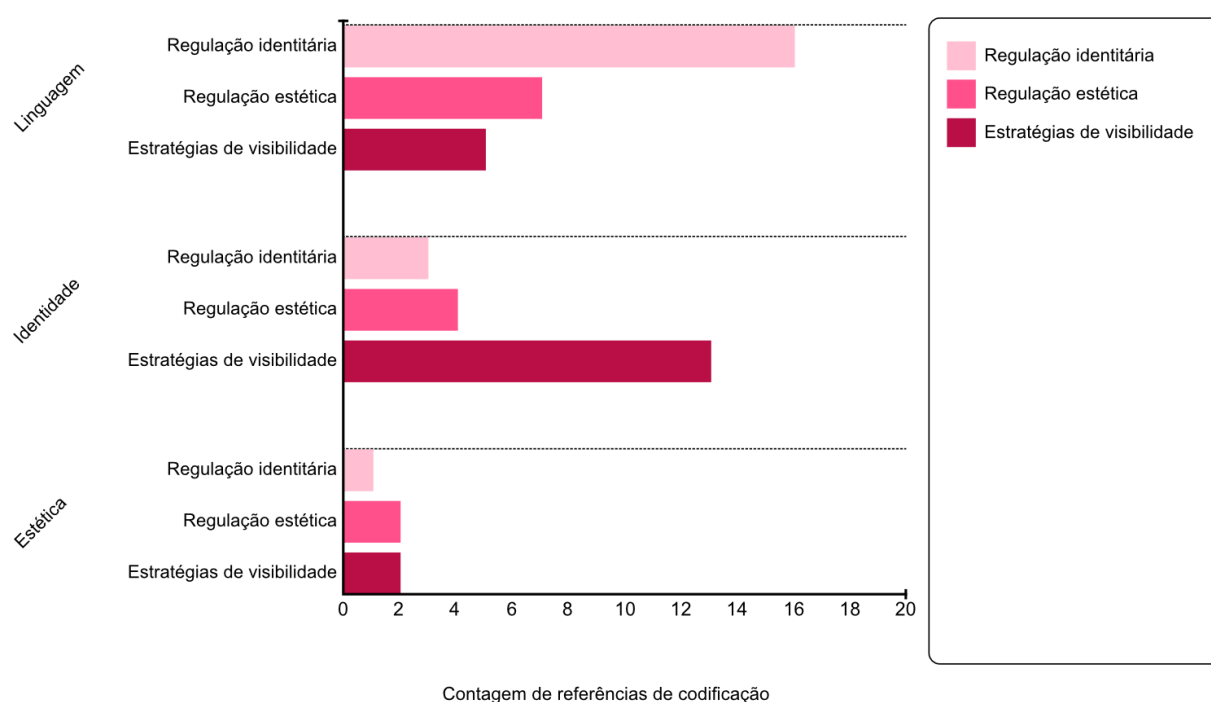
Nesse cenário, as disputas em torno da nomeação não se restringem ao plano lexical, mas produzem efeitos sobre os modos pelos quais os sujeitos são percebidos, interpretados e avaliados socialmente. A regulação identitária (que será aprofundada posteriormente), portanto, não incide apenas sobre o que se diz, mas também sobre como os corpos são apresentados, lidos e reconhecidos, exigindo uma coerência entre nomeação, aparência e expressão de gênero.

Para Fairclough (2001), o uso da linguagem como forma de prática social, de representação e de significação do mundo atua não apenas constituindo, mas também construindo as significações. Para o autor, o discurso participa ativamente de processos de mudança cultural, nos quais identidades sociais e modos de constituição dos sujeitos são redefinidos e reconstituídos em diferentes contextos institucionais.

A partir das codificações dos discursos foi possível observar que a maior concentração de referências discursivas se deu em duas categorias: Discursos de Reconhecimento e Discursos de Regulação. Buscando compreender como as subcategorias desses dois eixos se entrecruzam, utilizei a ferramenta de codificação em matriz disponível no *software* NVivo. Para isso, codifiquei todas as subcategorias de reconhecimento em relação a todas as subcategorias de regulação, buscando identificar os pontos de convergência entre elas.

O gráfico a seguir explicita esse entrecruzamento ao evidenciar como Linguagem, Regulação Identitária e Regulação Estética se articulam nas codificações, indicando que a disputa por reconhecimento da não-binariedade se materializa justamente no ponto em que dizer, parecer e ser reconhecido se tornam indissociáveis.

Gráfico 2 – Matriz de codificação entre Discursos de Reconhecimento e Discursos de Regulação.



Fonte: Elaboração própria através do Nvivo.

Para iniciar a reflexão sobre o entrecruzamento entre Linguagem e Regulação Identitária, tomo como ponto de partida o vídeo 35, que se apresenta como um exemplo elucidativo das disputas em torno da nomeação e do reconhecimento de identidades não binárias. Nele, a linguagem não aparece apenas como meio de comunicação, mas como instrumento de validação ou negação identitária, mobilizado em um contexto institucional e atravessado por assimetrias de poder.

Vídeo 35: - *Eu sou uma pessoa trans, não binária, então eu gostaria que o senhor corrigisse o artigo.*

- *Eu sigo a gramática, então está constando [nome da pessoa], portanto é masculino.*

- *Não, não está constando.*

- *Eu não tenho uma bola de cristal para adivinhar como a pessoa quer ser chamada.*

O vídeo em questão registra um diálogo ocorrido na Câmara Municipal de São Paulo entre o vereador Rubinho Nunes filiado ao Partido União Brasil e uma pessoa não binária, apresentado em formato editado e com forte apelo performático. A interação é acompanhada por efeitos sonoros adicionados ao vídeo no TikTok, como o chamado “corte rápido Tramontina”, utilizado para sugerir que um dos interlocutores teria sido verbalmente derrotado (no caso, a pessoa não binária), além de sons de patas de cavalo acionados nos momentos de fala do vereador. Esses recursos de edição produzem um enquadramento específico da cena, orientando a leitura do público para a construção de uma hierarquia simbólica na interação e reforçando a impressão de que o vereador “saiu vencedor” do embate.

Esse diálogo presente no vídeo 35 se mostra particularmente denso para a análise da regulação identitária, justamente por condensar, de forma implícita, um conflito recorrente observado no *corpus*: a oposição entre a obediência à gramática normativa e a demanda por reconhecimento identitário. O embate sintetizado na tensão entre “*eu sigo a gramática*” e “*corrija o artigo*” revela como a gramática é mobilizada como instância de autoridade capaz de legitimar ou invalidar identidades, operando como critério para o reconhecimento social do sujeito.

Ao operar a partir de uma estrutura binária de gênero, a língua portuguesa impõe limites à inteligibilidade de experiências que escapam à oposição masculino/feminino. É nesse sentido que Sester (2022) aponta que a ausência de recursos linguísticos para expressar identidades que não se alinham de forma regular aos gêneros binários, como as identidades não binárias e agêneras, transforma a gramática normativa em um dispositivo que não apenas descreve a língua, mas regula quem pode ou não ser reconhecido como sujeito legítimo no discurso.

Dessa forma, o uso (ou a recusa) da linguagem não binária⁵⁹ ultrapassa o plano da escolha estilística ou da variação linguística e passa a funcionar como marcador de aceitabilidade social. O reconhecimento da identidade não binária aparece condicionado à adequação a categorias gramaticais binárias, o que demonstra a expectativa de que o gênero do sujeito possa e deva ser deduzido automaticamente a partir da morfologia da língua. A gramática, assim, deixa de ser apenas um sistema descritivo da língua e assume o papel de tecnologia de regulação identitária, definindo os limites do que pode ser nomeado de forma legítima.

A rejeição à linguagem não binária, portanto, não se funda em critérios técnicos ou estruturais da língua, mas em disputas políticas em torno de reconhecimento, pertencimento e inteligibilidade. Ao tensionar a correspondência naturalizada entre gênero gramatical e gênero social, a linguagem não binária desestabiliza um regime de nomeação que pressupõe coerência automática entre corpo, identidade e língua.

É justamente a acusação de uma suposta desestruturação da língua portuguesa que transforma a linguagem não binária em objeto de escárnio e descredibilização no debate público. No caso do vídeo 35, esse funcionamento aparece de forma explícita na própria legenda que acompanha a postagem na conta do vereador: “*Mais uma vez o TODES veio fazer bagunça na Câmara de SP. Só falei o óbvio*”. Ao associar o uso da linguagem não binária à ideia de “bagunça”, o texto reduz de forma caricatural a diversidade de estratégias linguísticas mobilizadas por pessoas não binárias, como se houvesse um único sistema homogêneo baseado no uso da vogal “e” em todas as palavras. Nesse movimento, o termo “*todes*” é acionado não como marcador legítimo de identificação, mas como recurso irônico, funcionando como piada e instrumento de ridicularização.

Essa deslegitimação da identidade não binária passa, assim, pela língua, reforçada por disputas recorrentes em ambientes digitais que tendem a enquadrá-la como um fenômeno restrito ao contexto da internet, por exemplo. Esse enquadramento contribui para a construção

⁵⁹ Opto, neste trabalho, pelo uso do termo linguagem não binária em vez de linguagem neutra. A noção de neutralidade pode produzir o efeito de sentido de uma linguagem desprovida de posicionamento, quando, conforme a perspectiva da Análise de Discurso Crítica, toda prática linguística é socialmente situada e atravessada por relações de poder, ideologia e disputa (FAIRCLOUGH, 2001). As formas de linguagem comumente agrupadas sob o rótulo de “linguagem neutra” operam, na realidade, como discursividades explicitamente políticas, na medida em que confrontam a organização binária de gênero inscrita na língua portuguesa. O termo linguagem não binária, por sua vez, tem sido mais recorrente nas produções científicas sobre o tema e permite explicitar o foco da crítica da binariedade como princípio normativo que estrutura a gramática e regula os regimes de inteligibilidade. Ao adotar essa nomenclatura, assumo que a linguagem não apenas representa o mundo social, mas participa ativamente de sua constituição, funcionando como espaço de disputa e transformação social, em consonância com a compreensão faircloughiana do discurso como prática social.

da identidade não binária como artificial, recente ou pouco consistente, operando como mecanismo discursivo que fragiliza seu reconhecimento social, como também demonstrado nas referências discursivas codificadas e que trago a seguir:

Vídeo 33: *O seu filho já disse "todes" também? [emoji rindo]*

Vídeo 50: *[escrito na tela]: Os psicólogos de hoje em dia | [áudio]: E aí, meus amores? Satisfação, eu sou [nome], eu sou uma psicóloga clínica, que além de ser uma boyceta não binária e poderosíssima, sou uma pessoa aromântica. E tô pra representar as aromânticas no primeiro encontro estadual de psis LGBTQIAPN+, que vai rolar em [cidade] pelo CRP. E é isso, tamo juntas, aguardo todes vocês lá!*

No vídeo 33, esse mesmo funcionamento discursivo observado no vídeo 35 reaparece sob a forma da paródia. A legenda que acompanha o vídeo traz a pergunta “*O seu filho já disse ‘todes’ também?*”, enquanto a cena é construída a partir da encenação de diferentes personagens interpretados pela mesma pessoa criadora de conteúdo. Por meio de alterações de vestimenta, gestualidade e entonação, o vídeo compõe um quadro caricatural como mostra a seguir:

Vídeo 33: - *Alice, pelo amor de Deus, você não tem vergonha de deixar calcinha suja jogada no banheiro, não?*

- *Agora todes nessa casa ficam pegando ela no meu pé.*

- *Quem é todes?*

- *É assim que a gente fala agora, mãe. Não existe mais todos ou todas. É todes, inclusive, tá ligado?*

- *O Dicionário Aurélio foi informado dessa mudança? Porque... procurando aqui, não achei não.*

- *Mãe, é a evolução da linguagem, pra incluir geral, independente do gênero.*

- *O gênero limpeza foi incluído também? É porque o seu quarto tá com tanta camada de sujeira, minha filha, que rato e barata tão te dando bom dia já. Da esquina da nossa casa, a gente sente fedor que sai de lá. [...]*

O recurso à paródia opera, assim, como estratégia discursiva de deslegitimação, na medida em que transforma a linguagem não binária em motivo de humor. Ao deslocar essas questões linguísticas para o campo do risível, o vídeo reforça a associação entre essa forma de expressão e uma suposta artificialidade ou modismo, frequentemente atribuída ao ambiente digital e a gerações mais jovens. Trata-se, portanto, de discursos que, ao mesmo tempo em que divertem, contribuem para a regulação das fronteiras do que pode ser reconhecido como uma identidade socialmente reconhecida.

No vídeo 50, há um funcionamento discursivo distinto daquele identificado nos vídeos explicitamente paródicos, embora seus efeitos de sentido caminhem igualmente na direção da ridicularização. Diferentemente dos casos anteriores, trata-se de um vídeo produzido por uma pessoa que se identifica como Não Binária, originalmente concebido como uma apresentação pessoal e institucional para divulgação de um evento. No entanto, o vídeo extrapolou sua bolha de origem e passou a ser apropriado como material de deboche e piada.

A fala da pessoa criadora mobiliza de forma sistemática marcas linguísticas associadas à linguagem não binária, como o uso da vogal temática “e” em adjetivos e pronomes, bem como formas no plural como “*todes*”. Esse conjunto de escolhas linguísticas corresponde ao que Lau (2018) descreve como práticas recorrentes entre falantes que se identificam como pessoas não binárias, caracterizadas pelo tensionamento da norma culta por meio da reconfiguração morfológica de diferentes classes gramaticais. No entanto, no caso em análise, tais usos passam a ser percebidos como excessivos ou arbitrários (inclusive pela flexão de palavras que não exigiriam marcação de gênero), tornando-se um dos principais motivos para a circulação do vídeo enquanto piada.

Esse processo faz com que alguns usos específicos da linguagem não binária sejam transformados em piada e passem a ser utilizados para deslegitimar não apenas o vídeo em questão, mas a identidade não binária de forma mais ampla. Ao concentrar a atenção no suposto “exagero” da forma linguística, o debate se afasta do reconhecimento identitário e passa a se organizar em torno de julgamentos sobre a língua e, também, sobre identidade. Esse deslocamento fortalece leituras que ridicularizam a identidade não binária e ampliam seus efeitos de deslegitimação no ambiente digital.

Cabe destacar, contudo, que tais usos não são representativos da totalidade das pessoas não binárias nem constituem um sistema linguístico homogêneo ou consensual. Conforme demonstra Brevilheri (2025), a linguagem associada a identidades não binárias é atravessada por uma dimensão polifônica, marcada pela coexistência de diferentes denominações e

estratégias como “neolinguagem”, “linguagem neutra”, “linguagem não binária” e “linguagem inclusiva de gênero”, sem que haja um acordo estabilizado sobre formas de uso. Ainda assim, determinados fragmentos dessas práticas acabam sendo recortados e reiterados como piada, operando como mecanismos discursivos que esvaziam a complexidade do fenômeno e fragilizam o reconhecimento social da identidade não binária.

As dinâmicas analisadas nesta seção mostram que a linguagem não binária se constitui como espaço simultâneo de afirmação, disputa e vulnerabilização identitária. Entre a ridicularização e a produção de sentidos compartilhados, emergem práticas voltadas à explicação, ao cuidado e à construção de vínculos, que passam a ser examinadas na seção seguinte.

6.2.2 Construindo comunidades e pertencimento em #NãoBinárie

A construção da identidade Não Binárie não se dá de forma espontânea nem isolada, mas é atravessada por processos contínuos de aprendizagem, de explicação e de compartilhamento de experiências e vivências. Nesse percurso, as práticas educativas assumem um papel fundamental, não apenas como estratégias de esclarecimento, mas como formas de criação de comunidade e de sustentação coletiva da identidade. Por se tratar de campo ainda em disputa no âmbito social, a não-binariedade demanda a constante circulação de saberes que tornem essas vivências inteligíveis e reconhecíveis, produzindo vínculos entre sujeitos que compartilham referências, vivências, narrativas e linguagem.

Na categoria Discursos de Pertencimento, as subcategorias com maior número de codificações foram, respectivamente, Práticas Educativas, com 17 referências, e Comunidade, com 12 referências codificadas. Como abordado na seção anterior, em #NãoBinárie a linguagem se apresenta como um elemento central para o reconhecimento identitário e, neste ponto, também emerge como um eixo fundamental de pertencimento. Muitas das práticas educativas observadas concentram-se na explicação da identidade não binária, da linguagem não binária e de outros aspectos da construção identitária, contribuindo para a criação de um senso de comunidade.

Essas dinâmicas podem ser observadas em diferentes vídeos do *corpus*, nos quais as práticas educativas se materializam por meio de perguntas, relatos e explicações voltadas à construção e ao compartilhamento de sentidos sobre a identidade.

Vídeo 5: Como é, pra mim, ser uma pessoa não binária?

Vídeo 8: O que é uma pessoa não-binária?

Vídeo 23: Como eu entendi que eu era uma pessoa não binária?

Vídeo 27: [pergunta enviada no TikTok em formato de comentário]: Desculpa perguntar, você é trans ou não binária? Desculpa de novo se for desrespeitoso com você, só queria entender...

Nos vídeos acima a identidade não binária é tematizada a partir de uma função pedagógica, na qual relatos pessoais e respostas a questionamentos operam como formas de esclarecimento e aproximação com quem acompanha os conteúdos das pessoas criadoras no TikTok. Em diferentes formatos, esses conteúdos assumem uma função pedagógica ao apresentar definições, relatar processos de autoidentificação e esclarecer questionamentos, em tentativas de tornar a não-binariedade mais compreensível no espaço da mídia social. Ao mesmo tempo, essas práticas não se restringem à circulação de informação, mas operam como estratégias de aproximação e reconhecimento, na medida em que estabelecem um espaço de diálogo com quem assiste aos vídeos.

Ao longo desta pesquisa, o TikTok tornou-se minha principal mídia social de uso, não apenas em um plano pessoal, mas também por meio da conta criada especificamente para o desenvolvimento deste estudo. Com o acesso frequente à mídia social, fui percebendo que a construção de comunidade se dá também a partir das próprias ferramentas oferecidas pelo TikTok. O senso de comunidade é criado, por exemplo, a partir de diferentes recursos da mídia social, incluindo *emojis*, filtros, a possibilidade de enviar perguntas para a pessoa criadora de conteúdo e a resposta a essas interações ser em formato de vídeo, além das *playlists* organizadas para narrar experiências e trajetórias pessoais. Essas ferramentas contribuem para a construção da noção de pertencimento à medida que são mobilizadas pelas próprias pessoas na criação de suas comunidades no TikTok. Os vídeos a seguir demonstram isso:

Vídeo 31: [pergunta enviada no TikTok em formato de comentário]: amgg, se já falou como vc se descobriu?

Vídeo 42: *nb são pessoas trans! [imagem da bandeira trans] vamo se apoiar, cadê os NB?*

Vídeo 45: *Tiktok me conecte com pessoas não binárias.*

A construção de comunidade nos vídeos acima acontece, principalmente, partir do uso de uma linguagem própria da mídia social, marcada por abreviações e códigos compartilhados, como “amgg” (amiga/o/e), “vc”/“se” (você) e “NB” (Não Binária/Não Binário), que funcionam como sinais de reconhecimento entre pares. Essas escolhas linguísticas produzem proximidade, reforçando um sentimento de pertencimento que depende do domínio desses repertórios comunicacionais.

Além disso, a ferramenta própria do TikTok que permite que comentários se transformem em novos vídeos, amplia as possibilidades de interação e circulação de experiências, fazendo com que dúvidas individuais sejam convertidas em conteúdos coletivos. Já o acionamento explícito do algoritmo do TikTok, como no vídeo 45, ao solicitar conexão com outras pessoas não binárias, evidencia o uso estratégico da mídia social como meio de encontro, visibilidade e articulação comunitária.

Há ainda outro aspecto presente na subcategoria de Comunidade que considero relevante: o uso frequente da bandeira não binária e da bandeira trans nos vídeos, que muitas vezes aparecem ao lado do rosto das pessoas criadoras de conteúdo (Figura 15).

Figura 15 – Exemplo de uso da bandeira Não Binária em vídeos de #NãoBinária no TikTok



Fonte: TikTok.

Na organização do *corpus*, utilizei a coluna de descrição nas planilhas digitais para registrar o que observava nos vídeos e destacar elementos que considerei importantes de serem analisados. Esse recurso mostrou-se especialmente útil para compreender um contexto mais amplo e refletir sobre as práticas sociais que atravessam esses discursos. Um dos aspectos observados a partir desse procedimento foi justamente o uso recorrente dessas bandeiras nos vídeos, nas *hashtags*, nas legendas, algo que não se fez tão presente na análise anterior da *hashtag* Travesti.

Trago abaixo dois exemplos de como as descrições foram organizadas na pesquisa:

Vídeo 15: O vídeo é apenas uma imagem branca com um diálogo escrito na tela em formato de animação, há vozes no fundo que simulam esse diálogo. O contorno da tela é nas cores da bandeira não binária. Quando a última frase é dita, uma música começa a tocar e o vídeo acaba.

Vídeo 46: A pessoa criadora de conteúdo aparece filmando seu rosto em modo selfie e dublando uma música de funk. Durante todo o vídeo uma imagem de bandeira não binária aparece próximo ao seu rosto

Entendo que esse uso recorrente da bandeira não binária atua como uma estratégia simbólica de afirmação identitária e de produção de pertencimento. Diferentemente da bandeira trans, que possui maior circulação e reconhecimento social, a bandeira não binária (marcada pelas cores amarela, branca, roxa e preta) ainda é pouco difundida. Assim, compreendo que sua presença constante nos vídeos analisados opera como um gesto de demarcação visual da identidade não binária, em uma tentativa de torná-la visível e reconhecível no interior do TikTok.

Ao aparecer próxima ao rosto das pessoas criadoras de conteúdo ou integrada à estética do vídeo, a bandeira não apenas identifica esse sujeito, mas também convoca quem assiste a partilhar desse repertório simbólico. A utilização reiterada desse elemento visual contribui simultaneamente para a consolidação da identidade não binária e para a construção de um senso de comunidade, na medida em que produz reconhecimento mútuo entre sujeitos que compartilham a identidade.

As práticas educativas, a mobilização de ferramentas do próprio TikTok e o uso frequente de elementos simbólicos revelam que a construção de pertencimento em torno da

identidade não binária no TikTok está fortemente orientada para a produção de inteligibilidade e reconhecimento. Esse investimento contínuo em explicar, nomear e tornar visível a não-binariedade sugere que grande parte do foco discursivo é direcionado à própria consolidação dessa identidade no espaço digital e social.

Esse investimento contínuo na produção de inteligibilidade e reconhecimento, embora fundamental para a consolidação identitária de Não Binária, também reorganiza os focos discursivos, incidindo sobre a visibilidade de outras dimensões da experiência. Diante disso, chama a atenção o fato de que as subcategorias de Classe, Raça e Trabalho mostrem-se de forma pouco recorrente no *corpus*, apesar de integrarem a categoria de Discursos de Pertencimento. Essa menor incidência não indica a ausência de tais dimensões na experiência não binária, mas pode ser compreendida como um efeito do esforço pedagógico necessário para afirmar e sustentar uma identidade ainda pouco reconhecida. Assim, a centralidade atribuída à explicação da não-binariedade tende a reorganizar as prioridades discursivas, deslocando outros temas que atravessam as experiências desses sujeitos.

Ao longo desta discussão, observa-se que a produção de inteligibilidade da identidade Não Binária no TikTok se dá em um campo atravessado por normas, expectativas e mecanismos de vigilância, que incidem diretamente sobre os modos de aparecer, falar e se apresentar. Diante deste cenário, a estética emerge como um dos principais operadores de regulação, organizando hierarquias de reconhecimento e legitimidade a partir de determinados repertórios corporais e visuais. É a partir desse deslocamento para o plano estético que se inscreve, a seguir, a análise da androginia como ideal normativo e forma específica de regulação identitária.

6.2.3 Androginia como ideal estético e forma de regulação

Saia sobre calça, terno com salto alto, maquiagem que escapa aos códigos convencionais do feminino e do masculino, cabelos curtos combinados a acessórios delicados ou unhas pintadas contrastando com roupas de alfaiataria ampla. Ao percorrer os vídeos codificados na subcategoria de Estética em #NãoBinária, revela-se a recorrência de composições visuais que investem na androginia como horizonte de legibilidade. Mais do que uma escolha estilística isolada, esses arranjos de vestimentas operam como estratégias de construção identitária, nas quais a fronteira entre masculino e feminino é tensionada, borrada ou deliberadamente embaralhada.

A primeira referência discursiva codificada na subcategoria estética em Não Binária foi precisamente a *hashtag* #androginia. Àquele momento, ainda não era possível antecipar que essa marca discursiva se consolidaria como eixo articulador dos sentidos que atravessam as subcategorias de Estética e de Regulação Estética na construção da identidade Não Binária ao longo do *corpus*.

A androginia aparece nos discursos não apenas como um ideal estético, mas também como um critério que regula o quanto uma pessoa é percebida como não binária. É sobretudo a partir da moda e dos repertórios visuais que essa identidade vai ganhando forma e legibilidade. Como aponta Baldini (2005), o vestuário opera como linguagem e, nesse sentido, a androginia funciona como uma linguagem estética na qual as fronteiras entre feminino e masculino se confundem.

Essa dimensão estética se materializa nas próprias *hashtags* que indexam os vídeos codificados nessa subcategoria. Longe de operarem apenas como marcadores temáticos, essas *hashtags* organizam sentidos como se observa nos exemplos a seguir:

Vídeo 3: #mandrake #moda #padrão #corpo

Vídeo 6: #outfit #fitcheck #nonbinaryfashion #nãobinario

Vídeo 14: #naobinario #transmasc #lesbian ##androgino

Vídeo 41: #trans #Travesti #naobinario #alternativa #altfashion

As *hashtags* presentes nesses vídeos fazem referência a repertórios específicos relacionados a moda e estética no TikTok. Termos como #outfit e #fitcheck são usados para vídeos que exibem combinações de roupas, enquanto #alternativa, #altfashion e #mandrake remetem a estilos associados a estéticas juvenis, alternativas, urbanas e não normativas. Já marcações como #nonbinaryfashion articulam diretamente moda e identidade de gênero.

A presença recorrente de tais *hashtags* indica que a estética do vestuário ocupa um lugar relevante na produção de sentidos sobre a identidade Não Binária no *corpus* em análise. Nessas marcações, a moda não aparece apenas como escolha individual ou expressão de gosto, mas como linguagem por meio da qual o corpo é apresentado, avaliado e reconhecido. Conforme apontam Crane e Coimbra (2006), as roupas constituem um vasto reservatório de significados e podem ser mobilizadas para acentuar o senso de influência pessoal, ao mesmo tempo em que expressam e tensionam normas de gênero historicamente estabelecidas.

Nesse sentido, as *hashtags* analisadas evidenciam como o vestuário opera como espaço de negociação entre expressão, reconhecimento e regulação estética, articulando expectativas sobre quais corpos e aparências se tornam legíveis como não binárias. Como demonstram os discursos presentes nos vídeos codificados:

Vídeo 16: *E uns anos atrás eu comecei a experimentar com o meu gênero. Eu comecei a usar saia, eu comecei a usar cropped, eu comecei a pintar a unha, eu comecei a usar tênis rosa, eu comecei a colocar um delineado na minha cara. E as coisas foram mudando.*

Vídeo 17: *[...] Porque indumentária, roupa, não tem nada a ver. Roupa não tem gênero. Roupa é identidade visual. Eu posso andar de salto alto e me considerar totalmente um homem, né? Então não tem nada a ver. [...]*

Vídeo 44: *Vocês me perguntam por que eu me visto assim. Ou assim. Me perguntam se eu sou homem ou mulher. A resposta é que eu sou os dois. Oi, meu nome é [nome] e eu sou uma pessoa bigênero. E eu uso a moda como forma de expressão e liberdade de gênero. Assim como eu, você já sentiu que a moda não era pra você. Então esse perfil é um lugar seguro pra você. [...]*

Mais do que um recurso estético, o vestuário se apresenta nesses discursos como uma forma de experimentação, afirmação e comunicação de modos de existir que escapam às normas de gênero binárias. Dessa forma, a moda também é mobilizada como espaço de liberdade, no qual o corpo se torna lugar de criação e negociação de sentidos sobre quem se é e como se deseja ser lida publicamente. Ao articular aparência e identidade, esses discursos evidenciam como a moda participa ativamente dos processos de construção identitária e reconhecimento. Nesse sentido, a moda emerge como uma forma de liberdade, permitindo que sujeitos negociem suas identidades, encontrem reconhecimento e construam espaços de pertencimento, especialmente para aqueles que não se vêem contemplados pelas normas tradicionais de gênero.

Para Butler (2008), as construções de gênero feminino e masculino operam como exigências normativas realizadas por meio de atos, gestos e formas reiteradas de atuação, que são performativas porque produzem esses sujeitos (COLLING, ARRUDA E NONATO, 2019). Para que essas performatividades tenham êxito, como apontam Colling, Arruda e Nonato (2019), é preciso que sejam continuamente repetidas e vigiadas, garantindo sua naturalização social. No caso da identidade Não Binária, o que se observa não é a recusa da performatividade em si, mas uma tentativa de rompimento com a obrigatoriedade das performatividades binárias. A expressão de gênero passa, então, a se constituir por meio da reiteração de práticas que não estabilizam o sujeito nos pólos feminino ou masculino,

produzindo formas alternativas de legibilidade. Trata-se de uma performatividade marcada pela experimentação e pela negociação constante, que busca tornar reconhecível uma identidade que não encontra respaldo nas normas de gênero dominantes.

A expressão de gênero, tal como aparece nos vídeos analisados, opera como uma prática performativa na medida em que se constrói pela repetição situada de escolhas estéticas que tentam tornar esse gênero legível socialmente. No caso da identidade Não Binária, essa performatividade não visa à estabilização de um gênero, mas à negociação contínua de sentidos, demonstrando que a noção de gênero se constitui como um processo aberto, relacional e historicamente situado.

Para Butler (2008), o resultado da performatividade inscreve-se na superfície do corpo, ou seja, o corpo é marcado pelo performativo. Contudo, isso não implica que esses corpos se tornem plenamente legíveis no interior da ordem normativa dominante. A performatividade, nesse sentido, pode ser compreendida menos como garantia de reconhecimento e mais como uma tentativa contínua de produzir inteligibilidade para a identidade Não Binária em um campo profundamente assimétrico de poder.

Como argumenta Butler (2008), os corpos não preexistem às normas que os tornam socialmente reconhecíveis; ao contrário, são efeitos de uma dinâmica normativa que regula a materialidade corporal e define quais vidas podem ser reconhecidas como humanas. As normas binárias de gênero, sustentadas pela heteronormatividade, operam com maior força e antecedem o próprio sujeito, nomeando e classificando os corpos desde antes do nascimento, como por exemplo a enunciação médica quando alguém nasce que declara “*é um menino*” ou “*é uma menina*”. Nesse cenário, a performatividade não binária se inscreve em um campo de tensão permanente: ainda que produza gestos, estéticas e práticas que buscam reconhecimento, ela confronta um regime normativo que continua a produzir certos corpos como ininteligíveis ou abjetos, isto é, como corpos considerados “não apropriadamente generificados” (BUTLER, 2008, p. 161) e, portanto, destituídos de pleno estatuto de sujeito.

Essa mesma noção estética que sustenta uma das tentativas de tornar a identidade não binária inteligível opera, simultaneamente, como mecanismo de regulação. Ao buscar reconhecimento, ela se vê atravessada por normas que hierarquizam expressões de gênero e estabelecem limites para o que pode circular como legível.

Nos discursos analisados na subcategoria de Regulação Estética, há uma recorrência de discursos que trazem questionamentos, comparações e práticas de autovigilância sobre a própria aparência, indicando que essa identidade é constantemente colocada à prova, não

apenas por um olhar externo, mas também pelo do próprio sujeito. Ao internalizar expectativas normativas, esses sujeitos passam a vigiar a si mesmos, mostrando como a regulação identitária funciona como uma prática que opera pela imposição de parâmetros sobre como tal identidade deveria “parecer, falar e se apresentar”, como demonstram os vídeos codificados:

Vídeo 14: [escrito na tela] Único obstáculo em ser não binário é ficar com inveja de todas desfem andróginas.

Vídeo 19: [...] Coisas, nóias, paranoias que vem na minha cabeça por eu ser uma pessoa não binária, nem um pouco andrógina, na visão das pessoas cis que sabem um pouco sobre não binaridade e das pessoas transfóbicas da comunidade trans [...]

Vídeo 29: [...] Eu recebi muita mensagem de ódio, né. A maioria tentando ridicularizar a minha aparência, a minha forma de falar [...]

No vídeo 14, por exemplo, a regulação estética aparece no discurso através da ideia de que há um ideal estético específico: *desfem andrógina*⁶⁰. Tal ideal passa a operar como parâmetro implícito de validação da identidade Não Binária. Ao trazer a “inveja” como obstáculo, o vídeo aponta para um processo de comparação constante que hierarquiza corpos e expressões de gênero, produzindo a sensação de insuficiência identitária frente a um modelo estético percebido como mais legítimo ou reconhecível.

No vídeo 19, a regulação estética manifesta-se de modo mais explícito por meio da autovigilância e da nomeação das próprias “nóias” e “paranoias” em torno da aparência. A fala demonstra que na perspectiva da pessoa criadora de conteúdo há um olhar cisnormativo e também um olhar transfóbico dentro da própria comunidade trans, que acaba sendo internalizado, levando-a a avaliar sua identidade a partir da adequação ou não ao ideal de androginia. A recorrência da expressão “*na visão dos outros*” explicita que essa identidade passa a ser mediada por critérios externos de legibilidade, transformando a expressão de gênero em um campo permanente de tensão.

⁶⁰ “*Desfem andrógina*” refere-se, nos discursos analisados, a uma expressão de gênero associada a pessoas designadas femininas ao nascer (AFAB) ou lidas como femininas, cuja aparência é percebida como andrógina, funcionando socialmente como um ideal estético de legibilidade para a não-binariedade.

Já no vídeo 29, a regulação estética emerge a partir da violência direta do olhar externo, materializada em mensagens de ódio recebidas pela pessoa criadora de conteúdo, que ridicularizam sua aparência e forma de falar. Nesse caso, a regulação não opera apenas como expectativa implícita, mas como sanção explícita, que busca corrigir ou invalidar performatividades consideradas inadequadas. A ridicularização funciona como mecanismo disciplinador, reforçando a ideia de que determinadas expressões corporais e vocais não são reconhecidas como legítimas, contribuindo para a manutenção de fronteiras normativas sobre quem pode ou não ser inteligível enquanto Não Binária.

O poder não atua apenas por proibição, mas também pela produção de normas. Essas normas operam classificando, hierarquizando e tornando inteligíveis certos sujeitos em detrimento de outros, como já aprofundado no referencial teórico desta pesquisa. Os discursos observados nos vídeos 14, 19 e 29 funcionam como uma forma de regulação da estética, da identidade e da vida. A sanção, que aparece sob a forma de ridicularização, correção, invalidação ou comentários de ódio, produz efeitos de subjetivação, e não apenas de punição.

A violência presente nos comentários, como no caso do vídeo 29, não se reduz a um ódio individual, mas também como uma extensão difusa de dispositivos de poder que regulam gênero e sexualidade, como já trabalhado por Foucault (1988; 2008). Para ele, o poder não atua apenas por meio da repressão, mas pela produção de normas que definem o que é aceitável, legítimo e inteligível. Essas normas podem ser reiteradas (ou tensionadas) por meio da publicação dos vídeos, dos comentários e da circulação de discursos no TikTok.

Ao operar por meio da produção de normas, hierarquias e sanções simbólicas, os processos de regulação discutidos não incidem apenas sobre corpos e aparências, mas também sobre as formas de nomeação e identificação mobilizadas nos discursos. As categorias pelas quais os sujeitos se apresentam, se reconhecem e são reconhecidos tornam-se, assim, espaços privilegiados de disputa por legitimidade, visibilidade e pertencimento. É nesse horizonte que se insere, a seguir, a análise comparativa das *hashtags* Não Binário e Não Binária, buscando compreender como diferentes modos de nomeação se articulam às dinâmicas de reconhecimento, pertencimento e regulação observadas no *corpus*.

6.2.4 #NãoBinário e #NãoBinária em perspectiva comparativa

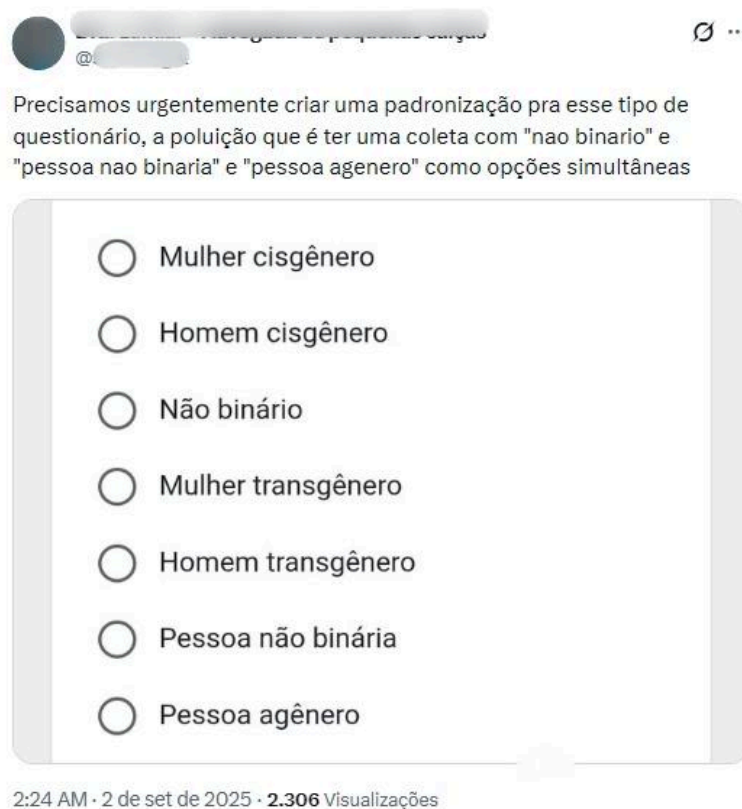
Em uma conversa com uma amizade falante da língua inglesa que se identifica como uma pessoa trans não binária, ela me contou que, sempre que mencionava outra pessoa não

binária à sua mãe, ouvia a pergunta: “*but is it a nonbinary boy or nonbinary girl?*”, que poderia ser traduzida como “*mas é não binário menino ou não binária menina?*”. Esse episódio acabou se tornando uma piada entre nós e passou a ser compartilhado com outras amigades.

Ao contar essa história para outra pessoa não binária, desta vez brasileira, ela relatou uma experiência semelhante vivida em um processo seletivo para uma vaga de emprego, no qual, no campo destinado ao gênero, apareciam as opções “*Feminino*”, “*Masculino*”, “*Não Binária*” e “*Não Binário*”, demonstrando, na forma cotidiana, a dificuldade de romper com referências binárias de gênero mesmo diante da afirmação de outras identidades.

Esses relatos também dialogam diretamente com a imagem abaixo, retirada de uma postagem que encontrei na mídia social X, que traz uma crítica a forma como questionários institucionais organizam as categorias de gênero. A listagem simultânea de “não binário”, “pessoa não binária” e “pessoa agênero”, ao lado de categorias cis e trans rigidamente marcadas, evidencia uma tentativa de inclusão que, paradoxalmente, produz confusão conceitual e reforça enquadramentos normativos.

Figura 16 – Exemplo de categorização de gênero em postagem na plataforma X



As análises de #NãoBinária e #NãoBinário não tem como objetivo alcançar o mesmo nível de detalhamento desenvolvido em #NãoBinária, nem esgotar a descrição de todas as suas subcategorias. Trata-se, antes, de um recorte analítico de caráter comparativo, orientado à observação dessas *hashtags* em diálogo com os resultados obtidos na análise de #NãoBinária, da mesma forma como foi realizado em #Travesti e #MulherTrans.

Esse recorte justifica-se, justamente, pela ausência de um consenso consolidado (algo observado também na Figura 16) em torno da nomeação da identidade não binária, marcada pela circulação simultânea de formas como “Não Binária”, “Não Binário” e “Não Binária”, esta última vinculada a uma apropriação situada no contexto brasileiro. É essa instabilidade linguística que torna relevante analisar também as *hashtags* #NãoBinária e #NãoBinário, a fim de compreender os discursos, sentidos e disputas que surgem a partir de cada uma dessas formulações.

As coletas dos dados de #NãoBinária e #NãoBinário foram realizadas no mesmo dia de #NãoBinária, 4 de dezembro de 2025 e os procedimentos de organização dos dados foram os mesmos já descritos. A tabela a seguir apresenta o número de referências codificadas nas *hashtags*, distribuídas a partir das categorias e subcategorias analíticas.

Tabela 4 - Número de referências codificadas em #NãoBinária, #NãoBinária e #NãoBinário

Categorias e Subcategorias	#NãoBinária	#NãoBinária	#NãoBinário
Discursos de Reconhecimento	93	87	97
Estética	12	10	17
Identidade	56	65	73
Linguagem	51	23	24
Raça	0	0	3
Sexualidade	4	11	40
Discursos de Pertencimento	31	23	35
Classe	5	2	0
Comunidade	12	15	27
Práticas educativas	17	9	15
Trabalho	2	0	0
Discursos de Regulação	69	66	71
Estratégias de visibilidade	39	33	40

Categorias e Subcategorias	#NãoBinárie	#NãoBinária	#NãoBinário
Regulação estética	14	12	7
Regulação identitária	26	30	30

Fonte: Elaboração própria.

A observação inicial da tabela 4 demonstra uma relativa proximidade entre as três *hashtags* no que se refere à distribuição geral das categorias analíticas. No âmbito dos Discursos de Reconhecimento, os volumes são semelhantes em #NãoBinárie (93), #NãoBinária (87) e #NãoBinário (97), padrão que se repete nos Discursos de Regulação, com ocorrências próximas em #NãoBinárie (69), #NãoBinária (66) e #NãoBinário (71). Esses dados indicam que, independentemente da forma de nomeação mobilizada, as disputas em torno do reconhecimento e da validação das identidades dissidentes de gênero funcionam como eixo de organização discursiva nos três conjuntos analisados.

Já nos Discursos de Pertencimento, observa-se uma variação mais significativa, com menor incidência em #NãoBinária (23), em comparação a #NãoBinárie (31), e maior concentração em #NãoBinário (35), sugerindo diferenças na forma como cada *hashtag* articula experiências coletivas, vínculos comunitários e sentidos de pertencimento. De modo geral, esse desenho macro aponta que as distinções entre as *hashtags* não se localizam prioritariamente na quantidade de ocorrências de reconhecimento e regulação, mas na composição interna desses discursos, isto é, nos tipos de disputas, enquadramentos e sentidos que estruturam cada forma de nomeação da não-binariedade.

No interior dos Discursos de Reconhecimento, a subcategoria de Linguagem apresenta-se como o principal elemento diferenciador entre as três *hashtags* analisadas. Enquanto em #NãoBinárie essa subcategoria concentra 51 ocorrências, em #NãoBinária e #NãoBinário os números são significativamente menores, com 23 e 24 registros, respectivamente. Esse desnível indica que, no conjunto associado a #NãoBinárie, as disputas em torno da não-binariedade se organizam, de modo mais acentuado, no plano metalinguístico, envolvendo questionamentos sobre nomeação, legitimidade gramatical, inteligibilidade e formas socialmente reconhecíveis de designar identidades dissidentes, como já foi apresentado nos discursos mobilizados na análise de #NãoBinárie.

Na construção da identidade Não Binárie, a língua não opera apenas como meio de expressão, mas como espaço de debate e disputa. A recorrência de discussões sobre “como falar”, “como escrever” e “como nomear” demarca a importância da linguagem como

instância de validação ou deslegitimação dos sujeitos, em um contexto marcado pela ausência de consensos normativos em torno da neutralização de gênero na língua portuguesa. Nesse sentido, a concentração dessas ocorrências em #NãoBinárie dialoga com sua apropriação situada no contexto brasileiro, na medida em que a mesma se constitui como estratégia linguística e política voltada à produção de inteligibilidade e reconhecimento, ao mesmo tempo em que explicita as tensões entre usos emergentes da língua e regimes normativos consolidados.

Outro aspecto relevante diz respeito à recorrência da subcategoria de Identidade como a mais expressiva no interior dos Discursos de Reconhecimento em #NãoBinárie, #NãoBinária e #NãoBinário, padrão que se aproxima daquele já observado nas análises de #Travesti e #MulherTrans. Em todos esses conjuntos, a ênfase na autoafirmação, na explicitação do pertencimento identitário e na reivindicação pública de reconhecimento sugere que a construção discursiva do “*quem eu sou*” permanece como eixo privilegiado das disputas por legitimidade.

Compreendo esse movimento, em parte, como estratégia de validação em contextos marcados pela instabilidade normativa e pela recorrente deslegitimação institucional e social. Nesse sentido, a recorrência de discursos centrados na identidade trata-se também de um essencialismo estratégico (SPIVAK, 1988), na medida em que a mobilização temporária de categorias identitárias opera como recurso para garantir visibilidade, reconhecimento e inteligibilidade social. Ao mesmo tempo, no caso específico da não-binariedade, essa ênfase também se relaciona aos processos de consolidação de uma identidade ainda em disputa, cujos contornos permanecem sendo negociados entre diferentes regimes discursivos.

No entanto, a análise comparativa das três *hashtags* indica que essas disputas não se limitam ao plano da identidade, estendendo-se também à articulação entre gênero e sexualidade, com diferenças mais marcadas no conjunto associado a #NãoBinário. No que se refere à subcategoria de Sexualidade, observa-se uma discrepância expressiva entre as *hashtags*, com 4 ocorrências em #NãoBinárie, 11 em #NãoBinária e 40 em #NãoBinário. Diferentemente das demais *hashtags*, em que as discussões sobre gênero tendem a se organizar prioritariamente em torno da linguagem, do reconhecimento e da experiência identitária, em #NãoBinário a sexualidade assume maior protagonismo na composição dos discursos.

A análise discursiva do material codificado revela que esse conjunto é fortemente atravessado por debates sobre lesbianidade, relações afetivas, pertencimento às comunidades

sáficas e disputas em torno das definições legítimas de orientação sexual, especialmente no que se refere à possibilidade de pessoas não binárias se identificarem como lésbicas, como é observado nos vídeos abaixo codificados na subcategoria de sexualidade em #NãoBinário:

Vídeo 7: Uma pergunta muito recorrente é: Ué, se você não é mulher, então como é que você é lésbica? [...]

Vídeo 9: [escrito na tela] "então você tem um relacionamento com uma mulher lésbica?" "Sim, a gente namora a mais de um ano já!" "Mas como ela te namora se você é não binário e ela lésbica?" [...]

Vídeo 11: [escrito na tela] pov: você é lésbica e não binário

Nesse contexto, observa-se que gênero e sexualidade aparecem frequentemente articulados, produzindo narrativas nas quais a afirmação identitária passa pela negociação simultânea dessas duas dimensões, como aparece nos vídeos 7 e 9. Em ambos os vídeos, a articulação entre gênero e sexualidade emerge como espaço recorrente de questionamento, no qual a inteligibilidade da identidade de gênero é submetida a critérios de coerência entre gênero, orientação sexual e forma relacional.

No vídeo 7, por exemplo, a pergunta “*se você não é mulher, então como é que você é lésbica?*” condensa uma expectativa normativa segundo a qual a lesbianidade só poderia ser compreendida a partir de uma equivalência direta entre identidade gênero e orientação sexual. A necessidade de responder a esse tipo de interpelação revela que a identidade não binária é frequentemente reconhecida apenas de maneira condicional, isto é, desde que não desestabilize categorias previamente estabilizadas sobre o que conta “como mulher”, “como lésbica” e “como uma relação legítima”.

Em ambos os casos, a afirmação identitária se constrói como resposta a uma interpelação reiterada, na qual gênero e sexualidade são continuamente testados quanto à sua inteligibilidade. A não-binariedade aparece, assim, menos como categoria estabilizada e mais como posição em disputa, cuja legitimidade depende de processos constantes de explicação e negociação. As disputas em torno da possibilidade de pessoas não binárias se identificarem como lésbicas, recorrentes no material associado a #NãoBinário, conversam com uma reflexão proposta pela pesquisadora norte-americana Bidy Martin em 1994 sobre as

instabilidades produzidas quando as categorias de sexualidade deixam de se apoiar em gêneros considerados fixos.

Ao indagar o que acontece com o lesbianismo quando a ideia de “mulher” é fraturada pelo pensamento *queer*, Martin (1994) antecipa dilemas que, décadas depois, reaparecem de modo intensificado nos contextos digitais contemporâneos. Nos vídeos analisados, as interpelações dirigidas a pessoas que se consideram não binárias e lésbicas revelam essa dificuldade de dissociar orientação sexual e identidade de gênero, sustentando expectativas de coerência que continuam ancoradas em referenciais binários. Assim, as narrativas observadas em #NãoBinário indicam que a reivindicação da lesbianidade por pessoas não binárias não apenas amplia os sentidos da categoria, mas também expõe seus limites históricos, demonstrando como as formas de nomear e reconhecer a sexualidade permanecem atravessadas por disputas simbólicas.

No vídeo 11, o texto em tela “*pov: você é lésbica e não binário*” mobiliza um recurso recorrente no TikTok, conhecido como *POV* (*point of view*, ou “ponto de vista”), por meio do qual a pessoa criadora constrói uma cena a partir de uma perspectiva específica, convidando quem assiste a ocupar determinada posição narrativa. No caso analisado, a pessoa criadora dubla um áudio no qual outra voz a interpela repetidamente como “garota”, enquanto ela responde negando essa atribuição, “*eu não sou uma garota*”, um áudio bastante utilizado por pessoas não binárias na mídia social.

Essa encenação dramatiza uma situação cotidiana de deslegitimação identitária, na qual a identidade não binária é reclassificada a partir de categorias binárias de gênero. Ao articular o formato *POV* com um áudio já reconhecido como *trend*, o vídeo transforma uma experiência de invalidação em cena compartilhável e passível de reconhecimento coletivo. Nesse movimento, a interpelação externa é reinscrita no plano performativo, permitindo que o questionamento sobre gênero e sexualidade seja simultaneamente exposto, criticado e ressignificado. Assim, o uso do *POV* opera como estratégia discursiva que evidencia a tensão entre identidade de gênero e orientação sexual, ao mesmo tempo em que produz identificação comunitária entre sujeitos que reconhecem essa vivência como parte de suas trajetórias.

Essas disputas em torno da articulação entre gênero e sexualidade, no entanto, não se dão de forma isolada, mas se inscrevem em um campo mais abrangente de desigualdades e hierarquizações sociais, atravessado também por marcadores como raça, classe e trabalho. A presença residual da subcategoria de Raça, restrita a apenas três ocorrências em #NãoBinário, contrastando com sua ausência em #NãoBinária e #NãoBinária, assim como a baixa

incidência das subcategorias Classe e Trabalho no conjunto geral, aponta para uma distribuição desigual dos marcadores sociais da diferença no *corpus* analisado. Não interpreto esse padrão como simples ausência empírica dessas dimensões nas experiências da não-binariedade, mas como efeito dos regimes discursivos que organizam o que se torna dizível, visível e codificável.

A menor incidência das subcategorias de Raça, Classe e Trabalho sugere, portanto, uma hierarquização interna dos sentidos mobilizados, na qual a afirmação e a consolidação da identidade de gênero assumem centralidade no conjunto das discursividades analisadas. Diante da instabilidade social e institucional que marca a não-binariedade, os discursos tendem a se concentrar na explicitação, na legitimação e na negociação dessa identidade, especialmente frente à confusão recorrente entre gênero e sexualidade. Nesse cenário, os esforços discursivos se voltam prioritariamente à disputa por reconhecimento, fazendo com que outras dimensões da experiência permaneçam menos tematizadas nas materialidades analisadas.

Essa distribuição dialoga com a crítica *queer* de cor, especialmente com a reflexão de Ferguson (2004), ao tensionar a tendência de universalização das experiências dissidentes de gênero e sexualidade a partir de sujeitos abstratos e desracializados. Ao evidenciar que raça, classe e trabalho não atravessam de modo homogêneo os discursos sobre não-binariedade, os discursos sugerem que as disputas por reconhecimento não se organizam apenas em torno do gênero, mas também a partir de silenciamentos estruturais que delimitam quais experiências são passíveis de circulação no contexto digital. Assim, a rarefação dessas categorias no *corpus* não indica irrelevância, mas aponta para os limites dos enquadramentos discursivos disponíveis.

Embora a subcategoria Classe apresente baixa incidência no conjunto geral, com 5 codificações, as poucas ocorrências registradas em #NãoBinárie revelam um padrão discursivo específico, no qual a dimensão socioeconômica emerge principalmente sob a forma de crítica ao que é percebido como excesso de investimento nas pautas identitárias. Nos discursos codificados, a discussão sobre pronomes, neutralização de gênero e não-binariedade é reiteradamente associada a noções de privilégio, distanciamento da “realidade” e desconhecimento das condições materiais de existência, como trabalho, moradia e subsistência, como observado no vídeo 12 codificado em #NãoBinárie:

Vídeo 12: *A elite da esquerda, que mora em apartamento, com porteiro 24 horas, ela jura que uma pessoa que trabalha o dia inteiro e que a maior parte do tempo a preocupação dela é se ela vai ter alguma coisa pra comer, ou a pior das preocupações, se vai ter dinheiro pra poder pagar aluguel, porque sabe que não vai ter. Eu acho que é o desejo do anjo da Valentina da esquerda é que essas pessoas sentem duas horas por dia pra poder aprender sobre pronome neutro [...]*

A legenda que acompanha o vídeo reforça esse enquadramento: “*Esquerda cirandeira/ Esquerda/ Não Binário/ Pronome neutro/ Gênero fluido /Elu/ Delu/ Ile/ Dile*” ao elencar, de forma acumulativa, inúmeras expressões e nomenclaturas, produzindo uma associação direta entre militância de esquerda, dissidência de gênero e privilégio socioeconômico. A oposição entre “*elite da esquerda*” e sujeitos que “*precisam sobreviver*”, “*pagar aluguel*” e “*colocar comida na mesa*” constrói uma hierarquia moral entre quem pode dedicar tempo às disputas simbólicas e quem estaria supostamente excluído desse debate. Neste enquadramento, as pautas de gênero e sexualidade são apresentadas como preocupações de uma elite urbana e branca, desconectada das urgências da vida cotidiana das classes populares.

Esse tipo de discurso não nega necessariamente a existência da não-binariedade, mas desloca sua legitimidade ao subordiná-la às condições materiais, produzindo uma crítica ao que é nomeado como identitarismo, abordado no início deste trabalho. Essa crítica opera por meio da contraposição entre reconhecimento simbólico e sobrevivência econômica, sugerindo que a centralidade atribuída às disputas identitárias implicaria o apagamento de desigualdades estruturais mais amplas.

Em contraposição, Anzaldúa (1987) demonstra que, para comunidades situadas em contextos de marginalização, a afirmação identitária não constitui fragmentação, mas uma resposta política fundamental às estruturas hegemônicas, na qual a identidade ultrapassa classificações rígidas e universalistas e se configura como prática de reconhecimento e pertencimento.

Logo, os poucos registros de Classe nas materialidades discursivas não funcionam como tematização direta das condições de trabalho ou renda, mas como recurso argumentativo para questionar a legitimidade política das lutas por reconhecimento. Esses discursos se inscrevem, assim, nas próprias tensões produzidas pelo processo de consolidação da não-binariedade, salientando como a ênfase na identidade, ainda que necessária em

contextos de deslegitimação, também suscita resistências, disputas internas e reações que recolocam a hierarquia entre demandas simbólicas e materiais no interior do campo dissidente de gênero.

Em conjunto, a análise comparativa de #NãoBinárie, #NãoBinária e #NãoBinário mostra que as disputas em torno da não-binariedade no TikTok não se organizam apenas em função de diferentes formas de nomeação, mas a partir de regimes discursivos distintos que articulam, em intensidades variadas, linguagem, identidade, reconhecimento, pertencimento e regulação.

Ao encerrar esta etapa analítica, passa a ser possível deslocar o foco, no capítulo seguinte, para uma reflexão articulada sobre os sentidos, os efeitos e as implicações desses achados, articulando-os aos debates teóricos que atravessam a dissidência de gênero no contexto digital contemporâneo.

7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

7.1 TRÍADE ANALÍTICA: RECONHECIMENTO, PERTENCIMENTO E REGULAÇÃO COMO CIRCUITO DINÂMICO

Em muitos dos vídeos analisados nesta pesquisa, uma cena se repete com pequenas variações: uma pessoa se posiciona diante da câmera, ajusta o enquadramento e começa explicando, mais uma vez, quem é, como se identifica e por que aquele nome, aquele pronome e aquela identidade fazem sentido. Antes mesmo de falar de si, antecipa perguntas, responde críticas imaginadas, justifica escolhas e delimita fronteiras. Esse gesto recorrente, ao mesmo tempo íntimo, pedagógico e defensivo, sintetiza a articulação entre reconhecimento, pertencimento e regulação que atravessa os discursos, as práticas discursivas e as práticas sociais analisadas neste trabalho.

Ao longo desta pesquisa, as categorias de Reconhecimento, Pertencimento e Regulação foram mobilizadas inicialmente como instrumentos analíticos para organizar a leitura dos materiais empíricos. No entanto, a análise dos discursos de pessoas Travestis e Não Binárias no TikTok demonstrou que essas dimensões não operam de forma isolada ou estática, pois discurso, prática discursiva e prática social se constituem mutuamente, participando simultaneamente da reprodução e da transformação das relações sociais (FAIRCLOUGH, 2001). Assim, essas dimensões se articulam como um circuito dinâmico, no qual a busca por visibilidade, a construção de vínculos comunitários e os mecanismos de controle simbólico se atravessam continuamente, produzindo formas específicas de inteligibilidade identitária no contexto digital.

Os discursos analisados indicam que o reconhecimento, longe de se restringir ao ato de ser visto ou nomeado, envolve um trabalho discursivo permanente de explicação, tradução e legitimação da própria existência. As práticas educativas em torno das identidades, recorrente nos vídeos examinados, revelam que tornar-se reconhecível implica tornar-se compreensível dentro de regimes normativos já existentes. Nesse processo, narrar a própria trajetória, definir conceitos, responder dúvidas e antecipar objeções passam a funcionar como estratégias centrais de afirmação. O reconhecimento, assim, não emerge como efeito imediato das discursividades, mas como resultado de um investimento contínuo na produção de legibilidade, que se inscreve nas dinâmicas do essencialismo estratégico problematizadas por Spivak (1988), nas quais a mobilização provisória de categorias estabilizadas opera simultaneamente como recurso político e como forma de negociação com regimes

normativos. Uma dinâmica que se articula diretamente à construção da noção de pertencimento.

Nos materiais analisados, o vínculo comunitário não se estabelece apenas a partir da partilha de uma identidade nomeada, mas por meio da circulação de experiências, saberes práticos e formas de apoio material e simbólico. Em especial no caso das Travestilidades, o pertencimento aparece profundamente imbricado a questões de sobrevivência, trabalho, segurança e redes de cuidado, ilustrando que a noção de comunidade não se organiza apenas como espaço de reconhecimento simbólico, mas como infraestrutura de sustentação da vida. Já na análise de Não Binária, observa-se com maior frequência a centralidade de processos de identificação mediados pela linguagem, pela estética e pela pedagogia coletiva, configurando comunidades fortemente ancoradas na produção de repertórios compartilhados.

Entretanto, esses processos de reconhecimento e pertencimento não se desenvolvem à margem de relações de poder. As análises demonstram que ambos são atravessados por múltiplas formas de regulação, que operam tanto de modo explícito quanto internalizado. A regulação manifesta-se nas discursividades, nas expectativas de coerência identitária, nas disputas em torno da legitimidade de nomes e pronomes, nos padrões estéticos valorizados e nos enquadramentos algorítmicos que hierarquizam conteúdos. Mais do que impor limites externos, esses mecanismos passam a ser incorporados pelos próprios sujeitos, que aprendem a antecipar olhares, ajustar performances e monitorar sua visibilidade.

Desse modo, reconhecimento, pertencimento e regulação configuram-se como dimensões mutuamente dependentes. O acesso ao reconhecimento frequentemente exige a adequação a certos parâmetros de inteligibilidade; o pertencimento é fortalecido por práticas que, simultaneamente, produzem coesão e reforçam normas internas; e a regulação não se apresenta apenas como imposição, mas como condição para a permanência nos circuitos de visibilidade da mídia social, atravessados por lógicas algorítmicas e performativas que participam ativamente da hierarquização das identidades, conforme analisam Zulli e Zulli (2020), Duguay (2023) e Jennings (2021).

Esse conjunto de sentidos articulados nos materiais analisados dialoga com o percurso teórico construído ao longo da tese, ancorado nas Teorias *Queer*, na Crítica *Queer* de Cor, na Análise de Discurso Crítica e nas tradições críticas que articulam gênero, sexualidade, raça, classe, colonialidade e trabalho. Ao mobilizar esses diferentes campos, o trabalho ilustrou que as identidades dissidentes de gênero se constituem relacionalmente, em permanente negociação com regimes discursivos, institucionais e históricos marcados por desigualdades

estruturais e por disputas políticas de longa duração. Os discursos revelaram que essas negociações se inscrevem tanto nas heranças coloniais quanto nas trajetórias dos movimentos sociais e das lutas por reconhecimento no Brasil. No ambiente digital, esse processo adquire uma intensidade particular, pois se realiza sob condições de alta visibilidade, competição por atenção e monetização da performance.

Assim, a tríade analítica proposta neste trabalho não se limitou a descrever dimensões separadas das experiências identitárias, mas possibilitou compreender como pessoas dissidentes de gênero constroem possibilidades de existência social em contextos marcados por desigualdades, vigilância e disputas simbólicas. Reconhecimento, pertencimento e regulação emergem, nesse sentido, como operadores centrais na produção contemporânea das dissidências de gênero, revelando simultaneamente seu potencial de resistência e os limites impostos pelas gramáticas normativas que atravessam a vida nas mídias sociais.

7.2 TRAVESTI E NÃO BINÁRIE: TEMPORALIDADES POLÍTICAS, MATERIALIDADES E DISPUTAS POR INTELIGIBILIDADE

Nomear-se nunca foi um gesto neutro. Ao longo da história, as designações atribuídas a pessoas dissidentes de gênero e sexualidade funcionaram como instrumentos de controle, estigmatização e exclusão, mas também como ferramentas de resistência e afirmação coletiva. Entre “Travesti” e “Não Binária”, o que está em jogo não são apenas escolhas linguísticas, mas disputas por reconhecimento, pertencimento e legitimidade em uma sociedade atravessada por desigualdades estruturais, violência sistemática, hierarquias morais e processos persistentes de marginalização.

As disputas em torno da nomeação também indicam os limites de categorias identitárias estabelecidas em outros contextos geográficos, como o próprio *queer*. Embora relevante nos debates teóricos do Norte Global, ele não se consolida, nos materiais analisados, como eixo organizador das identificações Travestis e Não Binárias no contexto brasileiro. As experiências observadas indicam que essas existências se estruturam a partir de trajetórias históricas, políticas e materiais específicas, que não se deixam plenamente capturar por uma categoria forjada fora dessas realidades. Tal constatação retoma um dos objetivos específicos desta pesquisa, ao evidenciar como as identidades dissidentes de gênero no Brasil tensionam, deslocam e reconfiguram concepções de *queer* formuladas no Norte Global.

As análises das identidades Travesti e Não Binária no TikTok revelaram que, embora ambas se inscrevam no campo das dissidências de gênero, elas operam a partir de temporalidades políticas, materialidades e regimes de reconhecimento ao mesmo tempo similares e distintos. Não se trata, contudo, de estabelecer uma comparação dicotômica, mas de compreender como trajetórias históricas diferenciadas produzem formas específicas de articulação entre linguagem, estética, pertencimento e sobrevivência no contexto digital.

No caso das Travestilidades brasileiras, observa-se a presença de uma historicidade marcada por décadas de organização política, enfrentamento da violência institucional e construção coletiva de repertórios de resistência. Essa trajetória, profundamente atravessada por desigualdades raciais, econômicas e territoriais, conforma uma identidade que se estrutura, em grande medida, a partir de experiências materiais de exclusão, trabalho precarizado, violência e vulnerabilidade social. Como efeito, os discursos analisados revelam que pertencimento, reconhecimento e visibilidade estão frequentemente associados a redes de apoio, estratégias de sobrevivência e formas de circulação de saberes práticos sobre segurança, trabalho e cuidado.

Já no caso da identidade Não Binária, os discursos indicam um processo ainda em curso de consolidação simbólica, política e social. Trata-se de um campo identitário em disputa, fortemente atravessado por debates em torno da linguagem, da nomeação, da legitimidade e da inteligibilidade. Nesse contexto, observa-se uma proeminência das práticas pedagógicas, da explicação recorrente da identidade e da construção coletiva de vocabulários, que funcionam como estratégias de afirmação e de produção de pertencimento. A visibilidade, nesse caso, aparece mais diretamente associada à capacidade de tornar a própria existência compreensível dentro de regimes normativos ainda pouco permeáveis à dissidência não binária.

Nesse sentido, a mobilização da crítica *queer* de cor ao longo da tese permitiu tensionar leituras universalizantes da dissidência de gênero, ao demonstrar que gênero e sexualidade não podem ser analisados de forma dissociada das condições materiais, raciais e territoriais que configuram as experiências no Sul Global. A partir dessa perspectiva, as identidades dissidentes de gênero e sexualidade não são entendidas apenas como expressões individuais de diferença, mas como posicionamentos produzidos na intersecção entre colonialidade, desigualdade social e disputas políticas contemporâneas.

Dialogando com Anzaldúa (1987), esta pesquisa considerou as fronteiras identitárias não apenas como limites impostos, mas como espaços de produção de sentidos,

ressignificação e reinvenção. Viver na fronteira, conforme aponta a autora, implica habitar um lugar de negociação permanente, no qual pertencimentos, linguagens e modos de existir são continuamente reconstruídos (ANZALDÚA, 1987). No contexto brasileiro, essas fronteiras são atravessadas por experiências de precarização, vulnerabilidades e exclusão, o que confere especificidade às formas locais de dissidência.

A dissidência de gênero e sexualidade, conforme mobilizada neste trabalho, refere-se, assim, a um conjunto de práticas, identidades e experiências que rompem com normas historicamente instituídas por regimes patriarcais, coloniais e cisheteronormativos. Trata-se de existências que desafiam a inteligibilidade imposta pelo sistema sexo/gênero binário (RUBIN, 1975) e pelas formas de regulação produzidas pelo Estado, pela ciência e pelas instituições sociais (FOUCAULT, 1988). Essas dissidências não se limitam a uma identidade fixa ou a uma postura exclusivamente consciente de resistência, mas se configuram como posições relacionais em estruturas que produzem reconhecimento diferencial e hierarquização social.

Nesse cenário, a identidade nas “fronteiras” do Sul Global não se apresenta como ponto de chegada, mas como processo contínuo de negociação, resistência e reinvenção. As discursividades analisadas indicam que as categorias identitárias, longe de constituírem soluções definitivas, funcionam como ferramentas provisórias de inserção social, proteção e disputa por legitimidade, ao mesmo tempo em que permanecem expostas a tentativas constantes de captura, normalização e despolitização.

Essa compreensão dialoga diretamente com a Análise de Discurso Crítica, especialmente no que se refere à centralidade da função identitária na linguagem. Como aponta Fairclough (2001), a construção discursiva das identidades desempenha papel fundamental nos processos de transformação cultural e social, pois as formas de nomeação, categorização e definição dos sujeitos refletem e reproduzem relações de poder. Nos materiais analisados, observa-se que as disputas em torno de nomes, pronomes, estéticas e modos de apresentação não são meramente simbólicas, mas constituem arenas centrais de negociação política.

Posto isto, tanto nas experiências de Travestis quanto nas de Não Binárias, a política do nome emerge também como dimensão estratégica. Nomear-se, explicar-se e reivindicar determinados termos implica disputar reconhecimento institucional, pertencimento comunitário e, no caso do TikTok, visibilidade algorítmica. Ao mesmo tempo, esses processos revelam os limites impostos por regimes normativos que tendem a estabilizar, simplificar ou hierarquizar identidades complexas.

Por fim, a articulação entre temporalidades políticas distintas, materialidades desiguais e disputas discursivas permite compreender que as identidades dissidentes de gênero no Brasil não podem ser analisadas a partir de modelos abstratos ou universalizantes. Elas se constituem em contextos marcados por colonialidade, desigualdade e por tradições críticas de organização coletiva e luta social. Nesse quadro, a tensão recorrente entre política identitária e acusações de “identitarismo” aparece como operação discursiva que busca deslegitimar essas formas de existência, obscurecendo suas bases materiais e históricas.

Assim, ao integrar as dimensões da historicidade Travesti, da emergência não binária e das condições estruturais do Sul Global, esta pesquisa revela que as dissidências de gênero se organizam como práticas situadas de resistência, negociação e produção de sentido. Longe de representarem fragmentação política, elas expressam modos específicos de enfrentar desigualdades persistentes, disputando, simultaneamente, reconhecimento, sobrevivência e transformação social.

7. 3 MUDANÇA SOCIAL, FRONTEIRAS E FUTURIDADES DISSIDENTES NO TIKTOK

Meu percurso acadêmico teve início a partir de uma tradição discursiva materialista (conhecida no Brasil como AD), apoiada no linguista francês Michel Pêcheux, vertente que comecei a estudar ainda na graduação, de forma tímida, e que resolvi desenvolver mais profundamente durante o mestrado em Letras na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Minha inscrição no doutorado em Comunicação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) se deu enquanto ainda concluía esse mestrado e, no processo de elaboração do projeto de pesquisa, decidi propor uma mudança de vertente, direcionando-me para a Análise de Discurso Crítica (doravante ADC).

Na entrevista do processo seletivo do doutorado, me recordo da professora Alessandra Primo, a orientadora desta pesquisa, perguntar o motivo dessa mudança de perspectiva teórico-analítica, ao que eu respondi que, via na ADC a possibilidade de aprofundar a investigação sobre os processos de mudança social, na medida em que compreendia que a dimensão da prática social desenvolvida nos estudos de Fairclough (2001) me ofereceria os arcabouços teóricos necessários para avançar nessas reflexões. Portanto, não é possível terminar uma análise discursiva a partir da ADC sem refletir a dimensão da prática social.

Em Discurso e Mudança Social, Fairclough (2001) desenvolve uma reflexão teórica voltada a demonstrar de que modo os processos linguísticos participam da produção de

transformações discursivas e, conseqüentemente, de mudanças sociais. Essa perspectiva também aprofundada e sistematizada em outros trabalhos do autor, em especial na obra desenvolvida em parceria com a socióloga Lilie Chouliaraki, na qual a ADC é situada no campo da ciência social crítica e da pesquisa voltada à compreensão dos processos de mudança social na chamada modernidade tardia (CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999).

Nesse contexto, essa noção de modernidade tardia é mobilizada a partir de Giddens (*apud* CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999) e refere-se às transformações econômicas, culturais e comunicacionais intensificadas nas últimas décadas do século XX, especialmente aquelas associadas ao avanço das tecnologias da informação e dos meios de comunicação, que favoreceram a circulação ampliada e deslocalizada dos signos no tempo e no espaço.

Essa perspectiva fundamenta a proposta transdisciplinar da ADC, que parte da análise da organização social para compreender de que modo as transformações estruturais do capitalismo, o desencaixe das relações sociais e os processos de construção identitária incidem sobre as práticas discursivas. Conforme Giddens *apud* Chouliaraki e Fairclough (1999), esses processos configuram um contexto marcado pela separação entre tempo e espaço, pela intensificação da reflexividade e pela reorganização contínua das relações sociais, elementos que afetam diretamente as formas de produção, circulação e interpretação dos discursos.

Embora a noção de modernidade tardia esteja situada em um contexto histórico específico, sua mobilização neste trabalho tem como objetivo trazê-la como referência para compreender o modo como a noção de mudança social foi historicamente formulada no interior da ADC. Seus desdobramentos permanecem relevantes na medida em que permitem pensar, de forma atualizada, os processos contemporâneos de transformação social, especialmente quando articulados às dinâmicas das mídias sociais e circulação digital dos discursos.

Assim, esta pesquisa mobiliza a perspectiva faircloughiana não para aprofundar o debate sobre a modernidade tardia em si, mas para analisar como, em contextos midiáticos contemporâneos, as disputas discursivas participam da construção, da regulação e da redefinição de identidades e práticas sociais. Nesse sentido, Machado (2009) destaca que o contexto não se restringe à explicação de situações específicas já ocorridas, constituindo também um elemento fundamental para a compreensão de processos em curso e de possibilidades futuras. Tal perspectiva torna-se especialmente relevante quando articulada à noção de mudança social nos estudos críticos do discurso, na medida em que permite

compreender como práticas discursivas historicamente situadas produzem efeitos que ultrapassam o momento imediato de sua enunciação.

Nessa perspectiva, o material analisado permite observar que a mudança discursiva no âmbito da dissidência de gênero (e de sexualidade também) não se limita a novas palavras ou novos termos linguísticos, mas aparece como reorganização de práticas: maneiras de nomear, de explicar, de reivindicar e de regular identidades, práticas que se estabilizam, circulam e entram em conflito no TikTok. No *corpus*, a mudança discursiva se evidencia de forma contundente na tensão entre gramática normativa e demanda por reconhecimento, quando a língua é mobilizada como instância de autoridade para validar ou invalidar sujeitos. Isso se condensa em discursos como “*eu sigo a gramática*” versus “*corrija o artigo*” (exemplo do vídeo 25 na análise de #NãoBinária), transformando a gramática em uma forma de regulação identitária, ao estabelecer que o gênero deve ser deduzido automaticamente pela morfologia e, portanto, que identidades fora da noção binária da língua seriam “impróprias” ou “ininteligíveis”.

Esse funcionamento reaparece também nas cenas em que a não-binariedade é narrada como experiência cotidiana de deslegitimação: pronomes incorretos, insistência no nome morto, documentação e formulários que não comportam a identidade, além de banheiros e filas organizados binariamente. Aqui, a mudança discursiva se apresenta como uma luta para deslocar o que conta como “nome válido”, “pronome possível”, “categoria reconhecível” e, portanto, como um conflito direto com práticas sociais e institucionais que dependem dessas categorias para funcionar.

A mudança discursiva também se manifesta como transformação nos modos de pertencimento, evidenciando que os processos de reconhecimento não se constroem apenas na relação com instituições, mas também nas interações entre sujeitos, na produção de coletivos e repertórios compartilhados. Nos discursos associados à #Travesti, o pertencimento emerge como prática relacional e situada, ancorada em linguagens comuns e em condições materiais de existência, de modo que “ser travesti” se configura menos como marcador identitário fixo e mais como forma de existir e sobreviver.

Do mesmo modo, o trabalho aparece como espaço permanente de negociação do reconhecimento, seja por meio do registro de experiências de transfobia, seja pela afirmação da legitimidade profissional como na formulação “*tô aqui fazendo a minha parte, o meu trabalho*” (exemplo do vídeo 21 de #Travesti), indicando que o reconhecimento de gênero atravessa diretamente a inserção laboral e a segurança cotidiana. Paralelamente, observa-se a

reconfiguração de sentidos associada à contestação de estereótipos, especialmente quando a identidade Travesti, por exemplo, é dissociada da exclusividade do trabalho sexual, como na expressão “*não é só na rua*” (exemplo do vídeo 12 de #Travesti), que articula escolarização, qualificação e mobilidade social como formas de ruptura com discursos historicamente estigmatizantes.

Contudo, toda a mudança discursiva e, conseqüentemente, social, abre disputas. Sendo assim os processos de reconhecimento e pertencimento observados nas análises são atravessados por mecanismos de regulação identitária e regulação estética, nos quais a legibilidade de gênero funciona como critério de validação das identidades. A articulação entre desejo e leitura social como mulher cis, bem como a centralidade da androginia nos discursos sobre não-binariedade, indicam que a expressão de gênero tende a ser organizada a partir de parâmetros normativos de inteligibilidade. Nessa dinâmica, a estética deixa de operar apenas como forma de afirmação individual e passa a estruturar hierarquias internas, definindo quais performances são mais facilmente reconhecidas, legitimadas e valorizadas nos espaços de circulação.

As disputas discursivas analisadas também se inscrevem em uma dimensão política mais abrangente, na qual a ampliação da visibilidade e do reconhecimento das identidades travestis e não binárias convive com processos simultâneos de vigilância, controle e reação conservadora. Ao longo desta pesquisa, observa-se que os deslocamentos nos modos de nomeação, de pertencimento e de legibilidade impactam diretamente as formas de organização das pautas e das fronteiras do campo LGBTQIAP+, reconfigurando o lugar de “T” tanto em termos de continuidade histórica quanto de expansão identitária.

Nesse cenário, iniciativas institucionais recentes voltadas à inclusão de pessoas trans, como cotas em concursos públicos em algumas localidades, vagas afirmativas no mercado de trabalho, acesso à terapia hormonal pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e o direito à mudança de nome e gênero em documentos, coexistem com discursos políticos, legislativos e midiáticos que reafirmam modelos binários de gênero e produzem enquadramentos moralizantes e persecutórios, a exemplo de projetos de lei que tentaram restringir o uso do nome social em escolas, como o PDL 898, de autoria do Deputado Victório Galli, de discursos parlamentares que associam identidades trans à “ideologia” ou à ameaça moral, bem como da criação de articulações políticas como a Aliança LGB, que buscam excluir a população trans das pautas e da representação no interior do movimento. Essas transformações materializam a noção de mudança social em Fairclough (2001), ao evidenciar

que o discurso não apenas reflete processos sociais, mas participa ativamente de sua produção.

As dinâmicas de disputa, ambivalência e regulação que aparecem no texto, nas práticas discursivas e, como apresento nesta seção, também nas práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2001) podem ser mobilizadas também a partir da noção de fronteira proposta por Anzaldúa (1987), entendida não como limite fixo, mas como espaço de tensão, conflito, criação, reinvenção e resistência política. No *corpus*, as experiências de travestis e pessoas não binárias trazidas nos discursos frequentemente se inscrevem nesses territórios instáveis, nos quais reconhecimento e deslegitimação, visibilidade e vigilância, pertencimento e exclusão coexistem.

Defendo que se trata de espaços nos quais as identidades são constantemente negociadas, ressignificadas e reconstruídas, em diálogo com expectativas normativas, demandas institucionais e estratégias de sobrevivência, atravessadas por marcadores de gênero, sexualidade, classe, raça e território. Nessa perspectiva, os discursos analisados revelam também modos de existir nas fronteiras que não se restringem à vivência da opressão, mas também à produção de práticas de reinvenção subjetiva e de resistência política, fazendo do TikTok um espaço no qual se constroem formas possíveis de vida em contextos marcados por desigualdades e disputas.

Nesse movimento, os discursos, as práticas discursivas e as práticas sociais analisadas aproximam-se da concepção de futuridade *queer* desenvolvida por Muñoz (2009), que, neste trabalho, é mobilizada como futuridade dissidente de gênero e sexualidade, na medida em que a experiência *queer* e, aqui, as experiências dissidentes de gênero e sexualidade, se organizam menos como acomodação ao presente e mais como recusa de sua suficiência, orientada por horizontes de possibilidade ainda não realizados.

Ao insistirem em novos modos de nomeação, pertencimento, visibilidade e reconhecimento que excedem as normatividades vigentes, pessoas travestis e não binárias no TikTok produzem não apenas respostas às formas de regulação, mas também gestos orientados ao “*ainda não*”, à imaginação de outras formas de vida, de vínculo e de existência social. Nesse sentido, as práticas analisadas não se restringem à disputa por espaço no presente, mas articulam formas de antecipação política e subjetiva que tensionam os limites do agora, recolocando a questão sobre em que medida o TikTok pode operar como espaço de produção de futuridades dissidentes.

Diante das formas de antecipação, reinvenção e disputas trazidas nos discursos analisados, é preciso interrogar mais diretamente o próprio estatuto da mídia social, repetindo uma questão já trazida anteriormente: em que medida o TikTok pode sustentar, limitar ou reconfigurar essas futuridades dissidentes, e até que ponto ele pode ser compreendido como um espaço efetivamente *queer* ou, melhor, dissidente de gênero?

7.4 É POSSÍVEL O TIKTOK SER *QUEER*? OU MELHOR, É POSSÍVEL O TIKTOK SER DISSIDENTE DE GÊNERO?

No dia 10 de dezembro de 2025, delimito formalmente a saída da conta @PesquisandoTikTok da mídia social. Nesse momento, as coletas realizadas no início de dezembro já haviam sido organizadas, transcritas e descritas, e eu já havia iniciado os procedimentos de codificação do material no *software* NVivo. A saída do TikTok, longe de significar um afastamento efetivo, revelou-se, paradoxalmente, como outra forma de permanência.

Conforme o *The Walkthrough Method*, proposto por Light, Burgess e Duguay (2018), que serviu de inspiração para as primeiras inserções no TikTok, a análise de um aplicativo envolve não apenas o uso cotidiano, mas também os processos de entrada, interrupção e saída. Os autores destacam a importância de observar como as mídias sociais continuam operando mesmo quando o acesso é suspenso, por meio de notificações e convites ao retorno.

Mesmo após deixar de acessar o aplicativo pela conta criada para a pesquisa, continuei recebendo notificações constantes no e-mail criado para a conta convidando ao retorno (Figura 17). O que me despertou atenção, nesse processo, não foi apenas a insistência da convocação, mas o modo como ela se organizava: os conteúdos mobilizados para me trazer de volta eram, de forma recorrente, vídeos relacionados a travestis e a pessoas não binárias.

Figura 17 – E-mails recebidos após a saída do TikTok



Fonte: Autora.

Esse movimento aparentemente banal de fechar o aplicativo e, ainda assim, permanecer atravessada por ele tornou-se um ponto de inflexão analítico. Ele demonstra que o TikTok não se limita ao tempo da navegação, mas opera por meio de uma lógica contínua de reconvocação, personalização e antecipação de interesses. A mídia social não apenas exhibe conteúdos: ela aprende, memoriza, seleciona e devolve recortes específicos da experiência como estratégia de retenção.

A partir dessa constatação, comecei a refletir novamente sobre uma questão que eu já havia sido atravessada durante a pesquisa: é possível afirmar que o TikTok é, em si, uma mídia social *queer*? Ou, mais precisamente, é possível compreendê-lo como um espaço de produção e sustentação da dissidência de gênero? Ou estaríamos diante de um ambiente no qual práticas dissidentes emergem apesar das estruturas técnicas, econômicas e normativas que o organizam?

Essas questões deslocam o foco da simples presença de pessoas dissidentes de gênero na mídia social para a forma como suas experiências são mediadas, capturadas e reorganizadas algoritmicamente. Mais do que um espaço de expressão, o TikTok configura-se como um dispositivo que transforma a dissidência em dado, padrão de circulação e mecanismo de engajamento. Assim, refletir sobre a possibilidade de um “TikTok dissidente de

gênero” implica interrogar simultaneamente seus usos, seus limites e seus modos de governabilidade das identidades.

Os resultados desta pesquisa indicam que os discursos e as práticas discursivas mobilizadas por travestis e pessoas não binárias no TikTok não se limitam à reação às formas de regulação e normatização impostas à dissidência de gênero. Conforme demonstrado nas análises, tais discursos e práticas operam também como gestos orientados ao “*ainda não*”, isto é, como antecipações simbólicas, políticas e subjetivas de outras formas possíveis de existência, pertencimento e reconhecimento.

Neste trabalho, como já apresentado, essa noção é mobilizada como futuridade dissidente de gênero e sexualidade, situada no contexto brasileiro e atravessada por dinâmicas específicas de visibilidade, pertencimento e disputa. Assim, os discursos e as práticas analisadas não configuram apenas respostas às violências simbólicas, discursivas e institucionais, mas constituem formas de antecipação política, na medida em que produzem repertórios compartilhados de nomeação, visibilidade e pertencimento.

Ao reiterarem marcadores identitários, explorarem estratégias narrativas e negociarem regimes de legibilidade, pessoas dissidentes de gênero e sexualidade constroem modos socialmente inteligíveis de existir nesse espaço digital, tensionando os limites impostos pelas normatividades vigentes. Tal processo pode ser mobilizado a partir da perspectiva de Fairclough (2016), para quem o discurso participa ativamente dos processos de mudança social, contribuindo para a redefinição das identidades e dos modos de subjetivação em contextos institucionais e midiáticos.

Ao mesmo tempo, as análises revelam que essas futuridades dissidentes de gênero e sexualidade não se constituem de forma autônoma ou desvinculada das estruturas da mídia social. Conforme já problematizado ao longo do trabalho, o TikTok opera por meio de lógicas algorítmicas, econômicas e normativas que condicionam a circulação dos conteúdos, hierarquizam visibilidades e estabelecem critérios de reconhecimento. Nesse contexto, a emergência de práticas dissidentes de gênero e sexualidade ocorre em permanente tensão com os mecanismos de personalização, retenção e mercantilização da atenção.

Essa ambivalência aproxima-se das reflexões desenvolvidas por Skinner (2023), ao demonstrar que o TikTok tem sido apropriado por pessoas dissidentes de gênero e sexualidade como espaço de performance, comunidade e imaginação utópica, ainda que tais usos se deem no interior de uma infraestrutura orientada por interesses corporativos e regimes de governança digital. Mais do que constituir um ambiente intrinsecamente *queer*, ela explica

que a mídia social é colocada em usos dissidentes por seus usuários, que a mobilizam como meio de produção de sentidos, vínculos e futuros possíveis.

Uma noção que é reforçada por Fox e Warber (2015), ao demonstrarem que pessoas LGBTQIAP+ em suas redes digitais tendem a adotar estratégias ativas para tornar os ambientes online mais acolhedores, visíveis e afirmativos. Segundo os autores, sujeitos que se apresentam de forma aberta em suas redes frequentemente mobilizam discursos, estéticas e dinâmicas relacionais voltadas à construção de espaços percebidos como seguros e inclusivos. Desse modo, a configuração de ambientes digitais não é determinada exclusivamente pelas estruturas técnicas das plataformas, mas também pelos usos sociais que nelas se produzem. Portanto, as dinâmicas de dissidência de gênero no TikTok são, em grande medida, resultado da ação coletiva e cotidiana de seus usuários, que, por meio de seus modos de se apresentar, interagir e circular seus conteúdos, tensionam os regimes normativos e reconfiguram temporariamente os sentidos atribuídos à mídia social.

Essa dimensão já havia sido apontada em pesquisas anteriores sobre sociabilidade digital. McKenna e Bargh (1998), ao analisarem a participação em grupos online relacionados à identidade sexual, observaram que esses espaços favoreciam processos de autoaceitação e redução do isolamento social, produzindo o que os autores denominam como “desmarginalização”. O fato de esse efeito ter sido identificado ainda no final da década de 1990 indica que, muito antes da consolidação das mídias sociais contemporâneas, os ambientes digitais já funcionavam como espaços relevantes para a construção subjetiva, o fortalecimento identitário e a produção de vínculos entre sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade.

Os resultados desta pesquisa sugerem que o TikTok não pode ser tomado como um espaço “naturalmente” dissidente de gênero. Trata-se, antes, de um campo atravessado por disputas contínuas, no qual práticas de regulação convivem com estratégias de resistência, e dinâmicas de captura algorítmica coexistem com movimentos de reinvenção subjetiva. Nesse cenário, as futuridades dissidentes de gênero e sexualidade analisadas não emergem como efeito automático da mídia social, mas como produções discursivas e sociais que se afirmam em tensão com suas estruturas técnicas e econômicas, muitas vezes operando nas brechas que elas mesmas deixam abertas.

Ao longo desta pesquisa, permanecer no TikTok foi condição para compreender seus regimes de visibilidade, seus mecanismos de regulação e as formas pelas quais a dissidência de gênero é ali produzida, negociada e, por vezes, capturada. No entanto, o próprio processo

analítico revelou que permanecer nunca é neutro: implica ser continuamente interpelada e reconduzida aos fluxos algorítmicos da mídia social. As notificações recebidas após a saída tornaram explícito que o TikTok não se encerra com o fechamento do aplicativo. Ele persiste, convoca e insiste. Produz uma presença que atravessa o tempo da pesquisa e se estende para além dela.

Encerrar este trabalho, portanto, significa também responder à pergunta que surgiu ao final do percurso de pesquisa, no momento da saída da conta na mídia social: “*Deseja sair do TikTok?*”. Não como gesto de negação das potências ali produzidas, mas como reconhecimento de que este ciclo de investigação se conclui aqui, ao mesmo tempo em que abre espaço para novos deslocamentos, outras perguntas e futuras pesquisas.



Depois de acompanhar, analisar e tensionar esse espaço, a resposta possível é: **sim**.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma pesquisa de doutorado não se constrói a partir de respostas prontas, mas de inquietações que insistem em permanecer. Ao longo deste percurso, foram as perguntas, as leituras, os encontros e as experiências compartilhadas que deram forma a este trabalho. Entre aproximações e distanciamentos, certezas provisórias e revisões constantes, esta tese foi sendo tecida como parte de um processo de formação intelectual, política e ética. Investigar dissidências de gênero brasileiras em um ambiente digital significou, sobretudo, aprender a permanecer em movimento diante da complexidade dos fenômenos analisados.

Foi a partir desse movimento contínuo de inquietação e deslocamento que esta pesquisa se orientou para compreender os modos pelos quais as identidades dissidentes de gênero, em especial as identidades Travesti e Não Binária, vêm sendo constituídas, negociadas e reguladas em articulação entre dinâmicas digitais, relações sociais e condições materiais de existência. Ao tomar os discursos em circulação no TikTok como ponto de partida, o trabalho buscou analisar como reconhecimento, pertencimento e regulação se entrelaçam na produção de inteligibilidade identitária no contexto brasileiro, sob condições marcadas por desigualdades históricas, disputas simbólicas e regimes intensificados de visibilidade.

A análise dos materiais revelou que reconhecimento, pertencimento e regulação não se apresentam como dimensões autônomas, mas se constituem em permanente articulação, formando um circuito dinâmico no qual a busca por visibilidade se entrelaça à construção de vínculos comunitários e aos mecanismos, frequentemente internalizados, de controle. Nesse movimento, tornar-se reconhecível passa a exigir um trabalho contínuo de explicação, legitimação e pedagogia identitária, orientado por parâmetros normativos que delimitam quais existências se tornam socialmente legíveis.

Nesse processo, as dinâmicas de circulação dos conteúdos no TikTok assumiram um papel decisivo. A apropriação de *hashtags*, tendências, áudios e formatos recorrentes demonstrou que as identidades se constituem também como práticas discursivas orientadas à visibilidade, na qual “*aprender a dizer-se*” de maneira estratégica torna-se condição para acessar reconhecimento e pertencimento. Como discutido ao longo da pesquisa, essas estratégias não apenas ampliam o alcance dos discursos, mas contribuem para a sedimentação

de repertórios compartilhados e para a estabilização provisória dos sentidos atribuídos às identidades dissidentes de gênero.

Assim, entendo que a mídia social não é apenas um suporte técnico, mas um espaço de enunciação em que o discurso é continuamente (re)produzido e interpretado de acordo com as lógicas algorítmicas e sociais que o atravessam. Os vídeos, que compõem o *corpus* são, portanto, resultados de práticas de produção moldadas pelas condições institucionais e econômicas da própria mídia social (como as tendências, sons em alta e formatos audiovisuais predominantes) e de práticas de consumo que se orientam pelo desejo de pertencimento, reconhecimento e visibilidade.

Ao colocar em diálogo as identidades Travesti e Não Binária, a pesquisa revelou como distintas formas de historicidade produzem estratégias específicas de reconhecimento, construção de vínculos comunitários e enfrentamento da regulação. Na análise de #Travesti, sobressaem trajetórias atravessadas por lutas históricas, materialidades concretas e redes de sobrevivência que ancoram a identidade em experiências coletivas de resistência. Já em #NãoBinária, observa-se uma centralidade mais acentuada da linguagem, da estética e da pedagogia coletiva como eixos de constituição identitária. A articulação entre continuidades e deslocamentos revelou, assim, a heterogeneidade interna das dissidências de gênero no Brasil, afastando leituras homogeneizantes e universalizantes.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a articulação entre a Análise de Discurso Crítica, crítica *queer* de cor e as mobilizações teóricas sobre identidade, gênero, sexualidade e dissidências possibilitou apreender a constituição das identidades em sua dimensão simbólica, material e tecnológica. Ao considerar texto, prática discursiva e prática social, o estudo buscou não reduzir os fenômenos analisados à dimensão representacional, mas compreendê-los em sua inserção nas dinâmicas concretas da vida social, conforme orientam abordagens críticas comprometidas com a mudança social.

Ao longo da pesquisa, a crítica recorrente nomeada de identitarismo, que tende a apresentar as lutas identitárias como obstáculo à construção de agendas políticas mais abrangentes, foi sendo tensionada pelos próprios materiais analisados. Nos discursos de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, a identidade não aparece como fechamento individualista, mas como condição concreta para a construção de vínculos, para a produção de pertencimento e para o acesso a direitos, políticas públicas e formas de proteção social. Trata-se, assim, de uma mobilização estratégica, situada e historicamente marcada, que responde a contextos de exclusão e violência. Além disso, os vídeos analisados demonstram

que as afirmações identitárias não se dissociam de questões relativas a classe, trabalho e sobrevivência material, revelando que identidade e materialidade se articulam na experiência cotidiana desses sujeitos, em vez de se excluírem mutuamente.

A partir da pergunta que orientou esta pesquisa, a análise das identidades Travesti e Não Binária em circulação no TikTok mostrou como reconhecimento, pertencimento e regulação se entrelaçam na produção da inteligibilidade identitária no contexto brasileiro. Ao investigar estratégias discursivas, circuitos de visibilidade e suas articulações com práticas sociais, o trabalho demonstrou que essas identidades se constituem em permanente negociação com normas, dispositivos algorítmicos e condições materiais de existência. Ao tensionar concepções universalizantes de *queer* e ao articular identidade, classe e trabalho, a investigação reafirma a importância de pensar as dissidências de gênero a partir de suas experiências históricas, sociais, culturais, linguísticas e políticas situadas.

Ao tomar as dissidências de gênero em circulação no TikTok como objeto de investigação, esta pesquisa oferece contribuições para o campo da comunicação, dos estudos de gênero e das teorizações *queer* desenvolvidas no Brasil, ao analisar essas experiências a partir de suas condições históricas, políticas e materiais. A mobilização da Análise de Discurso Crítica também possibilitou abordar a constituição das identidades não apenas como fenômeno simbólico, mas como processo social atravessado por desigualdades, disputas e regimes de visibilidade, ampliando as formas de reflexão sobre gênero, sexualidade e mídias sociais no contexto brasileiro.

Como toda investigação situada, este estudo apresenta limites. O recorte temporal, a seleção específica do *corpus* e o foco em duas identidades não esgotam a complexidade das experiências dissidentes no ambiente digital. Pesquisas futuras podem ampliar esse escopo, incorporando outros marcadores identitários, mídias sociais, contextos regionais e arranjos tecnológicos, bem como aprofundar a análise das relações entre economia da atenção, monetização e produção de subjetividades.

Este trabalho não se encerra na busca por conclusões finais, mas na afirmação de que as perguntas que o atravessaram seguem em movimento. Ao final desta escrita, permanecem inquietações, deslocamentos e possibilidades que continuam a interpelar o olhar e a exigir novas leituras, novos recortes, novas análises e novas formas de investigação. Afinal, as identidades não se fixam: elas se transformam e se reinventam nas tramas da vida social.

REFERÊNCIAS

- ABIDIN, C. Visibility labour: Engaging with influencers' fashion brands and #OOTD advertorial campaigns on Instagram. **Media International Australia**, v. 161, n. 1, p. 86–100, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/1329878X16665177>.
- ALVES, M.; ALKMIN, G. Identitarismos, democracia e direitos fundamentais. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 58, n. 231, p. 11-34, jul./set. 2021.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-IV**. 4. ed. Washington, DC: APA, 1994.
- ANDRADE, O.; CUPELLO, P. A governamentalidade neoliberal e a tecnoprecarização do empreendedor de si mesmo. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 35, n. 2, p. 1–19, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.31423/oikos.v35i2.18617>. Acesso em: 06 fev. 2026.
- ANGIOLILLO, F. Novos recortes buscam expandir o debate sobre a questão LGBTI+ no Brasil. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 330, p. 82–85, ago. 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/novos-recortes-buscam-expandir-o-debate-sobre-a-questao-lgbti-no-brasil/>. Acesso em: 2 nov. 2024.
- ANZALDÚA, G. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco, Aunt Lute, 1987.
- ARQUIVO NACIONAL. Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. História Luso-Brasileira, [s.d.]. Disponível em: https://historialuso.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5659:tribunal-do-santo-oficio-da-inquisicao&catid=2088&Itemid=121. Acesso em: 2 nov. 2024.
- ASSOCIATION OF INTERNET RESEARCHERS. **Internet research: ethical guidelines 3.0**. AoIR, 2020. Disponível em: <https://aoir.org/reports/ethics3.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2025.
- BAGAGLI, B.P. **Transexualidade e a patologização das identidades trans: uma análise crítica da cisnormatividade**. São Paulo: Annablume, 2021.
- BALDINI, M. **A invenção da moda: as teorias, os estilistas, a história**. Portugal: Edições 70, 2005.

BARROS, D. **O que é identitarismo?** São Paulo: Boitempo, 2024.

BERLANT, L. **The queen of America goes to Washington city: essays on sex and citizenship.** Durham: Duke University Press, 1997.

BISHOP, S. Managing visibility on YouTube through algorithmic gossip. **New Media & Society**, v. 22, n. 10, p. 1689–1706, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1461444819854731>. Acesso em: 7 abr. 2025.

BOE, C.; et al. Cisnormativity and health inequalities: the impacts on trans people's lives. **Social Science & Medicine**, v. 244, p. 112463, 2020.

BOEKER, M.; URMAN, A. An Empirical Investigation of Personalization Factors on TikTok. In: WEB CONFERENCE, 2022, Lyon, France. **Proceedings of the ACM Web Conference 2022**, p. 2298–2309, 2022. DOI: 10.1145/3485447.3512102

BOELLSTORFF, T. Queer techne: two theses on Methodology and Queer studies. In: BROWNE, K.; NASH, C. J. (Eds.). **Queer methods and methodologies: intersecting queer theories and social science research.** New York: Routledge, 2016.

BRAIDOTTI, Rosi. Diferença, Desigualdade e Subjetividade Nômade. Tradução: Roberta Barbosa. **Labrys, estudos feministas**, n.1-2, 2002.

BREVILHERI, Ursula Boreal Lopes. **As armas da cisnormatividade contra a linguagem não binária no Brasil: colonialidade, conservadorismo e ação legislativa (2020–2024).** 2025. 130 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

BROWN, G. Queer Movement. In: PATERNOTTE, D; TREMBLAY, M., Org(s). **The Ashgate Research Companion to Lesbian and Gay Activism.** Routledge: 2015.

BUCHER, T. Want to be on the top? Algorithmic power and the threat of invisibility on Facebook. **New Media & Society**, v. 14, n. 7, p. 1164–1180, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1461444812440159>. Acesso em: 20 maio 2025.

BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: Louro, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade** Belo Horizonte, Autêntica, 2001, pp.151-172.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, M.; CARRARA, S. Em direito a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, ago. 2013.

CAVALCANTI, F.; PATEO, F.; SILVA FILHO, A. A inserção e as características das pessoas trans no assalariamento formal. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), n. 80, out. 2025. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/09d317ff-dd39-4e89-af8f-685319b52baf/content> . Acesso em: 20 jan. 2026.

CHARMARAMAN, L.; HODES, R.; RICHER, A. M. Young sexual minority adolescent experiences of self-expression and isolation on social media: cross-sectional survey study. **JMIR Mental Health**, v. 8, n. 9, e26207, 2021. DOI: 10.2196/26207. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8482247/>. Acesso em: 05 fev. 2026.

CHENEY-LIPPOLD, John. A new algorithmic identity: soft biopolitics and the modulation of control. **Theory, Culture & Society**, London, v. 28, n. 6, p. 164–181, 2011.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COHEN, C. Punks, Bulldaggers, and Welfare Queens: The Radical Potential of Queer Politics? **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, v. 3, n. 4, p. 437–465, 1997.

COHEN, S. **Folk Devils and Moral Panics**. 3ª ed. London: Taylor & Francis. 282 p. 2011.

COLLING, L. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015. 268 p.

COLLING, L.; ARRUDA, M.; NONATO, M.. Perfechatividades de gênero: a contribuição das fechativas e afeminadas à teoria da performatividade de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 57, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201900570002>

COUTO, L. Tadeu Schmidt revela como reagiu quando filha se assumiu LGBT. **Terra**, 22 mar. 2024. Disponível em: https://www.terra.com.br/nos/tadeu-schmidt_-revela_-como-reagiu-quando-filha-se-assumiu-lgbt.0dbf1593ad5591fc19421a9df5fe6c4cehcqhmmh.html.

Acesso em: 27 mar. 2025.

CRANE, D.; COIMBRA, C. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo: Senac São Paulo, 2006.

DA CAMPO, L.; VINHAS, L. O funcionamento discursivo de tags em vídeos de site pornográfico. **Domínios de Linguagem**, v. 17, p. e1702–e1702, 2 jan. 2023.

DA CAMPO, L. Projeto Cuíer. **Medium**, 2023. Disponível em: <https://medium.com/projeto-cu%C3%ADer/o-projeto-cu%C3%ADer-e891c68867ae>. Acesso em: 24 mai. 2024.

DA SILVA, M. **Zonas de te(n)são entre desejo e nojo: cisgeneridade como paradigma de subjetivação sexual**. 2023. 176 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. Disponível em: <http://app.uff.br/riuff/handle/1/28695>. Acesso em: 13 abril. 2025.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE LAURETIS, T. **The practice of love: lesbian sexuality and perverse desire**. Bloomington: Indiana University Press, 1995.

DE MELO, V. **Ensaio de antropologia brasileira**. Natal: Imprensa Universitária. 1973.

DIAMOND, L. M. **Sexual fluidity: understanding women's love and desire**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2008.

FAIRCLOUGH, N. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, Emília R. (Org.). **Análise de Discurso Crítica: uma perspectiva sócio-política e funcional**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. p. 77-104.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade De Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. Análise de Discurso Crítica como método em pesquisa social científica. **Linha d'Água**, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329>. Acesso em: 09 fev. 2024.

FERGUSON, R. **Aberrations in black: toward a queer of color critique**. Minneapolis, Minn ; London: University Of Minnesota Press, 2004.

FERREIRA, S. A questão identitária nas eleições municipais de 2020. **ALCEU (ONLINE)**., v. 23, p. 70-93, 2024.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOX, J.; WARBER, K.. Queer identity management and political self-expression on social networking sites: a co-cultural approach to the spiral of silence. **Journal of Communication**, v. 65, n. 1, p. 79–100, 2015.

GALINSKY, A. D. et al. The Reappropriation of Stigmatizing Labels: The Reciprocal Relationship Between Power and Self-Labeling. **Psychological Science**, v. 24, n. 10, p. 2020–2029, 2013.

GILLESPIE, T. The relevance of algorithms. In: GILLESPIE, Tarleton; BOCZKOWSKI, Pablo J.; FOOT, Kirsten A. (org.). **Media technologies: essays on communication, materiality, and society**. Cambridge, MA: MIT Press, 2014.

Global TikTok user age and gender distribution 2023. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1299771/TikTok-global-user-age-distribution>. Acesso em: 29 fev. 2024.

GOOGLE ARTS & CULTURE. Dando Pinta no Brasil Colônia. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/ywXxy-jvg4sUpq>. Acesso em: 3 nov. 2024.

GOPINATH, G. **Impossible desires: queer diasporas and South Asian public cultures**. Durham: Duke University Press, 2005.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: HALL, Stuart; DU GAY, Paul (Org.). **Questions of Cultural Identity**. Londres: SAGE, 1996. p. 1-17.

HALL, S. Cultura, globalização e a identidade nacional. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 47-73.

HALL, S. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALPERIN, D. M. **Saint Foucault: towards a gay hagiography**. New York: Oxford University Press, 1995. p. 62.

HIRSCHFELD, M. **Transvestites: the erotic drive to cross-dress**. Prometheus, 1991.

HOSTGATOR. Como brasileiros ganham dinheiro na internet. Pesquisa HostGator. São Paulo: HostGator, 2024. E-book. Disponível em: <https://www.hostgator.com.br/blog/pesquisa-hostgator-como-brasileiros-ganham-dinheiro-internet/> Acesso em: 20 jan. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INDEC). **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2022 — Resultados definitivos**. Buenos Aires: INDEC, 2023. Disponível em: <https://www.indec.gob.ar/indec/web/Institucional-Gacetilla-Completa-480> . Acesso em: 10 ago. 2025.

IRINEU, B. A. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. **Revista Em Pauta**, v. 12, n. 34, 28 dez. 2014.

IRINEU, L. M.; SOUZA, M. M. F de; GARANTIZADO JÚNIOR, J. O. da S. Discurso do professor e problematização da prática docente: argumentação, interdiscurso e representação. **Caderno de Letras UFF**, Niterói, v. 29, n. 57, p. 273-297, 2º semestre 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/cadletrasuff.2018n57a550>. Acesso em: 25 jan. 2026.

JENNINGS, R. How TikTok became a haven for queer and questioning kids. 2021. Disponível em: <https://www.vox.com/the-goods/22606245/tiktok-queer-fluid-bisexuality-nonbinary-filter>. Acesso em: 8 abr. 2025.

JENZEN, Olu. Trans youth and social media: moving between counterpublics and the wider web. **Gender, Place & Culture**, v. 24, n. 11, p. 1626–1641, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0966369X.2017.1396204>. Acesso em: 05 fev. 2026.

KARTALIJA, T. **Neoliberalism and TikTok's Day in the Life Trend**. 2024. Dissertação (Mestrado em Communication Media Studies) – University of Oregon, Eugene, 2024. Disponível em: <https://scholarsbank.uoregon.edu/server/api/core/bitstreams/addae13c-82f5-40ce-b36f-e7a28342a3f9/content>. Acesso em: 19 jan. 2026.

KEMP, S. TikTok users, stats, data & trends for 2025. DataReportal, 12 mar. 2025. Disponível em: <https://datareportal.com/essential-tiktok-stats>. Acesso em: 29 mar. 2025.

LAU, H. D. **Pelo direito e orgulho de ser heterossexual no terceiro domingo de dezembro**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LI, J., WANG, Y., ZHANG, S., & SRIVASTAVA, V. Slapping cats, bopping heads, and oreo shakes: Understanding indicators of virality in TikTok short videos. **arXiv preprint**, arXiv:2111.02452, 2021. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2111.02452>. Acesso em: 21 dez. 2025.

LIGHT, B.; BURGESS, J.; DUGUAY, S. The walkthrough method: An approach to the study of apps. **New Media & Society**, v. 20, n. 3, p. 881–900, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444816675438>

- LORDE, A. **Sister Outsider: Essays and Speeches**. New York: Penguin Books, 1984. p. 114–123.
- LOURO, G. **O corpo educado**. 2a Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LOURO, G. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 07-42.
- LUGARINHO, M. Como traduzir a teoria queer para a língua portuguesa. **Gênero**, Niterói, v. 1, n. 2, 2001, pp. 33-40.
- LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H (org). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- MACHADO, R. F. Sentido, estrutura e contexto situacional. **Anais do Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (V Siged)**. Universidade de Caxias do Sul, 2009. Disponível em: <https://cutt.ly/EnmcrY8>. Acesso em: 6 mar. 2021.
- MAGALHÃES, I. Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 135–151, 1986.
- MAGALHÃES, I. Análise de discurso crítica: a constituição de um campo de estudo. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 21, n. especial, p. 1–9, 2005.
- MALDONADO, A. E.. Procesos comunicacionales, recepción, educación y transmetodología. BONIN, Jiani Adriana, ROSÁRIO, Nísia Martins do. (orgs). In: **Metodologías de investigación en comunicación: perspectivas transformadoras en la práctica investigativa**. Quito: CIESPAL, 2013. (e-book).
- MARTIN, B. Sexualities without genders and other queer utopias. **Diacritics**, Baltimore, v. 24, n. 2/3, p. 104-121, 1994.
- MATSUNO, E.; BUDGE, S. L. Non-binary/Genderqueer Identities: a Critical Review of the Literature. **Current Sexual Health Reports**, v. 9, n. 3, p. 116–120, 13 jul. 2017.
- MATSUZAKA, S.; KOCH, D. E. Trans Feminine Sexual Violence Experiences: The Intersection of Transphobia and Misogyny. **Affilia**, v. 34, n. 1, p. 28–47, 2019.

MCKENNA, K. A.; BARGH, J. Coming out in the age of the Internet: identity “demarginalization” through virtual group participation. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 75, n. 3, p. 681–694, set. 1998. DOI: 10.1037/0022-3514.75.3.681.

MIGNOLO, W. Desobediência Epistémica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – dossiê: Literatura, língua e identidade**, nº 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/KckOzl>. Acesso em: 20 de março de 2024.

MIGUEL, L. F. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 62, 2021.

MILLER, S.D.; TAYLOR, V.; RUPP, L.J. Social movements and the construction of queer identity. In: Serpe RT & Stets JE (Series Ed.), **New Directions in Identity Theory and Research**. Oxford University Press, 2016.

MILLS, C. W. Do artesanato intelectual. In: **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MIÑOSO, T.E. El futuro ya fue: una crítica a la idea del progreso en las narrativas de liberación sexo-genérica y queer identitarias en Abya Yala. In: FERRERA-BAANQUET, Raúl Moarquech. **Andar Erótico Decolonial**. Buenos Aires, Ediciones del Signo, 2015, pp.21-35.

MISKOLCI, R. Não somos, queremos: reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. in L. Colling (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador, EDUFBA. pp. 37 - 56, 2011.

MOSHIN, M. (2020). Nova rede social em número: TikTok no Brasil [infográfico]. Oberlo. Disponível em: <https://www.oberlo.com.br/blog/estatisticas-TikTok>. Acesso em: 29 fev. 2024.

MUÑOZ, J. E. **Cruising Utopia: the Then and There of Queer Futurity**. New York: New York University Press, 2009.

OLIVEIRA, G. **Estudo de caso sobre sodomia durante a Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil (séc. XVI)**. 2018. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, 2018.

OLIVEROS, V.; SIMISON, E. Why did Argentina just elect a radical right-wing political outsider? **Journal of Democracy**, [S. l.], nov. 2023. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/elections/why-did-argentina-just-elect-a-radical-right-wing-political-outsider/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 1. ed. Campinas: Pontes, 1983

PARKER, R. **Abaixo do Equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2002

PACIENTE, R.; PRANOTO, E. P.; WOOLARD, A.; MUNRO, E.; LOMBARDI, K. The queers are all right: a content analysis of LGBTQIA+ mental health on TikTok. **Culture, Health & Sexuality**, v. 26, n. 6, p. 778–789, 2024. DOI: 10.1080/13691058.2023.2253882.

PAIVA, E. A diversidade sexual entre povos indígenas do Brasil. **Tellus**, p. 363–367, 2020.

PAPACHARISSI, Zizi. **Affective publics: sentiment, technology, and politics**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

PELÚCIO, L. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Revista Periódicus**, v. 1, n. 1, p. 68, 7 jan. 2014.

PERRETT, C. Transgender TikTok creators say the app’s mysterious “For You” page is a breeding ground for transphobia and targeted harassment. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/tiktok-transphobia-problem-creators-report-harassment-threats-2021-2>. Acesso em: 8 abr. 2025.

PINTO, M. A sodomia no mundo luso-brasileiro do século XVII: entre o delito e a espécie. In: SOUTO MAIOR, Paulo; QUINALHA, Renan (org.). **Novas fronteiras da história LGBTI+ no Brasil**. São Paulo: Elefante, 2023. São Paulo: Elefante, 2023.

PRECIADO, B. (2011). Multidões Queer: Notas para uma política dos ‘anormais’. **Estudos Feministas**, 19(1), 11-20.

REA, C. A. Queer of colour e deslocamentos para o Sul Global. Disponível em: https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503763392_ARQUIVO_FazendoGenero2017modelo.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.

REA, C. A.; AMANCIO, I. M. S. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of colour e trânsitos para o Sul. **Cadernos Pagu**, 4 out. 2018.

RICHARDSON, N.; SMITH, C.; WERNDLY, A. **Studying Sexualities**. Basingstoke: Bloomsbury Publishing, 2013.

RIOS, Roger Raupp. **Direito da antidiscriminação: discriminação direta, indireta e ações afirmativas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

ROCAMORA, A. **Fashioning the Self in the Digital Age: Online Identities and Aesthetic Practices**. London: Bloomsbury, 2022.

ROCHA, C. **Masculinidades e Inquisição – Gênero e sexualidade na América Portuguesa**. Jundiaí, Paco Editorial, 2016.

RUBIN, G. The traffic in women. In: REITER, R. (Org.). **Toward an anthropology of women**. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

RUBIN, G. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. 1984. *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. Ed. Vance, Carole S. 2nd ed. London: Pandora, 1992. 267–319. Print.

SAMPAIO, J.; GERMANO, I. Políticas Públicas e Crítica Queer: Algumas questões sobre Identidade LGBT. **Psicologia e Sociedade (Impresso)**, v. 26, p. 290-300, 2014.

SESTER, E.. O que é linguagem inclusiva e por que precisamos todes falar sobre isso? **Nohs Somos**, 2022. Disponível em: . Acesso em: 01 fev. 2026.

SIMPSON, E.; HAMANN, A.; SEMAAN, B. How to “tame” your algorithm: LGBTQ+ users’ domestication of TikTok. **Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction**, v. 6, n. 22, p. 1–27, 2022. DOI: 10.1145/3492841.

SKINNER, C. **Scrolling utopia: identity, community and queer TikTok**. 2023. Tese (Doutorado) – Washington State University, Pullman, 2023. DOI: <https://doi.org/10.7273/000005153>.

SPIVAK, G. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (org.). **Marxism and the interpretation of culture**. Urbana: University of Illinois Press, 1988. p. 271–313.

STATISTA. Number of monthly unique TikTok users worldwide as of January 2025, by country. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1299807/number-of-monthly-unique-tiktok-users/>. Acesso em: 7 maio 2025.

SWEET, J. **Recriar África: Cultura, Parentesco e Religião no Mundo Afro-Português (1441- 1770)**. Lisboa: Edições 70, 2007.

TALBOT, C. V.; TALBOT, A. ROE, D. J.; BRIGGS, P. The management of LGBTQ+ identities on social media: a student perspective. **New Media & Society**, v. 24, n. 8, p. 1729–1750, 2022. DOI: 10.1177/1461444820981009. Disponível em: <https://eprints.bournemouth.ac.uk/34879/15/1461444820981009.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2026.

THE TREVOR PROJECT. **LGBTQ young people of color in online spaces**. 2023. Disponível em: <https://www.thetrevorproject.org/wp-content/uploads/2023/07/The-Trevor-Project-LGBTQ-Young-People-of-Color-in-Online-Spaces.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2026.

TRIBUNAL SUPERIOR DE JUSTICIA CIUDAD AUTÓNOMA DE BUENOS AIRES. **Amaranta Gómez Regalado: Justicia de Género para una ciudad global**. 2017.

TROTTI, B.; LOWENKRON, L. Pânicos morais, sexualidade e infância: a fabricação do “kit gay” como artefato político na disputa presidencial de 2018 a partir da rede social Twitter. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n. 39, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2023.39.e22318.a.pt>

TURETSKY, E. TikTok Made Me Gay. Disponível em: <https://www.thecut.com/2021/08/tiktok-helped-me-come-out-gay-lesbian.html>. Acesso em: 8 abr. 2025.

VEIGA, L. “Além de preto é gay”: as diásporas da bixa preta. In: RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf Malungo (org). **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades** - São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VISNACK, N. Questioning over Quarantine: How a Pandemic Sparked a Wave of Gender Awakening. Disponível em: <https://thesummitpinnacle.com/621/crest/questioning-over-quarantine-how-a-pandemic-sparked-a-wave-of-gender-awakening/>. Acesso em: 8 abr. 2025.

VOLPATO, B. (2022). Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2022, com insights e materiais. **Resultados Digitais**. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-nobrasil>. Acesso em: 29 fev. 2024.

WHITTINGTON, K. Queer. **Studies in Iconography**, v. 33, p. 157–168, 2012.

WILCHINS, R. **Read My Lips: Sexual Subversion and the End of Gender**. Riverdale Avenue Books, 2013.

YORK, S.; OLIVEIRA, M.; BENEVIDES, B. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, e75614, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375614>

ZENG, J.; ABIDIN, C.; SCHÄFER, M. S. Research Perspectives on TikTok & Its Legacy Apps: Introduction. **International Journal of Communication**, v. 15, n. 0, p. 12, 2021. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/14539>. Acesso em: 7 abr. 2025.

ZHENG, X., SONG, Y., GONG, M., & CEN, Y. Will you dance to the challenge? Predicting user participation of TikTok challenges. **arXiv preprint**, arXiv:2112.13384, 2021. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2112.13384>. Acesso em: 21 dez. 2025.